

Universidade Federal Fluminense
Instituto de História
Programa de Pós-Graduação em História

Revolução e Impérios
O Império Espanhol e a Revolução Americana

Henrique Luiz Oliveira Spitz

Niterói
2022

Universidade Federal Fluminense
Instituto de História
Programa de Pós-Graduação em História

Henrique Luiz Oliveira Spitz

Revolução e Impérios
O Império Espanhol e a Revolução Americana

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal Fluminense, como
requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Marques

Niterói
2022

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

S761r Spitz, Henrique Luiz Oliveira
Revolução e Impérios : O Império Espanhol e a
Revolução Americana / Henrique Luiz Oliveira Spitz ;
Leonardo Marques, orientador. Niterói, 2022.
220 f.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,
Niterói, 2022.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGH.2022.m.10907196713>

1. Revolução Americana. 2. Império Espanhol. 3. Mundo
Atlântico. 4. Produção intelectual. I. Marques, Leonardo,
orientador. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de
História. III. Título.

CDD -

Henrique Luiz Oliveira Spitz

Revolução e Impérios

O Império Espanhol e a Revolução Americana

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal Fluminense, como
requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Dissertação defendida e aprovada em junho de 2022

Banca examinadora

Prof. Dr. Leonardo Marques - Orientador
Universidade Federal Fluminense - UFF

Prof. Dr. Thiago Nascimento Krause
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Prof. Dr. Waldomiro Lourenço da Silva Júnior
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Niterói

2022

Agradecimentos

Gostaria de agradecer ao meu orientador, Leonardo Marques, pelo direcionamento nos estudos e pelas críticas e sugestões que fez ao longo da pesquisa.

Registro meu agradecimento aos professores Thiago Krause e Waldomiro Lourenço pelas críticas e sugestões que fizeram durante a pesquisa.

Agradeço aos meus amigos de graduação - alguns dos quais me acompanharam durante o mestrado -, que tornaram a caminhada de estudo mais divertida.

Agradeço ao meu avô, Luiz Ubirajara (*in memoriam*), sempre presente em minhas boas lembranças de infância.

Agradeço ao meu irmão e grande amigo, Felipe, com quem sempre compartilhei ótimas histórias.

Por fim, agradeço à minha mãe, Verônica, graças a quem tenho uma história e a quem dedico este trabalho.

Resumo

A pesquisa propõe uma análise da participação da Espanha na Revolução Americana. O objetivo não é apresentar um estudo sobre a revolução em si, mas sim sobre a participação do império espanhol no processo de independência das treze colônias britânicas, demonstrando os interesses da monarquia hispânica na revolução americana e no Mundo Atlântico, em um complexo cenário nas relações internacionais, permeado por constantes alianças e disputas entre impérios europeus. Tendo sido deflagrada por uma revolta colonial contra o domínio imperial britânico, o conflito rapidamente ganhou proporções atlânticas/globais e afetou as relações com outras potências que exerciam significativa influência no Mundo Atlântico. A França, inimiga histórica da Inglaterra, possuía interesses econômicos na região e rapidamente apoiou os revolucionários americanos. A Espanha, que possuía vastos domínios na América e ambicionava reaver territórios perdidos durante a guerra dos sete anos, aliou-se à França, apoiando indiretamente os insurgentes coloniais britânicos. A República Holandesa, apesar de sua inicial política de neutralidade, manteve importantes relações comerciais com as colônias revolucionárias. E Portugal, embora aliado da Inglaterra, manteve sua tradicional política externa de neutralidade nas relações internacionais. No entanto, ainda que seja traçado um panorama geral das relações imperiais europeias no Mundo Atlântico no longo século XVIII, vale dizer, desde o último quartel do seiscentos até a deflagração do processo de emancipação política da América hispânica, em inícios do oitocentos, a ênfase da pesquisa consiste em elucidar, através de uma perspectiva atlântica/global e, sobretudo, por meio da via diplomática, os interesses e a estratégia do império espanhol, que motivaram sua aliança com a França e sua participação na guerra de independência dos Estados Unidos, em um processo que, encerrado formalmente pelo Tratado de Paris de 1783, culminou com o colapso do primeiro império britânico, a falência da França e a fragmentação e ruína do vasto e poderoso império espanhol.

Palavras-chave: Revolução Americana; Império Espanhol; Mundo Atlântico

Abstract

The research proposes an analysis of Spain's participation in the American Revolution. The objective is not to present a study on the revolution itself, but on spanish empire's participation in the british colonies' independence process, demonstrating the hispanic monarchy's interests in the american revolution and in the Atlantic World, in a complex scenario in international relations, permeated by constant alliances and disputes between european empires. Having been triggered by a colonial revolt against british imperial rule, the conflict quickly gained atlantic/global proportions and affected relations with other powers that exercised significant influence in the Atlantic World. France, England's historic enemy, had economic interests in the region and quickly supported the american revolutionaries. Spain, which had vast domains in America and aimed to regain territories lost during the Seven Years' War, allied itself with France, indirectly supporting british colonial insurgents. The Dutch Republic, despite its initial neutralist policy, maintained important trade relations with the revolutionary colonies. And Portugal, although an ally of England, maintained its traditional neutralist foreign policy in international relations. However, even though an overview of european imperial relations in the Atlantic World in the long 18th century is drawn up, that is, from the last quarter of the 1600s to the outbreak of the Hispanic America's political emancipation process, in the early 1800s, the research's emphasis is to elucidate, through an atlantic/global perspective and, above all, through diplomatic channels, the spanish empire's interests and strategy, that motivated its alliance with France and its participation in the United States war of independence, in a process that, formally ended by the Treaty of Paris of 1783, culminated in the first british empire's collapse, the France's bankruptcy, and the vast and powerful spanish empire's fragmentation and ruin .

Keywords: American Revolution; Spanish Empire; Atlantic World

Sumário

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1 - O Mundo Atlântico.....	15
- Por uma perspectiva Atlântica/Global.....	15
. A perspectiva Global.....	15
Origens/Objeto.....	15
Críticas.....	20
. A perspectiva Atlântica.....	23
Origens/Objeto.....	23
Críticas.....	28
. A integração - A perspectiva emaranhada.....	31
. A inserção do Atlântico Ibérico.....	41
. Conclusão.....	43
- Impérios, guerras e revoluções no Mundo Atlântico - o longo século XVIII.....	44
CAPÍTULO 2 - O Império Espanhol e a Revolução Americana.....	64
. Política de neutralidade, diplomacia de interesses.....	69
. Tratado de Aranjuez - entrada oficial da Espanha na guerra.....	96
CAPÍTULO 3 - O Império Espanhol e a Guerra Revolucionária - Europa, Américas e Caribe.....	104
. Europa.....	104
Inglaterra.....	104
Menorca.....	107
Gibraltar.....	109
. Américas.....	111
América do Norte.....	111
América Central.....	120
. Caribe.....	121

Bahamas.....	125
Jamaica.....	127
 CAPÍTULO 4 - O Império Espanhol e a Paz de Paris - 1783.....	 135
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 154
 APÊNDICE.....	 167
Tratado Paris - 1783.....	167
 FONTES PRIMÁRIAS.....	 173
 BIBLIOGRAFIA.....	 177

Introdução

A Revolução Americana foi objeto de intensos debates historiográficos, recebendo múltiplas interpretações no decorrer dos séculos. Foi vista por seus contemporâneos como algo épico, protagonizado por personalidades heroicas que, clamando por liberdade, se insurgiram contra um império tirânico e opressor. No século XIX, a revolução passou a ser encarada como um destino providencial e inexorável do povo americano, cuja semente já teria sido plantada na chegada dos primeiros colonos em inícios do século XVII. Ainda, teria uma natureza conservadora e intelectual, na medida em que buscara preservar distinções e hierarquias sociais. No alvorecer do século XX, pesquisas mais profissionais passaram a indicar que esse eventos não poderiam ser reduzidos a uma simples revolta ou rebelião de colonos insatisfeitos e nem a um mero embate de ideias. No decorrer das primeiras décadas do século XX, influenciadas pelo pensamento marxista, as interpretações passaram a adotar a luta de classes como eixo explicativo desse evento. O caráter constitucionalista e conservador da revolução foi redescoberto e voltou a ser enfatizado em meados desse mesmo século, sofrendo críticas, sobretudo, da historiografia francesa. Nas décadas de 1950-1960, uma nova tendência historiográfica, da qual faziam parte Edmund Morgan e Bernard Bailyn, enfatizava as origens ideológicas da revolução na cultura e no pensamento político ingleses, ao mesmo tempo que se intensificava o debate em torno da natureza revolucionária da independência americana. Na década de 1970, o interesse parece ter sido direcionado para a história social da revolução, renovando interpretações historiográficas anteriores e dialogando com as perspectivas marxistas de luta de classes. No mesmo período, a história das mentalidades passou a ser explorada com mais sofisticação pela historiografia, que buscava investigar a formação de uma cultura política e de ideais cívicos amalgamados ao processo de construção de uma ideia de nação, fazendo alusão aos mitos e heróis fundadores que idealizaram a história americana. Ao mesmo tempo, começa a surgir um movimento historiográfico contestatório dos mitos fundadores da nação e que passará a dedicar-se a pesquisas sobre as causas da revolução americana. Na década de 1980, surge uma corrente voltada para os estudos dos ideais republicanos da revolução e intensificam-se os debates historiográficos entre republicanos e liberais. E, nas últimas décadas do século

XX, ganham relevância perspectivas historiográficas mais amplas que inserem a revolução americana em um contexto de revoluções atlânticas. Portanto, divergências, críticas e controvérsias permeiam naturalmente o debate historiográfico sobre o tema.¹

No entanto, nosso objetivo aqui não é apresentar um estudo sobre a revolução em si, mas sim sobre a participação do império espanhol no processo de independência das treze colônias britânicas, o que nos levará a preterir boa parte do debate acima mencionado, ainda que ele seja eventualmente tangenciado para complementar o escopo da pesquisa, que terá como principal objetivo demonstrar os interesses da Espanha na revolução americana e no Mundo Atlântico, bem como sua disputa com outros impérios, principalmente o britânico.

Abordar a participação de um império no processo de independência de algumas colônias que se desvencilhavam das amarras de sua metrópole, sem adotar uma perspectiva atlântica, ou até mesmo global, seria apresentar uma visão parcial e reduzida dos eventos. A revolução americana não pode ser vista como um movimento isolado de insurgência que levou à secessão de treze colônias, muito menos através de uma perspectiva exclusivamente interna, sob o risco de reproduzirmos a narrativa da excepcionalidade ou singularidade da história dos Estados Unidos, que ainda parece influenciar boa parte da historiografia estadunidense. Tendo sido deflagrada por uma revolta colonial contra o domínio imperial, rapidamente ganhou proporções globais e afetou as relações com outras potências que exerciam significativa influência no Mundo Atlântico. Como sublinhou Jonathan Dull, “*The War of American Independence essentially was a colonial war of independence that developed into a worldwide war like the Seven Years’ War. The competing forces were remarkably evenly balanced, particularly after France, Spain, and the Netherlands became involved on the American side (in 1778, 1779, and 1780 respectively)*”.² A França, inimiga histórica da Inglaterra, possuía interesses econômicos na região e rapidamente apoiou os revolucionários americanos. A Espanha, que possuía vastos domínios na América e ambicionava reaver

¹ WOOD, Gordon S. *A revolução americana*. Rio de Janeiro: editora objetiva, 2002. p. 19-21. Cf. PALMER, R. R.; ARMITAGE, David. *The age of the democratic revolution. A political history of Europe and America, 1760-1800*. Princeton: Princeton University Press, 2014, p. 139-142. Sobre a ambivalência (conservadora/revolucionária) da revolução americana, *ibid*, p. 174-176; GOULD, Eliga H; ONUF, Peter S. *Empire and Nation. The America Revolution in the Atlantic World*. Johns Hopkins University Press, 2005. p. 1-15.

² DULL, Jonathan R. “*Diplomacy and independence*” in REEDER, Tyson (ed.). *The Routledge History of U.S. Foreign Relations*. Routledge, 2021. p. 109-110.

territórios perdidos durante a guerra dos sete anos, aliou-se à França, apoiando indiretamente os insurgentes coloniais britânicos. A República Holandesa, apesar de sua inicial política de neutralidade, manteve importantes relações comerciais com as colônias revolucionárias. E Portugal, embora aliado da Inglaterra, manteve sua tradicional política externa de neutralidade nas relações internacionais.

A pesquisa encontra-se dividida em quatro capítulos. No capítulo 1, mais teórico, buscamos expor os fenômenos estruturais de longa duração e procuramos delinear alguns aspectos das perspectivas atlântica e global, tentando delimitar suas origens e objetos, bem como as principais críticas que costumam ser direcionadas a tais perspectivas. Em seguida, fizemos algumas considerações sobre a perspectiva entrelaçada e a necessidade de integração do Atlântico Ibérico. Encerramos o capítulo elaborando uma panorama geral das relações imperiais e do reequilíbrio de poder presenciado no Mundo Atlântico, durante o longo século XVIII, abordando as estratégias imperiais, as alianças diplomáticas e os principais conflitos que ocorreram no período, tanto na Europa Ocidental quanto na América.

No capítulo 2, após uma rápida introdução na qual fizemos um breve levantamento historiográfico sobre as principais obras que tratam especificamente da participação da Espanha na revolução americana, abordamos sucintamente a evolução das relações entre Estados Unidos e Espanha no decorrer dos séculos XIX e XX. Em seguida, passamos a analisar a primeira fase da ajuda espanhola aos revolucionários norte-americanos, que se caracterizou por ter sido velada e informal, em razão da política oficial de neutralidade adotada pela monarquia hispânica no início do conflito. Procuramos, assim, desvelar o complexo jogo de interesses e as intrincadas negociações diplomáticas entre Espanha, França e os revolucionários nesse período da guerra, cujo principal intuito era, em última instância, o enfraquecimento da Grã-Bretanha. Na segunda parte do capítulo, abordamos a entrada oficial da Espanha na guerra de independência, através de sua aliança com a França, formalizada por meio do Tratado de Aranjuez, firmado em 1779.

No capítulo 3, tratamos da expansão do teatro de guerra na Europa, Américas e Caribe, demonstrando como as operações e batalhas travadas pelo império espanhol em diferentes partes do Mundo Atlântico fragmentaram e enfraqueceram a Grã-Bretanha, impondo uma alteração em sua estratégia de guerra, ao mesmo tempo que contribuíram

significativamente para a vitória dos revolucionários em sua luta por independência.

No capítulo 4, analisamos o avanço das negociações de paz em Paris, explicitando os principais interesses da Espanha, França, Grã-Bretanha e Estados Unidos, até a assinatura do tratado definitivo de Paz, em 1783, que formalmente reconheceu a independência dos Estados Unidos. Por fim, encerramos o capítulo sublinhando as principais consequências do fim da guerra e o desenvolvimento das novas relações entre os impérios europeus e a emergente república norte-americana até fins do século XVIII.

E, na conclusão, discorremos sobre os impactos da revolução americana sobre o processo de emancipação política da América hispânica, apresentando, em linhas gerais, as principais correntes historiográficas sobre o tema. Vale dizer, aquela que enxerga uma era de revoluções atlânticas durante a segunda metade do século XVIII, que, sob forte influência de ideias iluministas e liberais, da experiência da revolução francesa, e de preceitos constitucionais, ideais republicanos, e princípios federalistas e democráticos disseminados pela revolução americana, teria reverberado nos dois lados do Atlântico, influenciando uma série de revoluções e movimentos políticos, inclusive, o complexo processo de independência que varreu o império espanhol na primeira metade do século XIX. E, por outro lado, aquela vertente historiográfica que compreende o processo de ruptura da América hispânica como consequência de um movimento intelectual e político intrínseco ao mundo hispânico, oriundo da invasão francesa da Península Ibérica, que teria levado à formação das Cortes de Cádiz e inaugurado, sob um forte matiz liberal, um processo de crise e ruptura institucional que rompeu com as tradições políticas e culturais da sociedade espanhola e, atravessando o Atlântico, aportou na América, deflagrando os movimentos de independência hispano-americanos.

Outrossim, cabe ressaltar que, apesar de mencionados em algumas oportunidades, os povos ameríndios foram abordados de forma superficial e indireta. Primeiro, porque não constituíam o objetivo principal da pesquisa e não havia espaço aqui para tratarmos desse tema. Segundo, porque, em razão da complexidade do assunto, o estudo dos povos ameríndios merece uma pesquisa à parte, que dê conta de investigar todas as peculiaridades e riquezas que envolvem esses grupos autóctones e suas relações com os europeus.

A historiografia utilizada variou bastante, perpassando obras clássicas até

contribuições mais recentes acerca de diferentes temas, como: história global, história atlântica, história dos Estados Unidos, história do império britânico, história do império espanhol, história dos impérios no mundo atlântico na era moderna, história das relações internacionais, história diplomática dos Estados Unidos e da revolução americana, histórias específicas sobre a participação da Espanha na revolução americana etc.

Além do debate historiográfico, foram manejadas diferentes fontes históricas, como, dentre outras: a correspondência pessoal, institucional e diplomática mantida entre líderes políticos e as legações norte-americanas nas Cortes de Paris, Versailles e Madrid; relatórios, resoluções e correspondências do Congresso Continental; na Europa, ordens reais expedidas pela Coroa hispânica, memoriais, relatórios, ofícios e cartas trocadas entre Carlos III, ministros, oficiais e diplomatas espanhóis, sediados em Madrid - *El Escorial* e *El Pardo* -, Paris e Versailles; na América e no Caribe, ordens reais, diários, ofícios e cartas de autoridades, oficiais, comerciantes e observadores (espiões) espanhóis; cartas e memoriais do Ministério das Relações Exteriores da França e do corpo diplomático francês, sediado em Paris e Madrid. Foram analisadas, também, algumas poucas e pontuais cartas de autoridades e oficiais britânicos na América do Norte e na Europa. As fontes mais consultadas foram as cartas de diplomatas e líderes políticos norte-americanos - digitalizadas e disponibilizadas pelo *Founders Online*, projeto oriundo de um acordo de cooperação entre os *National Archives* e *The University of Virginia Press*. Outros arquivos *online* consultados foram: *The Avalon Project. Documents in Law, History and Diplomacy*, da *Yale Law School*, que disponibiliza uma série de documentos nas áreas do Direito, História, Economia, Política, Diplomacia e Governo, e de onde foi retirada boa parte dos Tratados consultados nesta pesquisa; e, em menor escala, algumas cartas do *The National Archives. London, UK.*, acessadas por meio do site <https://colonialamerica.amdigital.co.uk>.

E, claro, consultamos e analisamos alguns tratados e documentos importantes, como: Pactos Bourbonicos, Tratado de Utrecht (1713), Tratado Paris (1763), Tratado de Aranjuez (1779), Tratado preliminar de paz de Paris (1782), Tratado definitivo de paz de Paris (1783), Declaração de Independência dos Estados Unidos (1776), Constituição dos Estados Unidos (1787), e alguns outros tratados de amizade e comércio. Cumpre ressaltar que muitas fontes, principalmente os supramencionados ofícios, ordens reais e cartas de

autoridades, oficiais, comerciantes e observadores espanhóis na América e no Caribe, foram consultadas indiretamente, através de outras obras historiográficas utilizadas durante a pesquisa.

Por derradeiro, sublinhamos que concentramos a análise no império espanhol. Os impérios britânico e francês foram tratados indiretamente, e, ainda que tenham sido feitas algumas rápidas análises sobre a Grã-Bretanha em seu âmbito interno e no cenário internacional, estas estão longe contemplar toda a complexidade do império britânico; esforço que, por si só, demandaria uma nova pesquisa. A República Holandesa foi mencionada apenas em algumas passagens para complementar a análise que estava sendo elaborada; assim como Portugal, mencionado apenas algumas vezes, de passagem e sem qualquer aprofundamento. Da mesma maneira, o Império Russo, os Reinos Italianos, o Império Otomano, a Monarquia de Habsburgo, o Sacro Império Romano-Germânico, o Reino da Prússia, a Suécia etc, todos mencionados, *en passant*, para contextualizar, complementar, ou até mesmo demonstrar a complexidade geopolítica do Mundo Atlântico e das forças que atuavam na Europa, exercendo influência direta ou indireta sobre as estratégias imperiais e o equilíbrio de poder no Velho e no Novo Mundo.

Feito o preâmbulo, boa viagem!

Capítulo 1

O Mundo Atlântico

Por uma perspectiva Atlântica/Global

A perspectiva Global

Origens/Objeto

A ideia de pertencimento a algo maior sempre fez parte da imaginação dos seres humanos, não sendo algo intrínseco ao processo de globalização que experienciamos atualmente, ainda que essa consciência tenha se potencializado em razão da dinâmica mundial contemporânea. Sociedades e civilizações, desde tempos imemores, tinham a percepção de que se inseriam em um contexto mais amplo. Inúmeros historiadores, de diferentes tradições acadêmicas e historiográficas, recuam na história e remontam à antiguidade, citando, dentre outros, Heródoto, Políbio e Sima Qian, para fazer referência a uma história universal³. Reconhecem, ainda, histórias universais produzidas na Idade Média, sob a pena, por exemplo, de historiadores como Isidoro de Sevilla, na virada do século VI, e, em tradições historiográficas persa e árabe, Rashid al-Din (século XIII) e Ibn Khaldun (século XIV), respectivamente. Outros autores apontam que esta ideia - ou “consciência” - de globalidade vai começar a ganhar traços mais definidos na Idade Moderna, na região da Eurásia e durante a fase de hegemonia europeia⁴, ocorrendo uma lenta e paulatina integração entre América, Eurásia e África na virada do século XVI⁵, em um período no qual, segundo a visão mundossistêmica de Wallerstein, seria possível vislumbrar o início do capitalismo. No entanto, como ressalta Pamela Crossley, é difícil precisar as origens da história global e não há um consenso entre especialistas⁶.

³ CONRAD, Sebastian. *What is global history?* Princeton University Press, 2016; SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Em busca das origens da história global*: aula inaugural proferida no Collège de France em 28 de Novembro de 2013. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 30, nº 60, p. 219-240, janeiro-abril, 2017.

⁴ Cf. CONRAD, Sebastian. *What is global history?* Princeton University Press, 2016; SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Em busca das origens da história global*: aula inaugural proferida no Collège de France em 28 de Novembro de 2013. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 30, nº 60, p. 219-240, janeiro-abril, 2017.

⁵ FLYNN, Dennis O.; GIRÁLDEZ, Arturo. *Path dependence, time lags and the birth of globalisation: A critique of O'Rourke and Williamson*. *European Review of Economic History*, Vol. 8, No. 1 (abril 2004), pp. 81-108.

⁶ CROSSLEY, Pamela Kyle. *O que é história global?* Editora Vozes, 2015. No cerne de debates, tensões e polêmicas, a

Proposições historiográficas que oferecem uma abordagem de pesquisa em uma escala mais ampla, que buscam conexões, comparações e interseções entre diferentes processos e experiências históricas, recuam no tempo e atravessam diferentes espaços.

Identificando uma tradição de história global na América Latina e no Caribe nos séculos XIX e XX, Marquese e Pimenta⁷ sugerem que a historiografia contemporânea, das últimas décadas do século XX ao início do XXI, caracterizar-se-ia mais por seu aspecto renovador do que propriamente inovador, no que concerne à perspectiva de história global. Nesse sentido, apesar das críticas dirigidas ao nacionalismo metodológico que preponderou nas ciências sociais durante o século XIX e parte do XX, oriundo, em boa medida, do processo de emancipação política e formação dos Estados Nacionais americanos, alguns autores percebem um esforço de parte da historiografia em expandir essas unidades de análise, não apenas para contemplar outras nações ou o continente americano como um todo, mas também para promover uma integração com experiências históricas de outras regiões. Seria o caso, por exemplo, de Eric Williams e L. R. James,⁸ que, na primeira metade do século XX, escreveram obras matizadas por teorias marxistas e cujo objeto principal era a escravidão no Caribe, analisando, respectivamente, os impérios britânico e francês, e influenciando a releitura dos debates sobre o continente americano e suas práticas coloniais entre pensadores das ciências sociais.

Seguindo uma preocupação similar à de Williams e James, com propostas que procuram examinar as experiências coloniais da América Latina e do Caribe a partir de um enquadramento mais amplo do colonialismo e formação do capitalismo moderno, a historiografia sobre a escravidão, integrando as experiências americanas, europeias e

história global, como dissemos, é acusada muitas vezes de fornecer uma perspectiva imperialista, substituindo o tradicional paradigma da história nacional. Segundo Subrahmanyam, alguns autores, especialmente oriundos de uma tradição acadêmica anglófona, apontam nomes como Arnold Toynbee e Oswald Spengler como precursores desse movimento na primeira metade do século XX. SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Em busca das origens da história global: aula inaugural proferida no Collège de France em 28 de Novembro de 2013*. p. 236. Cf. CONRAD, Sebastian. *What is global history?* Princeton University Press, 2016; CROSSLEY, Pamela Kyle. *O que é história global?* Editora Vozes, 2015; PÉREZ, José Manuel Santos. *Histórias Conectadas. Ensaios sobre história global, comparada e colonial na idade moderna (Brasil, Ásia e América Hispânica)*. Editora Autografia, 2016. Para uma série de historiadores, economistas e cientistas sociais, a globalização é um fenômeno intimamente ligado à expansão industrial do capitalismo. A revolução industrial seria, portanto, um marco fundamental para a compreensão do capitalismo, seja por fatores de integração de mercados, de convergência internacional de preços, ou mesmo em razão do aumento de importações na Europa; ou por fenômenos internos - como o aumento de liquidez de algumas economias nacionais. O'ROURKE, Kevin H.; WILLIAMSON, Jeffrey G. *When did globalisation begin?*. European Review of Economic History, Vol. 6, No. 1, (abril 2002), pp. 23–50

⁷ MARQUESE, Rafael; PIMENTA, João Paulo. *Tradições de história global na América Latina e no Caribe*. Hist. historiogr.ouro preto. n. 17.abril.2015. doi: 10.15848/hh.voi17.775.

⁸ Fazemos referência, aqui, às obras “*Capitalismo e escravidão*” e “*Os jacobinos negros. Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingos*,” de Eric Williams e Cyril Lionel Robert James, respectivamente.

africanas, apresentou relevantes obras com perspectivas mais abrangentes. Desse contexto intelectual, como ponderam Marquese e Pimenta, teriam surgido os esforços interpretativos de Robin Blackburn acerca da formação e declínio do colonialismo europeu e da escravidão negra nas Américas, em um período compreendido entre os séculos XV e XIX. Em *A construção do escravismo no novo mundo; A queda do escravismo colonial e The American Crucible*,⁹ Blackburn teria buscado aproximar experiências até então apartadas pela historiografia, como a revolução escrava do Haiti e a abolição do tráfico negreiro e da escravidão no Caribe britânico, e, mediante categorias como “*escravidão barroca, escravidão comercial e escravidão oitocentista*”, alinhar as diferenças “*entre a escravidão ibérica e a escravidão francesa/britânica*”, insculpindo a ideia de historicidade nas convergências entre escravidão e capitalismo.¹⁰

No contexto dos estudos hispano-americanos, a mesma evolução no tratamento conferido pela historiografia às relações entre ameríndios e colonizadores europeus pode, segundo Paquette e Saravia, ser observada nas análises comparativas sobre a escravidão espanhola e britânica, na medida em que procuram elucidar as diferenças fundamentais entre o trabalho compulsório indígena e o de matriz africana, em uma trajetória historiográfica que perpassaria obras clássicas, como a de Frank Tannenbaum - *Slave and Citizen* (1946), até pesquisas mais recentes, como a de Jane Landers - *Slaves, Subjects, and Subversives: Blacks in Colonial Latin America* (2006).¹¹ Como pontuam Greene e Morgan, o trabalho de Tannenbaum pode ser inserido em um contexto de obras pioneiras que adotam uma perspectiva atlântica antes mesmo que o termo adquirisse notoriedade na historiografia.¹² No mesmo sentido, Canny afirma que: “*also, insofar as the work of Frank Tannenbaum falls into this category, it may be credited with pioneering the comparative study of slavery in its North and South American configurations*”.¹³

Fernand Braudel e a segunda geração dos *Annales* também impulsionaram a

⁹ BLACKBURN, Robin. *A construção do escravismo no novo mundo: do barroco ao moderno (1492-1800)*. Record, 2003; BLACKBURN, Robin. *A queda do escravismo colonial (1776-1848)*. Record, 2002; BLACKBURN, Robin. *The American Crucible: Slavery, Emancipation and Human Rights*. Verso Press USA, 2013.

¹⁰ MARQUESE, Rafael; PIMENTA, João Paulo. *Tradições de história global na América Latina e no Caribe*. Hist. historiogr.ouro preto. n. 17.abril.2015. doi: 10.15848/hh.voi17.775.

¹¹ PAQUETTE, Gabriel; SARAVIA, Gonzalo M. (Orgs.). *Spain and the American Revolution: New Approaches and Perspectives*. Routledge, 2019. (L. Kindle 456).

¹² GREENE, Jack P; MORGAN, Philip D. *Introduction: The Present State of Atlantic History*. In GREENE, Jack P; MORGAN, Philip D. *Atlantic History. A critical appraisal*. Oxford University Press, 2009. p. 4.

¹³ CANNY, Nicholas. “*Atlantic History and Global History*” in GREENE, Jack P; MORGAN, Philip D. *Atlantic History. A critical appraisal*. Oxford University Press, 2009. p. 318.

perspectiva global no modo de fazer história na América Latina. Influenciado pela primeira geração dos *Annales* e por uma de suas grandes mentes, Lucien Febvre, Braudel refletiu sobre os múltiplos tempos históricos que lhe ensejaram uma percepção mais ampla sobre globalidade. A profícua produção intelectual dos *Annales* sempre esteve pautada por uma perspectiva alargada e totalizadora dos estudos historiográficos, e é notória a interlocução mantida por sua segunda geração com outras searas do conhecimento, como a economia e a geografia; bem como a “*dialética braudeliana*” dos tempos históricos - *a longa, a média e a curta duração* -; concepção por meio da qual são observados diferentes ritmos temporais (*estrutura, conjuntura e acontecimento*), propiciadores, por sua vez, de uma inovadora compreensão da “*dialética tempo/espço*” nos arcanos da história.¹⁴ A própria importância da América hispânica na dinâmica do capital europeu é sublinhada em *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XVI-XVIII* - dividida em três volumes -, obra na qual é analisada a expansão do capitalismo entre os séculos XV e XVIII. Assim, em que pesem eventuais críticas que podem ser direcionadas à formulação braudeliana de economia-mundo capitalista, seu legado é inegável para o desenvolvimento da história global na América Latina.

Em sua breve passagem pela cátedra da *Sorbonne*, na qual lecionou História da América Latina, Braudel teria influenciado diretamente dois grandes intelectuais, Frédéric Mauro e Pierre Chaunu, que posteriormente se destacariam por suas produções acadêmicas sobre os impérios português e espanhol, inscritos em um espaço de análise mais abrangente, o atlântico.¹⁵ Como lembra Bailyn, no caso de Chaunu e sua obra de fôlego *Séville et l'Atlantique*, a inspiração braudeliana transparece em sua análise sobre o império espanhol e o comércio atlântico, não apenas por utilizar categorias explicativas como “*structures et conjonctures*,” mas por dialogar e comparar, *mutatis mutandis*, o Oceano Atlântico com “*La Méditerranée*” do grande e eloquente historiador francês.¹⁶ O historiador português Vitorino Magalhães Godinho e suas grandes obras, inicialmente sobre o império português e, depois, sobre a expansão ultramarina europeia e suas

¹⁴ MARQUESE, Rafael; PIMENTA, João Paulo. *Tradições de história global na América Latina e no Caribe*. Hist. historiogr.ouro preto. n. 17.abril.2015. doi: 10.15848/hh.voi17.775. Cf. BRAUDEL, Fernand. *História e ciências sociais: a longa duração*. Revista de História, São Paulo, v. 30, nº 62, p. 261-294, abr./jun. 1965. BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II*. Edusp, 2016.

¹⁵ MARQUESE, Rafael; PIMENTA, João Paulo. *Tradições de história global na América Latina e no Caribe*. Hist. historiogr.ouro preto. n. 17.abril.2015. doi: 10.15848/hh.voi17.775.

¹⁶ BAILYN, Bernard. *Atlantic History. Concept and Contours*. Harvard University Press, 2005. p. 31.

implicações para a economia mundial, também não escaparam do estro braudeliano, e teriam apresentado uma invariável preocupação com uma abordagem global, sem preterir as forças antagônicas e a complexidade intrínseca às relações econômicas e sociais diretamente derivadas da expansão europeia pelo mundo.¹⁷

A superação de análises nacionais e eurocêntricas, suplantando limites metodológicos restritos a um território constitui uma das propostas da história global, desvelando redes de conexões e interações mais amplas e complexas, capazes de explicar processos de grande escala. Reconhecendo a dificuldade de se conceituar a história global, Sebastian Conrad sugere que é um método analítico que pode ser preliminar e resumidamente definido como “*uma forma de análise histórica que situa os fenômenos, os eventos e os processos em contextos globais.*”¹⁸

A perspectiva global tangencia os debates sobre a formação e desenvolvimento do capitalismo, assim como o processo de globalização que vivenciamos potencializa os métodos utilizados para se pensar a história global.¹⁹ Tal perspectiva abre uma série de

¹⁷ MARQUESE, Rafael; PIMENTA, João Paulo. *Tradições de história global na América Latina e no Caribe*. Hist. historiogr.ouro preto. n. 17.abril.2015. doi: 10.15848/hh.voi17.775. “*Earlier historians - Chaunu, Mauro, Godinho, Haring, Hamilton, Vicens Vives - had produced the elements for the construction of an Atlantic economic system bound together by a multitude of trading networks, monetary and capital flows, intercontinental labor markets, and panoeceanic distribution patterns. Most of these studies had been confined, however, to national boundaries, partly because the sources were concentrated in national archives, partly because the doctrines of mercantilism were assumed to have been effective in practice, and partly because historians were used to thinking in nationalist categories. The younger postwar economic historians pressed against these limitations and began to uncover signs of a more complex world.*” in BAILYN, Bernard. *Atlantic History. Concept and Contours*. Harvard University Press, 2005. p. 44.

¹⁸ O autor pondera que, “*no entanto, não existe consenso sobre o caminho que se deve percorrer para atingir tal resultado. Existem muitas outras abordagens que competem, hoje, pela atenção dos investigadores: desde a história comparada e transnacional, à história mundial, passando pela ‘grande história,’ pelos estudos pós-coloniais e pela história da globalização. Tal como a história global, estas perspectivas também procuram expor e explicar as conexões do passado.*” in CONRAD, Sebastian. *O que é história global?* Princeton University Press, 2019. p. 16. Sobre a dificuldade de se conceituar história global, ver PÉREZ, José Manuel Santos. *História Global, História Mundial. Alguns aspectos da formação histórica de um mundo globalizado*. In PÉREZ, José Manuel Santos. *Histórias Conectadas. Ensaio sobre história global, comparada e colonial na idade moderna (Brasil, Ásia e América Hispânica)*. Editora Autografia, 2016.

¹⁹ Nas décadas de 1960 e 1970, novas historiografias nacionais surgiram com a descolonização da Ásia e África, que fora sucedida por eventos emblemáticos, como o massacre na Praça Celestial e a queda do muro de Berlim, em 1989. Na década seguinte, destacam-se a abertura política e econômica da URSS - que culminou com sua dissolução em 1991 - e o fim da Guerra Fria. O mundo atravessava um extraordinário movimento de globalização, no qual se presenciava um aumento de desigualdades socioeconômicas e um acentuado desenvolvimento tecnológico - gerando redução de espaços e fronteiras. Cresceu também a relevância dos debates socioambientais e dos conflitos climáticos, que deslocam para o centro da discussão questões diretamente intrincadas com o modo de produção capitalista e sua dinâmica na economia-mundo. O conceito de antropoceno, por exemplo, na medida em que diagnostica que as atividades humanas passaram a exercer um significativo impacto global no clima e ecossistema da Terra, vem sendo apropriado e utilizado pela história global. Cf. CHAKRABARTY, Dipesh. *O clima da história: Quatro teses*. Sopro 91, julho de 2013; DOMANSKA, Ewa. *The New Age of the Anthropocene*. Journal of Contemporary Archaeology, vol. 1, no. 1, 2014: 98-103. Nesse contexto, tornou-se imprescindível buscar novas formas de interpretar e explicar a história e o mundo, e a história global, repensando metodologias e objetos, constitui um importante esforço intelectual nesse sentido. No entanto, a dificuldade de delimitar seu campo é imensa, pois, ainda configura um espaço de experimentação em disputa, tanto epistemológica e metodológica, quanto de narrativa e temática.

possibilidades de se questionar a gênese do capitalismo - enquanto sistema global - apenas a partir do processo de industrialização, algo que envolve diretamente a discussão acerca da origem da globalização. Sob esse aspecto, uma faceta inovadora da história global emerge da reformulação dos parâmetros informadores do capitalismo enquanto sistema sócio-histórico, a partir da qual se torna possível uma leitura mais crítica da rigidez das fronteiras políticas, da sobrevalorização de conjunturas locais, da naturalização e aceitação de premissas hegemônicas e da universalização da dinâmica do sistema-mundo capitalista moderno. No entanto, como lembra a historiadora mexicana Sandra Kuntz Ficker²⁰, a análise do capitalismo não seria o objeto central da história global, mas sim a leitura que esta propõe das relações a partir de um contexto de sistema-mundo moderno wallersteiniano, endógeno ou não ao capitalismo.

Críticas

Naturalmente, a história global não esteve imune a críticas e as recebeu de pensadores de outras searas e de historiadores de diferentes vertentes teóricas. As críticas vão desde alegações de que a história global é generalizante e pretere processos históricos locais, conferindo primazia à economia-mundo; perpassando aquelas matizadas por um marxismo mais ortodoxo, cujas assertivas apontam a ausência de um materialismo histórico nas abordagens de história global, que enfatizaria o mercado mundial e a circulação de capital e mercadorias, desconsiderando o processo de produção de capital e formação e luta de classes; até aquelas que acusam as teorias do sistema mundo e, em geral, a história global de renovar e perpetuar um eurocentrismo presente nas antigas histórias nacionais e imperiais.

Apesar de reconhecer importantes contribuições da teoria mundo-sistêmica - como evitar o nacionalismo metodológico, identificar o avanço de estruturas de hegemonia que não se circunscrevem à conquista política ou imperial, e buscar compreender mudanças socioeconômicas estruturais e interligadas em uma grande escala -, Sebastian Conrad tece algumas críticas que podem ser direcionadas à teoria dos sistemas-mundo quando se propõe adotar uma perspectiva global como ferramenta de investigação do passado, quais

²⁰ FICKER, Sandra Kuntz. *Mundial, transnacional, global: un ejercicio de clarificación conceptual de los estudios globales*. Nuevo mundo, mundos nuevos. 2014.

sejam: a generalização do conceito de capitalismo; um certo reducionismo econômico que pretere, em muitos aspectos, a dinâmica e as nuances do capitalismo - ilustrativamente, a transição do capitalismo de tipo mercantil para o industrial -; a irrelevância muitas vezes dispensada a outros elementos de integração não econômicos, que perpassam a cultura, a religião e a política. Além do já citado eurocentrismo, ao enxergar, muitas vezes, a dinâmica mundial a partir de um prisma da centralidade europeia. Tais críticas ajudam a explicar novas abordagens historiográficas que, embora utilizem alguns aspectos do modelo de Wallerstein, buscam inserir análises culturais e sociais que complexificam e trazem a lume novas facetas para a visão mundossistêmica de mercado, sobretudo na mencionada atenção dispensada às práticas locais e sua relação com a dimensão macrosocial e os processos de integração econômica.²¹

É a compreensão dessa sobreposição de uma miríade de forças e sua interação em diferentes escalas que permite que o historiador global maneje diferentes estratos da vida social, econômica, cultural e política, tornando-os inteligíveis e conferindo-lhes sentido e significado, ao mesmo tempo que dispõe de ferramentas para inseri-los em uma esfera mais estrutural e ampla. É o que propõem, *grosso modo*, os chamados “*jogos de escalas*” sugeridos por Jacques Revel, por meio dos quais seria possível os cientistas sociais apreenderem as diferentes medidas da realidade e, assim, compreenderem as múltiplas dimensões do passado.²² Ilustremos com um exemplo ligado ao nosso tema. Em uma escala local, poderiam ser analisados os movimentos insurrecionais nas treze colônias que desaguaram na guerra revolucionária. Em um nível mais amplo, seria possível constatar o impacto da reformulação da política colonial do império britânico sobre a vida dos colonos. Em uma escala ainda mais abrangente e estrutural, seria possível identificar um contexto geral de crise do sistema colonial mercantilista e de reformas imperiais, oriundo da ilustração europeia, de novas ideias e práticas econômicas e de disputas interimperiais, que ajudam a explicar a entrada da Espanha na guerra de independência norte-americana e a inserir a revolução americana em um movimento de revoluções atlânticas.

Tendo em vista que o sistema comercial centrado na Europa coexistiu e sucedeu outras economias-mundo - como as citadas por Braudel: russa, otomana, sul-asiática e chinesa -, a expansão imperial da Espanha, segundo algumas interpretações

²¹ CONRAD, Sebastian. *What is global history?* Princeton University Press, 2016. P. 65-70.

²² REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*. Editora FGV, 1998.

mundossistêmicas da teoria de Wallerstein - bastante inspirada por Karl Polanyi e Fernand Braudel -, teria sido concomitante ao surgimento do sistema-mundo europeu e do sistema-mundo capitalista, inaugurando um período no qual a Espanha encontrar-se-ia no núcleo deste sistema. Ainda, levando em consideração algumas interpretações de adeptos do modelo mundossistêmico, a revolução americana, contemporânea à primeira revolução industrial do século XVIII, irrompeu em um momento em que a França estaria no núcleo deste sistema, sendo ultrapassada pela Inglaterra no século XIX, seguida dos recém-criados Estados Unidos, em um contexto no qual a América, após a inserção do leste da Europa, era assimilada pelo sistema-europeu, que teria dado origem, segundo o modelo de wallerstein, à economia globalizada que conhecemos hoje.

Leituras que apreendem, sofisticam e potencializam interpretações marxistas, por exemplo, servem como novos instrumentos interpretativos bastante úteis para aqueles historiadores da história global, na medida em que compreendem o capitalismo como uma formação histórica e o contextualizam como um fenômeno interligado e interdependente que atravessa não apenas a esfera econômica, mas também as camadas culturais e sociais de cada sociedade e suas relações com estruturas mais vastas, como é possível verificar nos estudos subalternos sul asiáticos e nas pesquisas pós-coloniais na América Latina e África, que, enfatizando a história cultural, tentaram apreender a assimetria de poder que caracterizou o mundo moderno, diretamente derivada da ordem colonial, gerando formas de dominação e exploração econômica, problemas epistemológicos e distorções históricas, e desvelando que a integração global deve ser investigada a partir de estruturas de poder desiguais. Tal percepção permite que a integração de mercados, das relações de trabalho e de processos econômicos - fenômenos formadores da globalização - seja encarada não como algo natural, guiado pela “*mão invisível*” de Adam Smith, mas como imposição e fruto direto do imperialismo europeu, na medida em que decorre de projetos e políticas extrativistas, de implementação de trabalho coercitivo, de criação de zonas de influência econômica e de abertura arbitrária de mercados consumidores.²³

Inobstante defender que não existem contradições entre a história social fragmentada, a micro-história italiana - idealizada na década de 1980 por Carlo Ginzburg e Giovanni

²³ CONRAD, Sebastian. *What is global history?* Princeton University Press, 2016. P. 71-75.

Levi - e a história global que encerra processos e fenômenos socioeconômicos de grande escala, Alan Bayly, em *The Birth of the Modern World - 1780-1914*,²⁴ lembra que o pós-modernismo - ou o pós-colonialismo - representou um movimento intelectual e cultural das últimas décadas do século XX bastante crítico da história global, na medida em que tende a rejeitar grandes narrativas - ou metanarrativas. Em *A Condição pós-moderna*, Jean-François Lyotard²⁵ chegou a vaticinar que as grandes narrativas estavam condenadas à morte. Com efeito, muitos pensadores - dentre os quais historiadores - passaram a enjeitar o que consideraram metadiscursos atemporais e generalizantes e, portanto, visões totalizantes da história, desconstruindo valores que teriam sido sedimentados na modernidade. O que ajuda a explicar as controvérsias e as críticas de parte da historiografia sobre as grandes narrativas que pretendiam abarcar grandes temas - como capital, Estado e impérios -, pois, invariavelmente, seriam influenciadas e estariam matizadas por discursos intrínsecos a estes grandes processos de conformação do capitalismo e imperialismo, preterindo grupos sociais historicamente marginalizados e desconstituídos do poder, os chamados - parafraseando Michelle Perrot²⁶ - excluídos da história.

A perspectiva Atlântica

Origens/Objeto

A origem e o desenvolvimento da história atlântica constituíram temas que Bernard Bailyn procurou apurar em *Atlantic history. Concept and contours*²⁷. Bailyn afirma que a história atlântica não pode ser considerada uma emulação da perspectiva braudeliana do Mediterrâneo;²⁸ nem um simples aprimoramento da tradição da “*história imperial*”; muito menos uma perspectiva oriunda da “*história da exploração e descoberta*” do Novo

²⁴ BAYLY, C. A. *The Birth of the Modern World, 1780–1914: Global Connections and Comparisons*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2004. p. 8-9.

²⁵ Cf. LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. José Olympio, 1986.

²⁶ Cf. PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: Operários, mulheres e prisioneiros*. Paz e Terra, 2017.

²⁷ BAILYN, Bernard. *Atlantic History. Concept and Contours*. Harvard University Press, 2005.

²⁸ Cf. CANNY, Nicholas. “*Atlantic History and Global History*” in GREENE, Jack P; MORGAN, Philip D. *Atlantic History. A critical appraisal*. Oxford University Press, 2009. p. 319.

Mundo pelos europeus. No caso de Braudel, segundo Bailyn, haveria mais elementos “meta-históricos” e “epistemológicos” do que propriamente “históricos”. E, nos dois últimos casos, seria possível constatar uma carência de estudos de sociedades, trocas culturais, integração de temas e sua inserção em processos de mais larga escala e longa duração. Seria no contexto geopolítico do pós-segunda guerra mundial que ocorreriam os primeiros impulsos de uma inflexão historiográfica que desaguardaria em uma percepção de um Atlântico integrado, ou de uma “comunidade atlântica.”²⁹ O amadurecimento historiográfico viria nas décadas de 1950-1960, após os ensaios iniciais de Palmer e Godechot que propuseram investigar uma história do Atlântico, e que geraram uma série de debates e críticas entre historiadores de diferentes vertentes intelectuais. Palmer - percorrendo um caminho diametralmente oposto ao de Hannah Arendt em *Sobre a Revolução*, que propõe uma contundente dissociação entre as revoluções americana e francesa³⁰ - ao enfatizar que um espírito revolucionário, inaugurando uma era de revoluções, teria varrido o Mundo Atlântico de um lado ao outro no século XVIII, inserindo a revolução americana em um contexto atlântico e conferindo-lhe destaque na onda revolucionária,³¹ recebeu duras críticas de marxistas e pensadores francófonos. Os primeiros acusaram-no de prescindir de análises socioeconômicas mais profundas; os segundos teriam se incomodado com uma abordagem que, acreditavam, teria diluído a relevância e a singularidade da revolução francesa.³²

Durante as três décadas que sucederam a Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento da história demográfica redundou em estudos migratórios mais complexos que contribuíram para pesquisas mais sofisticadas sobre a escravidão e o tráfico de escravos e que naturalmente enriqueceram os estudos atlânticos, uma vez que os pesquisadores passaram a dedicar mais atenção ao continente africano e sua diáspora migratória, bem como ao seu papel no intrincado sistema atlântico. Ao mesmo tempo, os desdobramentos da história demográfica ensejaram a difusão de pesquisas renovadas sobre as ondas migratórias europeias, os assentamentos coloniais, a organização social, a força de trabalho e a estrutura familiar na América do Norte; assim como possibilitaram,

²⁹ BAILYN, Bernard. *Atlantic History. Concept and Contours*. Harvard University Press, 2005. p. 3-15.

³⁰ Armitage, “Foreword” in PALMER, R. R.; ARMITAGE, David. *The age of the democratic revolution. A political history of Europe and America, 1760-1800*. Princeton: Princeton University Press, 2014.

³¹ PALMER, R. R.; ARMITAGE, David. *The age of the democratic revolution. A political history of Europe and America, 1760-1800*. Princeton: Princeton University Press, 2014.

³² BAILYN, Bernard. *Atlantic History. Concept and Contours*. Harvard University Press, 2005. p. 24-29.

na América hispânica, releituras mais acuradas sobre os impactos do encontro étnico e cultural decorrente das migrações transatlânticas e do inexorável contato entre europeus, ameríndios e africanos.³³

No contexto do pós-segunda guerra mundial, não apenas as histórias econômica, social e demográfica protagonizaram um acentuado desenvolvimento sob uma perspectiva Atlântica mais ampla e integrada, mas também a história intelectual e política. No campo da história intelectual, seria possível identificar um número cada vez maior de pesquisas que investigavam o fluxo de ideias que circulavam no Mundo Atlântico, gerando impactos recíprocos no Velho e no Novo Mundo. Seria o caso das ideias iluministas que teriam circulado pela Europa e pelas Américas produzindo um espírito revolucionário em ambos os continentes. No caso da experiência imperial britânica, debates iniciais sobre as raízes intelectuais europeias da revolução americana, envolvendo direitos naturais e o direito à revolução, ensejaram pesquisas renovadas sobre o alcance da ideologia e do “*pensamento político inglês, da teoria moral escocesa e da filosofia suíça*,”³⁴ que buscavam compreender o estro reformista, republicano e da *commonwealth*, desde as revoluções puritana e gloriosa até seu ponto culminante materializado na independência dos Estados Unidos.³⁵ Nesse contexto intelectual e historiográfico de investigações apuradas sobre as ideologias, ideias revolucionárias e a cultura geral de fins do século XVIII no Mundo Atlântico, destacam-se obras do próprio Bailyn, como *As origens ideológicas da Revolução Americana* e *Soundings in Atlantic History: Latent Structures and Intellectual Currents, 1500-1830*, e de outros autores, como de Jack R. Pole, autor de *Political Representation in England and the Origin of the American Republic*, e Jack P. Greene, que publicou, na década de 1980, *Peripheries and Center*.³⁶ Como sublinha Gordon Wood, mesmo após a crise nas relações imperiais, o espírito dos colonos britânicos teria sido animado não apenas pela verve liberal, mas também por uma

³³ BAILYN, Bernard. *Atlantic History. Concept and Contours*. Harvard University Press, 2005. p. 32-37; Cf. CANNY, Nicholas. “*Atlantic History and Global History*” in GREENE, Jack P; MORGAN, Philip D. *Atlantic History. A critical appraisal*. Oxford University Press, 2009. p. 318.

³⁴ ARMITAGE, David. *Declaração de Independência. Uma história Global*. Companhia das Letras, 2007. (Kindle, L. 2-3%.

³⁵ Cf. CANNY, Nicholas. “*Atlantic History and Global History*” in GREENE, Jack P; MORGAN, Philip D. *Atlantic History. A critical appraisal*. Oxford University Press, 2009. p. 319-320.

³⁶ Cf. BAILYN, Bernard. *As origens ideológicas da Revolução Americana*. Bauru: Edusc, 2003; BAILYN, Bernard; DENAULT, Patricia. *Soundings in Atlantic History: Latent Structures and Intellectual Currents, 1500-1830*. Harvard University Press, 2009; POLE, Jack R. *Political Representation in England and the Origins of the American Republic*. Univ of California, 1966; GREENE, Jack P. *Peripheries and Center. Constitutional development in the Extended Politics of the British Empire and the United States, 1607-1788*. University of Georgia Press, 2009.

identificação com preceitos constitucionais e ideais políticos ingleses, inspirando uma retórica político-jurídica interpretada e lapidada de acordo com os interesses dos líderes revolucionários e balizadora do avanço insurrecional nas colônias.³⁷

Como sugere Edmund Morgan, no campo da retórica há, via de regra, velhas ideias com novas roupagens ou sutilezas. Morgan, inserido nesse mesmo contexto historiográfico, explora o campo da história intelectual, social e política para demonstrar como as ideias de povo e soberania popular constituíram uma ficção política que fez parte de uma construção discursiva engendrada como forma de legitimar, na Inglaterra, o poder de representação do Parlamento durante as revoluções inglesas do século XVII e, na América do Norte, um arcabouço legal e político erguido sobre ideais democráticos, liberais e republicanos, fundamentos norteadores da república norte-americana.³⁸

Ao lado de outros expoentes da *Escola de Cambridge* - Quentin Skinner, John Dunn, Peter Laslett etc -, John Pocock, dialogando com a história dos conceitos e o contextualismo linguístico como forma de renovar a história e a teoria do pensamento político, ofereceu importantes contribuições para a história intelectual e para os estudos sobre o republicanismo atlântico. Como salientou Bailyn, suas pesquisas sobre as ideias políticas inglesas, nas quais foram analisados discursos de Maquiavel e outros pensadores europeus, contribuíram para as análises posteriores formuladas por historiadores do pensamento político britânico moderno que adotaram uma perspectiva atlântica, ilustrando, como informou Nicholas Canny, “*the unique characteristics of the particular threads of political discourse that informed the creation of political institutions both within England, Scotland, and Ireland, and within the societies that people from these jurisdictions established on the other side of the Atlantic both before and after the era of the American Revolution*”.³⁹ Tal inteligência historiográfica, atlântica e mais abrangente, permitiu aprofundar a constatação de Pocock acerca de uma matriz de pensamento político, proveniente de Maquiavel e do *cinquecento* italiano, nas ideias de republicanismo na Grã-Bretanha e na América britânica;⁴⁰ assim como estimulou os

³⁷ WOOD, Gordon S. *A revolução americana*. Rio de Janeiro: editora objetiva, 2002. p. 119-141. No mesmo sentido, MORGAN, Edmund. *The Birth of the Republic - 1763-1789*. University of Chicago, 2012.

³⁸ MORGAN, Edmund. *La invención del pueblo. El surgimiento de la soberanía popular en Inglaterra y Estados Unidos*. Siglo veintiuno editores, 2004.

³⁹ CANNY, Nicholas. “*Atlantic History and Global History*” in GREENE, Jack P; MORGAN, Philip D. *Atlantic History. A critical appraisal*. Oxford University Press, 2009. p. 319-320.

⁴⁰ Cf. POCKOCK, John. *The Machiavellian Moment. Florentine Political Thought and the Atlantic Republican Tradition*.

debates acadêmicos sobre as influências de tal pensamento no mundo hispânico, inspirando diretamente as discussões correlacionadas à ideia de uma era de revoluções atlânticas.⁴¹

No caso ibero-americano, desenvolveram-se pesquisas cujo escopo era investigar se a escolástica medieval e as raízes tradicionais do catolicismo teriam sido incompatíveis ou teriam impedido que as ideias iluministas europeias e os ventos revolucionários chegassem aos principais portos e capitais da América espanhola e soprassem para o interior das colônias hispano-americanas, alcançando os locais mais longínquos e inóspitos. Com a evolução das pesquisas historiográficas, foi possível investigar de forma mais sofisticada as influências do pensamento cultural e intelectual europeu - como o liberalismo e o iluminismo - sobre as elites *criollas* e as demais camadas populares na América hispânica.⁴² Vindas a lume na segunda metade do século XX, interpretações historiográficas enxergaram uma era de revoluções atlânticas, influenciada pela ilustração europeia e pelas revoluções americana e francesa, reverberando política, cultural e ideologicamente nas colônias americanas, abalando os baluartes dos impérios português, francês e espanhol no Mundo Atlântico, nas primeiras décadas do século XIX.

François-Xavier Guerra, em seu conjunto de ensaios, coligidos na obra *Modernidad e independencias: Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*, refletindo e transitando sobre diversas questões, como o imaginário social e político da modernidade, e as imbricações entre as revoluções hispânicas e francesa, traz importantes reflexões sobre as transformações do mundo hispânico ocorridas nas duas margens do Atlântico no alvorecer do século XIX, articulando aproximações entre a revolução liberal na Península Ibérica e os movimentos de independência na América hispânica, que se desenvolveram em um cenário de desinteligência entre os princípios e valores sedimentados no início da modernidade e o despotismo do Antigo Regime.⁴³ Na mesma esteira, abordando o “primeiro liberalismo espanhol” (1808-1814) e o importante papel que teria desempenhado no processo de emancipação na América hispânica, insere-se o livro de Roberto Breña Sanchez, *El primer liberalismo español y los procesos de emancipación*

Princeton University Press, 2016 (1975).

⁴¹ BAILYN, Bernard. *Atlantic History. Concept and Contours*. Harvard University Press, 2005. p. 52-53.

⁴² BAILYN, Bernard. *Atlantic History. Concept and Contours*. Harvard University Press, 2005, p. 52-54.

⁴³ GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias: Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. Ediciones Encuentro, 2011. Cf. Também: GUERRA, François-Xavier. *Las revoluciones hispanicas: Independencias Americanas Y Liberalismo Espanol*. Complutense S A Editorial, 1995.

de América, 1808-1824: una revisión historiográfica del liberalismo hispánico, no qual o autor pondera que a tradição político-ideológica liberal que guia os Estados-nacionais surgidos na hispano-américa é herdeira direta do “*primeiro liberalismo espanhol*”.⁴⁴

O espectro da história política teria seguido o mesmo caminho, ao mesmo tempo que procurou ir além dos tradicionais estudos sobre as estruturas institucionais imperiais, inserindo uma maior sofisticação nas análises, que procuravam contemplar as cadeias, fluxos, redes de conexões e interesses de grupos de indivíduos que ocupavam o poder e transitavam em sua estrutura fluida e mutável nas duas margens do oceano, propiciando uma visão abrangente das relações de poder e políticas de governança no Mundo Atlântico, não apenas na relação colônias/metrópoles, mas na compreensão das diferenças administrativas, constitucionais e políticas entre os impérios europeus que operavam no Atlântico.⁴⁵

A perspectiva atlântica constitui um interessante método de análise, por meio do qual é possível apresentar uma visão mais ampla da atuação do império espanhol durante a revolução americana e compreender a dinâmica imperial no Mundo Atlântico. Como veremos mais adiante, parte da historiografia sobre a participação da Espanha na revolução americana irá adotar, de diferentes maneiras e com diferentes ênfases, uma perspectiva atlântica/global. E é natural que os historiadores, em um dado momento, tenham buscado suplantado uma tradicional abordagem nacional. A história, como campo formal de produção de conhecimento, e as ciências sociais como um todo, surgiram em um contexto de formação dos Estados nacionais no século XIX, o que explica, em muitos sentidos, a dificuldade que essa área epistemológica passou a enfrentar ao analisar processos de interação e troca intensificados por um mundo cada vez mais globalizado. As nações constituíam as unidades de análise a partir das quais eram explicados os fenômenos sociológicos e históricos.

Críticas

Autor das clássicas teses sobre a importância do comércio para a ascensão e declínio

⁴⁴ BREÑA, Roberto. *El primer liberalismo español y los procesos de emancipación de América, 1808-1824: una revisión historiográfica del liberalismo hispánico*. El Colegio de México, 2006. p. 12.

⁴⁵ BAILYN, Bernard. *Atlantic History. Concept and Contours*. Harvard University Press, 2005, p. 48-50.

da sociedade feudal, sobretudo da influência da reabertura do mediterrâneo, das rotas comerciais de longa distância e dos portos ocidentais no século XI, quando teria ocorrido um renascimento econômico na Europa, após um longo período de estagnação provocado pela invasão árabe e os conflitos com o Império Franco no século VIII, que interromperam a rede de comércio vigente desde a hegemonia do império romano no Mediterrâneo,⁴⁶ o historiador belga Henri Pirenne, conforme lembrou Baylin, fez alusão à importância histórica do Atlântico como um espaço integrador, “*around which western civilization develops.*”⁴⁷

No entanto, Conrad salienta que a ânsia por buscar novos recortes geográficos e unidades de análise, apesar de louvável, tem levado parte da historiografia a reproduzir equívocos criticados e perpetrados anteriormente. Seria o caso da apropriação dos oceanos como espaços de análise, que teriam constituído novas unidades privilegiadas, substituindo as malfadadas unidades nacionais, a partir das quais novas investigações eram feitas. Assim, o Oceano Atlântico também teria redundado em uma unidade fixa e rígida, em vez de um “*espaço heurístico*” de investigação, parte de uma complexa e dinâmica rede que transcende esta região.⁴⁸

Greene e Morgan identificam algumas críticas dirigidas à história atlântica “*that merit serious consideration.*”, que podem ser resumidas, primeiro, em uma alegada “*falta de coerência e unidade*”, que ensejaria a necessidade de separação do atlântico em diferentes espaços - algo que, como veremos, será contestado, por exemplo, pela “*Entangled History*”. A segunda crítica diagnosticada por Greene e Morgan envolve a acusação dirigida aos atlanticistas de que teriam uma percepção de um “*Atlântico autossuficiente*” e circunscrito a uma “*unidade limitada*”, e, além de dialogar com a crítica de Conrad acima mencionada, atravessa o debate sobre possíveis incompatibilidades ou complementaridades entre as perspectivas atlântica e global, que será mais bem delineado aqui quando abordarmos as considerações de Nicholas Canny sobre o assunto. A terceira crítica materializa-se na interpretação de que a história atlântica engendraria uma simples releitura, porém mais sofisticada, da antiga história

⁴⁶ Cf. HILTON, Rodney *et al.* *A transição do Feudalismo para o Capitalismo. Um debate.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. P. 163.

⁴⁷ PIRENNE, Henri. *Grands Courants de l'Histoire Universelle*, vol. III *apud* BAILYN, Bernard. *Atlantic History. Concept and Contours.* Harvard University Press, 2005. p. 17.

⁴⁸ CONRAD, Sebastian. *What is global history?* Princeton University Press, 2016. P. 166.

imperial eurocêntrica. A quarta crítica, por sua vez, estaria intimamente ligada ao debate acerca da história continental/história atlântica, visto que acusa esta de concentrar sua atenção nas regiões costeiras e preterir as áreas e povos que viveram nas regiões mais longínquas no coração do continente. E, por último, a quinta crítica giraria em torno da ênfase conferida pela história atlântica às conexões e às histórias transnacionais, *“without much concern about specifying how those connections and transnational relations affected the internal histories of the areas that they connected.”*⁴⁹

Além das críticas direcionadas à história atlântica por sua narrativa excessivamente anglófona e pela ênfase conferida ao Atlântico Setentrional, outras perspectivas globais apontam a utilidade de expansão de análise para além do espaço atlântico em si, promovendo uma interpretação integradora com outras regiões, como o oriente; algo que descolaria o eixo de análise e propiciaria o questionamento dessa centralidade até então naturalizada. Tecendo críticas ao nacionalismo metodológico, Wallerstein⁵⁰ chega a afirmar que, não apenas as teorias clássicas do século XIX, mas também a historiografia atlântica mais recente enfatizaria as nações como unidades propulsoras do desenvolvimento, o que prejudicaria uma compreensão mais ampla dos fenômenos sociais e históricos. Ressaltando a importância do Atlântico como elemento integrador das relações entre europeus e americanos, Dale Tomich, adotando uma perspectiva semelhante à de Wallerstein, também critica esses múltiplos atlânticos - o britânico, o espanhol, o português, o francês e o holandês - que parecem apartados por fronteiras imperiais, sem as influências sociais, culturais e econômicas que exercem reciprocamente, inviabilizando uma história atlântica.⁵¹ Daí ser interessante a ideia de Cañizares-Esguerra e Benjamin Breen sobre um “Atlântico híbrido”,⁵² em uma perspectiva por meio da qual é possível integrar não apenas as tradicionalmente compartimentadas experiências imperiais ultramarinas, mas também a nova dinâmica inaugurada com o encontro entre os europeus e as sociedades e culturas autóctones das Américas, possibilitando uma compreensão mais ampla do desenvolvimento dessas relações durante os séculos.

⁴⁹ GREENE, J. P.; MORGAN, P. D. *Atlantic History. A Critical Appraisal*. Oxford University Press, USA, 2008. p. 5-7.

⁵⁰ WALLERSTEIN, Immanuel. *Impensar las Ciencias Sociales*. Tradução de Susana Guardado. Barcelona: Siglo Veintiuno Editores, 1998. p. 10.

⁵¹ TOMICH, Dale. *O Atlântico como espaço histórico*. Estudos Afro-Asiáticos, ano 26, nº 2, 2004, PP 221-240.

⁵² BASSI, Ernesto. *“Enabling, Implementing, Experiencing Entanglement. Empires, Sailors, and Coastal Peoples in the British-Spanish Caribbean”* in CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. *Entangled Empires. The Anglo-Iberian Atlantic, 1500-1830*. University of Pennsylvania Press, 2018. p. 234-235

A integração - A perspectiva emaranhada

Ainda que seja difícil conceituar a história atlântica e seja possível observar uma variedade de histórias que teoricamente adotam tal perspectiva, como ponderou Nicholas Canny,⁵³ acreditamos que a compreensão integradora do Atlântico como uma região histórica que comporta uma intrincada rede de relações econômicas, políticas, sociais e culturais, coaduna-se com as cadeias de mercadorias, pessoas e culturas que fundiram diferentes continentes no Mundo Atlântico na era moderna. Tal método analítico contribui para o estudo da expansão imperial europeia pelo Atlântico, e até mesmo para algumas divisões propostas por historiadores acerca da expansão europeia, como a que a divide em duas fases distintas, delimitadas pelo *“final da conquista espanhola do México e o início da ocupação inglesa e francesa da América Norte”*. Nesse sentido, abordando o avanço das Províncias Unidas dos Países Baixos contra a Espanha e Portugal, que abriu caminho para Inglaterra e França e possibilitou a formação do sistema atlântico do noroeste europeu, dispõem Berbel, Marquese e Parron que, *“tal como ocorrera um século antes com as metrópoles ibéricas, a expansão das três potências do noroeste europeu se deu de modo estritamente articulado, constituindo um campo unificado de tensões e condicionamentos recíprocos.”*⁵⁴

Nesse ponto, talvez possa ser feita uma crítica à obra de John Elliott, que apresenta uma comparação formal entre os impérios espanhol e britânico, sem, contudo, a preocupação de integrar as duas experiências.⁵⁵ Ao contrário de Gordon Wood,⁵⁶ que partiu de um recorte espacial relativamente restrito, enfatizando as causas internas da revolução americana e sua relação com a Inglaterra, Elliot adotou uma perspectiva

⁵³ CANNY, Nicholas. *“Atlantic History and Global History”* in GREENE, Jack P; MORGAN, Philip D. *Atlantic History. A critical appraisal*. Oxford University Press, 2009. p. 317.

⁵⁴ BERBEL, M.; MARQUESE, R. DE B.; PARRON, T. *“Brasil, Cuba e os dois primeiros sistemas atlânticos”*. In: *Escravidão e política: Brasil e Cuba, c. 1790 – 1850*. São Paulo: Editora Hucitec: FAPESP, 2010. p. 42-43.

⁵⁵ As críticas, contudo, não desmerecem a notável obra de Elliott, que não deixa de analisar, dentre outras questões, a política colonial em relação aos ameríndios; as diversas facetas da mestiçagem e suas consequências na dinâmica social e cultural da vida colonial; as diferentes maneiras de organização da produção, divisão do trabalho e apropriação da mão-de-obra; a estrutura econômica; as redes comerciais; a organização político-administrativa no Novo Mundo e os processos de independência que abalaram as Américas. Assim, o historiador inglês consegue transcender a dimensão local e conectá-la com as manifestações mais amplas da vida colonial, articulando-as com as disposições mentais, convenções políticas, ordem econômica e padrões culturais de matriz europeia.

⁵⁶ WOOD, Gordon S. *A revolução americana*. Rio de Janeiro: editora objetiva, 2002; WOOD, Gordon S. *Empire of liberty. A history of early republic, 1789 - 1815*. Oxford University Press, 2009; WOOD, Gordon S. *The Creation of the American Republic 1776-1787*. Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 1969; WOOD, Gordon S. *The radicalism of the american revolution*. New York, first vintage books edition, 1993.

comparada em suas análises, trilhando métodos parecidos com os de Jack P. Greene e J. R. Pole⁵⁷, Janet Polasky⁵⁸, Andrew Jackson O'Shaughnessy⁵⁹, R. R. Palmer e David Armitage⁶⁰; e bastante similar à abordagem comparativa formulada por James Lang em *Conquest and Commerce*⁶¹, na qual, *grosso modo*, é sugerida uma diferença fundamental entre os dois impérios, identificada no perfil de conquista que caracterizaria o espanhol, ao passo que o inglês teria uma inclinação em estabelecer redes comerciais em suas colônias. Elliott, um renomado especialista em história da Espanha, com obras consagradas como *The Count-Duke of Olivares*⁶² e *Imperial Spain*⁶³, deslocou seu interesse para as Américas hispânica e britânica, elaborando *Empires of the Atlantic World: Britain and Spain in the America (1492-1830)*,⁶⁴ no qual propõe um estudo comparativo da história desses impérios no Mundo Atlântico, desde o incipiente domínio espanhol na América até seu crepúsculo no primeiro quartel do século XIX. A comparação sistemática feita por Elliott é bem resumida por Berbel, Marquese e Parron:

[...] a contraposição entre ibéricos e anglo-saxões é frequentemente reposta, em vista das inegáveis assimetrias referentes não apenas à escravidão, mas, igualmente, a diversas outras instituições e práticas. Este é o caso de um livro recente de J.H.Elliott, que assinalou uma série de diferenças entre o império espanhol e o britânico no que se refere às formas de legitimação imperial, de ocupação do espaço americano, de migração europeia e africana; ao amplo programa de conversão espiritual dos povos subjugados pelos espanhóis, ausente entre os britânicos e estritamente ligado à ideologia imperial espanhola; ao processo de “crioulização” das elites coloniais pelos casamentos mestiços, ausente na América britânica; às bases econômicas da exploração colonial e respectivas redes comerciais; às estruturas institucionais espanholas, capazes de conduzir o comando da autoridade central de Madri a lugares distantes, estruturas essas ausentes do império britânico, comandado pelo princípio do autogoverno federativo das colônias; às culturas políticas distintas (teorias contratualistas da Segunda Escolástica versus ideologia republicana da Commonwealth); aos quadros societários e sistemas religiosos discrepantes.⁶⁵

A história comparada, uma das variantes da perspectiva teórico-metodológica de história global, ofereceu importantes contribuições para o estudo das instituições e

⁵⁷ GREENE, Jack P; POLE, J. R. *A companion to the american revolution*. Blackwell publishers, 2000.

⁵⁸ POLASKY, Janet. *Revolutions without Borders. The call to liberty in the atlantic world*. Yale University Press, 2015.

⁵⁹ O'SHAUGHNESSY, Andrew Jackson. *An Empire Divided. The American Revolution and the British Caribbean*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2000.

⁶⁰ PALMER, R. R; ARMITAGE, David. *The age of the democratic revolution. A political history of Europe and America, 1760-1800*. Princeton: Princeton University Press, 2014.

⁶¹ LANG, James. *Conquest and Commerce: Spain and England in the Americas*. Academic Press, 1975.

⁶² ELLIOTT, John H. *The Count-Duke of Olivares. The statesman in an age of decline*. Yale University Press, 1989.

⁶³ ELLIOTT, John H. *Imperial Spain - 1469-1716*. Penguin Books, 2002.

⁶⁴ ELLIOTT, John H. *Empires of the atlantic world. Britain and Spain in America, 1492 - 1830*. London: Yale University Press, 2006.

⁶⁵ BERBEL, M.; MARQUES, R. DE B.; PARRON, T. “Brasil, Cuba e os dois primeiros sistemas atlânticos”. In: *Escravidão e política: Brasil e Cuba, c. 1790 – 1850*. São Paulo: Editora Hucitec: FAPESP, 2010. p. 26-27.

práticas imperiais, estabelecendo conexões entre diferentes sociedades e entrelaçando experiências históricas de diferentes nações e espaços geográficos, até então apartadas. A comparação ensejou a transposição de fronteiras e possibilitou a formulação de pesquisas que enfatizam a mobilidade e a interação humanas. Neste campo, inspiradas por historiadores como Sanjay Subrahmanyam⁶⁶ e Serge Gruzinski⁶⁷, vieram a lume histórias comparadas e conectadas que tratavam dos impérios europeus e sua expansão ultramarina, e tentavam renovar as interpretações sobre as Américas e a relação colônia/metrópole, sublinhando as interseções e a complexidade dessas inter-relações, afastando, portanto, as tradicionais concepções acerca do pacto colonial, eivadas de um raciocínio eurocêntrico que resumia as colônias a um prolongamento da expansão metropolitana europeia.⁶⁸

A perspectiva de história entrelaçada, por outro lado, foi o que possibilitou a releitura crítica proposta por Eliga Gould sobre as dimensões atribuídas por uma historiografia tradicional e anglófona aos impérios britânico e espanhol no Atlântico, e lhe conferiu meios para comparar e redimensionar a estrutura e as instituições destes impérios e sugerir uma ideia de periferia do Atlântico britânico quando comparado à magnificência dos domínios espanhóis no Novo Mundo.⁶⁹ Novais, por exemplo, atribui a manutenção

⁶⁶ Sanjay Subrahmanyam, em sua aula inaugural proferida no Collège de France, tece críticas a Fernand Braudel e muitos outros historiadores que, segundo aquele, ao esquadriharem histórias de impérios e redes de mercadores na Idade Moderna, investigando as inter-relações entre diferentes regiões, teriam concebido narrativas bastante eurocêntricas. No caso específico de Braudel e seus estudos sobre o mediterrâneo, o cerne da análise parecia ser o norte do mar, região a partir da qual eram pensadas as dinâmicas e relações com os demais agentes históricos. Assim, “*os pontos de vista dos otomanos, dos mongóis da Índia e dos Chineses foram, no entanto, igualmente negligenciados em um certo estilo de ‘história mundial’*”. SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Em busca das origens da história global*: aula inaugural proferida no Collège de France em 28 de Novembro de 2013. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 30, nº 60, p. 219-240, janeiro-abril, 2017.

⁶⁷ Com acentuado prestígio na tradição historiográfica hispano-americana, Serge Gruzinski, especialista em história da colonização hispânica na América e herdeiro intelectual da escola dos *Annales*, destaca-se como um pensador crítico do nacionalismo metodológico e das histórias nacionais, e, em razão de sua formação antropológica, sempre preocupado com as análises etnocêntricas, embora reconheça que mesmo a história comparada está eivada, em muitos aspectos, de etnocentrismo e eurocentrismo. Em “A colonização do imaginário,” por exemplo, reflete sobre o amálgama entre a cultura dos povos ameríndios autóctones e a expansão do império espanhol no Novo Mundo, com ênfase na colonização da Nova Espanha, delineando o paulatino e complexo processo de adaptação, assimilação e influência recíproca que permeou todo o mundo colonial hispânico. Em “*As quatro partes do mundo: história de uma mundialização*”, a partir do Brasil, México e das costas indianas e africanas, propõe uma reflexão menos eurocêntrica sobre o processo de mundialização; e em “*A águia e o dragão: ambições europeias e mundialização no século XVI*”, estuda o choque de culturas e civilizações ocorrido durante a expansão dos impérios espanhol e português, demonstrando como a águia asteca sucumbiu perante o poderio espanhol e o dragão chinês se impôs aos invasores portugueses, e narra como esse encontro de três continentes fomentou um processo de globalização, cujo principal motor, foram, à época, os impérios ibéricos. Cf. 2015; GRUZINSKI, Serge. *A colonização do imaginário*. Companhia das Letras, 2003; GRUZINSKI, Serge. *As quatro partes do mundo: história de uma mundialização*. Edusp, 2014; GRUZINSKI, Serge. *A águia e o dragão: ambições europeias e mundialização no século XVI*. Companhia das Letras, 2015.

⁶⁸ PÉREZ, José Manuel Santos. *Histórias Conectadas. Ensaios sobre história global, comparada e colonial na idade moderna (Brasil, Ásia e América Hispânica)*. Editora Autografia, 2016. p. 9-15.

⁶⁹ GOULD, Eliga H. (2007) *apud* PAQUETTE, Gabriel; SARAVIA, Gonzalo M. (Orgs.). *Spain and the American*

da superioridade dos domínios territoriais espanhóis durante todo o século XVIII, mesmo diante da crise dos impérios ibéricos, ao acirramento da concorrência entre as potências que ascendiam e formavam o sistema do noroeste europeu e à aproximação das Coroas espanhola e francesa, formalizada por meio de sucessivos Pactos de Família celebrados entre as Casas bourbônicas no decorrer do setecentos.⁷⁰

Gould, apesar de reconhecer a importância da história comparada e dos avanços que ela representou nos estudos de impérios e para a historiografia preocupada com a história colonial das Américas inglesa e hispânica, constrói sua defesa da história entrelaçada a partir de críticas à história comparada, principalmente em relação às suas limitações metodológicas, tendendo a encarar tais impérios e suas experiências coloniais como algo distinto e apartado um do outro, e não como algo interconectado. O entrelaçamento dessas histórias e, portanto, a sobreposição de processos e fenômenos interligados - como “raça, comércio, religião, lei” etc -, é o que permite que Gould aponte uma assimetria entre a Espanha e a Grã-Bretanha nas Américas.⁷¹

If we think of the British and Spanish Atlantic empires as two parts of the same hemispheric system, we also need to realize that this system was deeply asymmetric, with the balance of power tilting heavily for much of the colonial era in Spain's favor. Not only was Spain the dominant military and naval power during the first century and a half of Europe's overseas expansion, but as late as the end of the eighteenth century, its American possessions far outstripped those of its rivals, including Britain and the United States, in both wealth and population. On the eve of the American Revolution, at a time when the combined indigenous, settler, and enslaved population of Britain's North American colonies was perhaps 3 million, the Spanish empire contained nearly three times as many inhabitants. In 1800, the one urban area in the Americas with a population of more than 100,000 was Mexico City, and Spanish America boasted thirty-seven of the hemisphere's fifty largest cities, as opposed to a mere five that fit that category in the United States.¹⁴ Although Spanish Creoles lagged behind their Anglo-American counterparts in some areas - the first successful Spanish American newspapers date only to the 1790s - their cultural achievements in music, theater, architecture, and the writing of their own history were much more impressive.¹⁵ As Jose Moya has aptly written, "only the blinders of U.S.-centrism can obscure the fact that before 1776 the principal sites of modernity could be found not in Boston or Philadelphia, but in places like Guanajuato and Salvadorf.] . . . Mexico City and Lima." If British America was a provincial fragment of Britain proper, it was also, in important respects, part of a Spanish periphery that included much of the Western Hemisphere."⁷²

Tal perspectiva permitiu que o autor delineasse uma estreita ligação entre a

Revolution: New Approaches and Perspectives. Routledge, 2019. (L. Kindle 501-509).

⁷⁰ NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. Editora 34, 2019. p. 70.

⁷¹ GOULD, Eliga H. “Entangled Histories, Entangled Worlds: The English-Speaking Atlantic as a Spanish Periphery.” *American Historical Review* 112, no. 3 (2007): 764–786.

⁷² GOULD, Eliga H. “Entangled Histories, Entangled Worlds: The English-Speaking Atlantic as a Spanish Periphery.” *American Historical Review* 112, no. 3 (2007): 764–786. Cf. GOULD, Eliga H. “‘A hemisphere to itself’: the american revolution and the entangled history of the western atlantic” in BRAUN, Harald E; VOLLENDORF, Lisa. *Theorising the Ibero-American Atlantic*. Leiden, Boston, 2013. p. 76-77.

expansão dos impérios britânico e espanhol nas Américas, formando uma espécie de antítese entre as duas experiências e a ideia de que o projeto imperial britânico foi moldado em muitos aspectos pelo exemplo imperial espanhol e pela comparação com seu inimigo europeu, refletindo tal contraposição em construções e narrativas depreciativas acerca da conquista espanhola da América e do perfil do conquistador espanhol, como pode ser observado no malfadado mito da *Legenda Negra*, responsável por envilecer a Espanha e legitimar uma retórica imperial britânica. O entrelaçamento da história dessas potências europeias no Atlântico inegavelmente complexifica suas relações e dificulta uma análise isolada - ou simplesmente comparada - desses impérios e até mesmo das incipientes nações americanas que surgiram em fins do século XVIII e inícios do XIX, como é o caso dos Estados Unidos. Nesse sentido, Gould também tece críticas à história atlântica, não por sua ênfase na interconexão cultural e de ideias, de bens e até mesmo institucional, mas pelo já citado anglocentrismo da história atlântica, que, geralmente, quando trata do desenvolvimento do império britânico ou da nascente república norte-americana em uma perspectiva atlântica, adota o método comparativo formal para ressaltar as diferenças entre as experiências coloniais europeias, ao passo que costuma adotar fronteiras nacionais ou imperiais rígidas e bem delimitadas, quando dever-se-ia pensar em fronteiras fluidas e mutáveis, que formam um intrincado amálgama cultural, político e econômico, perceptível quando se utiliza uma perspectiva de história emaranhada, possibilitando uma melhor compreensão tanto do Atlântico britânico quanto do espanhol.⁷³ De acordo com o historiador, “*Not only was the American Revolution an event with far-reaching integrative tendencies, bringing the United States into closer contact with Europe, Africa, and the rest of the Americas, but the revolution was also, in important ways, an expansionist bid for hemispheric empire*”.⁷⁴

Gould, seguindo boa parte da historiografia mais tradicional, reconhece que as mudanças políticas que ocorreram nas Américas britânica e hispânica na virada do século XVIII para o XIX possuem raízes na guerra dos sete anos e nas reformas imperiais promovidas por ambos os impérios, porém, ainda que seja possível comparar as crises,

⁷³ GOULD, Eliga H. “*Entangled Histories, Entangled Worlds: The English-Speaking Atlantic as a Spanish Periphery*.” *American Historical Review* 112, no. 3 (2007): 764– 786.

⁷⁴ GOULD, Eliga H. “‘*A hemisphere to itself*’: the american revolution and the entangled history of the western atlantic” in BRAUN, Harald E; VOLLENDORF, Lisa. *Theorising the Ibero-American Atlantic*. Leiden, Boston, 2013. p. 76.

como fez Elliott,⁷⁵ afirma que as crises imperiais não possuem tantos pontos de imbricação, não apenas em razão da disparidade cronológica entre a secessão das colônias britânicas e os movimentos de emancipação da América hispânica, mas também pela postura conservadora e recalcitrante da elite *criolla* hispânica em defender abertamente a independência.⁷⁶ Tal interpretação distancia-se do entendimento assente em boa parte da historiografia que enfatiza as reformas imperiais da segunda metade do século XVIII para explicar os processos de independência nas Américas e dialoga com novas interpretações historiográficas que enxergam o império ultramarino espanhol mais bem estruturado e integrado administrativamente na virada do século XVIII para o XIX, e não em franca decadência, como era sugerido. Como corolário dessa inflexão historiográfica, sugere-se que as causas da ruptura e formação dos Estados-nacionais na América hispânica em inícios do século XIX estariam mais ligadas à invasão francesa da Península Ibérica, em 1808, do que propriamente às reformas engendradas pela monarquia espanhola na segunda metade do século XVIII.

Também seguindo a perspectiva global e de história entrelaçada, destacam-se as obras editadas por Cañizares-Esguerra, *The Atlantic in Global History: 1500-2000* e *Entangled Empires: The Anglo-Iberian Atlantic, 1500-1830*.⁷⁷ Na primeira, boa parte dos autores questiona a utilidade do Atlântico como uma unidade de análise útil - nos mesmos moldes da crítica apontada por Conrad e das reflexões de Canny, e inserindo-se na onda de críticas que Greene e Morgan consideraram relevantes, conforme vimos. É o caso de Felipe Fernández-Armesto, que escreveu o capítulo *Empires in their global context - 1500-1800*,⁷⁸ no qual pondera que os impérios europeus modernos eram, na verdade, globais, extrapolando o espaço atlântico e atingindo outros continentes; assim como não eram os únicos, pois outras potências disputavam espaço em diversas regiões, como os impérios russo e chinês. A contextualização global desses impérios europeus modernos e sua comparação com outros impérios, como os asiáticos, constituem o fundamento para

⁷⁵ ELLIOTT, John H. *Empires of the atlantic world. Britain and Spain in America, 1492 - 1830*. London: Yale University Press, 2006.

⁷⁶ GOULD, Eliga H. "Entangled Histories, Entangled Worlds: The English-Speaking Atlantic as a Spanish Periphery." *American Historical Review* 112, no. 3 (2007): 764– 786. p. 779-780.

⁷⁷ CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. *Entangled Empires. The Anglo-Iberian Atlantic, 1500-1830*. University of Pennsylvania Press, 2018. CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. *The Atlantic in Global History, 1500-2000*. Routledge, 2017.

⁷⁸ FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. *Empires in their global context - 1500-1800* in CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. *The Atlantic in Global History, 1500-2000*. Routledge, 2017.

que Fernández-Armesto desloque o pioneirismo imperial para as potências do oriente e questione essa aura gloriosa que foi deferida aos impérios europeus modernos por grande parte da historiografia ocidental, possibilitando uma reflexão crítica sobre a expansão ultramarina europeia e a importância das Américas na dinâmica da economia global, que teria sido fundamental para equilibrar a economia europeia e alçá-la a um patamar de competitividade com as civilizações asiáticas, deixando para trás seu passado de atrasado. A ampliação do quadro comparativo tradicionalmente esquadrinhado entre impérios europeus e sua inserção em um contexto global, onde é possível analisar com mais clareza as nuances e os intercâmbios culturais e políticos mantidos não só entre colonizado e colonizador, mas também entre diferentes povos e impérios de diversas partes do mundo, permitem que o autor relativize a importância e a ideia de hegemonia dos impérios marítimos europeus, bem como identifique um imperialismo de tipo terrestre e tradicional mais acentuado do que o bastante difundido de tipo marítimo.⁷⁹

No entanto, os argumentos de Fernández-Armesto não impedem que este reconheça a importância das talassocracias europeias modernas, desde o pioneirismo português em mares distantes, perpassando o fausto do século de ouro espanhol, a incrível expansão ultramarina holandesa do século XVII até o domínio marítimo francês e britânico do oitocentos. Apesar de experiências em menor escala na Antiguidade, entre povos que singravam o Mediterrâneo - fenícios, gregos e romanos - e, posteriormente, entre genoveses, venezianos e turcos; e mesmo diante das temidas explorações das navegações vikings pelos mares do norte e da Europa; de ricas redes comerciais no Oceano Índico na Idade Média, que alcançavam enclaves na Pérsia, China, Índia e Arábia; e ainda que comerciantes chineses tenham se apropriado da rota comercial do Oceano Índico no século XV, Fernández-Armesto afirma que nada disso pode ser comparado com a rede marítima de longa distância engendrada pelos impérios europeus no início da modernidade, após a civilização ocidental, como eruditamente narrou Delumeau, vencer

⁷⁹ “Thanks to this new perspective, we can see some old problems in a new light. According to conventional wisdom, for example, relations between the Portuguese and Dutch were crucial in the decline of the Portuguese Empire in Asia in the seventeenth century. But in reality, the Portuguese yielded not only to their European rivals but also to the growing force of indigenous dynasties that challenged them: the Tokugawa, the Moguls, the Safavids, the Sayyids of Oman, and the empire personally created by Coxinga.” in VAN VEEN, E. *Decay or Defeat? An Inquiry into the Portuguese Decline in Asia, 1580–1645* (Leiden, 2000). *apud* FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. *Empires in their global context - 1500-1800* in CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. *The Atlantic in Global History, 1500-2000*. Routledge, 2017. p. 97.

um de seus pesadelos mais íntimos, o mar.⁸⁰ Assim como os significativos impactos - principalmente ecológicos e demográficos - que tal expansão gerou em diferentes áreas, seriam sem precedentes.⁸¹

Nicholas Canny, rebatendo parte das críticas que Chris Bayly, em *The Birth of the Modern World*,⁸² direciona à história atlântica, concorda com a percepção deste de que “the new trading networks that developed between Europe and Asia during the early modern centuries as “archaic,” in that they were built upon, or were a substitution for, older trading connections and were primarily concerned (at least at the outset) with providing luxury goods for a wealthy elite who (as it happened) had little besides precious metal to offer in exchange. However, such trade contributed but incrementally to the quickening of economic activity in the Western world.”⁸³ Assim, é possível constatar que a crítica de Bayly, além de endossada por Canny, é consonante com as reflexões críticas evidenciadas por Fernández-Armesto sobre o pioneirismo imperial do oriente e a suposta hegemonia ultramarina europeia.

De todo modo, o desenvolvimento de rotas comerciais e redes mercantis de longa distância envolveu uma extraordinária capacidade administrativa e logística. O fluxo de metais preciosos na América espanhola ilustra bem o esforço empreendido pela Coroa hispânica, desde a exploração da prata no coração das Américas - concentrada no México e Peru - até seu escoamento nos principais portos hispano-americanos, de onde saíam as embarcações que, reunidas em Havana, formavam o sistema de frotas e galeões que atravessavam o Atlântico. Num contexto mais amplo, é possível observar o voraz mercado asiático, sedento pela prata da América, demandando um número crescente de navios e galeões que singravam pelas rotas marítimas asiáticas e aportavam em Manila, alimentando as poderosas economias da Índia e da China. Nos séculos XVII e XVIII, como sabemos, às incursões ultramarinas portuguesas e espanholas iniciadas no século XVI, juntaram-se franceses, holandeses e ingleses, recrudescendo as redes comerciais entre Europa e Ásia na era moderna. E, no contexto de seu envolvimento na guerra de

⁸⁰ DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente, 1300-1800*. Companhia de Bolso. 2009.

⁸¹ FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. *Empires in their global context - 1500-1800* in CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. *The Atlantic in Global History, 1500-2000*. Routledge, 2017. p. 97-99.

⁸² BAYLY, C. A. *The Birth of the Modern World, 1780-1914: Global Connections and Comparisons*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2004.

⁸³ CANNY, Nicholas. “Atlantic History and Global History” in GREENE, Jack P; MORGAN, Philip D. *Atlantic History. A critical appraisal*. Oxford University Press, 2009. p. 325.

independência dos Estados Unidos, a Coroa hispânica promoveu novas políticas comerciais e estimulou o “livre” comércio imperial e, após sua entrada oficial na guerra, mercadores filipinos, com o beneplácito das autoridades espanholas, também passaram a exercer o comércio com a América, transportando diversos produtos asiáticos.

Sobre a importância das Américas para o desenvolvimento da economia europeia, Canny também é convergente com os argumentos de Fernández-Armesto, afirmando que,

However the simultaneous trading activity in manufactured goods which developed on the Atlantic, to which Chris Bayly devotes scant attention, was the very obverse of the Asian developments because it stimulated the manufacture of goods in the more sophisticated parts of Europe and Africa, which were then exchanged for the variety of raw materials available in profusion from several regions of the Americas and which consumers in the Old World had come to covet. Atlantic trade was also different in character from that which developed between Europe and Asia, in that it aimed not only to satisfy the appetites of the rich but also was, at least from the early decades of the seventeenth century, aimed at creating a mass market for goods. It resulted both in the improvement in the quality of life of a broad spectrum of the population of the West, and in the quickening of the pace of economic activity in Europe and throughout the globe. The Atlantic trades, even more than their Asian counterparts, also provided goods for reexport throughout Europe and for their transmission to Asia and Africa, while they generated an ever increasing demand in the Americas for European produce and products ranging from such basic foodstuffs as wine and oil, livestock, grain, and poultry, to agricultural implements, house furnishing, cheap clothing for indentured servants and slaves, and luxury commodities for emerging elites. Such novel aspects of the Atlantic trades are attributable to the fact that they were generated by societies that, from the outset, were being newly fashioned by Europeans in the Americas, through the establishment of Western domination over indigenous populations, or the importation of African and European workers, or a combination of all three.⁸⁴

Em *Entangled Empires: The Anglo-Iberian Atlantic, 1500-1830*,⁸⁵ obra que também adota uma perspectiva de história emaranhada, Cañizares-Esguerra, assim como Gould, aponta a importância da experiência colonial espanhola para a conformação do projeto imperial britânico na América Setentrional, demonstrando como a Coroa hispânica, ao mesmo tempo que era encarada como uma poderosa inimiga da Grã-Bretanha, invariavelmente constituía, em sua experiência colonial, uma referência por meio da qual as práticas imperiais britânicas eram moldadas e até mesmo avaliadas pelas autoridades inglesas. Seria o caso, como indica Cañizares - contrapondo boa parte da historiografia -, da semelhança entre “*discourses of dominium and sovereignty in the Americas*” forjados tanto pela Espanha católica quanto pela Inglaterra calvinista. “A

⁸⁴ CANNY, Nicholas. “Atlantic History and Global History” in GREENE, Jack P; MORGAN, Philip D. *Atlantic History. A critical appraisal*. Oxford University Press, 2009. p. 325-326.

⁸⁵ CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. *Entangled Empires. The Anglo-Iberian Atlantic, 1500-1830*. University of Pennsylvania Press, 2018.

careful reading of the foundational texts by Pilgrims and Puritans justifying their migration to Virginia and New England in the 1620s and 1630s reveals religious medieval arguments of possession that are strikingly similar to those deployed by Spain a century before.”⁸⁶ Tal perspectiva também permitiu que o historiador equatoriano demonstrasse como a historiografia paulatinamente separou os Atlânticos ibérico e britânico, obliterando comunidades transnacionais, regiões de fronteiras, experiências compartilhadas entre indivíduos de diferentes origens, redes transoceânicas de comerciantes que atingiam as fímbrias de diferentes continentes, e até mesmo transformações culturais e miscigenação étnica.

Cañizares destaca ainda a importância da produção e das redes comerciais no Mundo Atlântico - “*Trade was the linchpin that connected these Iberian-British Atlantics*”⁸⁷ -, na mesma linha das pesquisas sobre cadeias de *commodities* que perfazem uma série de ensaios, coligidos por Topik, Marichal e Frank, sobre a cadeia mercantil de diversos produtos produzidos na América Latina - prata, cochonilla, café, açúcar, cocaína, tabaco, cacau, índigo etc - entre os séculos XVI e XX, e que se inseriam em uma ampla e complexa rede econômica mundial.⁸⁸ A força motriz dessa rede comercial no Atlântico seria formada por marinheiros, escravos e plebeus que, apenas à guisa de ilustração, de acordo com interpretações de Linebaugh e Rediker, teriam configurado uma “*horda heterogênea*” responsável por impulsionar a crise revolucionária nas décadas de 1760 e 1770, abalando as bases do império britânico nas treze colônias e constituindo um dos principais motores da revolução americana, que, segundo a leitura dos autores, não teria sido um fenômeno de elite ou de cunho nacional, mas um movimento oriundo e bastante influenciado pela circulação de indivíduos de camadas populares e de sua troca de ideias e experiências no Mundo Atlântico, compondo uma “*horda heterogênea na revolução americana*” e contribuindo para o declínio do primeiro império britânico e a difusão de uma era atlântica de revoluções.⁸⁹

⁸⁶ Cf. Capítulo 8. “*The “Iberian” Justifications of Territorial Possession by Pilgrims and Puritans in the Colonization of America*” in CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. *Entangled Empires. The Anglo-Iberian Atlantic, 1500-1830*. University of Pennsylvania Press, 2018. p. 12.

⁸⁷ CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. *Entangled Empires. The Anglo-Iberian Atlantic, 1500-1830*. University of Pennsylvania Press, 2018. p. 4. Cf. CANNY, Nicholas. “*Atlantic History and Global History*” in GREENE, Jack P; MORGAN, Philip D. *Atlantic History. A critical appraisal*. Oxford University Press, 2009. p. 326-327.

⁸⁸ FRANK, Zephir; MARICHAL, Carlos; TOPIK, Steven (ed.). *From silver to cocaine. Latin American Commodity Chains and the Building of the World Economy, 1500-2000*. Durham: Duke University Press, 2006.

⁸⁹ Cf. “*A horda heterogênea na Revolução Americana*” in LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. *A hidra de muitas*

A inserção do Atlântico Ibérico

A despeito de sua proposta inicial de contemplar o Atlântico como um espaço histórico, preterindo as análises precedentes que se limitavam às fronteiras imperiais, uma das críticas que as novas perspectivas de história global vêm suscitando, principalmente após o exponencial crescimento da história atlântica nas décadas de 1970 e 1980, versa, como mencionamos, sobre o acentuado anglocentrismo reproduzido por esta, ao concentrar-se na expansão do império britânico no Atlântico Norte, preterindo o mundo ibérico, principalmente a expansão ultramarina no Atlântico Meridional⁹⁰ - ainda que, a partir da década de 1960, se reconheça a contribuição anglo-saxônica para a noção de império português, sobressaindo-se, nesta vertente historiográfica, a produção de Charles Boxer sobre o império colonial português. Há trabalhos importantes que adotam e debatem a perspectiva atlântica, como os do já citados, Greene, Morgan, Armitage, Bailyn, Denault e Cañizares-Esguerra.⁹¹ Na historiografia brasileira, por exemplo, como esforço de ampliar esse espaço de análise, destaca-se a obra de Alencastro, “*O trato dos viventes*,” que desloca o eixo de análise para o Atlântico Sul e confere centralidade ao comércio negreiro como engrenagem de coesão da América portuguesa e formação do Brasil. Sua pesquisa identifica dinâmicas socioeconômicas no espaço atlântico, indicando uma região de produção escravista na costa americana e uma área de reprodução de escravos em Angola.⁹² Ao abordar de forma equitativa os espaços que se descortinam a partir da expansão ultramarina ibérica nos pródromos da era moderna, a obra de Thornton, *A África e os africanos na formação do mundo atlântico*, demonstra preocupações similares, lançando luz para uma melhor compreensão sobre as imbricações entre África, América e Europa, e para um adequado dimensionamento da relevância das sociedades e

cabeças. *Marinheiros, escravos, plebeus e a história ocultado do Atlântico revolucionário*. Companhia das Letras, 2008.

⁹⁰ Cf. GREENE, Jack P.; MORGAN, Philip D. *Introduction: The Present State of Atlantic History*. P. 6; CANNY, Nicholas. “*Atlantic History and Global History*” in GREENE, Jack P.; MORGAN, Philip D. *Atlantic History. A critical appraisal*. Oxford University Press, 2009.

⁹¹ GREENE, J. P.; MORGAN, P. D. *Atlantic History. A Critical Appraisal*. Oxford University Press, USA, 2008. Sobre o tema, ver também: BAILYN, Bernard. *Atlantic History. Concept and Contours*. Harvard University Press, 2005. BAILYN, Bernard; DENAULT, Patricia. *Soundings in Atlantic History: Latent Structures and Intellectual Currents, 1500-1830*. Harvard University Press, 2009; MORGAN, Phillip D. *The Oxford Handbook of the Atlantic World: 1450-1850*. Oxford University Press, 2013; ARMITAGE, David. *Declaração de Independência. Uma história Global*. Companhia das Letras, 2007; ARMITAGE, David; SUBRAHMANYAM, Sanjay (eds.). *The Age of Revolutions in Global Context c. 1760-1840*. London: Palgrave, 2010.

⁹² ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

culturas africanas para a composição do espaço atlântico.⁹³

A inserção do Atlântico ibérico também foi uma preocupação de Kenneth Maxwell,⁹⁴ quando elaborou uma análise sobre as mudanças nas relações de poder ocorridas no Atlântico do século XVIII. A partir de uma perspectiva do Atlântico Sul, Maxwell investiga se seria plausível a designação de um sistema atlântico setecentista protagonizado por Espanha e Portugal, e reflete sobre as crises pelas quais passaram os impérios europeus no Mundo Atlântico, principalmente em fins do século XVIII, quando as relações imperiais e, no caso que mais nos interessa aqui, os domínios espanhóis nas Américas foram abalados, especialmente no contexto revolucionário norte-americano. Maxwell - que escreve na virada do século XX para o XXI - aponta que a historiografia da América Latina, assim como a norte-americana, ainda carecia de uma tradição historiográfica mais inclinada a análises comparativas e cita a dificuldade enfrentada por muitos historiadores de incluir o passado colonial nas análises que fizeram sobre os recém-criados Estados-Nacionais americanos, ainda que alguns historiadores tenham atravessado essas barreiras e articulado os eventos em um quadro analítico mais abrangente que contemplasse e contextualizasse as Américas do Sul e do Norte e suas respectivas experiências coloniais. Assim como Pomeranz, em *A Grande Divergência*, propôs “*explicar por que e como a Europa Ocidental da Era Moderna se distinguiu substancialmente do resto do mundo e especialmente da China e da Índia*”;⁹⁵ e na mesma toada dos estudos de Prasannan Parthasarathi, que, trilhando um caminho diverso de Pomeranz, representam um esforço intelectual de demonstrar a relevância das estruturas e redes de comércio asiáticas para a conformação do sistema-mundo moderno, bem como para reconfigurar o processo de divergência e a supremacia britânica na historiografia, reificada na interpretação da excepcionalidade endógena que teria impulsionado a Inglaterra no desenvolvimento industrial⁹⁶; Maxwell, resgatando

⁹³ THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico*. Editora Campus.

⁹⁴ MAXWELL, Kenneth. “*Hegemonias antigas e novas: o Atlântico ibérico ao longo do século XVIII*”. Chocolate, piratas e outros malandros : ensaios tropicais. São Paulo: Paz e terra, 1999.

⁹⁵ POMERANZ, Kenneth. *A Grande Divergência: a China, a Europa e a formação da economia mundial moderna*. Coimbra: Edições 70, 2013. *apud* SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Em busca das origens da história global*: aula inaugural proferida no Collège de France em 28 de Novembro de 2013. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 30, nº 60, p. 219-240, janeiro-abril, 2017. p. 221.

⁹⁶ Cf. LANDES, David. *The Unbound Prometheus: Technological Change and Industrial Development in Western Europe from 1750 to the Present*. Cambridge University Press, 2003.

indagações de Countryman e Deeds, Stanley e Barbara Stein e do próprio Wallerstein,⁹⁷ menciona o debate acerca da divergência, ou dos caminhos diametralmente opostos que passaram a percorrer as histórias das Américas do Sul e do Norte, após a revolução americana, as revoltas coloniais de fins do XVIII e o processo de emancipação política de inícios do XIX na América hispânica.⁹⁸

Ao investigar as possíveis complementaridades ou incompatibilidades entre as perspectivas atlântica e global, Nicholas Canny lembra da importância dos historiadores econômicos que adotam uma perspectiva atlântica ao investigar o comércio intraeuropeu e interimperial da era moderna, buscando aquilatar os impactos das novas redes comerciais de longa distância e interoceânicas no desenvolvimento desigual do comércio europeu e em seu desenvolvimento industrial do século XVIII, ampliando, sofisticando e criticando as precedentes e mencionadas interpretações historiográficas acerca da excepcionalidade industrial britânica, e, mais recentemente, aprimorando os debates em torno da ideia de “*revolução industrial*”, enunciada por Jan de Vries.⁹⁹

Conclusão

Enfim, como indicam a obra coletiva de Greene e Morgan¹⁰⁰ e diversas outras produções historiográficas, a linha que separa a história atlântica da história global é muitas vezes pálida e tênue. Não existe um consenso sobre o assunto e há uma plêiade de argumentos, partindo de inúmeras perspectivas que atravessam infundáveis debates. Portanto, tendo em vista tais discussões e levando em consideração as diversas esferas de influência que transcendiam o Atlântico e fundiam-no com outras forças poderosas e cambiantes que atuavam em outras regiões, tentaremos adotar uma perspectiva global e de história emaranhada, integrando as experiências coloniais espanhola e britânica no Mundo Atlântico. Como assinalou Eliga Gould, “*If we think of the Anglo-Iberian Atlantic as an entangled web, it was a web with strands that reached into every corner of the*

⁹⁷ Cf. WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System II: Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750*. New York: Academic Press, 1980.

⁹⁸ MAXWELL, Kenneth. “*Hegemonias antigas e novas: o Atlântico ibérico ao longo do século XVIII*”. Chocolate, piratas e outros malandros : ensaios tropicais. São Paulo: Paz e terra, 1999. p. 209-213.

⁹⁹ CANNY, Nicholas. “*Atlantic History and Global History*” in GREENE, Jack P; MORGAN, Philip D. *Atlantic History. A critical appraisal*. Oxford University Press, 2009. p. 318-319; 325. Cf. DE VRIES, Jan (1994). “*The Industrial Revolution and the Industrious Revolution*”. *Journal of Economic History*. 54 (2): 249–270.

¹⁰⁰ GREENE, Jack P; MORGAN, Philip D. *Atlantic History. A critical appraisal*. Oxford University Press, 2009.

globe”.¹⁰¹ Assim, por meio de tal perspectival, cremos, será possível analisar os interesses e as disputas imperiais que levaram a Espanha a se envolver no processo de independência dos Estados Unidos da América, bem como investigar os possíveis impactos da revolução americana sobre a América hispânica. Período conturbado, de grandes tensões políticas e diplomáticas que abalaram três grandes impérios atlânticos, o britânico, o espanhol e o francês, e levaram, “*no curso dos acontecimentos humanos*” e por verdades “*evidentes por si mesmas*”, ao surgimento de uma nação que, mais do que “*Estados livres e independentes, que estão desobrigados de qualquer vassalagem para com a Coroa Britânica*”,¹⁰² viria a se tornar a maior potência econômica mundial nos séculos seguintes.

Impérios, guerras e revoluções no Mundo Atlântico - o longo século XVIII

A revolução americana, como sabemos, exerceu impactos políticos e ideológicos que estremeceram os baluartes do império britânico na América e inauguraram uma onda revolucionária denominada por Armitage e Subrahmanyam de *era das revoluções*,¹⁰³ atingindo diretamente três grandes impérios e sua talassocracia no Atlântico. Como afirmou Armitage, aludindo a argumentos de Thomas Jefferson em seus escritos publicados quando de sua morte em 1826, “*a Declaração de Independência pode ter adquirido um significado especial para os americanos, mas seu poder como símbolo foi potencialmente global em extensão*”.¹⁰⁴ Essa interpretação insere-se, como ressaltou Maxwell, em uma corrente historiográfica que situa a independência norte-americana em um contexto mais amplo de revoluções atlânticas que varreram a Europa e as Américas, influenciadas por teorias políticas, princípios constitucionais e ideais democráticos cuja inspiração decorre marcadamente da ilustração francesa do setecentos e da própria experiência revolucionária norte-americana. Do outro lado desse modelo interpretativo da

¹⁰¹ GOULD, Eliga. “*Afterword*” in CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. *Entangled Empires. The Anglo-Iberian Atlantic, 1500-1830*. University of Pennsylvania Press, 2018. p. 256.

¹⁰² Declaração de Independência dos Estados Unidos da América.

¹⁰³ ARMITAGE, David; SUBRAHMANYAM, Sanjay (eds.). *The Age of Revolutions in Global Context c. 1760-1840*. London: Palgrave, 2010. Cf. POLASKY, Janet. *Revolutions without Borders. The call to liberty in the atlantic world*. Yale University Press, 2015.

¹⁰⁴ ARMITAGE, David. *Declaração de Independência. Uma história Global*. Companhia das Letras, 2007. Kindle L. 2%.

historiografia, seria possível observar interpretações centradas em estruturas econômicas e sociais de longo prazo, fortemente inspiradas por teorias marxistas e, em alguma medida, pelo liberalismo clássico, que procuravam explicar os sistemas atlânticos e suas respectivas crises, e, no caso que mais nos interessa aqui, as crises coloniais enfrentadas pelos impérios britânico e espanhol na virada do século XVIII para o XIX.¹⁰⁵

Integrando parte da historiografia brasileira e latino americana que produziu obras renovadas sobre a história da América, inserindo-a em processos mais amplos do capitalismo global e buscando reequilibrar as visões até então eurocêntricas sobre a colonização da América Meridional, vale citar a clássica obra de Novais, *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*, que, sob inspiração marxista, investigou o declínio das relações entre Portugal e sua colônia na América na passagem do século XVIII para o XIX,¹⁰⁶ seguindo o mesmo arcabouço teórico e argumentativo da corrente historiográfica mencionada por Maxwell, que insere a crise geral do sistema colonial em um contexto de transição do capitalismo comercial para o industrial. Novais lembra que a independência dos Estados Unidos pode ser considerada “*como o marco da abertura do longo processo de desintegração do Antigo Regime e de superação do Antigo Sistema Colonial*”, enquanto “*na Espanha, 1778 é o ano da decretação da ordenança do comércio livre, reformulação da política comercial do sistema de colonização espanhola*”, de modo que ambos os processos históricos, ao integrarem um sistema mais amplo de desenvolvimento econômico, fortemente amalgamado aos centros de poder europeus, podem ser inseridos no curso de um “*movimento geral de crise*”, desencadeado por mecanismos estruturais mais amplos, ensejadores, por sua vez, de grandes transformações que acabam por influenciar diretamente a concorrência econômica colonial e as relações internacionais e disputas imperiais.¹⁰⁷

A revolução gloriosa, ao alterar o equilíbrio político interno na Inglaterra, conferindo maior poder ao Parlamento e restringindo a autoridade da Coroa, provocou uma reorganização burocrática estatal, uma reestruturação militar e mudanças na política externa inglesa, gerando consequências diretas e indiretas em seu império ultramarino e

¹⁰⁵ MAXWELL, Kenneth. “*Hegemonias antigas e novas: o Atlântico ibérico ao longo do século XVIII*”. Chocolate, piratas e outros malandros : ensaios tropicais. São Paulo: Paz e terra, 1999. p. 211-213.

¹⁰⁶ NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). Editora 34, 2019.

¹⁰⁷ NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). Editora 34, 2019. p. 29-30.

suas colônias na América, e acirrando as disputas imperiais com a França. O avanço das guerras imperiais no século XVIII, atravessando o Atlântico e aportando no Novo Mundo, sinalizava a crescente importância estratégica e comercial das colônias para suas respectivas metrópoles e era parcialmente oriundo do deslocamento do eixo de poder presenciado no Atlântico com a ascensão do sistema do noroeste europeu, conduzido por Inglaterra, França e Países Baixos.¹⁰⁸

O poderoso império espanhol, como sabemos, foi pioneiro na conquista da América. A partir das Antilhas, em possessões estratégicas como Hispaniola, Cuba e Porto Rico, expandiu-se pelo Caribe e, após conflitos e alianças com povos autóctones, ocupou o continente, fundando o Vice-Reino da Nova Espanha, centro administrativo do império na América. Com a expansão do império espanhol e das potências do noroeste europeu pelos territórios americanos, o século XVIII testemunhou um paulatino aumento de tensões nas fronteiras imperiais da América, desvelando a crescente importância das alianças com os nativos nessas disputas europeias.

Em um quadro de audaciosas navegações e desbravamento de inescrutáveis rotas marítimas, os franceses, a partir de incursões iniciais que deixavam o Golfo de Biscaia em fins do século XV, vogavam pelos mares do norte e, sulcando as águas da Islândia e o estreito de *Belle Isle*, alcançavam as costas do Labrador e a ilha de *Terre-Neuve*, fundeando, finalmente, nas fimbrias da América Setentrional. O florescimento comercial com os nativos e a demanda por condições mínimas de subsistência desses colonos propiciaram a migração de almas pelo grande oceano e a fundação de rudimentares comunidades na Baía de Fundy - Acádia - e no estuário do São Lourenço, sucedidas pela criação de postos comerciais e pelo lento avanço através do coração do continente, cortado por rotas comerciais cada vez mais vigorosas. Na costa meridional, a Louisiana, erigida pelos franceses a partir de sua capital, Nova Orleans, ramificava-se pela bacia hidrográfica do Mississippi, fendendo o interior do continente, da Costa do Golfo aos

¹⁰⁸ “Nas primeiras décadas do século XVII, ingleses e franceses escolheram como polo inicial de atuação as zonas do Novo Mundo que haviam sido deixadas de lado pelos espanhóis, isto é, as Pequenas Antilhas, o litoral leste da América do Norte e, na América do Sul, as Guianas e a embocadura do Amazonas. A estratégia holandesa foi mais agressiva. No espaço do Índico, inauguraram uma nova fase do imperialismo europeu ao privatizarem os esforços de expansão por meio da criação da Companhia das Índias Orientais (VOC), cujo alvo prioritário recaiu sobre as praças e feitorias até então controladas pelos portugueses. O modelo foi replicado no Atlântico, com o estabelecimento da Companhia das Índias Ocidentais (WIC) e o foco novamente voltado para a face mais frágil da União Ibérica”. In BERBEL, M.; MARQUES, R. DE B.; PARRON, T. “Brasil, Cuba e os dois primeiros sistemas atlânticos”. In: Escravidão e política: Brasil e Cuba, c. 1790 – 1850. São Paulo: Editora Hucitec: FAPESP, 2010. p. 43.

grandes lagos, com rotas comerciais resguardadas, a leste, pelos Apalaches, e, a oeste, pelas montanhas rochosas. Nas Antilhas, *Saint-Domingue*, Martinica e Guadalupe, fundadas durante o seiscentos e alicerçadas em um modelo de *plantation*, ajudavam a alimentar a economia francesa.¹⁰⁹

A Grã-Bretanha, além de suas colônias na América do Norte, centradas na Nova Inglaterra e na baía de Chesapeake, também possuía possessões no Caribe - como as ex-possessões espanholas de Barbados, Jamaica e Antígua - onde foram organizadas lucrativas *plantations* de cana-de-açúcar, com larga utilização de trabalho escravo africano e das quais escoava a maior parte das exportações imperiais britânicas da América, alimentando o sedento e voraz tráfico de escravos britânico. Na virada do século XVII para o XVIII, França e Inglaterra, potências do noroeste europeu, corporificavam fortes economias e concentravam suas forças nas Índias Ocidentais. Por conseguinte, “as metrópoles ibéricas viram, a partir da segunda metade do século XVII, suas riquezas coloniais serem em larga medida escoadas para as zonas centrais do noroeste europeu.”¹¹⁰

O império espanhol demonstrava, desde a segunda metade do século XVII, sinais de decadência política e econômica e testemunhava sua até então consolidada posição hegemônica ser gravemente ameaçada por seus novos concorrentes europeus. Sua hegemonia, basicamente sustentada por dois baluartes, quais sejam, o domínio ultramarino e a união das Casas austríaca e hispânica dos Habsburgos, foi assegurada com a paz de *Cateau-Cambrésis*¹¹¹, responsável por afastar as pretensões francesas na península itálica e garantir o domínio espanhol sobre grande parte dos reinos italianos. Mantendo sob sua égide o Ducado de Milão, o Franco Condado e os Países Baixos, enquanto a França sofria com suas convulsões religiosas internas, a Espanha garantiu sua supremacia geopolítica, cujo ápice concretiza-se com a vitória da Santa Liga na Batalha de Lepanto (1571) - afastando a ameaça do império otomano e a expansão islâmica no

¹⁰⁹ Cf. RICHARDS, John F. *The World Hunt. An Environmental History of the Commodification of Animals*. University of California Press. California. 2014; TAYLOR, Alan. *American Revolutions: A Continental History, 1750-1804*. W. W. Norton & Company; 1 edition (September 6, 2016). L. 41,8.-45,1; BERBEL, M.; MARQUES, R. DE B.; PARRON, T. “Brasil, Cuba e os dois primeiros sistemas atlânticos”. In: *Escravidão e política: Brasil e Cuba, c. 1790 – 1850*. São Paulo: Editora Hucitec: FAPESP, 2010. p. 43.

¹¹⁰ BERBEL, M.; MARQUES, R. DE B.; PARRON, T. “Brasil, Cuba e os dois primeiros sistemas atlânticos”. In: *Escravidão e política: Brasil e Cuba, c. 1790 – 1850*. São Paulo: Editora Hucitec: FAPESP, 2010. p. 46.

¹¹¹ Tratado, assinado em 1559, responsável por encerrar os conflitos entre a França, de um lado, e a Espanha e o Sacro Império Romano-Germânico, de outro.

Mediterrâneo - e a União Ibérica (1580).¹¹²

Em um contexto de formação do capitalismo industrial no setecentos inglês, um quadro de profundas mudanças impõe-se nas esferas imperiais de poder, acentuando a concorrência econômica e reconfigurando as relações internacionais. Inglaterra e França passam a protagonizar o cenário político das relações internacionais, enquanto a Espanha encontrava-se em declínio desde a perda da hegemonia ibérica, em razão de um processo de desintegração política ocasionado por forças externas (ascensão das potências do noroeste europeu) e fatores endógenos (independência dos Países Baixos, restauração portuguesa, revoltas insurrecionais na Catalunha, Nápoles e Andaluzia). Tais fatos ajudam a explicar a reconfiguração de alianças nas relações internacionais e a aproximação da Espanha com a França - fundamental, segundo Novais, para a manutenção dos domínios ultramarinos espanhóis no século XVIII -, cujos laços tornaram-se mais estreitos após a guerra de sucessão espanhola, principalmente com os sucessivos Pactos de Família firmados entre as Coroas borbônicas;¹¹³ e, em uma escala mais ampla, contribuem para a compreensão do alinhamento da Espanha com a França durante a revolução americana.

Maxwell sugere que as grandes crises do império espanhol no setecentos estavam intimamente ligadas aos seus domínios coloniais ultramarinos (disputas anglo-francesas em torno do *asiento*¹¹⁴ durante a guerra de sucessão espanhola; expansão inglesa no Caribe, Canadá e Índia em meados do século; disputas anglo-francesas envolvendo a supremacia naval e o comércio no mundo colonial hispânico após a revolução francesa) e diretamente relacionadas com o seu subdesenvolvimento industrial, com as disputas entre Inglaterra e França em torno da exploração econômica da América hispânica - importante mercado consumidor de manufaturas europeias - e com o monopólio da Coroa ibérica

¹¹² NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. Editora 34, 2019. p. 38-40.

¹¹³ NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. Editora 34, 2019. p. 28-33. No mesmo sentido: STEIN, Stanley; STEIN, Barbara. *Apogee of Empire: Spain and New Spain in the Age of Charles III, 1750-1789*. Baltimore and London: Johns Hopkins University Press, 2003. Mencionando a fraqueza de Portugal no último quartel do século XVIII e seu tradicional alinhamento e dependência da Inglaterra, John Adams escreve ao Congresso americano que: “But as Portugal has not known how to deliver herself, entirely from the Influence of England, we shall have little to hope from her: on the other hand, such is her internal weakness, that we have absolutely, nothing to fear. We shall necessarily have commerce with her, but whether she will ever have the courage to sacrifice the friendship of England for the sake of it, is uncertain”. in “From John Adams to the President of the Congress, 4 August 1779,” Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Adams/06-08-02-0080>. [Original source: The Adams Papers, Papers of John Adams, vol. 8, March 1779–February 1780, ed. Gregg L. Lint, Robert J. Taylor, Richard Alan Reyerson, Celeste Walker, and Joanna M. Revelas. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1989, pp. 108–120.]

¹¹⁴ Contrato de fornecimento de escravos africanos para a América espanhola.

sobre a produção da prata, metal precioso e fundamental para a expansão comercial das duas potências do noroeste europeu. Segundo Bailyn, Stanley e Barbara Stein, na década de 1760, já identificavam o declínio do sistema atlântico ibérico, paulatinamente assediado por outras potências do noroeste europeu. No caso de Portugal e da América portuguesa, o Tratado de Methuen (1703) teria sugado a Monarquia e suas colônias para o vórtice comercial que lentamente ascendia no noroeste europeu e cujo centro era a Inglaterra e seu primeiro império. No caso da Espanha, seu subdesenvolvimento industrial teria sido crucial para a invasão de mercadores holandeses, ingleses, franceses e genoveses à rede comercial atlântica centrada na América hispânica.¹¹⁵ Como lembrou Elliott, com um tímido desenvolvimento industrial e à mingua de uma sólida instituição que representasse os interesses comerciais da potência ibérica na América hispânica, o sistema atlântico espanhol, inerme, não apresentava muita resistência ao contrabando que em larga escala singrava pelas furtivas rotas comerciais alternativas dos mares do Caribe, contribuindo para o escoamento de riquezas do império e o desequilíbrio do sistema atlântico.¹¹⁶ Como escreveu Saavedra em seu diário, os ingleses “*mantuvieron el control del comercio de contrabando debido a las muchas conexiones que habían formado con las posesiones españolas y al conocimiento exacto que habían adquirido de sus costas.*”¹¹⁷

A nova política externa da Espanha levada adiante por Carlos III e o Marquês de Esquilache, em um contexto de reformas imperiais na segunda metade do século XVIII, teve, dentre outros fatores, o intuito de reduzir a influência estrangeira sobre o comércio

¹¹⁵ BAILYN, Bernard. *Atlantic History. Concept and Contours*. Harvard University Press, 2005. p. 44-45.

¹¹⁶ O contumaz tráfico clandestino utilizado pelos súditos ultramarinos da realza espanhola, além de contribuir para o escoamento de riquezas do império e o desequilíbrio do sistema atlântico, constituiria, como sugere Elliott, uma forma de resistência e sublevação dos colonos hispano-americanos muito mais eficaz e inquietadora do que os boicotes aos produtos oriundos da Inglaterra, periodicamente utilizados pelos colonos britânicos nas treze colônias - ainda que estes também preocupassem a Coroa britânica. No caso da América britânica, ainda que as colônias dependessem da importação de produtos oriundos da metrópole europeia, o alvissareiro mercado consumidor daquelas de produtos manufaturados desta, representava, em contrapartida, uma importância considerável para a economia britânica. Essa complexa plêiade mercantil pode ser palidamente ilustrada, v. g., “*con el suministro de madera, grano, harina y carne a las plantaciones de las Antillas*”, garantido pela Nova Inglaterra e pelas colônias meridionais; bem como pelas exportações de tabaco à sede da Coroa, advindas das colônias banhadas pela baía de Chesapeake - Virgínia e Maryland -, que, por sua vez, adquiriam produtos vindos da Grã-Bretanha - como “*manufacturas de lino, algodón, seda y metal*”. Assim, os boicotes deflagrados em Nova Iorque aos produtos oriundos da Inglaterra fizeram com que os súditos britânicos vislumbassem sua relevância e potencial de resistência. Pois, “*era obvio que cualquier trastorno en este sistema atlántico, de equilibrio delicado, podía tener repercusiones muy graves tanto para la economía imperial británica como para la producción industrial interna de Gran Bretaña.*” in ELLIOTT, John H. *Imperios del Mundo Atlántico. España y Gran Bretaña en América (1492-1830)*. Taurus, 2006. p. 464-465.

¹¹⁷ SAAVEDRA, Francisco de. *Diario de don Francisco de Saavedra*. (editor) Francisco Morales Padrón. Sevilla: Universidad de Sevilla - Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2004. p. 68.

colonial espanhol e, no bojo de seu projeto neomercantilista, com a adoção de medidas protecionistas, ao lado da renovação do Pacto de Família bourbônico nas relações internacionais, enfrentar os avanços comerciais e o poderio marítimo britânico, constituindo, assim, uma tentativa (frustrada) espanhola de recuperar o controle de seu sistema comercial transatlântico em um quadro geral de reformas estruturais e modernização do Estado,¹¹⁸ em um período de franco declínio do mercantilismo, forte expansão da economia internacional e poderoso desenvolvimento industrial na Inglaterra, marcando a transição do capitalismo mercantil para o industrial.

Em um processo ascensional que remonta aos conflitos sociopolíticos internos e à reformulação da política externa conduzida por Cromwell no seiscentos, e que perpassa a inserção da Holanda em sua esfera de domínio, os benefícios angariados com o Tratado de Utrecht (1713) e as sucessivas vantagens conquistadas com as guerras da primeira metade do setecentos, a Inglaterra, entre o Tratado de Paris (1763) e a revolução francesa, usufruiu o ápice de seu poder na Era Moderna, estendendo seus tentáculos sobre o comércio colonial ibérico e conquistando uma posição hegemônica nas redes comerciais ultramarinas, consolidando, destarte, sua preponderância nas relações internacionais. Portanto, a combinação de fatores endógenos (desenvolvimentos socioeconômicos internos) e exógenos (crescente domínio comercial ultramarino) durante os séculos XVII e XVIII carrou a Inglaterra para o seu vigoroso e irrefreável processo de industrialização, enquanto enfrentava o processo de secessão de suas colônias na costa leste da América Setentrional, inaugurador da crise do *Ancien Régime* e do Antigo Sistema Colonial Mercantilista, fenômenos estruturais de longa duração. Por outro lado, enquanto a Espanha já experimentava um declínio desde o século XVII com a ascensão das potências do noroeste europeu e o conseqüente recrudescimento da concorrência do primeiro colonialismo europeu, a França, após perder territórios na guerra dos sete anos, adotou uma política externa isolacionista, levada a cabo principalmente por Vergennes e cujo escopo era sobretudo sua reestruturação interna; o que parece ter surtido efeitos diretos na reconfiguração geopolítica do leste europeu, mormente no reequilíbrio de forças entre o império otomano e a Polônia, de um lado, e a Rússia, Prússia e Áustria, do outro.¹¹⁹

¹¹⁸ MAXWELL, Kenneth. *"Hegemonias antigas e novas: o Atlântico ibérico ao longo do século XVIII"*. Chocolate, piratas e outros malandros : ensaios tropicais. São Paulo: Paz e terra, 1999. p. 233-236.

¹¹⁹ NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. Editora 34, 2019. p. 67-72.

No plano das relações internacionais, a partir de meados do setecentos, testemunhava-se um reequacionamento de forças no Mundo Atlântico, com ascensão da Grã-Bretanha e declínio da França - que sofrera significativas perdas territoriais na América. Na Europa, um sutil reequilíbrio de poder, suscitado por inquietações políticas no Sacro Império Romano-Germânico - decorrentes da expansão econômica e militar conduzida pelo hábil cetro de Frederico II da Prússia -, e pelo lento crepúsculo da Áustria dos Habsburgos, engendrava uma “reversão de alianças” no cenário europeu em meados do século XVIII, com o movimento de aproximação entre Viena e Paris, por um lado, e entre Londres e Prússia, por outro, reformulando o tabuleiro diplomático no Velho Mundo. Ao passo que, na Europa oriental, o outrora poderoso império otomano já sinalizava um lento e gradativo declínio, provocando apreensões diplomáticas no leste europeu, articulações políticas nos Balcãs e mobilizações estratégicas da Rússia e da Áustria em toda a região.¹²⁰

Guerras e Revoluções no Mundo Atlântico - Século XVIII

Ano	Europa	América
1702-1714	Guerra de Sucessão Espanhola	Guerra da Rainha Ana
1733-1738	Guerra de Sucessão Polonesa	-----
1740-1748	Guerra de Sucessão Austríaca	Guerra da Orelha de Jenkins
1756-1763	Guerra dos Sete Anos	Guerra Franco-Indígena
1776-1783	Guerra de Independência dos Estados Unidos da América (Revolução Americana)	Guerra de Independência dos Estados Unidos da América (Revolução Americana)
1783-1795	Revolução Batava	-----
1789-1799	Revolução Francesa	-----
1791-1804	-----	Revolução Haitiana (Revolta de <i>Saint-Domingue</i>)

A luta por supremacia global entre a Inglaterra e a França, um dos principais motores da guerra dos sete anos (1756-1763) - na América, guerra franco-indígena -,

¹²⁰ Sobre o assunto, Cf. “*The european balance of power, 1763-1775*” in DULL, Jonathan. *A diplomatic history of the American Revolution*. Yale University Press, 1987.

afetou não apenas a América do Norte, mas toda a América britânica e espanhola.¹²¹ Por sua vez, a participação da Espanha e de outros impérios na revolução americana só pode ser devidamente entendida mediante a compreensão da guerra dos sete anos. Os historiadores concordam que o intrincado e dinâmico jogo político e diplomático entabulado na Europa durante as guerras de sucessão espanhola (1702-1714), polonesa (1733-1738) e austríaca (1740–1748) influenciou o crescente ambiente de tensão política e disputas imperiais que forjou a guerra dos sete anos. Como diz Thomas Chávez, “*this war, in Spanish history, has its roots in the turn of the eighteenth century*”. Com efeito, diante da possibilidade de França e Espanha serem governadas pelo cetro da dinastia borbônica, a disputa travada durante a guerra de sucessão espanhola entre a Casa francesa dos Bourbons e a austríaca, dos Habsburgo, em torno do trono hispânico, ameaçou a estabilidade monárquica da Europa e não demorou para debandar para o conflito armado, impondo perdas territoriais à Espanha (sul dos Países Baixos, Reinos de Nápoles e Sardenha e o Ducado de Milão).¹²²

França e Espanha, embora governadas pela mesma Casa, demonstraram interesses divergentes e tornaram-se inimigas. Os conflitos iniciados no Velho Mundo rapidamente reverberaram nas possessões ultramarinas dos dois impérios, gerando perdas coloniais para a Espanha. A guerra de sucessão polonesa acabou por reaproximar as Coroas Bourbonicas, signatárias de um pacto de mútua assistência na luta contra Áustria, Rússia e Inglaterra. Nos termos do artigo 1º do Pacto de Família firmado entre as Coroas da Espanha e França, “*Habrá entre sus Majestades, sus herederos y sucesores, reinos, señirios y vasallos, en cualquiera parte del mundo que sea, una union, amistad, alianza general y perpétua, y en su consecuencia harán cada uno todos sus esfuerzos para contribuir con sinceridad y eficacia á todo lo que puede tener relacion al honor, á gloria*

¹²¹ “*En esa disputa, en la cual la España de los Borbones se vio directamente involucrada en sus fases finales, se decidió la suerte de Norteamérica. No sólo cambiarían para siempre, a causa del conflicto y sus secuelas, las vidas y las perspectivas de futuro de millones de norteamericanos (iroqueses y otros pueblos indios, canadienses franceses, británicos de las colonias, plantadores antillanos y sus esclavos), sino que además su impacto se haría sentir por todo el hemisferio, incluso en territorios tan lejanos como Perú y Chile. La guerra, fuera a poca o mucha distancia, iba a ser el catalizador del cambio tanto en la América británica como en la española*”. in ELLIOTT, John H. Imperios del Mundo Atlántico. España y Gran Bretaña en América (1492-1830). Taurus, 2006. p. 431.

¹²² CHÁVEZ, Thomas E. *Spain and the independence of the United States. An intrinsic Gift*. University of New Mexico Press, 2002, p. 2. Para uma breve síntese do histórico de disputas imperiais entre Inglaterra e França e das guerras travadas no continente americano entre fins do século XVII e primeira metade do século XVIII, ver: TAYLOR, Alan. *American Revolutions: A Continental History, 1750-1804*. W. W. Norton & Company; 1 edition (September 6, 2016). L. 5%.

y á los intereses y á la conservacion del otro. Asimismo cada uno prevendrá y evitará recíprocamente todos los daños, vejaciones ó perjuicios que podrian hacerse: declarando cada potencia que atiende á la seguridad de la otra como a la suya propia”¹²³ A Espanha conseguiu reconquistar Nápoles e Sicília, cedendo o Ducado de Parma para os austríacos. Do outro lado do Atlântico, a Grã-Bretanha aumentava seu poderio militar e sua influência na rede comercial das Índias Ocidentais, enquanto a Espanha, cada vez mais dependente da riqueza de suas possessões ultramarinas, concentrava sua atenção na América hispânica e no Caribe. Nesse contexto, a crescente tensão entre a Coroa britânica e a Monarquia espanhola, diretamente derivada da expansão das operações britânicas nas Índias Ocidentais, desaguou na guerra de *Jenkins's Ear*, que “*quickly became part of the War of the Austrian Succession, or King George's War (1740–1748)*”. A guerra de sucessão austríaca levou à renovação da aliança entre França e Espanha, que se uniram à Prússia. Ao passo que a Grã-Bretanha, “*already fighting against France and Spain overseas*”, apoiou a Áustria e iniciou uma série de incursões militares nas possessões ultramarinas do império espanhol, com o intuito de conquistar territórios e expandir seu controle sobre o comércio nas Índias Ocidentais, ainda que as pretensões britânicas tenham sido frustradas com o fim da guerra. Em 1756, em decorrência de disputas de interesses não resolvidas mesmo após o fim da guerra de sucessão austríaca e em razão da crescente rivalidade entre França e Inglaterra, envolvendo principalmente seus interesses nas Américas e nas Índias Ocidentais, irrompeu a guerra dos sete anos.¹²⁴

A independência dos Estados Unidos, como sabemos, possui raízes na guerra franco-indígena travada em território americano e que, como dissemos, fazia parte de um conflito com caráter mundial que ficou conhecido como guerra dos sete anos, envolvendo diretamente disputas imperiais entre Grã-Bretanha e França e, indiretamente, outros impérios.¹²⁵ Inglaterra e França possuem um longínquo histórico de disputas e guerras

¹²³ *Primer Pacto de familia entre las coronas de España y Francia con el fin de estrechar su alianza é intereses, y sostener los del infante don Carlos*. Se firmó en el real sitio de San Lorenzo del Escorial el 7 de noviembre de 1733. in *Tratados, Convenios e Declaraciones de Paz y de Comercio que han hecho con las potencias extranjeras los monarcas españoles de la Casa de Borbon*. Desde el año de 1700 hasta el día. Madrid: Imprenta de Alegria y Charlain, Cuesta de Santo Domingo, num. 8. 1843.

¹²⁴ CHÁVEZ, Thomas E. *Spain and the independence of the United States. An intrinsic Gift*. University of New Mexico Press, 2002, p. 3-5.

¹²⁵ Sobre a guerra dos sete anos e a guerra franco-indígena, ver: ANDERSON, Fred. *Crucible of War: The Seven Years' War and the Fate of Empire in British North America, 1754-1766*. Vintage Books, New York, 2001; ANDERSON, Fred. *The war that made America. A short history of the French and Indian war*. Penguin Books, New York, 2005; MARSTON, Daniel. *The French-Indian War 1754-1760*. Routledge, New York and London, 2005; FOWLER, William

que atravessa séculos, que alguns historiadores, fazendo referência aos conflitos dos seiscentos, setecentos e oitocentos, chamam de “segunda guerra de cem anos” (1689-1815). A disputa entre Grã-Bretanha e França envolvia a hegemonia comercial e marítima das colônias das Índias Ocidentais e da América do Norte.¹²⁶

Fred Anderson, ao contrário de grande parte da historiografia, como por exemplo Thomas Chávez, que trata a guerra dos sete anos como “*a prelude to the American Revolution*”, afirma que o conflito não pode ser encarado como uma simples introdução para a revolução americana. Na verdade, Anderson alerta que esse tipo de interpretação influencia quase toda a historiografia estadunidense, que tende a adotar uma perspectiva nacionalista e idealizada, partindo invariavelmente de uma visão circunscrita das treze colônias - e não continental ou atlântica - por meio da qual aborda a guerra franco-indígena como um mero preâmbulo da revolução americana, com o intuito de construir uma história nacional, primordialmente voltada para si. Flannery sustenta que a guerra dos sete anos representou uma “globalização” do entrelaçamento entre os impérios espanhol e britânico, antes restrito ao Mundo Atlântico, principalmente com a colisão entre os dois impérios na Ásia, reduzindo os espaços entre a costa leste da África e o sudeste asiático no oceano Índico, amalgamando o eixo Manila/Madras e influenciando a malha comercial entre a Índia, o império otomano e a China Qing¹²⁷. Enquanto Anderson afirma que a guerra dos sete anos seria muito mais importante e influente do que a guerra revolucionária americana em si. Em uma escala mais ampla, aquela teria abalado o

M. *Empires at War: The French and Indian War and the Struggle for North America, 1754-1763*. Walker & Company, 2005; FOWLER, William M.; SHEPPARD, Ruth. *Empires Collide: The French and Indian War 1754-63*. Editor Ruth Shepard.

¹²⁶ Vale transcrever o pensamento de John Adams, materializado em carta ao Congresso Continental, sobre as disputas imperiais na Idade Moderna, levando à alternância de poder na Europa: “*Men, are So sensible of a constant Tendency, in others, to Excesses, that a Signal Superiority of Power, never appears, without exciting Jealousies, and Efforts to reduce it. Thus when Spain, under Charles the fifth and his successor, made herself dangerous, a great Part of Europe, united against her; assisted in Severing the united Provinces from her; and by degrees greatly diminished her Power. Thus when France, under Louis the fourteenth, indulged the Spirit of Conquest too far, a great Part of Mankind, united their Forces against her, with such success, as to involve her in a Train of Misfortunes, out of which she never immersed, before the present Reign. The English, in their Turn, by means of their Commerce, and extensive settlements abroad, arose to a Degree of Opulence, and naval Power, which excited more extravagant Passions in her own Breast, and more tyrannical Exertions of her Influence than appeared in either of the other Cases. The Consequence has been Similar, but more remarkable*”. in “*From John Adams to the President of the Congress, 4 August 1779*,” Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Adams/06-08-02-0080>. [Original source: The Adams Papers, Papers of John Adams, vol. 8, March 1779–February 1780, ed. Gregg L. Lint, Robert J. Taylor, Richard Alan Reyerson, Celeste Walker, and Joanna M. Revelas. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1989, pp. 108–120.]

¹²⁷ Cf. “*The Seven Years’ War and the Globalization of Anglo-Iberian Imperial Entanglement*” in CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. *Entangled Empires. The Anglo-Iberian Atlantic, 1500-1830*. University of Pennsylvania Press, 2018.

cenário geopolítico internacional de forma muito mais significativa e definitiva do que as guerras anteriores travadas na primeira metade do século XVIII nas duas margens do Atlântico. A perda de territórios da França na América do Norte afetaria diretamente sua política externa e provocaria reformulações estratégicas e diplomáticas na Europa, influenciando diretamente a participação da França na guerra de independência americana. A vitória da Grã-Bretanha, por sua vez, paradoxalmente aumentaria sua hegemonia na América do Norte, ao mesmo tempo que fomentaria uma série de reformas imperiais, despertando um crescente ambiente de tensões políticas com suas colônias.¹²⁸

Retomando a tese de Brendam Simms, Paquette e Saravia sugerem que a maior responsável pela perda da Inglaterra na guerra de independência na América do Norte foi a diplomacia britânica, que teria cometido uma série de erros cruciais no período que precedeu à ruptura entre a metrópole e as colônias.¹²⁹ Com efeito, Brendam Simms, em *Three Victories and a Defeat: The Rise and Fall of the First British Empire*, apesar de reconhecer que a expansão militar da Grã-Bretanha no século XVIII e o poderio da Marinha Real britânica costumam ser interpretados como os responsáveis por tornar o império britânico uma potência global, sugere que o poder da Grã-Bretanha era oriundo da capacidade administrativa e habilidade política e diplomática da Casa de Hanôver. De ascendência germânica, a dinastia Hanôver, que influenciava o sufrágio do imperador do Sacro Império Romano-Germânico, teria exercido, por meio de seus laços familiares e aristocráticos alemães, uma significativa influência na Europa do século XVIII, tecendo uma teia de intrincados acordos que propiciaram uma certa estabilidade política na Europa, enquanto assegurava a hegemonia de seu império pelos mares do mundo. Para Simms, a habilidade diplomática e as alianças consolidadas durante a guerra de sucessão espanhola, a guerra de sucessão austríaca e a guerra dos sete anos sustentaram a segurança e a expansão da Grã-Bretanha; porém, erros estratégicos do corpo diplomático britânico isolaram a nação de seus aliados históricos europeus e levaram a uma derrocada na América do Norte, em 1776.¹³⁰ Como escreveu John Adams, em carta ao presidente

¹²⁸ ANDERSON, Fred. *Crucible of War: The Seven Years' War and the Fate of Empire in British North America, 1754-1766*. Vintage Books, New York, 2001; Cf. ANDERSON, Fred. *The war that made America. A short history of the French and Indian war*. Penguin Books, New York, 2005.

¹²⁹ PAQUETTE, Gabriel; SARAVIA, Gonzalo M. (Orgs.). *Spain and the American Revolution: New Approaches and Perspectives*. Routledge, 2019. (L. Kindle p. 22).

¹³⁰ SIMMS, Brendam. *Three Victories and a Defeat: The Rise and Fall of the First British Empire*. Basic Books, 2008. Cf. Capítulo 3 “*The failure of british diplomacy after the seven years 'war'*” in DULL, Jonathan. *A diplomatic history of*

do Congresso Continental, em 4 de agosto de 1779, “*Europe seems to be more universally and sincerely united in the desire of reducing her [Grã-Bretanha], than they ever were in any former instance*”.¹³¹ E, com sua eloquente pena, Adams continua:

This Power [Grã-Bretanha], looses every Day her Consideration, and runs towards her Ruin. Her Riches in which her Power consisted, she has lost with Us, and never can regain. With Us, she has lost her Mediterranean Trade, her Affrican Trade, her German and Holland Trade, her Ally Portugal, her Ally Russia, and her natural Ally the House of Austria; at least by being unable to protect these as she once did, she can obtain no succour from them. In short, one Branch of Commerce has been lopped off, after another; and one political Interest Sacrificed after another; that she resembles the melancholly Spectacle of a great wide Spreading Tree that has been girdled at the Root.¹³²

Enquanto Novais argumenta que “o grande círculo das revoluções liberais se abre com a independência das colônias britânicas e constituição dos Estados Unidos da América”, envolvendo um “mesmo processo estrutural de ruptura do absolutismo” e constituindo o “primeiro abalo” nas malhas estruturais do colonialismo moderno;¹³³ e Palmer afirma que “*the American Revolution was an event within an Atlantic civilization as a whole*”; Armitage considera a revolução americana como “*el primer gran acto de creación de un Estado y descolonización en la historia mundial*”, afirmando que a primeira “crise atlântica” teria sido oriunda da guerra dos sete anos, levando a “*crisis de soberania y posteriormente de autonomía*” no atlântico britânico “*y afectó a Norteamérica, el Caribe y el archipiélago atlántico de Gran Bretaña e Irlanda*”, e teria impactado diretamente a crise do mundo ibérico de inícios do século XIX.¹³⁴

O desenvolvimento da guerra franco-indígena, como é possível perceber pela vasta produção historiográfica sobre o tema, costuma ser narrado de forma minuciosa e invariavelmente trata das tensões e batalhas no vale do Ohio e no noroeste da Nova Escócia, envolvendo ameríndios, colonos britânicos e franceses e forças militares britânicas e francesas; e nomes como o de George Washington - ainda um jovem coronel

the American Revolution. Yale University Press, 1987.

¹³¹ “*From John Adams to the President of the Congress, 4 August 1779*,” Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Adams/06-08-02-0080>. [Original source: The Adams Papers, Papers of John Adams, vol. 8, March 1779–February 1780, ed. Gregg L. Lint, Robert J. Taylor, Richard Alan Reyerson, Celeste Walker, and Joanna M. Revelas. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1989, pp. 108–120.]

¹³² “*From John Adams to the President of the Congress, 4 August 1779*,” Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Adams/06-08-02-0080>. [Original source: The Adams Papers, Papers of John Adams, vol. 8, March 1779–February 1780, ed. Gregg L. Lint, Robert J. Taylor, Richard Alan Reyerson, Celeste Walker, and Joanna M. Revelas. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1989, pp. 108–120.]

¹³³ NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). Editora 34, 2019. p. 17-18.

¹³⁴ ARMITAGE, David. *La primera Crisis Atlántica: la Revolución Americana*. 20/10: El Mundo Atlántico y la Modernidad Iberoamericana, 1750-1850, (2012) 1:9-33. p. 1-3.

- e do general Edward Braddock sempre são lembrados e enaltecidos, principalmente nas célebres batalhas ao redor do Forte *Duquesne*.¹³⁵

A crescente importância do comércio colonial, as articulações estratégicas e as alianças diplomáticas entre os impérios europeus fizeram com que o conflito atingisse proporções intercontinentais. Enquanto a França aumentava seu poderio militar no Canadá, recrudesando suas operações navais no estuário do São Lourenço, a Grã-Bretanha, intensificando o esforço de guerra, aumentou exponencialmente seus gastos militares na América, impondo uma superioridade naval no Atlântico e tomando diversos pontos estratégicos, desde a desembocadura do São Lourenço, passando pela região dos Grandes Lagos, pelo Forte *Duquesne* no vale do Ohio, culminando em uma série de incursões nas Antilhas, onde conquistou Guadalupe e Martinica, e, assim, praticamente selou a derrota francesa no Caribe e na América do Norte.¹³⁶

A Espanha, que até então havia adotado uma posição de neutralidade, diante da crescente hegemonia britânica no Caribe e nas Américas, renovou seus laços borbônicos com a França em 1761 e ingressou na guerra, perdendo Havana e vendo suas possessões na Flórida e América Central cada vez mais ameaçadas. Suas operações na Ásia também foram abaladas com a conquista britânica de Manila. A guerra só terminaria, como sabemos, com a celebração do Tratado de Paris, firmado em 1763, entre as três grandes potências envolvidas nos conflitos na região, implicando em uma vasta reorganização territorial.¹³⁷

Grã-Bretanha e Espanha, abraçando o contexto geral na Europa continental de reformulação e racionalização do Estado e sua administração, sob o estro do iluminismo, promoveram reformas estruturais em seus impérios após a guerra dos sete anos. As reformas administrativas e fiscais implementadas por Madrid e Londres buscavam

¹³⁵ Cf. ELLIOTT, John H. *Empires of the atlantic world. Britain and Spain in America, 1492 - 1830*. London: Yale University Press, 2006. p. 430-440; ANDERSON, Fred. *Crucible of War: The Seven Years' War and the Fate of Empire in British North America, 1754-1766*. Vintage Books, New York, 2001; Cf. ANDERSON, Fred. *The war that made America. A short history of the French and Indian war*. Penguin Books, New York, 2005; TAYLOR, Alan. *American Revolutions: A Continental History, 1750-1804*. W. W. Norton & Company; 1 edition (September 6, 2016).

¹³⁶ ELLIOTT, John H. *Empires of the atlantic world. Britain and Spain in America, 1492 - 1830*. London: Yale University Press, 2006. p. 432-433.

¹³⁷ Segundo Elliott, houve o reconhecimento do domínio inglês no Canadá, que, em contrapartida, devolveu Guadalupe, Santa Lúcia e Martinica à França; a cessão, pelos espanhóis, da Flórida aos britânicos, que significou a recuperação hispânica de Havana e Manila; a concessão de vastas atividades de corte e exploração de madeira nas costas da América Central, e a renúncia a seus interesses nas áreas pesqueiras de Terranova; a França, por sua vez, diante de seu enfraquecimento na região, delegou a Louisiana aos seus aliados espanhóis, perdendo seus domínios na América do Norte. In ELLIOTT, John H. *Empires of the atlantic world. Britain and Spain in America, 1492 - 1830*. London: Yale University Press, 2006. p. 434-435.

reequilibrar suas finanças e o fortalecimento e a modernização de seus sistemas imperiais de defesa na América. Alguns historiadores, como Elliott, sugerem que os espanhóis planejaram uma política de reformas mais coerente e sistemática nos seus domínios ultramarinos, adotando um sistema racional, mais bem regulado e moderno para o comércio transatlântico. Ao passo que os britânicos, enfrentando sérias instabilidades políticas internas e divergências na condução de sua política externa, e à míngua de um estudo mais sólido e coeso de reformas, ainda que com o escopo de manter um controle mais rígido sobre suas colônias americanas, teriam adotado uma postura mais pragmática no enfrentamento de sérias e complexas questões administrativas, militares e financeiras, agravadas ao fim da guerra dos sete anos, resultando na intensificação dos conflitos com seus colonos americanos.¹³⁸ Enquanto outros historiadores, ao contrário de Elliott, entendem que o programa de reformas ilustradas da monarquia hispânica estava longe de constituir um projeto sistemático ou coeso: *“The many ebbs and flows of royal policy made the whole process of imperial reorganization appear a stumbling and even contradictory hodgepodge of policies. While historians will search in vain for a “master plan” for the Bourbon reforms, the political, social, economic, and religious innovations that evolved over the course of the century were anything but a mere hodgepodge of unrelated programs”*.¹³⁹

Como pondera Elliott, havia uma dinâmica distinta nas relações entre metrópole e colônia na vigência dos impérios britânico e espanhol, com fundamento - além do espectro meramente político - em questões do direito, principalmente de ordem constitucional. Pois, vale lembrar, a Espanha permanecia uma Monarquia Absolutista, enquanto a Inglaterra era uma Monarquia Constitucional desde o último quartel do século XVII. Assim, além da tensão política, os protestos e revoltas que ocorreram nas possessões anglo-americanas trouxeram a lume discussões de ordem constitucional intrínsecas à formação do próprio império. Com efeito, a crise da monarquia composta,¹⁴⁰

¹³⁸ ELLIOTT, John H. *Empires of the atlantic world. Britain and Spain in America, 1492 - 1830*. London: Yale University Press, 2006. p. 448-454.

¹³⁹ KUETHE, Allan J.; ANDRIEN, Kenneth J. *The Spanish Atlantic World in the Eighteenth Century War and the Bourbon Reforms, 1713-1796*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. p. 354.

¹⁴⁰ A Monarquia Composta é uma categoria histórica formulada por Elliott que se refere à constituição dos primeiros Estados Modernos, cuja estrutura geralmente abrangia outros Estados sob a égide de um único centro de poder, ainda que os demais territórios fossem regidos como reinos separados, de acordo com tradições e estruturas locais. ELLIOTT, John H. *Una Europa de monarquías compuesta in* ELLIOTT, John H. *España, Europa y el mundo de ultramar (1500-1800)*. Madrid: Taurus, 2009.

na seara constitucional, era reflexo do processo de desenvolvimento de suas instituições, corolário de sua própria constituição histórica, cujo fato mais emblemático talvez tenha sido a Revolução Gloriosa de 1688 e consequente Declaração de Direitos (*Bill of Rights*) de 1689, proclamando uma Monarquia Constitucional Parlamentar na Grã-Bretanha. Por outro lado, o império espanhol, governado por uma Monarquia Absolutista, ainda que teoricamente inserto em uma concepção de Estado composto, possuía, segundo Elliott, uma relação de poder mais centralizada e vertical - similar a um *Estado-Nação Unitário* -, sob forte influência católica. Tal centralização recrudesceria com a política da monarquia de Carlos III, que colidiria com a consolidada elite *criolla* do império ultramarino hispânico, bastante incomodada com as reformas administrativas que se desenrolavam nos vice-reinos da Nova Espanha, Peru e Nova Granada, e na Real Audiência de Quito.¹⁴¹

De acordo com Allan Kuethe e Kenneth Andrien, durante a monarquia dos Habsburgo, a administração descentralizada do império espanhol e a concessão de uma série de privilégios às elites locais e grupos econômicos específicos, tanto na Península Ibérica quanto no ultramar, em harmonia com o modelo de uma monarquia composta, garantiam a estabilidade política e o equilíbrio de poder no império. Ao tentar superar a monarquia composta e implementar o regalismo, o processo de centralização de poder decorrente das reformas borbônicas da segunda metade do século XVIII ensejou instabilidades políticas e aumento de tensão com as elites *criollas* da América hispânica, e, ao procurar proteger e fortalecer a rede comercial ultramarina espanhola, suscitou conflitos com outros impérios atlânticos. “*Reformers in Spain either found their efforts thwarted by failures in war, such as the disastrous defeats in the War of the Quadruple Alliance, or they used the threat of war to push through an ambitious array of innovations, as the ministers of Charles III did following the loss of Havana in 1762 and, later, in anticipation of Madrid’s intervention in the War of the American Revolution. In short, war was a constant theme in the eighteenth-century Atlantic world, and it was intimately linked with efforts to reform and renovate the Spanish empire*”. Assim, segundo Kuethe e Andrien, as reformas borbônicas, apesar sorverem as ideias iluministas, impuseram aos ministros de Carlos III uma constante política de negociação, sendo lapidadas pelas múltiplas e complexas realidades locais que permeavam os vastos territórios ultramarinos

¹⁴¹ ELLIOTT, John H. *Empires of the atlantic world. Britain and Spain in America, 1492 - 1830*. London: Yale University Press, 2006. p. 465-468.

do império. Por conseguinte, as reformas teriam sido forjadas a partir de uma miríade de conflitos de interesses políticos, econômicos e imperiais, opondo grupos socioeconômicos distintos (Coroa, Igreja, nobreza, *criollos*, comerciantes etc), e, no cenário internacional, acirrando disputas imperiais em torno do lucrativo mercado atlântico do império espanhol.¹⁴²

Bourbon ministers merged enlightened ideas from Europe with a variety of discourses on reform from the Indies about local political, social, and economic ills to fashion pragmatic imperial reforms. The crown's ministers used the newest ideas and approaches available to them, but the process always involved considerable compromise. Politics in the Spanish Atlantic world was an inherently disorderly process, with a host of different groups fighting to shape, impede, or even destroy efforts to modernize (...) In short, Enlightened reform emerged piecemeal from highly contested changing political environments throughout Spain's Atlantic empire over the course of the eighteenth century, which gave the reform process its apparently halting and even muddled appearance.¹⁴³

Em um contexto geral de graduais reformas econômicas e estruturais na Grã-Bretanha, um lento e longo processo de mudanças políticas, administrativas e legais, combinado com o crescimento da importância da opinião pública, esboçava-se na Inglaterra na segunda metade do século XVIII, a partir de fundações erguidas na década de 1760, amadurecidas na década de 1770 e desenvolvidas no programa de reformas da década de 1780. Tais transformações influenciariam as esferas de poder, impactando o governo, a Coroa, o Parlamento, a administração e a vida pública britânicos, durante a virada do século, e avançariam por toda a era vitoriana. Earl Reitan pondera que, apesar de uma relativa recuperação econômica presenciada em um cenário de pós-guerra dos sete anos, e mesmo diante do programa de reformas econômicas levado a cabo pelo Tesouro durante a década de 1770, havia graves turbulências e preocupações econômicas na Grã-Bretanha. Nesse contexto, durante o Gabinete formado por Lorde North - primeiro-ministro britânico (1770-1782) -, foi implementado um ambicioso plano de arrecadação de receitas, contenção de gastos, redução de impostos, restauração do crédito e redução da dívida pública - ainda que permeado por variações e inconstâncias na política tributária e fiscal.¹⁴⁴

Entrementes, em razão da escalada de tensões anglo-espanholas - como a que

¹⁴² KUETHE, Allan J.; ANDRIEN, Kenneth J. *The Spanish Atlantic World in the Eighteenth Century War and the Bourbon Reforms, 1713–1796*. Cambridge University Press, 2014. p. 353-355.

¹⁴³ KUETHE, Allan J.; ANDRIEN, Kenneth J. *The Spanish Atlantic World in the Eighteenth Century War and the Bourbon Reforms, 1713–1796*. Cambridge University Press, 2014. p. 354-355.

¹⁴⁴ REITAN, Earl A. *Politics, Finance, and the People. Economical Reform in England in the Age of the American Revolution, 1770-1792*. Palgrave Macmillan, 2007. p. 1-41.

envolveu as *Falklands Islands*, no extremo sul da América - e diante da necessidade de renovação das forças marítimas britânicas, houve pressões emanadas da cúpula naval - principalmente do Primeiro Lorde do Almirantado da Marinha Real Britânica, Conde de Sandwich - para a instauração de um amplo programa de investimento e reconstrução da marinha vis-à-vis a ameaça marítima representada pela expansão das armadas franco-espanholas no Atlântico, impondo um súbito aumento de gastos ao governo britânico para a reestruturação de seu poderio naval. Ademais, a Companhia Britânica das Índias Orientais estava financeiramente quebrada e sofria com o contumaz contrabando no mercado americano, situação agravada pela crise de crédito decorrente da escassez de capital oriunda da falência de muitos bancos europeus, obrigando o Tesouro a conceder um elevado empréstimo à influente Companhia e o governo a alterar a legislação colonial e intervir diretamente na política fiscal e alfandegária das treze colônias, alimentando a crise e deflagrando o conflito que culminou com a ruptura colonial. Apesar de certa estabilidade fiscal e política conquistada na primeira metade da década de 1770 pelo Gabinete, a eclosão da revolução americana, ao gerar um exponencial aumento de gastos, majoração de tributos e uma profunda crise econômica, diluiu o ambicioso programa econômico de Lorde North e culminou em uma forte tensão sociopolítica na Inglaterra. Tal conjuntura levou a uma demanda por novas reformas econômicas - que seriam implementadas na década de 1780 e suscitariam profundas reestruturações burocráticas, administrativas e políticas de longo prazo - e agravou a dissensão no Parlamento - principalmente na Câmara dos Comuns - e na opinião pública, pressionando pelo fim da guerra e reconhecimento da independência dos Estados Unidos.¹⁴⁵

A historiografia costuma apresentar diferentes explicações para as causas da revolução americana; ora enfatizando as reformas imperiais da segunda metade do século XVIII; ora atribuindo-as a erros estratégicos da Grã-Bretanha; ora inserindo o movimento revolucionário em um quadro mais amplo e estrutural de mudanças. Gould e Onuf, a título de ilustração, destacam o Tratado de Paz de Paris (1763) como um momento decisivo para a deflagração do processo de independência das treze colônias. A esperada *pax Britannica*, oriunda de uma pretensa hegemonia britânica no pós-guerra dos sete anos, com a derrota da Espanha e da França, teria sido frágil e enganadora. As tensões entre

¹⁴⁵ REITAN, Earl A. *Politics, Finance, and the People. Economical Reform in England in the Age of the American Revolution, 1770-1792*. Palgrave Macmillan, 2007. p. 1-41.

colonos britânicos e ameríndios do outro lado dos Apalaches recrudesçam e representavam uma clara resistência dos povos indígenas ao avanço imperial britânico para o oeste da América Setentrional; a Espanha e a França reestruturavam suas forças terrestres e navais; nas relações internacionais, enquanto a França aproximava-se da Áustria, a Inglaterra afastava-se cada vez mais da Prússia; internamente, as enormes dificuldades financeiras preocupavam Londres e forçavam o aumento de tributos em seu império. Nesse contexto, os dois historiadores, posto que reconheçam a importância das questões internas tanto na metrópole quanto nas treze colônias, apontam as ambiguidades diplomáticas e o reequilíbrio de forças no Mundo Atlântico como causas primordiais para a eclosão da revolução.¹⁴⁶

Em linhas gerais, a nova política administrativa, a presença militar cada vez mais ostensiva e a elevação da carga tributária, sem a aprovação das assembleias locais, implicaram em uma série de protestos e revoltas que ganharam cada vez mais força e deflagraram a guerra revolucionária que atingiu outros impérios europeus do Mundo Atlântico. Entre os colonos britânicos na América do Norte, parecia haver uma percepção de que o rompimento com a Inglaterra, para ser bem-sucedido, demandaria uma aproximação com outra potência europeia. Neste sentido, John Dickinson, dirigindo-se ao Congresso Continental em julho de 1776, argumentava sobre a necessidade de aproximação do governo norte-americano com outro império europeu, sob o risco de o rompimento com a Inglaterra significar o mesmo que enfrentar “*a tempestade em um caixão de papel*”.¹⁴⁷ Enquanto Palmer afirma que “*The intervention of France, it may therefore appear, was one of the indispensable elements in the founding of the United States*”,¹⁴⁸ Larrie D. Ferreiro vai além e sugere que a declaração de independência dos Estados Unidos teria representado, ao mesmo tempo, uma declaração de dependência perante a França e a Espanha¹⁴⁹. Inicialmente, a França apoiou secretamente os americanos e, após 1777, os franceses ingressaram oficialmente na guerra. Em 1779, após

¹⁴⁶ GOULD, Eliga H; ONUF, Peter S. *Empire and Nation. The America Revolution in the Atlantic World*. Johns Hopkins University Press, 2005. p. 1-3.

¹⁴⁷ John Dickinson, “*Arguments against the Independence of the Colonies*,” in Jack P. Greene, ed., *Colonies to Nation* (New York, 1975), p. 293 *apud* GOULD, Eliga H; ONUF, Peter S. *Empire and Nation. The America Revolution in the Atlantic World*. Johns Hopkins University Press, 2005. p. 5.

¹⁴⁸ PALMER, R. R; ARMITAGE, David. *The age of the democratic revolution. A political history of Europe and America, 1760-1800*. Princeton: Princeton University Press, 2014. p. 158.

¹⁴⁹ FERREIRO, Larrie D. *Brothers at Arms: American Independence and the Men of France and Spain Who Saved It*. Vintage, 2016.

uma política oficial de neutralidade, ainda que já colaborasse com os rebeldes, a Espanha, ambicionando a reconquista de territórios cedidos aos britânicos após a guerra dos sete anos, aliou-se à França e ingressou oficialmente na guerra de independência americana. A entrada da França e da Espanha na guerra alterou a estratégia da Grã-Bretanha, que se viu obrigada a deslocar sua atenção, antes concentrada nas treze colônias, para a América Central e o Caribe.

Enfim, o último quartel do século XVIII, identificado por Chris Bayly, em *The Birth of the Modern World*,¹⁵⁰ como o período que inaugurou o projeto hegemônico do ocidente, amadurecido após os desenvolvimentos - industriais, tecnológicos e bélicos - e as revoluções da virada do século XVIII para o XIX, estremeceu os domínios ultramarinos de dois grandes impérios nas Américas, representando o crepúsculo do poderoso “primeiro” império britânico, que se esvaecia nos horizontes da América setentrional. Com efeito, após o *Boston Tea Party* em 1773, um torvelinho de revoltas e rebeliões levou à guerra que culminaria na independência das treze colônias britânicas. Como lembram Paquette e Saravia, a guerra de independência e sua repercussão na Europa e no Mundo Atlântico quase levaram a França à falência, abalando profundamente sua economia e pressionando a convocação dos Estados Gerais por Luís XVI, marcando o início da revolução francesa. A Grã-Bretanha saiu da guerra de insurgência deflagrada por seus colonos com grandes dificuldades financeiras e testemunhou o colapso de seu “primeiro” império, sendo obrigada a virar seus tentáculos para o oriente e a repensar suas estruturas administrativas e hierárquicas em suas novas incursões imperiais. E a Espanha enfrentaria uma contraditória situação, pois, como sugerem alguns historiadores, o império hispânico, apesar de encontrar-se em seu apogeu na virada do século XVIII para o XIX, experimentando um certo “*renascimento*” e “*florescimento*”, foi vertiginosamente varrido, de um lado ao outro do Atlântico, pelos movimentos de emancipação política que fragmentaram e fizeram ruir seu vasto e poderoso império.¹⁵¹

¹⁵⁰ BAYLY, C. A. *The Birth of the Modern World, 1780–1914: Global Connections and Comparisons*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2004. Eric Hobsbawm propõe ideia similar, sem, contudo, contemplar a revolução americana e o Mundo Atlântico. Cf. HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções: 1789-1848*. Paz & Terra, 2012.

¹⁵¹ PAQUETTE, Gabriel; SARAVIA, Gonzalo M. (Orgs.). *Spain and the American Revolution: New Approaches and Perspectives*. Routledge, 2019. (L. Kindle 1057-1066)

Capítulo 2

O Império Espanhol e a Revolução Americana

A participação da Espanha na independência dos Estados Unidos da América, como lembrou Thomas Chávez, embora seja relativamente conhecida na Espanha, ainda é algo pouco estudado e até mesmo divulgado entre os norte-americanos.¹⁵² Normalmente, como pondera Eric Beerman, a contribuição francesa é lembrada, enquanto a espanhola ainda não foi devidamente reconhecida.¹⁵³ A documentação que aguarda a atenção de pesquisadores e historiadores nos arquivos espanhóis é seminal.¹⁵⁴ Talvez a primeira pesquisa de peso sobre o assunto na historiografia espanhola tenha sido “*España ante la Independencia de los Estados Unidos*”, de Francisco Yela Utrilla, publicada em 1925.¹⁵⁵ Chávez afirma que, por muito tempo, essa temática foi tratada pela tradição historiográfica norte-americana como “*an appendage to the history of the United States*”, destacando-se, nesse interlúdio, contribuições de historiadores como Abraham Nasatir, John Francis McDermott, Jack D. L. Holmes e Troy S. Floyd.¹⁵⁶ Na historiografia contemporânea, principalmente a partir da década de 1990, vieram a lume algumas

¹⁵² CHÁVEZ, Thomas E. *Spain and the independence of the United States. An intrinsic Gift*. University of New Mexico Press, 2002, (L. Kindle posição 80).

¹⁵³ BEERMAN, Eric. *España y la independencia de Estados Unidos*. Madrid : Editorial MAPFRE, 1992. p. 13. Os próprios líderes revolucionários norte-americanos enfatizam, em muitos momentos, a importância da França para a independência dos Estados Unidos. “*France deserves the first Place, among those Powers with which our Connections will be the most intimate*”; “*The Revolution in America, in which, the French King has taken an earlier and a greater Part, than any other Sovereign in Europe, has operated so as to conciliate to him, a Consideration, that is universal*”. in “*From John Adams to the President of the Congress, 4 August 1779,*” Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Adams/06-08-02-0080>. [Original source: The Adams Papers, Papers of John Adams, vol. 8, March 1779–February 1780, ed. Gregg L. Lint, Robert J. Taylor, Richard Alan Ryerson, Celeste Walker, and Joanna M. Revelas. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1989, pp. 108–120.]

¹⁵⁴ Talvez a mais conhecida seja a compilação, em vários volumes, dos *Documentos relativos a la independencia de Norteamérica existentes en archivos españoles*, 14 vols.. Madrid, Ministerio de Asuntos Exteriores, 1977–1986. Como salienta Chávez, há inúmeros arquivos com importante documentação sobre a independência dos Estados Unidos em diversos países. “*Archives in the United States, including the National Archives and Library of Congress, on the national level, and the Historic New Orleans Collection, the Newberry Library in Chicago, and the Missouri Historical Society in St. Louis, have material important to United States independence. On the international level, the national archives of Cuba and those of the viceroy of La Nueva España, Martín de Mayorga, in the Mexican National Archives in Mexico City, will provide much additional information. As this book notes, the war that resulted in the independence of the United States was not localized to the thirteen colonies, so even the national archives in such seemingly remote places as Argentina, Guatemala, Nicaragua, Venezuela, and Portugal could prove fruitful*”. in CHÁVEZ, Thomas E. *Spain and the independence of the United States. An intrinsic Gift*. University of New Mexico Press, 2002, (L. Kindle posição 81).

¹⁵⁵ UTRILLA, Juan Francisco Yela. *España ante la Independencia de los Estados Unidos*. Madrid, Istmo, 1925.

¹⁵⁶ Cf. NASATIR, Abraham Phineas. *Borderland in retreat : from Spanish Louisiana to the Far Southwest*. Albuquerque, University of New Mexico Press, 1976; HOLMES, Jack D. L. *Gayoso;: The life of a Spanish governor in the Mississippi Valley, 1789-1799*. Louisiana State University Press for the Louisiana Historical Association; 1st Edition (January 1, 1965); FLOYD, Troy S. *The Bourbon Reformers and Spanish Civilization : Builders or Destroyers?* D.C. Heath and Company, 1966. *apud* CHÁVEZ, Thomas E. *Spain and the independence of the United States. An intrinsic Gift*. University of New Mexico Press, 2002, (L. Kindle posição.47).

poucas obras que se dedicaram exclusivamente ao tema, como as de Light Townsend Cummins (1991), Eric Beerman (1992), Thomas S. Chávez (2002), Martha Gutiérrez-Steinkamp (2013), Larrie D. Ferreiro (2016) e Gabriel Paquette e Gonzalo M. Quintero Saravia (2019).¹⁵⁷

A revolução americana, segundo Paquette e Saravia, deve ser compreendida em uma perspectiva global e representaria apenas parte de um conflito que teria um caráter mundial, envolvendo disputas históricas entre impérios europeus - Grã-Bretanha, França, Espanha e Holanda. A guerra de independência norte-americana representaria, de acordo com a interpretação dos dois historiadores, apenas uma peça em um tabuleiro global de conflitos, e suas consequências constituiriam apenas parte de uma reconfiguração geopolítica mais ampla que teria atingido três continentes - América, Europa e Ásia - e levado ao declínio do primeiro império britânico. Tal interpretação parece levar a um paradoxo, pois, ao mesmo tempo que insere a guerra revolucionária norte-americana em um cenário de guerra intercontinental e interimperial, reduz sua importância ao demonstrar que o esforço de guerra britânico dirigido para as treze colônias foi bem menor do que o direcionado para outras regiões - como o Caribe e a própria Europa, como é possível constatar, por exemplo, na grande movimentação de tropas britânicas que envolveu o cerco de Gibraltar. O historiador e o diplomata chegam a sugerir que a Coroa britânica, ao recusar cabalmente a declaração de independência de seus colonos norte-americanos, estaria mais preocupada com o prestígio da Grã-Bretanha perante seus rivais europeus do que com eventuais perdas econômicas que a independência de suas colônias pudesse gerar.¹⁵⁸

Os autores, contudo, enunciam que talvez a grande controvérsia sobre a participação da Espanha na revolução americana pare sobre a natureza dessa ajuda e o que ela teria

¹⁵⁷ CUMMINS, Light Townsend. *Spanish Observers and the American Revolution, 1775-1783*. Louisiana State Univ Press 1991; BEERMAN, Eric. *España y la independencia de Estados Unidos*. Madrid : Editorial MAPFRE, 1992; CHÁVEZ, Thomas E. *Spain and the independence of the United States. An intrinsic Gift*. University of New Mexico Press, 2002; STEINKAMP, Martha. *Spain: The forgotten alliance. Independence of the United States*. Editora Martha Gutiérrez-Steinkamp, 2013; FERREIRO, Larrie D. *Brothers at Arms: American Independence and the Men of France and Spain Who Saved It*. Vintage, 2016; PAQUETTE, Gabriel; SARAVIA, Gonzalo M. (Orgs.). *Spain and the American Revolution: New Approaches and Perspectives*. Routledge, 2019. Como lembram Paquette e Saravia, “on the specific subject of the role of Spain in the American Revolutionary War, the few book-length treatments have been complemented by other studies on certain aspects, including those related to the history of Louisiana and Florida during the American Revolution, military campaigns, and the figure of general Bernardo de Gálvez, Spanish Louisiana’s Governor and supreme commander of the Spanish forces during the war” p. 21.

¹⁵⁸ PAQUETTE, Gabriel; SARAVIA, Gonzalo M. (Orgs.). *Spain and the American Revolution: New Approaches and Perspectives*. Routledge, 2019. (L. Kindle p. 21-22).

representado para o resultado final da independência norte-americana. Segundo os dois, para apreender esse processo, seria preciso, primeiro, compreender as relações históricas entre os dois países¹⁵⁹ e, segundo, reconhecer a importância do desenvolvimento de uma historiografia preocupada em ampliar a escala de análise e evitar perspectivas eurocêntricas.

Assim, em um contexto das relações históricas entre os dois países, a percepção norte-americana sobre a Espanha poderia ser dividida em cinco momentos: teria sido inicialmente pautada por uma visão depreciativa da Espanha - bastante matizada por obras de historiadores estadunidenses sobre o império espanhol, difundidas na primeira metade do século XIX - e intensificada com o início da guerra hispano-americana (1898), *“while adding strong negative undertones rooted in the anti-Catholic “Black Legend” of Spain’s alleged nefarious conduct in the colonization of the Americas”*. Em um segundo momento, na virada do século XIX para o XX, a percepção norte-americana teria se tornado mais positiva e tal mudança poderia ser explicada por quatro elementos-chave: a fundação da *New York’s Hispanic Society* (1904), por Archer Milton Huntington; o estudo das fronteiras hispano-americanas - com destaque para as pesquisas de Herbert Eugene Bolton nas décadas de 1920-1930; o ideal republicano desvelado durante a segunda república espanhola na década de 1930; e a importância da literatura de Ernest Hemingway. O terceiro momento crucial seria o da guerra civil espanhola (1936-1939) e da aproximação da Espanha com as potências do eixo durante a segunda guerra mundial, estremecendo a imagem positiva da Espanha que fora lentamente construída na sociedade norte-americana durante as primeiras décadas do século XX, e isolando a Espanha no cenário político e diplomático internacional. Um quarto momento adviria da reaproximação entre Estados Unidos e Espanha durante as tensões geopolíticas e ideológicas da guerra fria, propiciando um estreitamento de laços diplomáticos, políticos, econômicos, culturais e acadêmicos entre as duas nações, em um contexto de transição democrática espanhola em meados da década de 1970, reequilibrando a representação da Espanha perante a sociedade norte-americana. E o quinto e último momento identificado pelos autores teria origem na faceta latino-americana da Espanha, proveniente de sua

¹⁵⁹ Sobre o assunto, Cf. POMPEIAN, Edward P. *“The colossus of the north. The inberian empires and the United States, 1776-1783”* in REEDER, Tyson (ed.). *The Routledge History of U.S. Foreign Relations*. Routledge, 2021. p. 148-164.

expansão imperial nas Américas, reconhecida pelo censo demográfico estadunidense - que admite como hispânicos (ou latinos) indivíduos de origem espanhola - e pela inclusão de descendentes ou imigrantes espanhóis em uma comunidade hispânica que se insere no seio da sociedade norte-americana.¹⁶⁰

Por outro lado, a percepção espanhola sobre os Estados Unidos e, por conseguinte, a evolução historiográfica sobre a participação da Espanha na revolução americana poderia ser dividida essencialmente em duas etapas: a primeira ocorreria nas primeiras décadas do século XX e seria possível identificar uma historiografia espanhola com um acentuado viés nacionalista; a segunda permearia a mencionada reaproximação historiográfica iniciada entre os dois países durante a guerra fria e intensificada no processo de transição democrática e instauração de uma monarquia constitucional parlamentar na Espanha, período no qual seria possível observar uma profusão de publicações de historiadores espanhóis e um grande esforço de compilação de documentos, sob patrocínio oficial, destacando-se a publicação de quatorze volumes, compilados nas décadas de 1970-1980, que fariam parte da seminal coleção de *Documentos relativos a la independencia de Norteamérica existentes en archivos españoles*.¹⁶¹

Como salienta Edward Pompeian,

*More than a century has passed since the first Pan-American historians began writing the history of U.S.-Latin American relations. Beginning in the 1930s, they searched for a way to neutralize the Colossus of the North and redeem the United States from its previous Latin American diplomacy. They adopted innovative research approaches and professional activities that promoted a new inter-American scholarship into the late twentieth century based on mutual understanding and respect. Their transnational, business, and cultural histories continue to inform contemporary research that examines U.S.-Latin American relations outside of formal diplomatic channels and includes non-governmental agents and un-official ambassadors.*¹⁶²

¹⁶⁰ PAQUETTE, Gabriel; SARAVIA, Gonzalo M. (Orgs.). *Spain and the American Revolution: New Approaches and Perspectives*. Routledge, 2019. (L. Kindle p. 16-19).

¹⁶¹ PAQUETTE, Gabriel; SARAVIA, Gonzalo M. (Orgs.). *Spain and the American Revolution: New Approaches and Perspectives*. Routledge, 2019. (L. Kindle p. 19).

¹⁶² POMPEIAN, Edward P. "The colossus of the north. The Iberian empires and the United States, 1776-1783" in REEDER, Tyson (ed.). *The Routledge History of U.S. Foreign Relations*. Routledge, 2021. p. 159. De acordo com Pompeian, "The Colossus of the North profoundly influenced the historical profession and the study of Latin American history in the United States. Disciplinary professionalization coincided with the era of U.S. neo-colonialism and a groundswell of Latin American opposition to U.S. military invasions and occupations; Yankee seizures of customs collections and economic policymaking; and, U.S. businesses' monopolization of resources, land, and capital. This anti-American nationalism also pushed back against U.S. efforts to determine the parameters of inter-American diplomacy by offering alternative visions of Pan-American union and the Iberian heritage while vilifying the United States as a predatory, racist, and imperialist nation. It was in this context that the study of Latin America became a pressing academic concern among historians and U.S.-Latin American relations became one of diplomatic history's earliest secondary fields. The result was an entire genre of scholarship that promoted Pan-American goals and inter-American imperatives until at least the late 1960s". *Ibidem*, p. 149.

No que concerne ao desenvolvimento de uma historiografia preocupada em evitar perspectivas eurocêntricas, Paquette e Saravia identificam três eixos historiográficos que consideram cruciais: as pesquisas formuladas “*by historians working on the international aspects and diplomatic history of the American Revolution*”; a incorporação de análises sobre as relações entre ameríndios, franceses e espanhóis, antes restritas aos nativos e britânicos; e as “*comparative analysis between the British and Spanish slavery*”. No caso da ampliação da escala de análise, destacam-se: a incorporação do oeste norte-americano; a inclusão do Caribe; e o desenvolvimento de histórias continentais, comparadas, emaranhadas e atlânticas.¹⁶³

A participação da França e da Espanha na revolução americana está diretamente relacionada com as rivalidades históricas entre estas e a Grã-Bretanha. A França, além de inimiga histórica do império britânico, almejava estabelecer laços comerciais mais sólidos com os colonos insurgentes e a Espanha ambicionava reaver territórios perdidos durante a guerra dos sete anos - principalmente Gibraltar, Menorca, Flórida, Bahamas e Jamaica¹⁶⁴ - e a ajuda da França em sua disputa imperial com Portugal. A França, antes de ingressar oficialmente na guerra em 1777, apoiava secretamente os colonos rebeldes, enviando dinheiro e suprimentos. A participação da Espanha na Independência dos Estados Unidos normalmente é dividida em duas etapas. A primeira consistiria em uma participação velada e indireta, com contribuições secretas aos colonos insurgentes. A segunda adviria do apoio oficial à França na luta contra o império britânico, firmado no Tratado de Aranjuez, em 1779. Com a declaração de guerra da França e da Espanha, o teatro de conflitos ganhou proporções globais e uma série de batalhas foi travada na América do Norte, Caribe, América Central, Europa e Ásia. Com efeito, como veremos, após a entrada oficial das duas potências na guerra, a historiografia parece concordar que a Grã-Bretanha fragmentou suas forças, antes concentradas na repressão aos colonos insurgentes nas treze colônias, redirecionando-as para a América Central e o Caribe,¹⁶⁵

¹⁶³ PAQUETTE, Gabriel; SARAVIA, Gonzalo M. (Orgs.). *Spain and the American Revolution: New Approaches and Perspectives*. Routledge, 2019. (L. Kindle p. 19-21). Para uma melhor compreensão do desenvolvimento de uma perspectiva global e atlântica, ver o capítulo 1 desta pesquisa.

¹⁶⁴ *Tratado de alianza defensiva y ofensiva celebrado entre las coronas de España y Francia contra la de Inglaterra*, Aranjuez, 1779.

¹⁶⁵ Para uma visão recente e abrangente sobre a dinâmica imperial no Caribe durante a revolução americana, Cf. O'SHAUGHNESSY, Andrew Jackson. *An Empire Divided. The American Revolution and the British Caribbean*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2000. Ver também: GOULD, Eliga H; ONUF, Peter S. *Empire and Nation. The America Revolution in the Atlantic World*. Johns Hopkins University Press, 2005.

ao mesmo tempo que envidava esforços para defender-se das incursões militares espanholas e francesas na Europa - Gibraltar e Menorca - e na Ásia. Como sublinha Beerman, apesar das operações espanholas levadas a cabo por Bernardo de Gálvez na Louisiana, Alabama e Flórida, a aliança borbônica franco-espanhola fez com que a Espanha concentrasse suas forças na América Central e no Caribe, enquanto a França intensificava suas operações, ao lado dos colonos revolucionários, na América do Norte, obrigando a Grã-Bretanha a abrir inúmeras frentes de batalha em regiões distantes umas das outras.¹⁶⁶

A historiografia costuma apontar o dilema enfrentado pela Espanha com a deflagração da revolução americana. Embora a guerra fosse considerada inevitável por Carlos III e seus ministros, a tensão e os debates no alto escalão político e diplomático pareciam girar em torno dos benefícios que a guerra de secessão poderia acarretar para a Espanha, com o enfraquecimento da Grã-Bretanha, ao mesmo tempo que havia um receio generalizado de que a influência da independência das colônias britânicas poderia representar um risco real para a estabilidade das possessões ultramarinas espanholas nas Américas.¹⁶⁷

Política de neutralidade, diplomacia de interesses

Durante a política oficial de neutralidade que vigorou na primeira etapa da ajuda espanhola, é reconhecida a importância da atuação do Conde de Aranda na embaixada espanhola em Paris, período no qual conduzia secretamente negociações com representantes dos revolucionários americanos - nomeadamente, Benjamin Franklin, Arthur Lee e Silas Dean - e negociava o fornecimento de suprimentos e dinheiro com o corpo diplomático francês.¹⁶⁸ O Conde de Aranda simpatizava com a causa dos rebeldes

¹⁶⁶ BEERMAN, Eric. *España y la independencia de Estados Unidos*. Madrid : Editorial MAPFRE, 1992. p. 14-15.

¹⁶⁷ Cf. Introdução in BEERMAN, Eric. *España y la independencia de Estados Unidos*. Madrid : Editorial MAPFRE, 1992; ISRAEL, Jonathan I. *Democratic Enlightenment: Philosophy, Revolution, and Human Rights, 1750–1790*. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 523-525; “‘A species of revolution’ within empire: Latin America, 1776-1788.” in LISS, Peggy K. *Atlantic Empires: The Network of Trade and Revolution*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1983. p. 127-146.

¹⁶⁸ DULL, Jonathan. *A diplomatic history of the American Revolution*. Yale University Press, 1987. p. 78.

e estaria mais inclinado a oferecer ajuda imediata aos colonos insurgentes¹⁶⁹, enquanto a Coroa hispânica e seus ministros permaneciam mais comedidos e cautelosos, o que parece explicar a decisão da delegação americana em Paris de enviar Arthur Lee a Madrid para negociar com o Marquês de Grimaldi, ainda Ministro das Relações Exteriores da Espanha, enquanto Franklin fora nomeado ministro plenipotenciário e avançava negociações em Versalhes sobre o *Tratado de Amizade e Comércio entre Estados Unidos e França*, ao mesmo tempo que fora designado comissário para a Espanha pelo Congresso Continental, que lhe concedera

*full power to communicate, treat, agree and conclude with his most Catholic Majesty the King of Spain or with such person or persons as shall by him be for that purpose authorised, of and upon a true and sincere friendship and a firm, inviolable and universal peace for the defence, protection and safety of the navigation and mutual commerce of the subjects of his most Catholic Majesty and the people of the united states and also to enter into and agree upon a treaty with his most Catholic Majesty or such person or persons as shall be by him authorised for such purpose for assistance in carrying on the present war between Great Britain and these united states and to do all other things which may conduce to those desirable ends, and promising in good faith to ratify whatsoever our said commissioner shall transact in the premisses. Provided always that the said Benjamin Franklin shall continue to be possessed of all the powers heretofore given him as a commissioner to the Court of France from these states, so long as he shall remain and be present at the said Court.*¹⁷⁰

A solicitação da legação diplomática norte-americana de autorização para a diligência de Lee a Madrid não foi bem recepcionada pela Corte espanhola, que engendrava mudanças na condução de sua política externa, com a troca do Marquês de Grimaldi pelo Conde de Floridablanca no Ministério das Relações Exteriores. Durante esse período, a Coroa hispânica preferia manter um diálogo secreto com os revolucionários na França, e a entrada de emissários diplomáticos norte-americanos na Espanha, principalmente em sua capital, Madrid, ainda sofria forte resistência na Corte

¹⁶⁹ “The strongest supporter of Spain’s entrance into the war was Pedro Pablo Abarca de Bolea, Conde de Aranda (1718–98), former president of the Council of Castile. Aranda had lost favor with the king and been exiled from court in 1773 by an appointment as Spain’s ambassador to Versailles. He considered Britain Spain’s natural and permanent enemy and argued that no opportunity to curtail its power should be lost”. in “Congress Appoints John Jay Minister to Spain Editorial Note,” Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Jay/01-01-02-0421>. [Original source: The Selected Papers of John Jay, vol. 1, 1760–1779, ed. Elizabeth M. Nuxoll. Charlottesville: University of Virginia Press, 2010, pp. 709–716.]

¹⁷⁰ “The Continental Congress: Letter of Credence for Franklin as Commissioner to Spain, [2 January 1777],” Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Franklin/01-23-02-0062>. [Original source: The Papers of Benjamin Franklin, vol. 23, October 27, 1776, through April 30, 1777, ed. William B. Willcox. New Haven and London: Yale University Press, 1983, pp. 108–110.]. Franklin também faz menção a esta nomeação em carta de 21 de março de 1777, endereçada a Lee. Cf. “From Benjamin Franklin to Arthur Lee, 21 March 1777,” Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Franklin/01-23-02-0328>. [Original source: The Papers of Benjamin Franklin, vol. 23, October 27, 1776, through April 30, 1777, ed. William B. Willcox. New Haven and London: Yale University Press, 1983, pp. 508–511.].

espanhola,¹⁷¹ que receava que a presença de diplomatas estadunidenses em seu território fosse descoberta por espiões britânicos e gerasse um incidente diplomático, bem como que prejudicasse operações que a esta altura já eram levadas a cabo por agentes, oficiais e comerciantes espanhóis junto aos colonos rebeldes na América. Nessa conjuntura, Lee, após a mediação de Diego Gardoqui, fora recepcionado por este e Grimaldi, primeiro em Burgos¹⁷² e, depois, em Vitoria, e não em Madrid; e a visita de Franklin à capital espanhola acabou sendo suspensa.¹⁷³ Lee, após seu encontro com Gardoqui e Grimaldi, regressou a Paris com “*promises of aid in money and supplies*”.¹⁷⁴ Ainda em Vitoria, Lee escreveu para Franklin e Dean: “*That the reasons for wishing me not to come to Madrid are insuperable. That the States may depend on the sincere desire of Spain to see their Liberties establishd and to assist them as far as his own situation will permit. For this purpose I had only to direct the House of Gardoqui to supply us by every opportunity with whatever Spain offers [us] for our use*”.¹⁷⁵ Alguns dias depois, em 21 de março de 1777, Franklin respondeu Lee, informando-lhe que o Congresso Continental estava disposto a ajudar a França a conquistar as ilhas açucareiras britânicas no Caribe, e a Espanha a conquistar Portugal, caso as duas Coroas entrassem na guerra contra a Grã-Bretanha, ressaltando que os interesses dos Estados Unidos limitavam-se aos territórios detidos pela Grã-Bretanha na América do Norte.¹⁷⁶

E, em 25 de maio de 1777, os comissários norte-americanos - Franklin e Dean -

¹⁷¹ Em carta a Franklin e Dean, enquanto aguardava a chegada de Grimaldi a Vitoria, Lee menciona rapidamente a posição da Corte espanhola de evitar a presença de políticos e diplomatas estadunidenses em Madrid, em razão de possíveis efeitos negativos que tal presença poderia gerar tanto na Europa quanto na América. “*Arthur Lee to Franklin and Silas Deane, 12 March 1777,*” Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Franklin/01-23-02-0307>. [Original source: The Papers of Benjamin Franklin, vol. 23, October 27, 1776, through April 30, 1777, ed. William B. Willcox. New Haven and London: Yale University Press, 1983, pp. 477–479.]

¹⁷² “*I have been desired to stop here which is half way to Madrid, in order to negotiate with more secrecy.*” in “*Benjamin Franklin from Arthur Lee, 5 March 1777,*” Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Franklin/01-23-02-0277>. [Original source: The Papers of Benjamin Franklin, vol. 23, October 27, 1776, through April 30, 1777, ed. William B. Willcox. New Haven and London: Yale University Press, 1983, pp. 430–431.]

¹⁷³ BEERMAN, Eric. *España y la independencia de Estados Unidos*. Madrid : Editorial MAPFRE, 1992. p. 25-29. Para uma breve síntese da missão diplomática de Lee na Espanha, ver “*Arthur Lee: primera misión diplomática americana en España*” in capítulo 1 “*Apoyo español antes de la declaración bélica*” do livro de Beerman. p. 27-35.

¹⁷⁴ DULL, Jonathan. *A diplomatic history of the American Revolution*. Yale University Press, 1987. p. 78.

¹⁷⁵ “*Arthur Lee to Franklin and Silas Deane, 16 March 1777,*” Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Franklin/01-23-02-0320>. [Original source: The Papers of Benjamin Franklin, vol. 23, October 27, 1776, through April 30, 1777, ed. William B. Willcox. New Haven and London: Yale University Press, 1983, pp. 498–500.]

¹⁷⁶ “*From Benjamin Franklin to Arthur Lee, 21 March 1777,*” Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Franklin/01-23-02-0328>. [Original source: The Papers of Benjamin Franklin, vol. 23, October 27, 1776, through April 30, 1777, ed. William B. Willcox. New Haven and London: Yale University Press, 1983, pp. 508–511.]

escreveram ao Comitê de Relações Exteriores dos Estados Unidos que: *“assured as we are by the most substantial Proofs of the Friendship of this Court [França] and of Spain which we are persuaded will soon manifest itself to all the World. The latter has already remitted to us a large Sum of Money as you will see by Mr. Lee’s Letters; and continues to send Cargoes of Supplies of which you have herewith sundry Accounts. Many of these Transactions are by some Means or other known in England which dares not resent them at present; but the Opinion of an approaching War gains ground every Day”*.¹⁷⁷ E, após relatar as dificuldades enfrentadas para a celebração do Tratado de Comércio com a França, em razão da intenção desta de manter uma paz momentânea com a Grã-Bretanha, e orientar o Congresso Continental a permanecer paciente e evitar conflitos com os franceses e espanhóis, pois a legação diplomática estava obtendo sucesso em seus pleitos e sendo assistida secretamente em suas demandas, os comissários, confiantes, escreveram que *“the Interest of France and Spain however in securing our Friendship and Commerce seems daily more and more generally understood here, and we have no doubt of finally obtaining the Establishment of that Commerce with all the Formalities necessary”*.¹⁷⁸

Com efeito, inobstante a exaustiva guerra de independência travada no continente, a árdua construção de uma nova ordem política, constitucional e jurídica, e as permanentes tensões entre a autoridade central emanada pelo Congresso Continental e os anseios de poder e representatividade constantemente reivindicados pelos Treze Estados - historicamente compreensíveis e imanentes ao federalismo estadunidense -, uma das maiores preocupações do Congresso Continental foi estabelecer laços comerciais com os outros impérios europeus e suas possessões nas Américas e Caribe. A superação das amarras impostas pelo antigo sistema de navegação britânico e a inserção comercial na economia atlântica eram consideradas, pelos delegados e líderes políticos norte-americanos, imprescindíveis para o desenvolvimento sustentável da causa americana, para a garantia da independência e para a própria sobrevivência da emergente

¹⁷⁷ *“The American Commissioners to the Committee for Foreign Affairs, 25 May 1777,”* Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Franklin/01-24-02-0052>. [Original source: The Papers of Benjamin Franklin, vol. 24, May 1 through September 30, 1777, ed. William B. Willcox. New Haven and London: Yale University Press, 1984, pp. 73–77.]

¹⁷⁸ *“The American Commissioners to the Committee for Foreign Affairs, 25 May 1777,”* Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Franklin/01-24-02-0052>. [Original source: The Papers of Benjamin Franklin, vol. 24, May 1 through September 30, 1777, ed. William B. Willcox. New Haven and London: Yale University Press, 1984, pp. 73–77.]

república no futuro.¹⁷⁹

John Adams, em uma percuciente e longa carta dirigida ao presidente do Congresso Continental, em agosto de 1779, tece um amplo panorama do quadro geopolítico europeu e dos possíveis mercados para a economia norte-americana. Adams traça um histórico das disputas imperiais europeias e acredita que, apesar das expectativas em relação à aproximação comercial com a Grã-Bretanha após a paz, as rivalidades entre as duas nações dificultariam, em última instância, o estreitamento de seus laços comerciais. Aborda a importância da França para as futuras relações comerciais dos Estados Unidos e resume a relevância da movimentação diplomática francesa na Europa para a política externa norte-americana, mencionando a reaproximação entre França e Rússia - após um período de distanciamento nas relações internacionais -, e fazendo considerações sobre a guerra de sucessão Bávara - que opôs a Monarquia de Habsburgo, de um lado, e o Eleitorado da Saxônia e o Reino da Prússia, de outro -, reconhecendo a importância da atuação diplomática francesa para a celebração do Tratado de Teschen (1779), que encerrou os conflitos na Europa. O político e diplomata norte-americano fala do enfraquecimento, endividamento e dependência da Holanda em relação à Inglaterra e da possibilidade de aproximação comercial com a Holanda após a guerra revolucionária, principalmente no caso de uma intervenção da Prússia, que exerceria grande influência sobre as Províncias Unidas dos Países Baixos.¹⁸⁰

O diplomata, no entanto, parece um pouco reticente em relação ao comércio com a Espanha e acredita que a Coroa hispânica, apesar de seus interesses territoriais na América do Norte, não representaria uma ameaça para os Estados Unidos, pois estaria inclinada à paz. Outrossim, sugere que, apesar das mudanças promovidas na política externa portuguesa pelo Marquês de Pombal, Portugal estava bastante enfraquecido, não representando uma ameaça aos norte-americanos, e poderia até estabelecer comércio com os Estados Unidos, se conseguisse desvencilhar-se das amarras da Inglaterra, o que era muito improvável. Em razão da fragmentação e divisão política dos reinos germânicos,

¹⁷⁹ GOULD, Eliga H; ONUF, Peter S. *Empire and Nation. The America Revolution in the Atlantic World*. Johns Hopkins University Press, 2005. p. 8-9. Cf. “We see with other eyes: The new nation looks at Latin American, 1776-1808” in LISS, Peggy K. *Atlantic Empires: The Network of Trade and Revolution*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1983. p. 105-126.

¹⁸⁰ “From John Adams to the President of the Congress, 4 August 1779,” Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Adams/06-08-02-0080>. [Original source: The Adams Papers, Papers of John Adams, vol. 8, March 1779–February 1780, ed. Gregg L. Lint, Robert J. Taylor, Richard Alan Reyerson, Celeste Walker, and Joanna M. Revelas. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1989, pp. 108–120.]

Adams considera que os norte-americanos não poderiam se beneficiar, de um modo geral, com o comércio nessa região; e sugere que a Casa de Áustria poderia representar um alvissareiro mercado para os Estados Unidos, desde que houvesse uma revisão geral dos acordos pactuados no Tratado de Utrecht - sucessivamente ratificados -, que beneficiavam França, Espanha, Holanda e Inglaterra, e impediam o comércio estadunidense direto no Porto de Ostende, em Flandres. Por outro lado, o porto de Trieste, sob os auspícios da Corte de Viena, constituía um mercado florescente - ainda que pequeno para os norte-americanos -, embora a posição geográfica do porto - que fica no Golfo de Trieste, parte do Golfo de Veneza, no mar Adriático, no extremo norte do Mediterrâneo -, fosse de difícil navegação. São mencionados também a importância do Eleitorado da Saxônia para a interligação comercial entre a Europa ocidental e oriental e os benefícios auferidos pelo centro comercial de Leipzig em suas relações com os revolucionários. O diplomata sublinha que a Corte de Berlim poderia beneficiar-se da aliança entre os Estados Unidos e a França, lembra da importância do comércio marítimo na Baixa Saxônia e da promissora relação com Hamburgo, e diagnostica o declínio da Polônia e a impossibilidade de manutenção de relações comerciais com essa nação.¹⁸¹

Quanto à Rússia, Suécia e Dinamarca, Adams afirma que suas respectivas políticas externas ainda pareciam dúbias e que alguns observadores acusavam-nas de pender para o lado da Inglaterra; porém, o aumento do contingente militar, com o intuito de proteção do comércio marítimo - nos oceanos, nos mares do norte e no Canal da Mancha -, e a reação às restrições impostas por Londres ao direito de navegação, pareciam indicar que as Cortes de Petersbourg, Estocolmo e Copenhague iriam adotar uma política de neutralidade em relação aos norte-americanos, mesmo que seus produtos - madeira, piche, alcatrão e terebintina - concorressem com os produzidos pelos Estados Unidos, haja vista a demanda americana por cânhamo e pano de vela, que poderia beneficiar a produção interna dessas potências e compensar eventuais perdas. Por sua vez, a Itália, em franco declínio, não parecia gerar grandes expectativas para os norte-americanos, com exceção do estratégico porto de Livorno, que poderia ser útil para os navios estadunidenses quando a guerra acabasse - mas somente quando a guerra acabasse, pois o Grão-Ducado

¹⁸¹ "From John Adams to the President of the Congress, 4 August 1779," Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Adams/06-08-02-0080>. [Original source: The Adams Papers, Papers of John Adams, vol. 8, March 1779–February 1780, ed. Gregg L. Lint, Robert J. Taylor, Richard Alan Reyerson, Celeste Walker, and Joanna M. Revelas. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1989, pp. 108–120.]

da Toscana, sob o cetro de um príncipe austríaco, pautava-se pela política externa conduzida pela Corte de Viena. Ao contrário do Reino das duas Sicílias que, sob o jugo da Monarquia espanhola, abriu seus portos aos navios dos revolucionários americanos. Ademais, o Reino da Sardenha foi considerado inexpressivo e não despertava o interesse comercial dos estadunidenses; o Reino de Gênova poderia representar uma razoável fonte de empréstimo para a economia norte-americana, assim como a Suíça, que poderia, eventualmente, emprestar dinheiro aos Estados Unidos, sem, contudo, ter condições de estabelecer relações comerciais com os mesmos. Do mesmo modo que Veneza, que, experimentando um acentuado declínio econômico e comercial, não despertava interesses comerciais nos revolucionários norte-americanos.¹⁸²

Em 1782, enquanto se encontrava em Haia negociando um tratado de amizade e comércio com a República Holandesa, Adams escreveu ao Secretário de Relações Exteriores, Robert Livingston: “[I] think our indispensable Duty, as it is our undoubted Right, to send Ministers to other Courts, and endeavour to extend our Acquaintance, Commerce and political Connections with all the World”.¹⁸³

A precaução da Espanha, ao adotar inicialmente uma política oficial de neutralidade e atrasar sua entrada na guerra, além de ter relação com disputas territoriais envolvendo Portugal na América Meridional, envolvia um receio da Monarquia espanhola de um possível ataque britânico à América hispânica, caso os rebeldes norte-americanos rapidamente vencessem a guerra revolucionária,¹⁸⁴ e também estaria relacionada aos erros estratégicos precedentes cometidos pela Coroa hispânica quando ingressou, sem qualquer tipo de preparação ou organização prévia, na guerra dos sete anos, o que lhe custou perdas territoriais importantes, tanto no Caribe quanto na Ásia - como Havana e

¹⁸² “From John Adams to the President of the Congress, 4 August 1779,” Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Adams/06-08-02-0080>. [Original source: The Adams Papers, Papers of John Adams, vol. 8, March 1779–February 1780, ed. Gregg L. Lint, Robert J. Taylor, Richard Alan Reyerson, Celeste Walker, and Joanna M. Revelas. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1989, pp. 108–120.]

¹⁸³ “From John Adams to Robert R. Livingston, 6 September 1782,” Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Adams/06-13-02-0180>. [Original source: The Adams Papers, Papers of John Adams, vol. 13, May–October 1782, ed. Gregg L. Lint, C. James Taylor, Margaret A. Hogan, Jessie May Rodrique, Mary T. Claffey, and Hobson Woodward. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2006, pp. 430–437.]; Cf. *Adams Papers* | Papers of John Adams | Volume 13 | *The Negotiation of the Dutch-American Treaty of Amity and Commerce: 22 August – 8 October 1782*; “IX. Final Text of the Dutch-American Convention on Recaptures, 6 September 1782,” Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Adams/06-13-02-0162-0012-0002>. [Original source: The Adams Papers, Papers of John Adams, vol. 13, May–October 1782, ed. Gregg L. Lint, C. James Taylor, Margaret A. Hogan, Jessie May Rodrique, Mary T. Claffey, and Hobson Woodward. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2006, p. 386.]

¹⁸⁴ BEERMAN, Eric. *España y la independencia de Estados Unidos*. Madrid : Editorial MAPFRE, 1992. p. 13-14, 35.

Manila, respectivamente. Tais equívocos estratégicos ajudariam a explicar a preferência pela via diplomática articulada pelo Conde de Floridablanca, em detrimento do esforço de guerra; bem como a estratégia adotada inicialmente pela Espanha de tentar enfraquecer os britânicos apoiando veladamente os colonos insurgentes. Nesse sentido, a atuação da Espanha na revolução americana insere-se em um amplo quadro de reformulação da política externa da Monarquia espanhola durante as reformas imperiais. Assim, a reestruturação administrativa e fiscal implementada por Carlos III, que buscava reequilibrar as finanças e o fortalecimento e a modernização do sistema imperial de defesa na América hispânica, ao lado de mudanças significativas na diplomacia e na condução da política externa espanhola, ajudariam a explicar a estratégia utilizada pela monarquia espanhola de, primeiro, apoiar secretamente e, depois, aliar-se oficialmente à França na guerra contra a Grã-Bretanha e, assim, participar da revolução americana.

Como pontuam Paquette e Saravia, a reformulação da política externa da monarquia espanhola conferiu maior relevância à diplomacia e ao comércio nas relações internacionais, em detrimento da simples defesa militar, que, pelo menos até 1763, constituía o cerne das estratégias da política externa imperial. *“The revision of Spain’s foreign policy included evaluating the usefulness of the military alliance with France built upon the three Family Compacts (Pactos de familia), which had made conflict with Britain the norm, at least until 1777, when José Moñino y Redondo, Count of Floridablanca, was appointed Secretary of State. He articulated a new vision of international relations based more on diplomacy and trade than on the projection of sheer military power.”*¹⁸⁵

Nos bastidores da política oficial de neutralidade da Espanha, um intenso e complexo jogo diplomático era entabulado entre revolucionários norte-americanos, Grã-Bretanha, França, Espanha e Holanda. Em um contexto de acalorados debates no Congresso Continental sobre a condução da política externa norte-americana e negociações de aliança com o corpo diplomático francês enviado à América, o Congresso Americano enviou, em fins de 1779, seu até então presidente, John Jay¹⁸⁶, acompanhado

¹⁸⁵ PAQUETTE, Gabriel; SARAVIA, Gonzalo M. (Orgs.). *Spain and the American Revolution: New Approaches and Perspectives*. Routledge, 2019. (L. Kindle p. 24)

¹⁸⁶ “Congress Appoints John Jay Minister to Spain Editorial Note,” Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Jay/01-01-02-0421>. [Original source: The Selected Papers of John Jay, vol. 1, 1760–1779, ed. Elizabeth M. Nuxoll. Charlottesville: University of Virginia Press, 2010, pp. 709–716.]

do ministro e diplomata francês Conrad Alexandre Gérard, como ministro plenipotenciário dos revolucionários norte-americanos para uma missão diplomática em Madrid. Como sugere Richard Morris, John Jay, que fora designado para o cargo após disputas acirradas no Congresso Continental e era um nome agradável para a delegação francesa, possuía uma personalidade mais pragmática e, ao contrário das expectativas de alguns políticos estadunidenses mais exaltados, estava ciente que um acordo de paz entre dois arquirrivais históricos como França e Grã-Bretanha - que ao mesmo tempo contemplasse os revolucionários e honrasse a Espanha - representava algo muito distante da realidade concreta imediata. Desde a aliança firmada em 1778, os laços entre os Estados Unidos e a França já estavam mais fortes e, segundo Morris, tanto o Congresso Americano quanto John Jay, vislumbravam que um eventual tratado de paz deveria considerar os interesses da Espanha, principal aliada da França, razão pela qual uma das finalidades da missão diplomática norte-americana em Madrid, além da obtenção de empréstimo junto ao Tesouro espanhol e autorização de acesso à navegação no rio Mississippi, era a aproximação política e diplomática com a Monarquia espanhola.¹⁸⁷ A importância do Mississippi transparece nas instruções do Congresso Continental a Jay: *“If no obstructions should be thrown in its Course down the Mississippi, the exports from the immense tract of Country will not only supply an Abundance of all Necessaries for the West India Islands, but serve for a valuable basis of general trade of which the rising Sp[i]rit of Commerce in France and Spain will no doubt particularly avail itself. The imports will be proportionally extensive and from the Climate as well as other Causes will consist in a great Degree of the manufactures of the same Countries”*.¹⁸⁸

Em carta a José de Gálvez, Secretário Geral de Estado das Índias Ocidentais, John Jay comunica o objetivo de sua missão diplomática em Madrid, relatando sua viagem com Gérard até Martinica e a travessia atlântica para cumprir sua missão na Europa, e informa-lhe sobre um artigo secreto firmado entre Estados Unidos e França após a conclusão do Tratado de Aliança entre as duas nações, que enseja a adesão da Espanha e a

¹⁸⁷ MORRIS, Richard B. *The Peacemakers: The Great Powers and American Independence*. New York: Harper and Row, Publishers, 1965; Reprint, New York: Harper Torchbooks, 1970. p 1-14.

¹⁸⁸ *“To John Jay from the President of Congress (Samuel Huntington): Instructions to John Jay, 17 October 1780,”* Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Jay/01-02-02-0122>. [Original source: The Selected Papers of John Jay, vol. 2, 1780–1782, ed. Elizabeth M. Nuxoll. Charlottesville: University of Virginia Press, 2012, pp. 303–311.]

possibilidade desta propor condições que entenda favoráveis ao império espanhol.¹⁸⁹ Em carta ao presidente do Congresso Continental, Jay faz referência ao artigo secreto: “*by the Secret Article Spain was at Liberty to accede to our Treaty with France whenever she pleased, and with such alterations as both parties might agree to*”.¹⁹⁰ O artigo separado e secreto é mencionado na carta supracitada a Gálvez, nos seguintes termos:

*The most Christian King declares in consequence of the Intimate union which subsists between him and the King of Spain, that in concluding with the United States of America this treaty of Amity and Commerce, and that of eventual and defensive Alliance, his Majesty hath intended, and intends, to reserve expressly, as he reserves by this present separate and secret act, to his said Catholic Majesty, the power of acceding to the said treaties, and to participate in their Stipulations, at such time, as he shall Judge proper. It being well understood nevertheless, that if any of the Stipulations of the said Treaties are not agreeable to the King of Spain, his Catholic Majesty may propose other Conditions analogous to the principal aim of the Alliance, and conformable to the Rules of equality reciprocity and friendship. The Deputies of the United States in the name of their Constituents, accept the present Declaration, in its full extent and the Deputy of the said States, who is fully empowered to treat with Spain promises to sign on the first requisition of his Catholic Majesty, the act or acts, necessary to communicate to him, the Stipulations of the treaties above written: And the said Deputy shall endeavour, in good faith, the adjustment of the Points, in which the King of Spain may propose any Alteration conformable to the Principles of equality, reciprocity and perfect Amity; He the said Deputy not doubting, but that the Person or Persons empowered by his Catholic Majesty to treat with the United States, will do the same with regard to any Alterations of the same kind, that may ^be^ thought necessary by the said Plenipotentiary of the United States. In faith whereof the respective Plenipotentiaries have signed the present separate and secret Article, and affixed to the same their seals. Done at Paris this sixth day of February one thousand seven hundred and seventy eight.*¹⁹¹

¹⁸⁹ “From John Jay to José de Gálvez, 27 January 1780,” Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Jay/01-02-02-0008>. [Original source: The Selected Papers of John Jay, vol. 2, 1780–1782, ed. Elizabeth M. Nuxoll. Charlottesville: University of Virginia Press, 2012, pp. 21–24.]. Uma carta com o mesmo teor foi enviada para o Conde de Vergennes: “From John Jay to Vergennes, 27 January 1780,” Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Jay/01-02-02-0009>. [Original source: The Selected Papers of John Jay, vol. 2, 1780–1782, ed. Elizabeth M. Nuxoll. Charlottesville: University of Virginia Press, 2012, pp. 24–26.]. Esta carta, endereçada a Vergennes, inaugura uma série de correspondências entre Jay e Vergennes, demonstrando a aproximação e o alinhamento entre Estados Unidos e França durante a revolução, bem como, indiretamente, a contribuição espanhola para a guerra.. Cf. *All correspondence between Vergennes and Jay*. Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Jay/01-02-02-0009>. [Original source: The Selected Papers of John Jay, vol. 2, 1780–1782, ed. Elizabeth M. Nuxoll. Charlottesville: University of Virginia Press, 2012.

¹⁹⁰ “From John Jay to the President of Congress (Samuel Huntington), 6 November 1780,” Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Jay/01-02-02-0132>. [Original source: The Selected Papers of John Jay, vol. 2, 1780–1782, ed. Elizabeth M. Nuxoll. Charlottesville: University of Virginia Press, 2012, pp. 325–343.]

¹⁹¹ “The Congress willing to manifest their Readiness fully to comply with an article, which they have reason to believe particularly agreeable to their great & good ally, and being desirous of establishing perpetual Amity and Harmony with a Prince and Nation; whom they greatly respect, and with whom various circumstances lead them to wish for the most cordial and permanent Friendship, have thought proper to Request his most Catholic Majesty to accede to the said treaties, and thereby preclude the necessity of that measures originating in the manner specified in the Article. For this purpose They have done me the honor to appoint me their Minister Plenipotentiary, and directed me to communicate to his most Christian Majesty, the desire of Congress on this Subject, and to request his favourable Interposition.2 They also made it my duty to give his most Catholic Majesty the fullest assurances of their Sincere disposition to cultivate his friendship and confidence, and authorized me on their behalf, to enter into such treaties of Alliance Amity and Commerce, as will become the lasting foundations of perpetual Peace to Spain, and the United States, and the source of Extensive advantages to Both.” in “From John Jay to José de Gálvez, 27 January 1780,” Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Jay/01-02-02-0008>. [Original source: The Selected Papers of John Jay, vol. 2, 1780–1782, ed. Elizabeth M. Nuxoll. Charlottesville: University of Virginia Press, 2012, pp. 21–24.].

No entanto, enquanto a França almejava substituir a Grã-Bretanha e estreitar seus laços comerciais com os norte-americanos e as divergências de interesse entre ambos pareciam girar em torno de questões secundárias e pontuais ambições francesas na recuperação de seu pleno direito de pesca no Atlântico Norte, principalmente em Terranova e no Golfo de São Lourenço - perdido após a guerra dos sete anos -, as divergências entre espanhóis e norte-americanos pareciam ser mais sensíveis e envolviam vastos territórios reivindicados, tanto pelo império europeu quanto pela emergente nação, na América do Norte. Os Estados Unidos almejavam uma expansão para os territórios a oeste das montanhas Apalaches. Na verdade, a controvérsia parecia concentrar-se em três questões cruciais: a delimitação da fronteira entre o império ibérico e a nação emergente, direitos de pesca nas zonas pesqueiras da Acádia e Terranova e o acesso à navegação no Mississippi.¹⁹² As diferenças entre os interesses da França e da Espanha em suas relações com os Estados Unidos ficam nítidas nas “*Notas sobre a Conferência de John Jay com Floridablanca*”, ocorrida em 23 de Setembro de 1780, em St. Ildefonso: “*The Count [Floridablanca] here interrupted Mr. Jay by saying that the Interest of France and Spain with respect to America, were so distinct as necessarily to render different Treaties necessary.*”¹⁹³ O documento demonstra também que a Espanha não estava disposta a ceder o direito de navegação pelo Mississippi aos revolucionários¹⁹⁴ e possuía ambições

¹⁹² MORRIS, Richard B. *The Peacemakers: The Great Powers and American Independence*. New York: Harper and Row, Publishers, 1965; Reprint, New York: Harper Torchbooks, 1970. p 14-20. Sobre as reivindicações territoriais na América do Norte e os direitos de navegação no Mississippi, conferir: “*To John Jay from the President of Congress (Samuel Huntington): Instructions to John Jay, 17 October 1780,*” Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Jay/01-02-02-0122>. [Original source: The Selected Papers of John Jay, vol. 2, 1780–1782, ed. Elizabeth M. Nuxoll. Charlottesville: University of Virginia Press, 2012, pp. 303–311.]. Sobre as negociações e reivindicações territoriais entre Espanha e Estados nos últimos anos da guerra revolucionária, ver: “*Aranda’s Notes on Negotiations with John Jay, 3 August 1782,*” Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Jay/01-03-02-0016>. [Original source: The Selected Papers of John Jay, vol. 3, 1782–1784, ed. Elizabeth M. Nuxoll. Charlottesville: University of Virginia Press, 2013, pp. 32–37.]; “*Aranda’s Notes on Negotiations with John Jay, 19–30 August 1782,*” Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Jay/01-03-02-0028>. [Original source: The Selected Papers of John Jay, vol. 3, 1782–1784, ed. Elizabeth M. Nuxoll. Charlottesville: University of Virginia Press, 2013, pp. 78–87.]; Para uma percepção francesa sobre tais reivindicações territoriais, conferir: “*Rayneval’s Memoir on the Boundaries between Spain and the United States, 6 September 1782,*” Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Jay/01-03-02-0037>. [Original source: The Selected Papers of John Jay, vol. 3, 1782–1784, ed. Elizabeth M. Nuxoll. Charlottesville: University of Virginia Press, 2013, pp. 102–108.]

¹⁹³ “*Notes on John Jay’s Conference with Floridablanca, 23 September 1780,*” Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Jay/01-02-02-0110>. [Original source: The Selected Papers of John Jay, vol. 2, 1780–1782, ed. Elizabeth M. Nuxoll. Charlottesville: University of Virginia Press, 2012, pp. 265–275.]

¹⁹⁴ Para um resumo das controvérsias em torno do Mississippi, ver “*Congress Changes Course on Navigating the Mississippi*” Editorial Note,” Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Jay/01-02-02-0152>. [Original source: The Selected Papers of John Jay, vol.

de controlar todo o Golfo do México, excluindo as demais potências da região. Jonathan Dull assinala que os comissários diplomáticos norte-americanos - Franklin, Lee e Dean -, durante as negociações de aliança comercial e militar entre França e os revolucionários, não delimitaram detalhadamente os territórios que fariam parte dos Estados Unidos, o que teria sido interpretado, por alguns observadores da época, como uma falha da diplomacia norte-americana, abrindo brechas para que os franceses reivindicassem Terra Nova e os espanhóis, a Flórida. No entanto, Dull argumenta que a legação diplomática norte-americana estava ciente que *“exclusive fishing rights off a portion of Newfoundland were critical to France and Florida was a potential lure to bring Spain into the war”*.¹⁹⁵

Segundo Paquette e Saravia, a proposta de mediação do conflito pela Espanha teria sido recepcionada de diferentes maneiras pelos envolvidos. *“Was ambiguously received”* pelos britânicos; *“strongly opposed by the French, who at that time believed they would profit more from a military victory than from a diplomatic settlement”*; e *“partially welcomed”* pelos norte-americanos, pois, *“support for mediation was conditional on Spain’s recognition of their independence, a request that was impossible for the government in Madrid to grant”*.¹⁹⁶ Dull, contudo, afirma que a diplomacia espanhola estava mais interessada em ganhar tempo com a proposta de mediação para, primeiro, ter condições de se posicionar com mais segurança no conflito, e, segundo, tentar aquilatar as verdadeiras inclinações e intenções da França e da Grã-Bretanha, enquanto aguardava a frota de galeões carregados de prata e ouro do México e do Peru fazer a sua tradicional travessia anual pelo Atlântico até chegar na Península Ibérica.¹⁹⁷ Morris, por sua vez, sublinha que, ao protelar sua política de neutralidade, a Espanha experimentou uma certa

2, 1780–1782, ed. Elizabeth M. Nuxoll. Charlottesville: University of Virginia Press, 2012, pp. 386–390.]. A importância do rio Mississippi para os americanos pode ser constatada na seguinte passagem da *“Conferência de John Jay com Diego Gardoqui e Bernardo del Campo”*: *“That the Americans almost to a Man believed that God Almighty had made that River a high way for the People of the upper Country to go to the Sea by; That this Country was extensive and fertile; That the General, many Officers, and others of distinction and Influence in America, were deeply interested in it; That it would rapidly settle, and that the Inhabitants would not readily be convinced of the Justice of being obliged, either to live without foreign Commodities, and lose the surplus of their Productions, or be obliged to transport both over rugged Mountains, and through an Immense wilderness, to and from the Sea, when they daily saw a fine River flowing before their Doors, and offering to save them all that trouble and Expense, and that without Injury to Spain”*. In *“Account of John Jay’s Conferences with Diego de Gardoqui and Bernardo del Campo, 3–4 September 1780,”* Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Jay/01-02-02-0097>. [Original source: The Selected Papers of John Jay, vol. 2, 1780–1782, ed. Elizabeth M. Nuxoll. Charlottesville: University of Virginia Press, 2012, pp. 232–236.]

¹⁹⁵ DULL, Jonathan. *A diplomatic history of the American Revolution*. Yale University Press, 1987. p. 93-94.

¹⁹⁶ PAQUETTE, Gabriel; SARAVIA, Gonzalo M. (Orgs.). *Spain and the American Revolution: New Approaches and Perspectives*. Routledge, 2019. (L. Kindle p. 25)

¹⁹⁷ DULL, Jonathan. *French Navy and American Independence*, p. 361-364. apud DULL, Jonathan. *A diplomatic history of the American Revolution*. Yale University Press, 1987. p. 107-108.

vantagem diplomática, ao figurar como uma importante peça estratégica, cobiçada tanto pela Grã-Bretanha quanto pela França. Usufruindo tal posição, a Espanha teria chegado a sugerir à Grã-Bretanha que poderia tentar convencer a França a desistir da guerra, desde que a Coroa britânica lhe cedesse Gibraltar, o que teria sido recusado pela diplomacia britânica.¹⁹⁸ Alguns historiadores chegam a sugerir que a Inglaterra “*sacrificed its American colonies to keep Gibraltar*”.¹⁹⁹ John Adams, no entanto, informa que políticos do alto escalão britânico seriam favoráveis à cessão de Gibraltar aos espanhóis como forma de evitar uma união das Coroas bourbônicas contra a Inglaterra.²⁰⁰ Dull sugere que, após o Tratado de Santo Ildefonso (1777), que encerrou a guerra hispano-portuguesa (1776-1777) em torno de disputas territoriais entre os dois impérios na América do Sul, a Espanha, temendo possíveis impactos da secessão²⁰¹ das colônias britânicas na América hispânica, não demonstrava interesse em ingressar na guerra de independência norte-americana e “*she was even reluctant to grant more financial aid to the Americans, thereby leaving France to act alone*”.²⁰² E, de acordo com a interpretação de Chávez, a vitória contra os portugueses - aliados dos ingleses - no Rio da Prata e as incursões navais da armada espanhola contra o contrabando britânico nos mares da América do Sul, podem ser consideradas uma incipiente ajuda espanhola aos colonos setentrionais revolucionários, antes da declaração oficial de guerra à Grã-Bretanha.²⁰³ Como ponderou John Adams, com o Tratado celebrado entre as Coroas hispânica e portuguesa em 1777, os ingleses “*will, now, no longer [be] able to play off Portugal against Spain, in order to draw away her attention as well as her forces, as in former times*”.

De todo modo, em tal contexto de hesitação/estratégia espanhola, às vésperas da assinatura do Tratado de Aliança franco-americano, a diplomacia francesa, liderada pelo

¹⁹⁸ MORRIS, Richard B. *The Peacemakers: The Great Powers and American Independence*. New York: Harper and Row, Publishers, 1965; Reprint, New York: Harper Torchbooks, 1970. p 14-15.

¹⁹⁹ CHÁVEZ, Thomas E. *Spain and the independence of the United States. An intrinsic Gift*. University of New Mexico Press, 2002, (L. Kindle p. 131-132)

²⁰⁰ “*From John Adams to Francis Dana, 25 December 1778,*” Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Adams/06-07-02-0201>. [Original source: The Adams Papers, Papers of John Adams, vol. 7, September 1778–February 1779, ed. Gregg L. Lint, Robert J. Taylor, Richard Alan Ryerson, Celeste Walker, and Joanna M. Revelas. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1989, pp. 316–320.]

²⁰¹ “*From John Adams to the President of the Congress, 4 August 1779,*” Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Adams/06-08-02-0080>. [Original source: The Adams Papers, Papers of John Adams, vol. 8, March 1779–February 1780, ed. Gregg L. Lint, Robert J. Taylor, Richard Alan Ryerson, Celeste Walker, and Joanna M. Revelas. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1989, pp. 108–120.]

²⁰² DULL, Jonathan. *A diplomatic history of the American Revolution*. Yale University Press, 1987. p. 91.

²⁰³ CHÁVEZ, Thomas E. *Spain and the independence of the United States. An intrinsic Gift*. University of New Mexico Press, 2002, (L. Kindle p. 11)

Conde de Vergennes, entabulava manobras diplomáticas e políticas na Corte de Luís XVI, insinuando e exagerando que uma iminente negociação de paz entre os revolucionários e os britânicos acarretaria a imediata invasão britânica às Índias Ocidentais francesas, ao mesmo tempo que pressionava a Espanha para ingressar na guerra como sua principal aliada. A maestria diplomática de Vergennes foi hábil suficiente para convencer a recalcitrante Monarquia francesa a firmar um Tratado de Aliança com os norte-americanos, no entanto, foi insuficiente para convencer o Ministro das Relações Exteriores da Espanha, Conde de Floridablanca, a oficializar a entrada espanhola na guerra²⁰⁴ *“This delaying tactic was summed up by Floridablanca himself, who declared that Spain should ‘prepare for the war, as it is inevitable, but do everything to prevent it’.”*²⁰⁵ Em carta ao Conde de Aranda, Floridablanca teria sido claro quanto ao objetivo da Espanha: *“evitar por el momento la ruptura con Inglaterra, pero seguir con el envío clandestino de ayuda a las Trece Colonias”*.²⁰⁶ Como enunciou Chávez, a estratégia adotada por Floridablanca era a da *“política de paciência”*, cujo intuito era isolar diplomaticamente a Grã-Bretanha enquanto a monarquia hispânica reestruturava sua armada real e seu exército.²⁰⁷ John Adams foi conciso e contundente: *“she [Espanha] has not had motives so pressing, as those of France to take in hand our defence”*.²⁰⁸

De acordo com Dull, dois fatores teriam sido fundamentais para a França firmar o Tratado de Aliança com os Estados Unidos: a reestruturação das forças militares e navais francesas e as crescentes e cada vez mais irremediáveis desavenças diplomáticas com a Grã-Bretanha, e nem tanto a vitória dos revolucionários na Batalha de Saratoga, que costuma ser apontada pela historiografia como um momento crucial para a decisão francesa de ingressar oficialmente na guerra, na medida em que a vitória naquela batalha teria demonstrado a capacidade dos norte-americanos de conquistar sua independência.²⁰⁹

²⁰⁴ DULL, Jonathan. *A diplomatic history of the American Revolution*. Yale University Press, 1987. p. 91-94.

²⁰⁵ BATISTA GONZÁLES, 1985, p. 81; AVILÉS FERNANDEZ, 1982, p. 73 *apud* PAQUETTE, Gabriel; SARAVIA, Gonzalo M. (Orgs.). *Spain and the American Revolution: New Approaches and Perspectives*. Routledge, 2019. (L. Kindle 598)

²⁰⁶ *Floridablanca a Aranda*, Aranjuez, 7 abr. 77. AGS, E, 4610 *apud* BEERMAN, Eric. *España y la independencia de Estados Unidos*. Madrid : Editorial MAPFRE, 1992. p. 35.

²⁰⁷ Cf. Capítulo 4 *“Floridablanca and the policy of patience”* in CHÁVEZ, Thomas E. *Spain and the independence of the United States. An intrinsic Gift*. University of New Mexico Press, 2002.

²⁰⁸ *“From John Adams to the President of the Congress, 4 August 1779,”* Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Adams/06-08-02-0080>. [Original source: The Adams Papers, Papers of John Adams, vol. 8, March 1779–February 1780, ed. Gregg L. Lint, Robert J. Taylor, Richard Alan Reyerson, Celeste Walker, and Joanna M. Revelas. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1989, pp. 108–120.]

²⁰⁹ DULL, Jonathan. *A diplomatic history of the American Revolution*. Yale University Press, 1987. p. 89-95.

Como sublinhou Palmer, os sucessos militares dos rebeldes americanos, principalmente após a vitória na Batalha de Saratoga, e a entrada oficial da França na guerra de independência americana geraram uma crise política interna na Inglaterra e lançaram o império britânico em um conflito para o qual este não estava adequadamente preparado, intensificando os movimentos de reformas no Parlamento, no sistema representativo e democrático, e na condução da política externa inglesa; reforçando, outrossim, os anseios de redução do poder e da influência do Rei. A insatisfação entre a classe política inglesa e o programa de reformas que ganhou força neste contexto representaram um prelúdio do que seria posteriormente demandado na famosa Carta do Povo (1838).²¹⁰

Interessante notar que a assinatura do Tratado de Aliança entre França e Estados Unidos também não foi bem recepcionada pela Corte e diplomacia espanholas. Floridablanca teria chegado a afirmar que: *“that Treaty had been concluded by the French without the knowledge of the King and without having made him the offer of being a party to it. That the Kings resentment had been so much excited by this conduct as well might to have occasioned a Rupture between the two Courts and that on the secret article being made Known to him he had answered that when he found it convenient to enter into Treaty with the Colonies he would take care of his interest without consulting any one.”*²¹¹

A entrada oficial da França na guerra, segundo Dull, teve duas implicações: primeiro, a França, diante da inferioridade de sua armada perante o poderio naval britânico, rapidamente percebeu que não conseguiria vencer a guerra sem o apoio da Espanha. Segundo, as frustradas operações navais francesas em Nova York, Rhode Island, Boston e, logo depois, Caribe, geraram divergências no Congresso Continental quanto à condução da política externa norte-americana, acentuando o dissenso na classe diplomática estadunidense.²¹²

De acordo com Beerman, apesar da preocupação da Espanha com a influência da

²¹⁰ PALMER, R. R.; ARMITAGE, David. *The age of the democratic revolution. A political history of Europe and America, 1760-1800*. Princeton: Princeton University Press, 2014. p. 156-157. Para um panorama geral das reformas na Inglaterra durante a revolução americana, ver: REITAN, Earl A. *Politics, Finance, and the People. Economical Reform in England in the Age of the American Revolution, 1770-92*. Palgrave Macmillian, 2007.

²¹¹ “Notes on John Jay’s Conference with Floridablanca, 23 September 1780,” Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Jay/01-02-02-0110>. [Original source: The Selected Papers of John Jay, vol. 2, 1780-1782, ed. Elizabeth M. Nuxoll. Charlottesville: University of Virginia Press, 2012, pp. 265-275.]

²¹² Cf. Capítulo 14, “The American Consensus Disintegrates.” in DULL, Jonathan. *A diplomatic history of the American Revolution*. Yale University Press, 1987.

eclosão da guerra revolucionária nas treze colônias sobre a América hispânica, dois fatores, além da rivalidade imperial histórica, teriam motivado Madrid a fornecer sua primeira ajuda velada aos norte-americanos. Os rumores informados pelas embaixadas espanholas em Paris e Londres acerca dos planos da Grã-Bretanha de utilizar mercenários russos e alemães para reprimir a rebelião colonial na América do Norte²¹³; e a inclinação do Marquês de Grimaldi, à época ainda Ministro de Estado da Espanha, a fornecer ajuda espanhola aos colonos insurgentes. Com efeito, os comissários americanos - Franklin, Dean e Lee - em Memorando para o Conde de Vergennes, informaram que “*they have received authentic Intelligence, from England, that eight thousand Men, chiefly Germans, under the command of General Burgoyne, are to be sent, early in the Spring, to America; and to be employed with some Ships of War, in the Invasion of Virginia and Maryland*”.²¹⁴ Ademais, a Coroa hispânica parecia preocupar-se com as expedições marítimas do Capitão James Cook no Pacífico e com a expansão russa, não apenas no Alasca, mas por toda a costa oeste norte-americana. Assim, nesse contexto, segundo Beerman, em setembro de 1776, “*Aranda informo a la corte francesa del envio español de dos millones de libras para auxiliar a las Trece Colonias*”.²¹⁵ Paquette e Saravia, por sua vez, relacionam o primeiro envio de armas e suprimentos à deliberada intenção espanhola de evitar uma rápida derrota dos colonos e, assim, prolongar a guerra e enfraquecer os

²¹³ Como lembraram Palmer e Armitage, o projeto britânico de utilização de mercenários russos e alemães na América acabou não prosperando, porém, a contratação de tropas hessianas pelo governo britânico e sua utilização na guerra de independência dos Estados Unidos fizeram recrudescer a animosidade dos revolucionários norte-americanos e a imagem negativa da Inglaterra na Europa. PALMER, R. R.; ARMITAGE, David. *The age of the democratic revolution. A political history of Europe and America, 1760-1800*. Princeton: Princeton University Press, 2014. p. 156. De acordo com Earl Reitan, “*The King provided five battalions of Hanoverians to make it possible to shuffle garrisons from Gibraltar and Minorca to the colonies, and 18,000 mercenaries were hired from Hesse-Kassel and Brunswick*”. in REITAN, Earl A. *Politics, Finance, and the People. Economical Reform in England in the Age of the American Revolution, 1770-1792*. Palgrave Macmillan, 2007. p. 21. E, segundo John Brewer, “*During the American War over 32,000 Germans fought for the British against the colonists. Drawing on the resources of those small German states which specialized in renting troops to other powers, the British hired regiments from Hesse-Cassel, Hesse-Hanau, Brunswick, Ansbach-Bayreuth, Waldeck and Anhalt-Zerbst*”. BREWER, John. *The Sinews of Power. War, Money and the English State. 1688-1783*. Routledge, 1989. p.33.

²¹⁴ “*The American Commissioners: Memorandum to Vergennes, 1 February 1777,*” Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Franklin/01-23-02-0164>. [Original source: The Papers of Benjamin Franklin, vol. 23, October 27, 1776, through April 30, 1777, ed. William B. Willcox. New Haven and London: Yale University Press, 1983, pp. 260–262.]

²¹⁵ “*Además del dinero llevaban la siguiente mercancía bélica: 216 cañones de bronce, 27 morteros, 12.826 bombas, 51.134 balas, 30.000 fusiles con sus bayonetas y 4.000 tiendas*” Aranda a Grimaldi, Paris, 7 sep. 1776. AHN, E, 4072 apud BEERMAN, Eric. *España y la independencia de Estados Unidos*. Madrid : Editorial MAPFRE, 1992. p. 19-21; 26. Segundo Beerman, em 1776, Grimaldi autorizou o envio de mais um milhão de libras francesas para os colonos revolucionários, atendendo a pedido feito ao Governador espanhol da Louisiana. P. 21. Segundo Chávez, a organização da colonização da Alta Califórnia, no norte do Vice-Reino da Nova Espanha, supervisionada pelo então Visitador-Geral, José de Gávez, teria sido levada a cabo pela Coroa hispânica em razão da ameaça de expansão russa pela costa oeste da América do Norte. CHÁVEZ, Thomas E. *Spain and the independence of the United States. An intrinsic Gift*. University of New Mexico Press, 2002, (L. Kindle p. 9-10)

britânicos - o que teria sido, segundo os autores, o principal propósito da ajuda fornecida durante toda a primeira fase do envolvimento espanhol na guerra.²¹⁶

Ajuda financeira de Espanha e França na guerra de independência dos EUA²¹⁷

	1776 - 1783
Espanha	. Doações = 8 milhões de <i>reales de vellón</i> . Empréstimos = 5 milhões de <i>reales de vellón</i> . Total = 13 milhões de <i>reales de vellón</i>
França	. Doações = 12 milhões de <i>livres tournois</i> . Empréstimos = 34 milhões de <i>livres tournois</i> . Total = 46 milhões de <i>livres tournois</i> (167 milhões de <i>reales de vellón</i>)

Apesar de a ajuda financeira direta da Espanha à causa dos revolucionários norte-americanos ter sido estimada em torno de 13 milhões de *reales de vellón* - como indicado no quadro acima -, o custo da monarquia hispânica com a guerra de independência dos Estados Unidos naturalmente alcançou uma soma muito mais elevada. No entanto, à mingua de documentos que demonstrem detalhadamente os custos espanhóis com o conflito, Paquette e Saravia - conforme demonstra o quadro abaixo - levantaram alguns valores aproximados, cotejando os gastos do império hispânico na defesa de suas possessões ultramarinas na América, antes e depois da guerra, com os gastos durante o conflito, o que lhes possibilitou delinear uma estimativa aproximada de

²¹⁶ Os autores falam em uma ajuda espanhola de um milhão de libras francesas em 1775. PAQUETTE, Gabriel; SARAVIA, Gonzalo M. (Orgs.). *Spain and the American Revolution: New Approaches and Perspectives*. Routledge, 2019. (L. Kindle p. 25)

²¹⁷ Quadro com valores aproximados, com base nos valores pesquisados por Paquette e Saravia. Bemis, 1926 [1960], p. 334; Armillas Vicente, 1978; Ribes-Iborra, 2008, p. 165; Aulard 1925, p. 331– 332 *apud* PAQUETTE, Gabriel; SARAVIA, Gonzalo M. (Orgs.). *Spain and the American Revolution: New Approaches and Perspectives*. Routledge, 2019. (L. Kindle p. 25-26). Segundo Thomas Chávez, 1 *livres tournois* = 4 *reales de vellón*. CHÁVEZ, Thomas E. *Spain and the independence of the United States. An intrinsic Gift*. University of New Mexico Press, 2002, (L. Kindle p. 225). Assim, se fizermos a conversão de *livres tournois* franceses para *reales de vellón* espanhóis, utilizando o parâmetro apontado por Chávez, o valor total da ajuda financeira da França, em *reales de vellón*, seria aproximadamente de 184 milhões de *reales de vellón*. Segundo Bemis, entre 1776 e 1783, os subsídios da França foram de 10.500.000 *livres tournois* (\$ 1.996.500) e os empréstimos, 35 milhões de *livres tournois* (\$ 6.352.500). Enquanto os subsídios da Espanha, entre 1776 e 1779, somaram \$ 397.230; e os empréstimos, um total de \$ 248.098, divididos em empréstimos recebidos, em 1778, por Pollock e Willing (\$ 74.087) e, entre 1781 e 1782, por John Jay (\$ 74.011) *in* BEMIS, Samuel Flagg. *The Diplomacy of the American Revolution*. Hesperides Press, 2012. (L. Kindle 1736-1737). Cf. Também “*John Jay’s Conference with Floridablanca Editorial Note*,” Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Jay/01-02-02-0038>. [Original source: The Selected Papers of John Jay, vol. 2, 1780–1782, ed. Elizabeth M. Nuxoll. Charlottesville: University of Virginia Press, 2012, pp. 94–104.]

custos do Tesouro Real espanhol com a guerra de independência dos Estados Unidos.

Estimativa do custo espanhol com a guerra contra a Grã-Bretanha (1779-1783)²¹⁸

Ano	Gastos anuais de defesa das possessões da Espanha	média de gastos com defesa durante o tempo de paz	Diferença nas despesas durante a guerra sobre a média durante o tempo de paz
1775	323.031,000 <i>reales de vellón</i>	336.425,400 <i>reales de vellón</i>	
1776	351.082,000 <i>reales de vellón</i>		
1777	325.280,000 <i>reales de vellón</i>		
1778	337.515,000 <i>reales de vellón</i>		
1779	336.489,000 <i>reales de vellón</i>		63,600 <i>reales de vellón</i>
1780	462.678,000 <i>reales de vellón</i>		126.252,600 <i>reales de vellón</i>
1781	410.506,000 <i>reales de vellón</i>		74.080,600 <i>reales de vellón</i>
1782	502.240,000 <i>reales de vellón</i>		165.814,600 <i>reales de vellón</i>
1783	401.496,000 <i>reales de vellón</i>		65.070,600 <i>reales de vellón</i>
1784	345.219,000 <i>reales de vellón</i>	336.425,400 <i>reales de vellón</i>	
Estimativa de despesas totais da Espanha durante a guerra com base na média de gastos durante a paz			431.282,000 <i>reales de vellón</i>

O aumento de despesas da Espanha com sua entrada oficial na guerra revolucionária obrigou a Coroa a incentivar doações - voluntárias e compulsórias - pessoais e institucionais e a implementar, por meio de Ordens Reais, um programa especial de arrecadação de fundos organizado pelo Conselho do Tesouro Real - *Junta de Medios* -,

²¹⁸ Tabela retirada do livro de Paquette e Saravia. MERINO, José Patricio. *Las cuentas de la Administración central española, 1750– 1820*. Madrid: Instituto de Estudios Fiscales 1987; TEDDE DE LORCA, Pedro. *La Real Hacienda de Carlos III y la Guerra de la Independencia de los Estados Unidos*. in *Norteamérica a finales del siglo XVIII. España y los Estados Unidos*. LÓPEZ-CHICHERI, Eduardo Garrigues (coord.). Editores: Marcial Pons, 2008. pp. 221-224. *apud* PAQUETTE, Gabriel; SARAVIA, Gonzalo M. (Orgs.). *Spain and the American Revolution: New Approaches and Perspectives*. Routledge, 2019. (L. Kindle 657). Conforme ressaltam os autores, a média de gastos com defesa durante o tempo de paz “is the result of adding the defence expenditures of the years 1775, 1776, 1777, 1778, and 1784 and divided the result by 5 (the number of years). Spain declared war to Britain on June 22, 1779, so this year has been considered as a war year despite that the defence expenditure during it was little increased, probably because the war expenses for 1779 were registered in the accounts for 1780. The peace was signed in January 1783, but following the previous argument we have considered it as a war year”.

que publicou uma série de resoluções autorizando a emissão de *vales reales* - espécie de títulos do governo -, “*the sale of titles of nobility and posts in the colonial administration to American-born Spaniards*” e o aumento de tributos em diversas partes do império, desde a Península Ibérica, onde houve aumento de impostos em Castela e Aragão, até os Vice-Reinos ultramarinos da América, aos quais as resoluções da *Junta* permitiram “*establecer las contribuciones que estimen necesarias de acuerdo con las circunstancias locales*”.²¹⁹ Chávez cita alguns exemplos de impostos criados na Nova Espanha, como a inusitada taxaço sobre o *pulque*, tradicional bebida alcoólica da Mesoamérica, feita a partir da fermentação do agave, planta suculenta originária da região; e o decreto real que estipulava que “*vassals in America contribute for a onetime donation of one peso per Indian and other castes, and two pesos for each Spaniard and noble, to sustain the present war.*”²²⁰

Assim como a historiografia - como mencionamos no começo deste capítulo - identificou uma fase negativa da imagem da Espanha perante a sociedade norte-americana a partir da guerra civil espanhola e dos alinhamentos políticos da Espanha durante a segunda guerra mundial, Edward Pompeian, após diagnosticar uma ausência de pesquisas nas primeiras décadas do século XX que contemplassem a atuação da Espanha na independência dos Estados Unidos, identifica uma historiografia, entre as décadas de 1940 e 1970, que teria depreciado a ajuda da Espanha na revolução americana, citando como exemplo dois autores: Samuel Flagg Bemis, que, em sua influente obra *The Latin American Policy of the United States*, “*asserted sardonically that Spain had acted*

²¹⁹ *Real Decreto*, 17 de novembro de 1779. in GALLARDO FERNÁNDEZ, Francisco. *Origen, progresos y estado de las rentas de la corona de España: su gobierno y administracion*. Madrid: Imprenta Real, 1808. v. 7, p. 49-52; Resolução da *Junta de Medios* em 1779 in CANGA ARGÜELLES, José. *Diccionario de Hacienda para el uso de los encargados de la suprema drección [sic] de ella*. Londres: Imprenta Española de M. Calero, 1827. v. 4, p. 43-44; *Real Cédula*, San Ildefonso, August 17, 1780 (first of this date), Real Academia de la Historia, Colección Mata Linares, CIX, ff. 120– 122. *apud* PAQUETTE, Gabriel; SARAVIA, Gonzalo M. (Orgs.). *Spain and the American Revolution: New Approaches and Perspectives*. Routledge, 2019. (L. Kindle 630-656). “During the war with Britain, there were three issues of public debt certificates: August 1780, for 149 million reales de vellón; March 1781, for 79 million; and May 1782, for almost 222 million, a total of 450 million reales de vellón (Tedde de Lorca 2008, 228– 233). Not counting the banker’s fee (10 percent in the first issue and 6 percent in the other two), a total of 417 million reales de vellón was raised for the Royal Treasury— a figure very close to the 431 million reales de vellón that we have previously estimated as the total cost of the war”. *ibid.*, (L. Kindle 660-665)

²²⁰ Copia de Expediente formado sobre arreglo de Pulquerías, sobre el nuevo impuesto de seis granos en cada arroba, y sobre medidas, in “*Cedulas Reales, Ordenes y Novissimas Disposiciones de Gobierno, año 1780*,” folios 347–348, Fray Angélico Chávez History Library, Palace of the Governors, Santa Fe, N.Mex. The quote reads, “ayuda de sostener la Guerra.”; José Jesús Hernández Palomo, *La Renta del Pulque en Nueva España, 1663–1810* (Sevilla: Escuela de Estudios Hispanoamericanos, 1979), 214–221. Hernández Palomo notes that the collected money was used to support the local militias in Mexico; Quoted in Martín Morgado, *Junipero Serra’s Legacy* (Pacific Grove, Calif.: Mount Carmel Press, 1987), 183. *apud* CHÁVEZ, Thomas E. *Spain and the independence of the United States. An intrinsic Gift*. University of New Mexico Press, 2002, (L. Kindle p. 213-214).

“as the ally of France but never of the United States” and “in sinister symmetry” with Great Britain to contain the new republic behind the Mississippi River and keep it out of the Gulf of Mexico”; e James Cortada, que, em *Two Nations over Time: Spain and the United States, 1776–1977*, teria sugerido que a contribuição militar da Monarquia espanhola foi “negligible” e “hardly influential”. Para Pompeian, a partir da década de 1980 - período, como mencionado, de reaproximação historiográfica entre os dois países, em um contexto de transição democrática espanhola em meados da década de 1970 - teria havido uma guinada historiográfica, com obras como as de Jonathan Dull e Thomas Chávez, que “reassessed these dismissive characterizations”.²²¹ Como pondera Beerman, a ausência de reconhecimento da ajuda nessa primeira etapa de neutralidade poderia ser explicada justamente pelo fato de a contribuição ter sido clandestina.²²² Com o desenvolvimento historiográfico e pesquisas documentais mais amplas, foi possível desvelar de forma mais rigorosa a contribuição secreta da Monarquia hispânica antes de sua declaração de guerra à Grã-Bretanha.

Durante o período de neutralidade oficial da Espanha, a rota marítima Havana/Nova Orleans teria sido de suma importância para a contribuição da Coroa hispânica aos revolucionários. É conhecida a atuação secreta de Bernardo de Gálvez²²³ e sua ligação com o comerciante e espião norte-americano da Virgínia, Oliver Pollock²²⁴, responsáveis por fornecer clandestinamente dinheiro e suprimentos aos colonos insurgentes no vale do Mississippi, destacando-se a ajuda concedida às campanhas de George Rogers Clark contra os casacas vermelhas, no *Illinois Country* (Alta Louisiana).²²⁵ Conforme informa

²²¹ BEMIS, Samuel Flagg. *Latin American Policy* (New York: Harcourt, Brace, and Co., 1943), p. 16–17; CORTADA, James. *Two Nations over Time: Spain and the United States, 1776–1977* (Westport, CT: Greenwood Press, 1978), p. 11. *apud* POMPEIAN, Edward P. “The colossus of the north. The inberian empires and the United States, 1776-1783” in REEDER, Tyson (ed.). *The Routledge History of U.S. Foreign Relations*. Routledge, 2021. p. 150.

²²² BEERMAN, Eric. *España y la independencia de Estados Unidos*. Madrid : Editorial MAPFRE, 1992. p. 13.

²²³ Sobre a relevância da rota Nova Orleans/Mississippi e a atuação de Bernardo de Gálvez e Oliver Pollock, ver: “From Thomas Jefferson to Bernardo de Gálvez, 8 November 1779,” Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-03-02-0174>. [Original source: The Papers of Thomas Jefferson, vol. 3, 18 June 1779–30 September 1780, ed. Julian P. Boyd. Princeton: Princeton University Press, 1951, pp. 167–170.]

²²⁴ “Board of Trade to Oliver Pollock, 6 November 1779,” Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-27-02-0608>. [Original source: The Papers of Thomas Jefferson, vol. 27, 1 September–31 December 1793, ed. John Catanzariti. Princeton: Princeton University Press, 1997, pp. 687–688.]

²²⁵ CHÁVEZ, Thomas E. *Spain and the independence of the United States. An intrinsic Gift*. University of New Mexico Press, 2002, (L. Kindle p. 11); Paquette e Saravia, valendo-se de estimativas levantadas por Armillas Vicente, afirmam que a contribuição total, entre 1776 e 1777, pela rota Nova Orleans/Havana, girou em torno de 1,5 milhão de *reales de vellón*. Cf. Armillas Vicente, 2008, p. 187,194. *apud* PAQUETTE, Gabriel; SARAVIA, Gonzalo M. (Orgs.). *Spain and the American Revolution: New Approaches and Perspectives*. Routledge, 2019. (L. Kindle p. 26-27). BEMIS,

Beerman, por meio da Ordem Real de 24 de dezembro de 1776, foi autorizado o “*envío de la primera ayuda oficial española a los americanos: municiones, medicinas y mantas*”, através da rota Espanha, Havana e Louisiana. A Coroa hispânica teria fornecido a ajuda após os norte-americanos solicitarem “*o comercio directo entre las colonias y Luisiana*” e informarem que “*tenían la intención de tomar las plazas de Pensacola y Mobila y obsequiarlas al Rey de España*”.²²⁶ A intenção da Coroa é clara na Ordem Real secreta de 1776, citada por Beerman:

*Informado el Rey... sobre las pretensiones de los americanos dirigidas por medio del general Charles Lee... y por su agente Mr. [George] Gibson... Me manda Su Majestad muy reservadamente que insistiendo los americanos en su propuesta de tomar Pensacola y los demás establecimientos ingleses en la orilla de ese río, les manifieste V.S. con la mayor cautela y secreto que el Rey celebrará que lo consigan, y que asegurada su independencia, se tratará de la entrega que prometen a favor de España. Para facilitar ambos objetos irá recibiendo V.S. por La Habana, y cuantos medios sean posibles, los socorros de armas, municiones, ropas, y quina que piden los colonos ingleses, y se establecerá a V.S. los modos más sagaces y secretos para que ocultamente los haga suministrar con apariencias de vendérselos los comerciantes particulares... Por este mismo correo se da el correspondiente aviso reservado al gobernador de La Havana, previniéndole que por los correos mensuales, y por embarcaciones del comercio libre, recibirá varios efectos, armas, y otros géneros que deberá ir remitiendo sin retardación a V.S. y que también le envíe desde luego el sobrante de pólvora que tenga en aquella plaza de la fábrica de México, y el que hubiese de fusiles en la propia plaza, en la seguridad de que se le reemplazarán prontamente...*²²⁷

A importância da aliança com os índios transparece nos conselhos recebidos por Rogers Clark em suas campanhas militares no Condado de Illinois, “*I consider your further Successes as depending upon the good will & friendship of the Frenchmen & Indians who inhabit your part of the Commonwealth. With their concurrence, great Things may be accomplished. But their Animosity, will spoil the fair prospect which your past Successes have opened. You will therefore spare no pains to conciliate the affections of the French & Indians. Let them see & feel the Advantages of being fellow Citizens & free men. Guard most carefully against every Infringement of their property, particularly with Respect to Land, as our Enemies have alarmed them as to that*”. Assim como fica nítida a importância dos espanhóis para os rebeldes norte-americanos na região: “*I wish you to testify to all the Subjects of Spain upon every occasion, the high Regard, & sincere friendship of this Commonwealth towards them. And I hope it will soon be manifest that*

Samuel Flagg. *The Diplomacy of the American Revolution*. Hesperides Press, 2012. (L. Kindle 1711-1714)

²²⁶ BEERMAN, Eric. *España y la independencia de Estados Unidos*. Madrid : Editorial MAPFRE, 1992. p. 21-22.

²²⁷ Fragmento de carta retirado da página 22 do livro de Eric Beerman. BEERMAN, Eric. *España y la independencia de Estados Unidos*. Madrid : Editorial MAPFRE, 1992. p. 22.

mutual Advantages will derive from the Neighbourhood of the Virginians & the Subjects of his Catholic Majesty”.²²⁸

A história entrelaçada, ao conferir ênfase às regiões limítrofes e de contato, já constituía uma preocupação da historiografia que se debruçava sobre as regiões de fronteira hispano-americanas, como é o caso dos clássicos estudos encetados por Herbert Eugene Bolton, que, ao incorporar o oeste americano e defender uma história integrada das Américas, influenciou uma nova geração de historiadores. A compreensão de Bolton, enunciada em *“Epic of Greater America”*, inspirou uma série de estudos nas décadas de 1950 e 1960 sobre as Américas, como os dos historiadores mexicanos Silvio Zavala, sobre o período colonial, e Pedro Armillas, sobre o pré-colonial. Na década de 1970, também inspiradas nas pesquisas em torno das fronteiras espanholas de Bolton, inúmeras obras vieram a lume, como *Spanish borderlands frontier, 1513-1821*, de John Francis Bannon.²²⁹

Como apontaram Paquette e Saravia, o estudo dos povos ameríndios que habitavam a América do Norte também alcançou um ponto de inflexão quando alguns historiadores transpuseram as tradicionais pesquisas sobre as relações entre essas comunidades autóctones e o império britânico e incluíram em suas análises os contatos com os franceses e espanhóis, destacando-se, segundos aqueles, uma série de trabalhos publicados na virada do século XX para o XXI, como os de Richard White, Daniel Usner, Ramón Gutiérrez, Kathleen DuVal etc.²³⁰ Mais recentemente, na mesma toada, evitando uma interpretação homogênea da América britânica, ampliando a escala de análise e

²²⁸ “Patrick Henry in Council to George Rogers Clark, [12 December] 1778,” Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Madison/01-01-02-0092>. [Original source: The Papers of James Madison, vol. 1, 16 March 1751–16 December 1779, ed. William T. Hutchinson and William M. E. Rachal. Chicago: The University of Chicago Press, 1962, pp. 274–277.]. Sobre a conturbada relação com os diferentes povos ameríndios, Cf. “From Thomas Jefferson to George Rogers Clark, 3 January 1778,” Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-02-02-0044>. [Original source: The Papers of Thomas Jefferson, vol. 2, 1777–18 June 1779, ed. Julian P. Boyd. Princeton: Princeton University Press, 1950, pp. 132–133.]; “From Thomas Jefferson to George Rogers Clark, [19 April] 1780,” Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-03-02-0427>. [Original source: The Papers of Thomas Jefferson, vol. 3, 18 June 1779–30 September 1780, ed. Julian P. Boyd. Princeton: Princeton University Press, 1951, pp. 356–357.]. Sobre a formação de uma legação norte-americana designada para negociar Tratados com várias nações indígenas no norte do Ohio. Cf. “From Thomas Jefferson to George Rogers Clark, 4 March 1784,” Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-07-02-0008>. [Original source: The Papers of Thomas Jefferson, vol. 7, 2 March 1784–25 February 1785, ed. Julian P. Boyd. Princeton: Princeton University Press, 1953, pp. 8–9.]

²²⁹ BAILYN, Bernard. *Atlantic History. Concept and Contours*. Harvard University Press, 2005, p. 21-22; PAQUETTE, Gabriel; SARAVIA, Gonzalo M. (Orgs.). *Spain and the American Revolution: New Approaches and Perspectives*. Routledge, 2019. (L. Kindle 457-463)

²³⁰ PAQUETTE, Gabriel; SARAVIA, Gonzalo M. (Orgs.). *Spain and the American Revolution: New Approaches and Perspectives*. Routledge, 2019. (L. Kindle 450-456)

adotando uma perspectiva continental mais abrangente que as histórias circunscritas às treze colônias britânicas e à independência dos Estados Unidos, Alan Taylor, em sua obra *American Revolutions. A Continental History (1750-1804)*, inovando os tradicionais estudos da América colonial britânica “*as limited to the Atlantic coast and almost entirely British in culture,*” inclui o oeste norte-americano e, além de observar as relações dos súditos britânicos com colonizadores espanhóis, franceses e holandeses, enfatiza a importância dos contatos com os próprios ameríndios, pois, “*were pivotal in shaping every colonial region and in framing the competition of rival empires.*”²³¹ Dessa forma, a expansão e os conflitos dos colonos no oeste teriam, segundo Taylor, forte relação com as múltiplas e conflitantes causas do processo de independência das treze colônias. Tal interpretação “*balances the scales by linking western conflict with resistance to parliamentary taxes as equal halves of a constitutional crisis that disrupted the British Empire in North America. Essential to understanding the causes of the revolution, the West proved even more important to its consequences. After the war, thousands of settlers moved across the mountains to make more farms and towns.*”²³²

Assim como os britânicos na América do Norte e na Mesoamérica, a Espanha, como salientou Gould, adotou políticas de diplomacia semelhantes com os ameríndios na segunda metade do século XVIII, formando uma rede de alianças na Costa do Golfo e no Vale do Mississippi e tecendo laços, durante a revolução americana, com os principais grupos ameríndios da região da Louisiana - como *Cherokees, Creeks, Choctaws, Chicksaws* e *Seminoles*.²³³ Tais zonas de fronteira, bastante estudadas pela perspectiva de história entrelaçada, formaram, como identificam inúmeros historiadores, zonas cinzentas e de tensão entre a Nova Espanha e os recém-criados Estados Unidos, ensejando, como ponderaram Paquette e Saravia, aproximações entre espanhóis, *criollos* anglófonos e francófonos e povos ameríndios, levando, na Costa do Golfo, muitos proprietários de terra de ascendência inglesa e francesa a resguardar-se sob a égide da Coroa espanhola,²³⁴

²³¹ TAYLOR, Alan. *American Revolutions: A Continental History, 1750-1804*. W. W. Norton & Company; 1 edition (September 6, 2016). L. 28,1.

²³² MORGAN, E. S. *Birth of the Republic*. apud TAYLOR, Alan. *American Revolutions: A Continental History, 1750-1804*. W. W. Norton & Company; 1 edition (September 6, 2016). L. 35,1.

²³³ GOULD, Eliga H. “*Entangled Histories, Entangled Worlds: The English-Speaking Atlantic as a Spanish Periphery.*” *American Historical Review* 112, no. 3 (2007): 764– 786. p. 777.

²³⁴ DUVAL, Kathleen. *Independence Lost: Lives on the Edge of the American Revolution*. New York: Random House. 2015. apud PAQUETTE, Gabriel; SARAVIA, Gonzalo M. (Orgs.). *Spain and the American Revolution: New Approaches and Perspectives*. Routledge, 2019. (L. Kindle 501-509).

o que teria gerado tensões entre Espanha e Estados Unidos após a guerra revolucionária, principalmente em razão das alianças entre a Coroa hispânica e os povos nativos, que viriam a colidir frontalmente com as ambições e a política expansionista norte-americanas, responsáveis, como sabemos, pelo cruel massacre dos grupos autóctones que viviam no coração e no oeste da América do Norte no século XIX. Como relatou Saavedra em seu diário, em 1781, *“Los angloamericanos han expulsado por completo a algunas naciones de sus territorios originales, se han apropiado de la mayor parte de los territorios de muchas otras, han exterminado a algunas y han hecho perder a otras su numerosa población, su espíritu guerrero y su primitiva independencia [...] Los indios son incapaces de resistir el dominio europeo, de liberarse de la influencia de la política europea, como tampoco pueden tomar su yugo y vivir como una clase dependiente y subordinada.”* E vaticinou, *“Por lo tanto, se puede predecir que en menos de un siglo sucederá una de dos cosas: o las tribus salvajes, arrastradas por la marea torrencial del comercio y la civilización, serán asimilados a la masa de los angloamericanos y las demás naciones que los rodean, o una suma de causas inevitables completará su exterminio”*.²³⁵

Enquanto os comissários norte-americanos, em carta a Vergennes, informam que *“The British have used Negroes and Indians to commit inhuman acts upon our inhabitants”*²³⁶, o presidente do Congresso Continental Americano chega a afirmar que a guerra revolucionária contra a Grã-Bretanha era a principal responsável pela dificuldade de expansão norte-americana para o Oeste, em razão da necessidade de concentração de forças nas treze colônias, impedindo que a expansão dos colonos insurgentes para o oeste fosse feita de forma segura. *“In a very few years after the Peace shall take Place, this Country will certainly be overspread with Inhabitants”*.²³⁷ E o Conde de Aranda, em suas notas sobre as negociações com John Jay, em agosto de 1782, em Paris, tratando da demarcação entre territórios que seriam integrados à Coroa hispânica e aqueles que

²³⁵ SAAVEDRA, Francisco de. *Diario de don Francisco de Saavedra*. (editor) Francisco Morales Padrón. Sevilla: Universidad de Sevilla - Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2004. p. 184-185.

²³⁶ *“The American Commissioners to Vergennes, [before 9 January 1779]: résumé,”* Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Franklin/01-28-02-0292>. [Original source: The Papers of Benjamin Franklin, vol. 28, November 1, 1778, through February 28, 1779, ed. Barbara B. Oberg. New Haven and London: Yale University Press, 1990, pp. 358–360.]

²³⁷ *“To John Jay from the President of Congress (Samuel Huntington): Instructions to John Jay, 17 October 1780,”* Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Jay/01-02-02-0122>. [Original source: The Selected Papers of John Jay, vol. 2, 1780–1782, ed. Elizabeth M. Nuxoll. Charlottesville: University of Virginia Press, 2012, pp. 303–311.]

seriam mantidos pelos Estados Unidos, observa que, “*that in any case that dividing line would have to run, in greater part, through the lands of the Indians, whom each of us would have to pacify in order to have peaceful boundaries between both Empires*”.²³⁸

Analisando a natureza e a motivação da participação dos ameríndios na guerra de independência do colonos britânicos, Karim Tiro salienta que os europeus que participaram da guerra de independência - e até mesmo muitos historiadores - nunca compreenderam plenamente a estratégia de guerra dos nativos, muito menos a verdadeira natureza ou os reais motivos da contribuição desses povos durante o conflito. Apesar de reconhecer a complexidade cultural e a variedade de comportamento desses grupos, Tiro sublinha que podem ser delineados alguns objetivos ou padrões que permearam, em alguma medida, as estratégias e as alianças dos nativos durante a revolução americana. Assim, a principal motivação para a realização de alianças com ambos os lados parece ter sido a manutenção de sua autonomia e de suas terras, sucedida pelos interesses comerciais e pela possibilidade de aquisição de suprimentos. Ademais, o historiador sugere que as alianças, além de fluidas, devem ser interpretadas como uma adaptação e não como uma subordinação em relação ao colonizador. Os ameríndios teriam a percepção de que o principal motivo da guerra era a expansão territorial. Na verdade, sob a perspectiva dos nativos, a revolução americana pode ser inserida em um longo e conflituoso processo de expansão de colonos europeus, compreendido entre a guerra-franco indígena (1754-1763) e a queda da Confederação de Tecumseh - durante a batalha do Tâmis (1813) -, cujo propósito consistia fundamentalmente na conquista dos extensos territórios trans-Appalaches.²³⁹

Também é conhecida a participação de mercadores privados, financiados pelo

²³⁸ “Aranda’s Notes on Negotiations with John Jay, 3 August 1782,” Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Jay/01-03-02-0016>. [Original source: The Selected Papers of John Jay, vol. 3, 1782–1784, ed. Elizabeth M. Nuxoll. Charlottesville: University of Virginia Press, 2013, pp. 32–37.]. Com efeito, durante a revolução americana e por todo o século XIX, os Estados Unidos celebraram uma série de tratados com os povos ameríndios, como, à guisa de ilustração: *Treaty With the Delawares* (1778); *Chickasaw Peace Treaty Feeler* (1782); *Treaty With the Six Nations* (1784); *Treaty With the Wyandot etc* (1785); *Treaty With The Cherokee* (1785); *Treaty With the Shawnee* (1786); *Treaty With the Creeks* (1790); *Treaty With the Cherokee* (1794); *Treaty With the Six Nations* (1794); *Treaty With the Oneida etc* (1794); *Chickasaw Treaty* (1805); *Treaty With the Chickasaw* (1816); *Treaty With The Potawatami* (1828); *Treaty with the Apache* (1852); *Treaty with the Comanche, Kiowa, and Apache* (1853); *Treaty with the Apache, Cheyenne, and Arapaho* (1865). in *Treaties and Other International Acts of the United States of America*, Vol. 2: Documents 1– 40: 1776– 1818, edited by Hunter Miller, 318– 346. Washington, D.C.: Government Printing Office, 1931. Avalon Project - 18th Century Documents : 1700 - 1799 ([yale.edu](http://avalon.law.yale.edu)). <https://avalon.law.yale.edu>

²³⁹ TIRO, Karim M.. “*Ambivalent Allies. Strategy and the Native Americans*” in STOKER, Donald; HAGAN, Kenneth J.; MCMASTER, Michael T. (Ed.). *Strategy in the American War of Independence. A Global Approach*. Routledge. Cass Military Studies. London and New York. 2010. p. 120-123.

Tesouro Real, durante a primeira fase do envolvimento espanhol na revolução. A casa de comércio espanhola *Gardoqui & hijos*,²⁴⁰ sediada em Bilbao, que atuava desde a década de 1760 na indústria do bacalhau, desempenhou um importante auxílio secreto aos revolucionários norte-americanos. Don Diego María de Gardoqui y Arriquibar, diante do sucesso da rede comercial de sua família e de sua desenvoltura política e diplomática, chegou a ser nomeado, após o reconhecimento oficial da independência norte-americana, como primeiro embaixador da Espanha nos Estados Unidos e, posteriormente, Ministro das Finanças da Espanha, em 1792. A firma *Gardoqui & hijos*, cujas embarcações oficialmente faziam a rota comercial que saía dos portos de Bilbao rumo a Salém e Boston, com o intuito de comprar o bacalhau pescado nas águas do Atlântico Norte pelos colonos insurgentes e vendê-lo na Espanha e França, secretamente transportava armamentos e diversos suprimentos, singrando até o porto de Havana, onde o carregamento clandestino costumava ser despachado para Nova Orleans e distribuído para os colonos revolucionários.²⁴¹

*During 1777 and 1778, Spanish financial assistance continued to be extended secretly in small sums to the American agents in Europe, notably Arthur Lee, without the mediation of France. The Spaniard who handled the money for this purpose was Don Diego de Gardoqui, of the firm of Gardoqui and Sons of Bilbao, through whose house some of the money reached the United States in the shape of military supplies.*²⁴²

Ademais, desde a eclosão da guerra revolucionária nas treze colônias, a Coroa

²⁴⁰ Existe uma vastíssima correspondência entre os Gardoqui - principalmente Diego Gardoqui - e diplomatas espanhóis e norte-americanos, e a Casa Gardoqui e suas operações no Atlântico são mencionadas inúmeras vezes na ampla correspondência diplomática mantida entre Espanha, Estados Unidos e França durante a revolução, o que, por si só, demonstra a importância da atividade secreta desempenhada pela Casa comercial. A inteligência britânica, por sua vez, sempre teve conhecimento dessas atividades desempenhadas por mercadores privados espanhóis antes da declaração oficial de guerra da Espanha, como é possível verificar, v.g., pelos relatórios e correspondências da inteligência britânica em 1776. *Correspondence. Intelligence: giving details of merchants in Spain, who are purchasing ordnance stores for Congress*. The National Archives. 12 Oct. 1775 - 20 Dec. 1776. CO 5/154, Part. 2. Secretary of State - 1775-1776. The National Archives, London, UK. <https://colonialamerica.amdigital.co.uk>.

²⁴¹ "Arthur Lee para Franklin e Silas Deane, 16 de março de 1777", Fundadores Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Franklin/01-23-02-0320>. [Fonte original: The Papers of Benjamin Franklin, vol. 23, 27 de outubro de 1776, até 30 de abril de 1777, ed. William B. Willcox. New Haven e Londres: Yale University Press, 1983, pp. 498-500.]. "Messrs. Gardoqui at Bilboa have sent several Cargoes of Naval Stores, Cordage, Sailcloth, Anchors, &c. for the public Use, consigned to Eldridge Gerry Esqr. [...] We wish such Acknowledgement may be made, accompanied with some Expressions of Gratitude towards those from whom the Supplies came, without mentioning who they are supposed to be. You mention the Arrival of the Amphitrite and Mercury, but say nothing of the cargoes" in "The American Commissioners to the Committee for Foreign Affairs, 7 October 1777," Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Franklin/01-25-02-0016>. [Original source: The Papers of Benjamin Franklin, vol. 25, October 1, 1777, through February 28, 1778, ed. William B. Willcox. New Haven and London: Yale University Press, 1986, pp. 40-43.]

²⁴² BEMIS, Samuel Flagg. *The Diplomacy of the American Revolution*. Hesperides Press, 2012. (L. Kindle 1718-1721).

hispanica, através do Ministro das Índias, José de Gálvez, enviara “observadores”²⁴³ - agentes espanhóis informais -, normalmente comerciantes, e não diplomatas de carreira, para administrar a ajuda secreta e colher informações sobre o desenrolar dos eventos na América Setentrional e, assim, possibilitar que o alto escalão político e diplomático, tanto na América quanto em Madrid, tomasse decisões estratégicas sobre a condução da política externa da Monarquia espanhola durante o conflito. A atuação de agentes espanhóis - Miguel Antonio Eduardo, Luciano de Herrera, Juan de Miralles, Juan José Eligio de la Puente etc. -, via de regra, desempenhando atividades comerciais particulares, costumava ser executada entre os portos do Caribe - principalmente Havana - e as rotas do Mississippi e Ohio, abastecendo o exército revolucionário norte-americano até as adjacências do Forte Pitt, representando, assim, uma importante linha de fornecimento de suprimentos, armamentos e munições interligando as possessões espanholas no Caribe e no continente americano às frentes de batalha dos revolucionários em sua luta contra as tropas realistas britânicas nas treze colônias. Alguns agentes espanhóis também foram enviados à Flórida e à Geórgia com o escopo de obter informações sobre as forças militares e navais inglesas e o movimento de tropas de ambos os lados, inteirando-se também das expedições navais britânicas no Caribe e na costa da América Central.²⁴⁴

*La política exterior dirigida por el ministerio de Estado antes de comenzar la guerra era: asegurar las posesiones españolas del río Misisipi contra las presiones de los sublevados americanos, introducirse en el virreinato de Nueva España (México), con sus ricas minas de plata y oro; fomentar el comercio entre los indios y conquistar su amistad, y enviar agentes a las colonias americanas para conseguir toda la información posible que permitiese saber la marcha de la guerra y los estados de opinión, tanto de los insurgentes, como de los realistas. Durante estos años preliminares al conflicto, 1776-1779, Floridablanca quiso ganar tiempo para tener todo preparado en Luisiana y poder atacar en el momento de recibir la declaración de guerra. Cuando la misión del marqués de Almodóvar de conceder la mediación española fracasó en Londres, la corte e Madrid tomó la meditada decisión de entrar en la guerra abiertamente del lado americano y francés. España no había esperado una contestación favorable de los ingleses, y Floridablanca continuaba instruyendo a Bernardo de Gálvez sobre la inminente declaración y las medidas a tomar.*²⁴⁵

²⁴³ “José de Gálvez, named minister of the Indies in 1776, recognized the implications the conflict between Britain and its colonies held for his ministerial responsibilities. Soon after he was appointed, he began to gather intelligence through observers, and he then discreetly provided support for American attempts to oust the British from posts in the Floridas and along the Mississippi River”. in “Congress Appoints John Jay Minister to Spain Editorial Note,” Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Jay/01-01-02-0421>. [Original source: The Selected Papers of John Jay, vol. 1, 1760–1779, ed. Elizabeth M. Nuxoll. Charlottesville: University of Virginia Press, 2010, pp. 709–716.]; Sobre o assunto, Cf. CUMMINS, Light Townsend. *Spanish Observers and the American Revolution, 1775–1783*. Baton Rouge and London: Louisiana State University Press, 1991.

²⁴⁴ BEERMAN, Eric. *España y la independencia de Estados Unidos*. Madrid : Editorial MAPFRE, 1992. p. 35-37.

²⁴⁵ M. P. Ruigómez de Hernández. *El gobierno español del Despotismo Ilustrado ante la Independencia de los Estados Unidos de América*. Madrid, 1978, p. 253-254; *Almódovar a Floridablanca*. Londres, 4 may. 79. AGS, E, 7021. *apud* BEERMAN, Eric. *España y la independencia de Estados Unidos*. Madrid : Editorial MAPFRE, 1992. p. 41.

Assim, durante a primeira fase da ajuda espanhola no decorrer da revolução americana, podemos identificar três linhas de atuação operando conjuntamente no mundo hispânico. Na Europa, a diplomacia atuava estrategicamente, tentando isolar a Grã-Bretanha política e diplomaticamente, enquanto estudava meios de tecer alianças que beneficiassem a Espanha. Nos dois lados do Atlântico, enquanto permaneciam oficialmente neutros, os espanhóis forneceram clandestinamente dinheiro - por meio de doações e empréstimos -, suprimentos e armamentos aos colonos revolucionários. E, na América, autoridades, oficiais e agentes espanhóis, como o já governador da Luisiana, Bernardo de Gálvez, enquanto se preparavam para a guerra, atuavam energicamente e organizavam a ajuda secreta aos norte-americanos. Assim como houve acordos diplomáticos secretos que permitiram a abertura de portos espanhóis a comerciantes e corsários norte-americanos.

Tratado de Aranjuez - entrada oficial da Espanha na guerra

Antes que mesmo que o ultimato enviado por Floridablanca a Lord Grantham - Embaixador britânico em Madrid -, com as condições impostas pela Espanha para a mediação do conflito, pudesse ser respondido pela Coroa britânica²⁴⁶, foi firmado o Tratado de Aranjuez, em 12 de abril de 1779, que, além da negociação secreta de uma possível invasão franco-espanhola à Grã-Bretanha²⁴⁷, demonstra claramente os interesses das duas monarquias borbônicas. A Coroa hispânica pretendia reconquistar, na Europa, Gibraltar e Menorca; na América do Norte, reconquistar a Flórida - principalmente os estratégicos portos de Pensacola e Mobile - e a expulsão dos britânicos do rio Mississippi;

²⁴⁶ BEMIS, Samuel Flagg. *The Diplomacy of the American Revolution*. Hesperides Press, 2012. (L. Kindle 1521). “*The Spanish ultimatum to Great Britain marks the culmination of a train of diplomatic conversations and notes during the year 1778 and the early months of 1779*”, in BEMIS, Samuel Flagg. *The Diplomacy of the American Revolution*. Hesperides Press, 2012. (L. Kindle 1585-1586). Sobre como o ultimato poderia beneficiar a Grã-Bretanha e prejudicar os Estados Unidos, conferir a primeira parte do capítulo “*The Franco-Spanish Alliance*” in BEMIS, Samuel Flagg. *The Diplomacy of the American Revolution*. Hesperides Press, 2012. Vale ressaltar que a historiografia costuma sublinhar que o ultimato foi intencionalmente elaborado para provocar a rejeição da Grã-Bretanha e justificar a entrada da Espanha na guerra.

²⁴⁷ Cf. MORRIS, Richard B. *The Peacemakers: The Great Powers and American Independence*. New York: Harper and Row, Publishers, 1965; Reprint, New York: Harper Torchbooks, 1970. p 14-16; DULL, Jonathan. *French Navy and American Independence*, p. 128-135. apud DULL, Jonathan. *A diplomatic history of the American Revolution*. Yale University Press, 1987. p. 108.

na América Central, expulsar os britânicos da Baía de Honduras e a revogação dos privilégios concedidos aos ingleses de cortar madeira na costa da Baía de Campeche, ao sul do Golfo do México - concedidos pelo Tratado de Paris de 1763.²⁴⁸ Enquanto a França ambicionava reconquistar Terranova, a ilha caribenha de Dominica e a colônia de Senegal, assim como pretendia garantir o livre comércio na Ásia e na costa africana.²⁴⁹ A importância de Gibraltar para a Monarquia hispânica transparece no artigo 9º do Tratado que previa que a paz não seria celebrada enquanto a Espanha não tivesse recuperado o forte localizado no estreito que liga o Mediterrâneo ao Atlântico, cedido à Grã-Bretanha no Tratado de Utrecht de 1713. Por outro lado, a França exigiu que a paz só seria alcançada após a conquista do porto de Dunquerque, no Canal da Mancha.²⁵⁰ Ambas as monarquias comprometeram-se, ainda, a não celebrar nenhuma negociação de paz com a Grã-Bretanha “*y que ninguna de ambas Majestades firmará con dicho enemigo tratado, convencion ó acto alguno de cualquiera naturaleza que pueda ser sin la noticia y previo consentimiento de la otra.*”²⁵¹ Tal disposição segue a mesma linha dos Pactos firmados anteriormente entre as duas Coroas, como o primeiro Pacto de Família, firmado em 1733 durante o início da guerra de sucessão polonesa, que, no fim do artigo 2º, dispunha que “*prometiendo en tal caso [de guerra] de no dejar las armas, y no entrar en ninguna negociacion de ajuste, que no sea de comun consentimiento, y recíproca satisfaccion de los dos reyes*”²⁵² Segundo Dull, a Espanha conseguiu impor praticamente todas as suas

²⁴⁸ Artigo 7º do *Tratado de alianza defensiva y ofensiva celebrado entre las coronas de España y Francia contra la de Inglaterra*, Aranjuez, 12 de abril de 1779 in *Tratados, Convenios e Declaraciones de Paz y de Comercio que han hecho con las potencias extranjeras los monarcas españoles de la Casa de Borbon. Desde el año de 1700 hasta el día*. Madrid: Imprenta de Alegria y Charlain, Cuesta de Santo Domingo, num. 8. 1843.

²⁴⁹ Artigo 5º do *Tratado de alianza defensiva y ofensiva celebrado entre las coronas de España y Francia contra la de Inglaterra*, Aranjuez, 12 de abril de 1779 in *Tratados, Convenios e Declaraciones de Paz y de Comercio que han hecho con las potencias extranjeras los monarcas españoles de la Casa de Borbon. Desde el año de 1700 hasta el día*. Madrid: Imprenta de Alegria y Charlain, Cuesta de Santo Domingo, num. 8. 1843.

²⁵⁰ Artigo 9º do *Tratado de alianza defensiva y ofensiva celebrado entre las coronas de España y Francia contra la de Inglaterra*, Aranjuez, 12 de abril de 1779 in *Tratados, Convenios e Declaraciones de Paz y de Comercio que han hecho con las potencias extranjeras los monarcas españoles de la Casa de Borbon. Desde el año de 1700 hasta el día*. Madrid: Imprenta de Alegria y Charlain, Cuesta de Santo Domingo, num. 8. 1843.

²⁵¹ Artigo 3º do *Tratado de alianza defensiva y ofensiva celebrado entre las coronas de España y Francia contra la de Inglaterra*, Aranjuez, 12 de abril de 1779 in *Tratados, Convenios e Declaraciones de Paz y de Comercio que han hecho con las potencias extranjeras los monarcas españoles de la Casa de Borbon. Desde el año de 1700 hasta el día*. Madrid: Imprenta de Alegria y Charlain, Cuesta de Santo Domingo, num. 8. 1843; MORRIS, Richard B. *The Peacemakers: The Great Powers and American Independence*. New York: Harper and Row, Publishers, 1965; Reprint, New York: Harper Torchbooks, 1970. p 15-16.

²⁵² Artigo 2º do *Primer Pacto de familia entre las coronas de España y Francia con el fin de estrechar su alianza é intereses, y sostener los del infante don Carlos*. Se firmó en el real sitio de San Lorenzo del Escorial el 7 de noviembre de 1733. in *Tratados, Convenios e Declaraciones de Paz y de Comercio que han hecho con las potencias extranjeras los monarcas españoles de la Casa de Borbon. Desde el año de 1700 hasta el día*. Madrid: Imprenta de Alegria y Charlain, Cuesta de Santo Domingo, num. 8. 1843.

condições no Tratado de Aranjuez. A França, diante da necessidade do ingresso da Espanha na guerra como sua aliada, teria sido obrigada a ceder em praticamente todos os pontos considerados cruciais da negociação.²⁵³

Alguns especialistas afirmam que o entendimento secreto entre Espanha e França que impunha a reconquista de Gibraltar como *conditio sine qua non* para o fim da guerra, teria criado um ambiente de profunda desconfiança no Congresso Continental norte-americano, pois o Tratado de Aliança franco-americano, firmado em 1778, estabelecia que um eventual acordo de paz deveria ser aprovado conjuntamente por França e Estados Unidos. Nesse sentido, o acordo secreto franco-espanhol que tornava a conquista de Gibraltar imprescindível, indiretamente significava que a paz e o reconhecimento da independência dos Estados Unidos dependeriam da retomada do forte mediterrâneo e, assim, em última instância, da Espanha.²⁵⁴ De acordo com a interpretação de Samuel Flagg Bemis, não chegou a haver uma violação do Tratado franco-americano, mas inegavelmente houve uma incompatibilidade entre os dois acordos.²⁵⁵ E Dull, apesar de entender que a Aliança franco-espanhola feriu o Tratado franco-americano, ao atrelar a conquista de Gibraltar à celebração da paz, sem consultar previamente os norte-americanos, afirma que a participação da Espanha e de sua armada no conflito foi imprescindível para a vitória dos Estados Unidos e da França, e, provavelmente, constituiu o maior feito da diplomacia francesa durante a revolução americana.²⁵⁶ Como escreveu John Adams em seu diário, o diplomata francês Chevalier de la Luzerne, informando-o sobre a recusa inglesa ao ultimato espanhol e acerca da declaração oficial de guerra da Coroa hispânica à Grã-Bretanha, afirmou que “*they [os espanhóis] were now determined to declare themselves on the side of France, and to*

²⁵³ DULL, Jonathan. *A diplomatic history of the American Revolution*. Yale University Press, 1987. p. 109.

²⁵⁴ WEEKS, William. *The New Cambridge History of American Foreign Relations: Volume 1*. Cambridge University Press, 2015. P. 27.

²⁵⁵ BEMIS, Samuel Flagg. *The Diplomacy of the American Revolution*. Hesperides Press, 2012. (L. Kindle 1655).

²⁵⁶ DULL, Jonathan. *A diplomatic history of the American Revolution*. Yale University Press, 1987. p. 109. Sobre a contribuição da armada francesa na revolução americana, Cf. DULL, Jonathan. *The French Navy and American Independence: A Study of Arms and Diplomacy, 1774– 1787*. Princeton: Princeton University Press, 1975. Sobre a possibilidade de os revolucionários vencerem os britânicos mesmo sem ajuda externa, conferir: PALMER, R. R.; ARMITAGE, David. *The age of the democratic revolution. A political history of Europe and America, 1760-1800*. Princeton: Princeton University Press, 2014. p. 157-158. Sobre a percepção norte-americana e francesa de que a entrada da Espanha na guerra significaria a conquista da independência, ver: “*Negotiations and the Spanish Declaration of War*” in CHÁVEZ, Thomas E. *Spain and the independence of the United States. An intrinsic Gift*. University of New Mexico Press, 2002.

assist them with all their force by land and sea, in every part of the world".²⁵⁷ E, em carta a William Carmichael, Adams salienta que quanto mais navios a Espanha e a França enviam para a América e as Índias Ocidentais, mais a Inglaterra precisa concentrar suas forças navais na região, enfraquecendo-se na Europa e beneficiando as demais potências marítimas.²⁵⁸

A importância da superioridade naval para os revolucionários e franceses é mencionada pelos comissários norte-americanos em correspondência com Vergennes: *"Even more effective would be the sending of a fleet sufficient to gain naval superiority in American seas. This could put Britain's wealth and West Indian commerce into France's power and would permit the capture of great numbers of transports and supply ships. [...] Establishing naval superiority would open up commerce between the United States and the French West Indies, invigorate trade, and increase the circulation of currency. The dominion of the sea is at stake in this contest, and Britain will not yield it without a decisive effort on France's part"*.²⁵⁹

Navios de guerra das nações envolvidas na independência dos EUA nas Américas²⁶⁰

Ano	França	Espanha	Holanda	Estados Unidos	Total de navios aliados	Grã-Bretanha
1778	52	_____	_____	0	52	66
1779	63	58	_____	0	121	90
1780	69	48	_____	0	117	95
1781	70	54	13	0	137	94

²⁵⁷ "Monday June 21.," Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Adams/01-02-02-0009-0005-0010>. [Original source: The Adams Papers, Diary and Autobiography of John Adams, vol. 2, 1771–1781, ed. L. H. Butterfield. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1961, pp. 386–389.]

²⁵⁸ "From John Adams to William Carmichael, 8 April 1780," Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Adams/06-09-02-0087>. [Original source: The Adams Papers, Papers of John Adams, vol. 9, March 1780–July 1780, ed. Gregg L. Lint and Richard Alan Ryerson. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1996, pp. 113–115.]

²⁵⁹ "The American Commissioners to Vergennes, [before 9 January 1779]: résumé," Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Franklin/01-28-02-0292>. [Original source: The Papers of Benjamin Franklin, vol. 28, November 1, 1778, through February 28, 1779, ed. Barbara B. Oberg. New Haven and London: Yale University Press, 1990, pp. 358–360.]

²⁶⁰ Quadro retirado do livro de Jonathan Dull. Cf. DULL, Jonathan. *A diplomatic history of the American Revolution*. Yale University Press, 1987. p. 110. Sobre a superioridade naval da França e da Espanha, ver também: FRENCH, David. *The British Way in Warfare, 1688–2000*. London and Boston: Unwin Hyman, 1990. p. 76. *apud* PAQUETTE, Gabriel; SARAVIA, Gonzalo M. (Orgs.). *Spain and the American Revolution: New Approaches and Perspectives*. Routledge, 2019. (L. Kindle 598)

1782	73	54	19	0	146	94
------	----	----	----	---	-----	----

Interessante notar que a “*Conferência de John Jay com Floridablanca*”, ao contrário do que costuma ser sublinhado pela historiografia, indica que o controle da Espanha sobre a região do Golfo do México seria mais importante para a Coroa hispânica do que a conquista de Gibraltar. Em sua conferência com Jay, o Conde de Floridablanca teria sido contundente ao expressar-se sobre o assunto nos seguintes termos:

*The Count [...], saying with some degree of warmth, that unless Spain could exclude all Nations from the Gulph of Mexico, they might as well admit all [reivindicações norte-americanas para um Tratado de Amizade com a Espanha]; That the King would never relinquish it; That the Ministry regarded it as the principal Object to be obtained by the War; and that obtained, he should be perfectly Easy whether or no Spain procured any other cession: That he considered it as far more important than that acquisition of Gibraltar, and that if they did not get it, it was a matter of Indifference to him whether the English possessed Mobile or not.*²⁶¹

Alguns especialistas, entretanto, sugerem que a Coroa, o Parlamento e a diplomacia britânicos haviam identificado que Gibraltar constituía o maior objetivo da Coroa hispânica e os ibéricos teriam assinado um armistício, mesmo que o eventual acordo não incluísse Menorca. O Rei George III, em carta a Lorde Grantham, teria escrito que: “*I am ready to avow that peace is not compleat unless Gibraltar be exchanged with Spain*”.²⁶² A Coroa britânica teria, inclusive, considerado ceder Gibraltar em troca de Porto Rico. Em sua correspondência com Lorde Shelburne, o Rei George III teria chegado a declarar que: “*Puerto Rico is the object we must get for that fortress [Gibraltar]*”, “*the holding of Gibraltar very high is quite judicious and if not taken I should hope Porto Rico may be got for it.*”, e “*I would wish if possible to be rid of Gibraltar, and to have as much possession in the West Indies as possible*”.²⁶³

²⁶¹ “Notes on John Jay’s Conference with Floridablanca, 23 September 1780,” Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Jay/01-02-02-0110>. [Original source: The Selected Papers of John Jay, vol. 2, 1780–1782, ed. Elizabeth M. Nuxoll. Charlottesville: University of Virginia Press, 2012, pp. 265–275.]

²⁶² King to Grantham, December 11, 1782, in Fortescue 1927–1928, vol. VI, p. 183 (no. 4020). *apud* PAQUETTE, Gabriel; SARAVIA, Gonzalo M. (Orgs.). *Spain and the American Revolution: New Approaches and Perspectives*. Routledge, 2019. (L. Kindle 757).

²⁶³ King to Shelburne, September 14, 1782, in Fortescue 1927–1928, vol. VI, p. 126 (no. 3919); King to Shelburne, September 16, 1782, in Fortescue 1927–1928, vol. VI, p. 128 (no. 3923); King to Shelburne, December 11, 1782, in Fortescue 1927–1928, vol. VI, p. 183 (no. 4021) *apud* PAQUETTE, Gabriel; SARAVIA, Gonzalo M. (Orgs.). *Spain and the American Revolution: New Approaches and Perspectives*. Routledge, 2019. (L. Kindle 739-744; 757-763). Segundo os dois autores, através da leitura da correspondência mantida entre George III e Lord Shelburne, é possível depreender que “*Gibraltar was deemed expendable, but that King and Shelburne were reluctant to offer it explicitly or to make the proposal themselves, hoping that Spain, either directly or via France, would suggest it*” in *ibid.*, (L. Kindle 744).

Cabe lembrar que as tentativas da missão diplomática chefiada por John Jay em Madrid de formalizar um Tratado de Aliança direto com os Estados Unidos, não chegaram a concretizar-se, de modo que o Tratado de Aranjuez representou uma aliança entre França e Espanha, por meio da qual esta apoiaria indiretamente os revolucionários norte-americanos. A posição adotada por Carlos III e seu corpo diplomático chefiado por Floridablanca de não estabelecer uma aliança com os revolucionários parece explicar as críticas da historiografia estadunidense à postura da Espanha, e até mesmo elucidar o fato de a participação espanhola na guerra de independência ter sido por tanto tempo ignorada pelos historiadores norte-americanos.²⁶⁴ Não obstante a anuência espanhola ao artigo que estipulava que a França só celebraria um tratado de paz se a Inglaterra reconhecesse formalmente a independência dos Estados Unidos, e ainda que a Espanha tenha explicitamente concordado em somente celebrar a paz com os britânicos após a aquiescência francesa, a Monarquia hispânica não reconheceu formalmente a independência das treze colônias. A insatisfação do Congresso Continental e da diplomacia norte-americana com o não reconhecimento da independência dos Estados Unidos pela Espanha pode ser resumida na pergunta retórica de Jay - por ele mesmo respondida -: *"If Spain is determined that we shall be independent, why not openly declare so? and thereby diminish the hopes and endeavors of Britain to prevent it? She seems to be desirous of holding the Balance, of being in some sort a mediatrix, and of courting the offers of each by her supposed importance to both"*.²⁶⁵

A notícia acerca da aliança franco-espanhola rapidamente espalhou-se pelo mundo hispânico. Após a assinatura do Tratado no palácio de Aranjuez (12 de abril de 1779) e a ratificação francesa em Versailles (28 de abril de 1779), e antes mesmo da declaração formal de guerra da Espanha contra a Inglaterra (21 de junho de 1779), as informações sobre a posição oficial da Espanha chegaram ao conhecimento do Ministro das Índias, José de Gálvez, e celeremente singraram o Atlântico, aportando em Havana, de onde se espargiram por toda a América espanhola. Como sublinhou Chávez, uma série de cartas foi enviada para diferentes autoridades e oficiais nas Américas, informando sobre as

²⁶⁴ CHÁVEZ, Thomas E. *Spain and the independence of the United States. An intrinsic Gift*. University of New Mexico Press, 2002, (L. Kindle p. 133)

²⁶⁵ *"From John Jay to the President of Congress (Samuel Huntington), 6 November 1780,"* Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Jay/01-02-02-0132>. [Original source: The Selected Papers of John Jay, vol. 2, 1780–1782, ed. Elizabeth M. Nuxoll. Charlottesville: University of Virginia Press, 2012, pp. 325–343.]

novas estratégias da Espanha no conflito. Assim, Bernardo de Gálvez, que já havia se preparado e parecia aguardar ansiosamente a guerra, recebeu orientações do Ministério das Índias e pôs em prática seu plano militar na Louisiana. Roberto Ribas Betancourt, governador do Yucatán, recebeu ordens para iniciar uma ofensiva militar contra os britânicos assentados próximos à Península. Matías de Gálvez, governador da Guatemala e irmão de José de Gálvez, também recebeu instruções para iniciar operações navais na costa da América Central. José Navarro, governador de Cuba, recebeu uma nova ordem real secreta em meados de maio - publicada em julho de 1779 - e distribuiu novas orientações aos observadores e espiões que já atuavam na América do Norte junto aos revolucionários, intensificando seu contato com Miralles na Filadélfia e escrevendo aos líderes políticos de Charlestown para colher informações sobre as estratégias que seriam adotadas pelas tropas revolucionárias na Flórida e na Geórgia.²⁶⁶ Cartagena, Santa Fé de Bogotá, Panamá e Trinidad também receberam as notícias que rapidamente navegavam pelas Caraíbas e atracavam nos principais portos das Antilhas e das costas do continente. O governador de Cuba “*also expelled all English, Irish, and Scottish ships and people from Cuba and ordered that ‘all individuals and ships from ‘the United Provinces of America’ be treated well’.*”. Enquanto o “*Viceroy Martín de Mayorga in Mexico received the royal order and printed it on 12 August 1779 in Mexico City*”.²⁶⁷

A Espanha já vinha se preparando para a guerra contra a Grã-Bretanha há muito tempo, de modo que a aliança com a França e sua declaração oficial de guerra contra o império britânico já eram aguardadas pelas autoridades e altos oficiais espanhóis.²⁶⁸ As operações de guerra rapidamente foram colocadas em prática, com amplos movimentos de tropas em Havana, Nova Orleans, Louisiana e por toda costa do Golfo do México.

²⁶⁶ Morales Padrón, “*Editor’s Introduction*,” 4 and 5; *J. Gálvez to Roberto Ribas Betancourt, 18 May 1779*; and *Betancourt to J. Gálvez, 25 May 1779*, both in AGI, Indiferente General, leg. 1582.; D. Diego Joseph Navarro, “*Real Orden [Royal Order]*,” 22 July 1779, AGI, Santo Domingo, leg. 1229; *Navarro to the Governor of Charlestown, Havana, 6 August 1779*; and *Navarro to J. Gálvez, Havana, 8 August 1779*, both in AGI, Santo Domingo, leg. 2082; Cummins, *Spanish Observers*, 134 and 140.; *Miralles to Congress, 24 November 1779*, *Diplomatic Correspondence*, vol. 3, 412–14. *apud* CHÁVEZ, Thomas E. *Spain and the independence of the United States. An intrinsic Gift*. University of New Mexico Press, 2002, (L. Kindle p. 134-135)

²⁶⁷ *Navarro to J. Gálvez, Havana, 28 July 1779*, AGI, Santo Domingo, leg. 1229; Fernández y Fernández, *Spain’s Contribution*, 7; and “*La declaración de guerra*,” 12 August 1779, as printed and published in Mexico City, in David Marley, ed., *Documentos novohispanos relativos a la guerra entre España e Inglaterra, 1779–1784* (México, D.F.: Ralston-Bain, 1985), 3 and 4. *apud* CHÁVEZ, Thomas E. *Spain and the independence of the United States. An intrinsic Gift*. University of New Mexico Press, 2002, (L. Kindle p. 135)

²⁶⁸ Cf. CORTÉS, María Bárbara Zepeda. “*José’s secrets. Minister Gálvez’s master plan for Spain’s participation in the American Revolution*” in PAQUETTE, Gabriel; SARAVIA, Gonzalo M. (Orgs.). *Spain and the American Revolution: New Approaches and Perspectives*. Routledge, 2019.

Pelos mares, avançava a Armada espanhola no Mediterrâneo e no Caribe. Entre 1779 e 1781, os espanhóis, liderados por Bernardo de Gálvez, controlaram o vale do Baixo Mississippi e o Golfo do México, conquistaram Pensacola e foram fundamentais para a fragmentação das forças britânicas na América do Norte, cortando linhas de suprimento entre as tropas inglesas e, sitiando regiões limítrofes às colônias insurgentes, impedindo que os grupos ameríndios aliados da Grã-Bretanha recebessem suporte. A Armada espanhola também desempenhou um papel crucial na batalha de Yorktown, em 1781, fornecendo ajuda à frota francesa que lutava na região, assim como foi fundamental para a invasão e conquista das Bahamas em 1782. Em Havana, foram renovadas as contribuições financeiras, inclusive para pagamento de soldados franceses que lutavam na Virgínia. O deslocamento de uma força naval franco-espanhola para a costa da Grã-Bretanha obrigou a Inglaterra a reforçar a segurança nas ilhas, nos mares do norte e no Canal da Mancha, e impediu que as forças britânicas que lutavam nas frentes de batalha na América do Norte recebessem apoio marítimo, o que influenciou diretamente a derrota inglesa em batalhas importantes, como a de Yorktown. No mediterrâneo, os espanhóis conquistaram Menorca e fizeram um longo cerco a Gibraltar, obrigando a Coroa inglesa a intensificar seu esforço de guerra no estreito de Gibraltar e a enviar inúmeros navios de sua poderosa marinha para o Mediterrâneo, fragmentando ainda mais suas forças, agora obrigadas a travar batalhas marítimas e terrestres em diferentes continentes; o que, por outro lado, contribuiu para aliviar o peso da guerra para os revolucionários norte-americanos e fortalecer as operações navais da França.²⁶⁹

²⁶⁹ DULL, Jonathan. *A diplomatic history of the American Revolution*. Yale University Press, 1987. p. 110-113.

Capítulo 3

O Império Espanhol e a Guerra Revolucionária - Europa, Américas e Caribe

Europa

Inglaterra

Antes mesmo da declaração oficial de guerra da Espanha contra a Grã-Bretanha, a marinha francesa dava início aos preparativos de uma operação conjunta com a armada espanhola, levando adiante o plano de invasão da Inglaterra previsto no artigo 2º do Tratado de Aranjuez.²⁷⁰ O plano era arquitetado pela França desde o humilhante fim da guerra dos sete anos e passara por infindáveis revisões e alterações. Em julho de 1779, o marquês de Lafayette, enlevado e demasiadamente otimista com os planos de invasão, escreveu a Benjamin Franklin: *“How happy I feel, when surrounded By so many preparations Against England, My respected friend doctor franklin will easily conceive - There is nothing to be found in france which might offer to me so delightfull a prospect, as those ships, troops, warlike stores of all Kinds which are Getting Ready for to visit our good neighbours (Inglaterra)”*.²⁷¹

Após o encontro das duas esquadras no pequeno arquipélago das Sisargas, próximo à costa de La Coruña, o objetivo era avançar pelo Canal da Mancha e iniciar a invasão pela ilha de Wight e, após atravessar o estreito de Solent, atingir Portsmouth, mobilizando cerca de quatrocentos navios de guerra franco-espanhóis e sessenta mil soldados da aliança bourbônica, muitos dos quais já posicionados em La Rochelle, na Aquitânia, em Saint Malo, na Bretanha, e em La Havre, na Normandia. Uma série de fatores

²⁷⁰ Art. 2º do *Tratado de alianza defensiva y ofensiva celebrado entre las coronas de España y Francia contra la de Inglaterra*, Aranjuez, 1779.

²⁷¹ *“The more we shall be masters of the Channel the More I think will be undertaken - What I believe to be Certain, is that the Ministry are in Earnest, and I want if possible to give the ennemy some stroke or other before the end of the Campaign— on the other hand I hear that the British fleet is getting strong, and our future motions must as yet be very uncertain”*. in *“To Benjamin Franklin from the Marquis de Lafayette, 12 July 1779,”* Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Franklin/01-30-02-0061>. [Original source: The Papers of Benjamin Franklin, vol. 30, July 1 through October 31, 1779, ed. Barbara B. Oberg. New Haven and London: Yale University Press, 1993, pp. 98–100.]

combinados, no entanto, contribuiu para o arrefecimento e a frustração dos planos de invasão. Do lado francês, sucessivas escolhas equivocadas no alto escalão do Ministério da Marinha e do Ministério da Guerra - idade avançada, temperamento, inexperiência, incompetência -, divergências internas no Gabinete francês quanto à condução da política no Ministério das Relações Exteriores e principalmente quanto à participação da França na guerra, e um grave surto de varíola que grassou entre os tripulantes da marinha francesa; e, pelo lado espanhol, as notórias controvérsias e divergências entre Floridablanca, Ministro da Relações Exteriores, e Aranda, Embaixador em Versailles, e o atraso da armada espanhola - atribuído a intempéries climáticas e inexperiência de navegação - para deixar Cádiz e navegar pela costa de Portugal até o local de encontro com a frota francesa, acabaram por minar os impulsos iniciais do ambicioso plano de invasão e prejudicar as audaciosas operações organizadas conjuntamente pelas monarquias bourbônicas.²⁷²

A Inglaterra, por sua vez, tinha suas forças fragmentadas e as decisões de guerra pareciam descentralizadas e desencontradas. Nem o rei George III, nem o Primeiro-Ministro Lord North exerciam uma rígida atuação no comando da guerra no Atlântico. Lord George Germain, Secretário Colonial, estava à frente do comando decisório das operações do exército britânico nas Américas; o Conde de Sandwich, Primeiro Lorde do Almirantado, conduzia as forças navais; Charles Jenkinson, Secretário de Guerra, tentava liderar as forças britânicas que atuavam na Europa; enquanto Jeffrey Amherst era o responsável pelas forças militares terrestres na Inglaterra e Charles Hardy comandava a frota inglesa, guardiã marítima do canal e da ilha. A iminente invasão franco-espanhola gerou certo alarde entre a população inglesa e parece ter provocado um recrudescimento do dissenso entre a classe política, aumentando as tensões e divergências que vinham permeando os debates entre intelectuais e líderes políticos desde que as treze colônias da América do Norte insurgiram-se contra sua metrópole.²⁷³ A sociedade inglesa que, em pouco mais de um século, testemunhara uma guerra civil durante a Revolução Puritana, a transição do absolutismo para uma monarquia constitucional durante a Revolução Gloriosa, sucessivas guerras com a França e a rebelião de suas colônias

²⁷² MORRIS, Richard B. *The Peacemakers: The Great Powers and American Independence*. New York: Harper and Row, Publishers, 1965; Reprint, New York: Harper Torchbooks, 1970. p. 27-31.

²⁷³ MORRIS, Richard B. *The Peacemakers: The Great Powers and American Independence*. New York: Harper and Row, Publishers, 1965; Reprint, New York: Harper Torchbooks, 1970. p. 30-32.

costeiras na América do Norte, doravante, tinha que lidar com o avanço das forças espanholas ao lado da França e parecia experimentar uma escalada de tensões internas com o aumento dos conflitos políticos entre a Câmara dos Comuns, a Câmara dos Lordes e a Coroa. Ao mesmo tempo, a Inglaterra, diante do esforço de guerra que mantinha em outras regiões do Atlântico, demonstrava pouca capacidade de defesa de sua ilha, contando com um reduzido contingente militar, uma pequena esquadra naval e uma milícia desestruturada. Ademais, enfrentava sérios problemas de motim com o exército escocês, o que dificultava o deslocamento de tropas escocesas para reforçar a defesa no sul da ilha. Outrossim, conflitos e discórdias propagavam-se na Irlanda em razão de sua irresignação ao jugo imposto pela Coroa inglesa, agravados pela simpatia irlandesa à causa dos revolucionários norte-americanos, pelo descontentamento entre os presbiterianos do norte em razão das arbitrariedades comerciais instituídas e pela histórica inconformação religiosa entre os católicos do sul da Irlanda. Durante os hostis debates no Parlamento britânico, líderes políticos tories e whigs apresentavam diferentes projetos para o enfrentamento da situação e chegaram a ser aventadas propostas de armistício com a América do Norte, de reconhecimento da independência dos Estados Unidos e concentração do esforço de guerra contra a França e Espanha, e, até mesmo, de uma profunda mudança política interna na Inglaterra, cujo desiderato seria diagnosticar os equívocos na condução da política externa e, assim, superar a grave situação pela qual o império vinha passando.²⁷⁴

De todo modo, por mais que as reviravoltas do teatro de batalha sejam instigantes, não é nosso objetivo fazer um relato detalhado dos conflitos entre as forças franco-espanholas e a marinha real britânica no Canal da Mancha e no litoral sul da Inglaterra, nem dos pormenores diplomáticos e planos alternativos e secundários como a invasão da Irlanda, de Plymouth ou da Cornualha, muito menos da hostilidade do clima, das vigorosas lufadas de vento que empurravam as velas ou das traiçoeiras correntes marítimas que infernizavam a vida das armadas bourbônicas. Gostaríamos apenas de assinalar que o esforço inicial de invasão foi perdendo fôlego no decorrer dos embates navais, principalmente entre os ministros e altos oficiais franceses que pareciam indecisos e dispostos a concentrar suas forças na América e apesar dos apelos do Ministério das

²⁷⁴ MORRIS, Richard B. *The Peacemakers: The Great Powers and American Independence*. New York: Harper and Row, Publishers, 1965; Reprint, New York: Harper Torchbooks, 1970. p. 32-36.

Relações Exteriores da Espanha para que a ofensiva continuasse. Como escreveu Vergennes ao Conde de Montmorin, embaixador francês em Madrid e seu futuro sucessor no Ministério das Relações Exteriores da França: “*Talvez seja decidido que os grandes golpes devam ser desferidos na América e não na Europa*”.²⁷⁵

Menorca

A monarquia hispânica almejava a reconquista de Gibraltar e Menorca desde sua cessão aos ingleses pelo Tratado Utrecht (1713), responsável por encerrar a guerra de sucessão espanhola. Após a frustração do cerco de Gibraltar, os espanhóis concentraram-se na conquista de Menorca - parte das ilhas Baleares no Mediterrâneo - e nas operações nas Américas e Caribe. Ademais, a intensa atividade de corsários no arquipélago criava certo embaraço à navegação e ao comércio hispânicos na bacia do Mediterrâneo. A Corte espanhola, valendo-se da proximidade entre Floridablanca e o Marquês de Solerica - figura influente e habitante de Mallorca -, estava ciente da situação política no arquipélago e havia sido informada que a população era partidária da invasão e sobre uma possível rebelião na ilha, em caso de uma incursão naval e invasão das forças hispânicas em Menorca. A elaboração de um plano de sublevação fora confiada ao próprio Solerica por Floridablanca, ao passo que Carlos III, por meio de sua Junta de Ministros, com o propósito de angariar apoio da população insular, propôs um conjunto de medidas em benefício dos habitantes ilhéus: “*comercio libre con las regencias de África; la conservación de sus antiguos privilegios y la rebaja de tributos; el recibo de cien mil pesos de recompensa y un título nobiliario a la persona que se apoderase del fuerte de San Felipe; el ascenso de un grado a la tropa de la guarnición que se pasase al lado español, y 5.000 doblones al que facilitase la entrada al fuerte de San Felipe*”²⁷⁶

Em Versailles, Aranda articulava uma aproximação diplomática com a Rússia para obter ajuda da czarina Catarina II (a Grande) na reconquista de Gibraltar e Menorca,

²⁷⁵ Vergennes to Montmorin, July 23, 1779. CP E 594: 336-340. *apud* MORRIS, Richard B. *The Peacemakers: The Great Powers and American Independence*. New York: Harper and Row, Publishers, 1965; Reprint, New York: Harper Torchbooks, 1970. p. 37.

²⁷⁶ Aranda a Floridablanca, Paris, 22 jul. 79. AGS, E, libro 166; Solerica a Floridablanca, Palma, 23 dic. 79. AHN, E, 4205; Solerica a Floridablanca, Palma, 20 de feb. 80. AHN, E, 4205; Floridablanca a Solerica, Paris, 13 mar. 80. AHN, E, 4205; Junta de ministros, 16 mar. 80. Aranjuez. AGS, E, libro 167; Aranda a Floridablanca, Paris, 3 mar. 80. AGS, E, libro 167. *apud* BEERMAN, Eric. *España y la independencia de Estados Unidos*. Madrid : Editorial MAPFRE, 1992. p. 249-250.

oferecendo Orán e Mazalquivir - na costa norte da África, banhada pelo Mediterrâneo -, em troca da pressão da chancelaria russa sobre a Coroa britânica para a devolução da ilha balear e do rochedo no istmo mediterrânico. A legação diplomática espanhola em São Petersburgo informara a Corte de Carlos III sobre os interesses comerciais do império russo no mar Báltico e no Golfo da Finlândia e a afinidade do poderoso e influente marechal-de-campo e estadista russo, Gregório Potemkin, com a política, a cultura e os costumes ingleses. Em Paris, a estratégia de Aranda parecia ser afastar a Rússia da Grã-Bretanha e, na medida do possível, estabelecer laços harmônicos com o império eslavo, sobretudo, em razão da ameaça russa que invariavelmente assombrava os domínios hispano-americanos na costa setentrional do Pacífico, principalmente na *Alta California*.²⁷⁷

Enquanto Bernardo de Gálvez e a armada real vogavam pelo Golfo do México em suas incursões rumo a Pensacola, Matías de Gálvez organizava as operações espanholas na América Central e a esquadra hispânica arrefecia o cerco de Gibraltar, a Coroa autorizava o início da expedição de invasão de Menorca, sob o comando do Duque de Crillón, com o apoio de uma esquadra franco-espanhola, de parte das tropas destacadas em Gibraltar e de um contingente de soldados e milicianos da Catalunha e de Mallorca. Enquanto a ilha era defendida por soldados britânicos e hanoverianos, uma esquadra da marinha inglesa e uma plêiade de corsários. A esquadra e o comboio franco-espanhóis, que zarpara de Cádiz e recebera o apoio da esquadra combinada de Luis de Córdoba - comandante das forças navais espanholas na invasão do Canal da Mancha, ao lado do almirante francês conde d'Orvilliers -, após uma parada no porto de Cartagena - na região de Múrcia, na costa sudeste da Espanha - para aguardar mais reforços navais, singrara até o ponto combinado de desembarque na ilha, em *Mahón*, e conquistara o porto, a cidadela e, depois da chegada de mais soldados franceses e tropas espanholas de Barcelona e outras regiões da Espanha, o Castelo de *San Felipe*, possibilitando, finalmente, a conquista espanhola de Menorca, em fevereiro de 1782.²⁷⁸

²⁷⁷ *Pedro Normande a Floridablanca*, San Petersburgo, 10 mar. 80. AGS, E, libro 167; *Aranda a Floridablanca*, Paris, 3 ab. 80, AGS, E, 4622. *apud* BEERMAN, Eric. *España y la independencia de Estados Unidos*. Madrid : Editorial MAPFRE, 1992. p. 250-251.

²⁷⁸ *Miguel Bañuelos a Floridablanca*, Palma, 23 dic. 80. AHN, E, 4230; *Gaceta de Madrid*, 28 abr. 81; *Crillón a Señor*, Madrid, s.f. AHN, E, 4205; *Floridablanca a Crillón*, Aranjuez, 20 abr. 81, Madrid, AHN, E, 4205; *Floridablanca a Castejón*, Aranjuez, 6 jun. 81. AHN, E, 4230; *RO*, Aranjuez, 17 jun. 81 y *Crillón*, Aranjuez, 10 jun. 81. AHN, E, 4230; *Miguel Arnauld a Floridablanca*, Cádiz, 19 jul. 81. AHN, E, 4205; *Crillón a S.M.*, San Pascual, 21 jul. 81. AHN, E,

Gibraltar

A historiografia costuma apontar a reconquista de Gibraltar, cedido aos ingleses pelo Tratado Utrecht, como o maior objetivo da Espanha durante a guerra de independência dos Estados Unidos. De fato, o cerco ao forte (1779-1782) constituiu a mais longa e cara luta da Espanha no período.²⁷⁹ Logo após a assinatura do Tratado de Aranjuez, enquanto organizava os preparativos para o cerco e invasão do forte, a Coroa hispânica autorizou um vasto bloqueio naval e terrestre em torno do rochedo - o que compreendia, no continente europeu, a Baía de Algeciras (Baía de Gibraltar), Tarifa, Marbella e a costa do Algarve, e, no continente africano, a região do Tânger, Ceuta e Tetuão, enquanto flotilhas espanholas vigiavam e tentavam bloquear a navegação no istmo - aberto, segundo a mitologia grega, pelos ombros de Hércules - que liga o Mediterrâneo ao Atlântico. Apesar da ajuda da esquadra franco-espanhola de Luis de Córdoba - que saíra do porto francês de Brest e ancorara em Cádiz durante o inverno de 1779-1780 -, os ingleses conseguiam romper o frágil bloqueio espanhol com frequência. Nesse contexto, com o recrudescimento dos conflitos na região, a esquadra inglesa do almirante Rodney, antes de atravessar o Atlântico rumo às Índias Ocidentais e com o intuito de levar suprimentos para Gibraltar, venceu a esquadra espanhola de Juan de Lángara na Batalha do Cabo de São Vicente, em janeiro de 1780, na costa meridional de Portugal, levando os ministros de Carlos III a alterar a estratégia de guerra, abandonando o plano de invasão das ilhas britânicas e direcionando suas forças para o Caribe e as Américas, ainda que o cerco continuasse em Gibraltar e as negociações preliminares de paz, em Paris, lentamente avançassem.²⁸⁰ Como escreveu Lafayette a Franklin, “*if Gibraltar is Besieged, if*

4230; *Floridablanca a Aranda*, San Ildefonso, 1 ago. 81. AHN, E, 4164; *Crillon a B. Moreno*, San Pascual frente a Cartagena, 6 ago. 81. AHN, E, 4230; *Crillon a Floridablanca*, Mahón, 21 ago. 81. AHN, E, 4230; *Floridablanca a Crillon*, San Ildefonso, 11 sep. 81 y *Sollerccic a Floridablanca*, Palma, 11 ago. 81. AHN, E, 4230; ‘*Estado general de la tropa*’, Mahón, 25 oct. 81. AHN, E, 4205; *Gaceta de Madrid*, 2 nov. 81. AHN, E, 4196; *Ventura Carol*, San Felipe, 16 ene. 82 y *Crillon a Floridablanca*, San Felipe, 16 ene. 82, AHN, E, 4230; *Gaceta de Madrid*, 28 mar. 82; ‘*Capitulación del fuerte San Felipe*’, Mahón, 4 feb. 1782, AHN, E, 4230; ‘*Diario del sitio del castilho de San Felipe*’, Mahón, 4 feb. 1782, AHN, E, 4230. *apud* BEERMAN, Eric. *España y la independencia de Estados Unidos*. Madrid : Editorial MAPFRE, 1992. p. 251-260.

²⁷⁹ “By early 1782, Spain had deployed around 28,000 soldiers in its Gibraltar campaign, about a third of its metropolitan army. With the arrival of the French contingent, the total land forces would increase to 35,000 while the British garrison at that time hovered around 3,500 men.” in PAQUETTE, Gabriel; SARAVIA, Gonzalo M. (Orgs.). *Spain and the American Revolution: New Approaches and Perspectives*. Routledge, 2019. (L. Kindle 712-717).

²⁸⁰ *Decreto de Antonio Barceló*, Fondeadero de Getang, 9 ago. 79. AHN, E 4235; *Barceló a Floridablanca*, Algeciras, 30 ago. 79. AHN, E, 4235; *Floridablanca a Barceló*, San Ildefonso, 7 septiembre 79. AHN, E, 4235; *Floridablanca a Martín Álvarez Sotomayor*, San Ildefonso, 27 ago. 79. AHN, E, 4201; *Floridablanca*, s.l., AHN, E, 4235; *Torre e*

*Jamaica was attak'd, don't you believe, my dear doctor; that some thing must succeed, or that at least the ennemy must run the greatest dangers and support an enormous expense".*²⁸¹

Antes da vitória dos britânicos sobre a esquadra bourbônica na Batalha de Cabo Espartel (outubro de 1782), na costa do Tânger, na entrada do estreito de Gibraltar, as forças franco-espanholas, em meados de 1782, iniciavam mais um grande ataque ao promontório de Gibraltar. No entanto, os britânicos mais uma vez foram bem-sucedidos na defesa do forte. A frustração da operação fez com que as forças bourbônicas renovassem sua energia no plano de invasão da Jamaica e o cerco em Gibraltar parece ter continuado apenas para que a Espanha e a França tivessem mais poder de barganha nas negociações diplomáticas em Paris, cada vez mais próximas de um tratado definitivo de paz. *“Así, Aranda hizo nuevas propuestas en las negociaciones: ofrecimiento de Orán y Mazalquivir a cambio de Gibraltar y Menorca; fijación del cabo Cañaveral como límite entre la Florida occidental y la oriental; reconocimiento de la conquista de las Bahamas y derecho de pesca en Terranova, y negativa a los establecimientos ingleses en Honduras, Campeche y Mosquitos. La negociación más difícil era la restitución de Gibraltar; sobre todo tras el fracaso. Había que buscar algún territorio que ofrecer a cambio, que bien podría ser Florida, la parte española de Santo Domingo o Filipinas, pues Floridablanca no quiso ofrecer a cambio ni Mallorca, ni Nueva Orleans, ni Puerto Rico.*²⁸²

Aranda, San Roque, 4 nov. 79. AHN, E, 4195; Aranda a Floridablanca, Brest, 29 oct. 79. AGS, E, 4614; Floridablanca a Córdoba, El Escorial, 6 nov. 79. AHN, E, 4235; Barceló a Floridablanca, Ceuta, 18 nov. 79. AHN, E, 4235; Conde de Revillagigedo a Álvarez de Sotomayor, Algeciras, 21 nov. 79. AHN, E, 4203; Floridablanca a Castejón, El escorial, 22 nov. 79. AHN, E, 4225; Aranda a Floridablanca, Paris, 27 may. 80. AGS, E, 4614. *apud* BEERMAN, Eric. *España y la independencia de Estados Unidos*. Madrid : Editorial MAPFRE, 1992. p. 261-267.

²⁸¹ “To Benjamin Franklin from the Marquis de Lafayette, 12 July 1779,” Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Franklin/01-30-02-0061>. [Original source: The Papers of Benjamin Franklin, vol. 30, July 1 through October 31, 1779, ed. Barbara B. Oberg. New Haven and London: Yale University Press, 1993, pp. 98–100.]

²⁸² Floridablanca a Aranda, San Ildefonso, 20 sep. 82; “Continuación del diario... contra la plaza de Gibraltar en los días 13 y 14 sep. 1782”. AGS, E, libro 172; Propositiones d’ouverture à l’Angleterre”, Aranda, Paris, 6 oct. 82. AGS, E, libro 172. *apud* BEERMAN, Eric. *España y la independencia de Estados Unidos*. Madrid : Editorial MAPFRE, 1992. p. 268-273; Floridablanca a Aranda, San Ildefonso, 1 oct. 82. AHN, E, 4602; Floridablanca a Crillon, San Lorenzo, 29 oct. 1782, AHN, E, 4604; Aranda a Floridablanca, Paris, 1 y 14 nov. 82. AGS, E, libro, 172. *apud* Ibidem, p. 274-275. Para uma análise mais detalhada do cerco e batalhas em Gibraltar, Cf.: ADKINS, Lesley, ADKINS, Roy. *Gibraltar: The Greatest Siege in British History*. London: Little, Brown, 2017; PANERO, Daniel. *La campaña de Gibraltar 1779–1783*. Madrid: Almena, 2008; TERRÓN PONCE, José Luis. *El gran ataque a Gibraltar de 1782*. Madrid: Ministerio de Defensa, 2000.

Américas

América do Norte

Os ministros de Carlos III e as autoridades espanholas sediadas na América hispânica já estavam cientes que a guerra estava cada vez mais próxima. A Coroa já havia informado seus oficiais no mundo hispânico sobre a iminência do conflito. Nesse contexto, em meados de 1776, o ainda coronel Bernardo de Gálvez foi nomeado pelo Ministro das Índias, José de Gálvez, chefe do regimento de infantaria fixa e governador da Louisiana. Gálvez, que aportara em Nova Orleans, antigo território francês, com a missão de conquistar a confiança da população local e acompanhar a evolução da insurgência colonial nas treze colônias britânicas, habilmente arquitetou uma rede de informações e espionagem para colher notícias sobre o conflito, ao mesmo tempo que fez concessões às elites locais - comerciantes e grandes proprietários de terra -, atraiu os grupos ameríndios - principalmente os *chactas* (*choctaws*) - e aumentou o contingente de tropas na região, assegurando, assim, o apoio da população e sedimentando sua posição e autoridade na Louisiana.²⁸³

Antes da declaração formal de guerra contra a Grã-Bretanha, uma Ordem Real - de 18 de maio de 1779 - chegou, através do governador de Cuba, José de Navarro, até Bernardo de Gálvez autorizando o início das operações militares em Mississippi, Mobile e Pensacola. Gálvez, que vinha se preparando para a guerra desde que chegara em Nova Orleans, solicitou reforços de Havana a Navarro, que acabaram não chegando à Louisiana em razão das ameaças que o comandante geral das forças marítimas de Cuba, Juan Bautista Bonet, enfrentou quando se deparou com um cerco naval britânico à ilha.²⁸⁴ Sobre as operações das forças hispânicas na América do Norte, escreveu José de Gálvez a

²⁸³ SARAVIA, Gonzalo M. Quintero. *Bernardo de Gálvez: Spanish Hero of the American Revolution*. The University of North Carolina Press, 2018. p. 79-136. *apud* PAQUETTE, Gabriel; SARAVIA, Gonzalo M. (Orgs.). *Spain and the American Revolution: New Approaches and Perspectives*. Routledge, 2019. (L. Kindle 763-774).

²⁸⁴ *Real Ordem*, Aranjuez, 18 may. 79. AGI, 2082; *Navarro a Bernardo de Gálvez*, La Habana, 28 jul. 79. AGI, PC, 112; *Navarro a Bernardo de Gálvez*, La Habana, 11 ago. 79. AGI, SD, 1229; *Bonet a José de Gálvez*, La Habana, 12 ago. 79. AGI, SD, 2081 *apud* BEERMAN, Eric. *España y la independencia de Estados Unidos*. Madrid : Editorial MAPFRE, 1992. p. 43-44.

Navarro, governador de Cuba: “*El Rey ha determinado que el principal objeto de sus armas en América... los ingleses sean arrojados del seno mexicano y orillas del Misisipi... quiere S.M. que sin demora alguna se forme una expedición compuesta de las fuerzas de mar y tierra que puedan juntarse y se acometa a Mobila y Pensacola, que son las llaves del seno mexicano... limpien de ingleses las márgenes del Misisipi, el cual debe mirarse como el antemural del vasto imperio de Nueva España... Al mismo tiempo que se invade por mar y tierra a Pensacola y Mobila, las tropas de los Estados Unidos en número de tres mil hombres embestirán a San Agustín de Florida, y tal vez harán otra diversión por las orillas del Misisipi...*”²⁸⁵

Diante de informações sobre um possível plano de ataque dos britânicos contra Nova Orleans,²⁸⁶ Gálvez e sua Junta de Guerra, na primavera de 1779, começaram a organizar um plano de defesa e as operações que seriam levadas adiante na Louisiana contra guarnições e postos britânicos fundados nas margens e cercanias do grande rio Mississippi. Após o inevitável atraso provocado pelo poderoso e avassalador furacão que devastou aqueles páramos no verão daquele mesmo ano, as forças espanholas, saindo de Nova Orleans e contando com o apoio de tropas negras e mulatas, cerca de 160 ameríndios da costa acadiana (*Côte des Acadiens*), Opelouzas, Attakapas e Punta Cortada (*Pointe Coupée*), e homens e milicianos recrutados nas costas alemã (*Côte des Allemands*) e acadiana, iniciaram uma série de incursões contra os ingleses ao longo do rio Mississippi, conquistando o Forte Manchac, os lagos Borgne, Pontchartrain e Maurepas, as guarnições britânicas nas margens do rio Amita, a Fortaleza de Baton Rouge e o Forte Panmure, em Natchez.²⁸⁷ Escrevendo a George Washington, o Major General Benjamin

²⁸⁵ José de Gálvez a Navarro, San Ildefonso, 29 de ago. 79. AGI, PC, 1290. *apud* BEERMAN, Eric. *España y la independencia de Estados Unidos*. Madrid : Editorial MAPFRE, 1992. p. 45. Cf. “*The Mississippi River and the Gulf Coast. Casting the dice*” in CHÁVEZ, Thomas E. *Spain and the independence of the United States. An intrinsic Gift*. University of New Mexico Press, 2002, p. 167-183.

²⁸⁶ As informações colhidas por agentes e espiões espanhóis eram procedentes, pois a Grã-Bretanha tinha planos de invadir a Louisiana e atacar, inclusive, Nova Orleans. O Secretário de Estado para as Colônias Britânicas na América do Norte, George Germain, escreveu ao general John Campbell informando sobre a declaração de guerra da Espanha e sobre os planos britânicos de ataque contra a Louisiana. *George Germain to John Campbell*. 25 jun 1779. CO 5/263. Vol. 8 mar 1778 - 2 apr 1782. The National Archives. London, UK. <https://colonialamerica.amdigital.co.uk>; *John Campbell to Henry Clinton*. 11 sep 1779. CO 5/598. Vol. 31 may - 3 nov 1783. The National Archives. London, UK. <https://colonialamerica.amdigital.co.uk>.

²⁸⁷ Bernardo de Gálvez a José de Gálvez, Nueva Orleans, 3 jul. 79. AGI, SD, 2543; *Bernardo de Gálvez a Navarro*, Nueva Orleans, 16 oct. 79. AGI, PC, 2351; *Junta de Guerra*, Nueva Orleans, 21 ago. 79. AGI, PC, 1; *Gaceta de Madrid*, 31 dic. 79; “*Campaña de Luisiana... Gálvez*”. SHM, Clo, 31; “*Noticia... Luisiana D. Bernardo de Gálvez...*” BN, mss. 19249; “*Campaña de Luisiana*”; *Real Cédula de Indios a Saint-Maxent*, El Escorial, 30 oct. 81. AHN, E, 2858; “*Inventario... del fuerte Bute*”, Manchac, 8 sep. 79. AGI, SD, 2572. *apud* BEERMAN, Eric. *España y la independencia de Estados Unidos*. Madrid : Editorial MAPFRE, 1992. p. 46-49. Sobre a aliança dos espanhóis com os nativos na

Lincoln reportou: *“By the last accounts from the Havannah we learn, that the Spaniards are gone against Pensacola, and that the Natchez up the Mississippi, with the other English settlements on that River, are in the hands of the Spaniards”*.²⁸⁸

Em meio a promoções de patente exaradas por Carlos III e congratulações de George Washington e Luis XVI, as vitórias no baixo Mississippi representaram apenas o preâmbulo das operações militares e navais da Espanha nas Américas e no Caribe durante a guerra. A expulsão dos britânicos e o controle da região a oeste do Mississippi, considerados cruciais para a proteção do império hispânico, além dissiparem a ameaça de eventuais incursões britânicas em Nova Orleans, mitigaram as pressões sobre os enclaves hispânicos no alto Mississippi - como os de Illinois - e contribuíram para a resistência dos revolucionários na Geórgia e Carolina do Sul, dificultando a ligação entre as forças britânicas que operavam nas duas extremidades das treze colônias costeiras e assegurando uma importante via de apoio das forças espanholas ao exército continental norte-americano.²⁸⁹ Ao mesmo tempo, no Velho Mundo, o corpo diplomático dos três impérios europeus e da emergente nação americana bosquejava propostas e contrapropostas de armistício e paz, enquanto, de Madrid, Floridablanca orientava Aranda, em Versailles, a avançar com o plano de invasão franco-espanhol das Ilhas Britânicas, e articulava com Vergennes, em Paris, o desenvolvimento dos planos envolvendo o cerco de Gibraltar, no Mediterrâneo, e as operações que seriam executadas pelas forças

região da Luisiana, Beerman escreve: *“Apenas llegado a Luisiana, Bernardo se preocupó por ganarse la amistad de las varias ‘naciones’ de indios que moraban en las cercanías de aquella provincia... Bernardo avisó a la corte de que 17 pueblos chactas cercanos a Pensacola y Mobila habían pasado al bando español y solicitó medallas para ellos. Gálvez intentaba explorar el ánimo de estos indios y ver si eran verdaderas las intenciones de amistad que le habían demostrado en varias ocasiones... Gálvez recibió a estos indios con todo el agasajo y pompa posible, y después de las acostumbradas ceremonias de bienvenida, cada jefe arrojó a tierra la bandera y demás insignias con que se hallaban condecorados por los ingleses, recibiendo a cambio... varias medallas grabadas con el busto del rey Carlos III. También les informó de que se encontraban actualmente en guerra con los ingleses y no pretendía valerse de ellos, sino solamente contra los indios que fuesen sus enemigos. Los chactas prometieron su alianza y obediencia, y como prueba, antes de concluir el año servirían 400 de ellos bajo la bandera española... Existían fundadas esperanzas de que se haría lo mismo con los talapuches, los uchises y otras naciones indias, cuya amistad era importantísima en esas circunstancias, tanto para la seguridad de las posesiones españolas en la Misisipi como para el buen éxito de las expediciones que se formaban contra los fuertes ingleses de Mobila y Pensacola”* in *ibidem* p. 55-56.

²⁸⁸ *“To George Washington from Major General Benjamin Lincoln, 23 December 1779,”* Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Washington/03-23-02-0536>. [Original source: The Papers of George Washington, Revolutionary War Series, vol. 23, 22 October–31 December 1779, ed. William M. Ferraro. Charlottesville: University of Virginia Press, 2015, pp. 696–698.]

²⁸⁹ *“Extracto de lo acaecido en la expedición hecha por el brigadier d. Bernardo de Gálvez, gobernador de la provincial de Luisiana, contra los establecimientos y fuertes que tenían los ingleses sobre el río Mississippi, que consiguió tomarles desalojándolos enteramente”,* in Diego José Navarro to José de Gálvez, official letter no. 633, Havana, November 11, 1779 (1st of this date), AGI, Santo Domingo, 2082B. José de Gálvez to Diego José Navarro, confidential letter, San Ildefonso, August 29, 1779, AGI, Cuba, 1290. *apud* PAQUETTE, Gabriel; SARAVIA, Gonzalo M. (Orgs.). *Spain and the American Revolution: New Approaches and Perspectives*. Routledge, 2019. (L. Kindle 786-791).

conjuntas bourbônicas nas Américas e no Caribe.

No alto Mississippi, após ataques de índios e britânicos em Saint Louis de Illinois, foram organizadas, em meados de 1780 e inícios de 1781, expedições militares hispano-americanas - com a ajuda de grupos ameríndios aliados - a Michigan, na região dos grandes lagos do continente norte-americano, com o fito de expulsar os ingleses e índios inimigos daquelas plagas e conquistar postos avançados britânicos, como o de San José, na margem oriental do lago Michigan. Parece que os interesses da Coroa hispânica em regiões tão remotas e inóspitas como a dos grandes lagos foram interpretados de diferentes maneiras por observadores da época. Alguns especulavam que as expedições espanholas que partiram do alto Mississippi limitavam-se a estratégias de defesa, principalmente após os ataques sofridos em Illinois. Enquanto outros sugeriam que a conquista da região dos grandes lagos reverteria em mais uma peça a favor da Espanha no intrincado tabuleiro das negociações diplomáticas em Paris. De qualquer sorte, após os conflitos nesses páramos, o império espanhol passou a controlar a margem oriental e toda a região a oeste do baixo Mississippi, e, no alto Mississippi, a partir das cercanias da confluência com o rio Ohio, compartilhou o controle com os revolucionários, dissipando a ameaça inglesa por todo aquele vasto território, desde os grandes lagos, descendo pelo rio Mississippi até a cidade portuária de Nova Orleans. Gálvez, com o êxito de suas campanhas preliminares na Louisiana, pode direcionar o esforço de guerra de suas tropas para o Golfo do México e Caribe, e a Coroa hispânica, após as dificuldades enfrentadas em Gibraltar, autorizou o envio de reforços para a América hispânica e Índias Ocidentais, permitindo a saída da imponente e poderosa armada comandada por José Solano, que, em fins de abril de 1780, escoltando um grande comboio de transporte de 12.000 soldados e suprimentos, zarpava da baía de Cádiz para, após passar pelo arquipélago das Canárias, atravessar o grande oceano rumo ao Caribe, aportando em Porto Rico e Havana.²⁹⁰

Sobre a mudança de estratégica da Espanha, com a concentração de suas forças na América, escreveu o Ministro de Guerra, Conde de Ricla, ao rei Carlos III:

Con dos empeños de la mayor gravedad y consideración hemos empezado la guerra, los cuales debían hacernos los más felices y gloriosos si se conseguían y traernos las peores consecuencias si se malograban: el primero es el desembarco proyectado en Inglaterra, que ya está desvanecido por haber mudado enteramente las cosas, y el segundo, que es la toma de Gibraltar por el simple bloqueo, es asunto aún más imposible y desesperado,

²⁹⁰ BEERMAN, Eric. *España y la independencia de Estados Unidos*. Madrid : Editorial MAPFRE, 1992. p. 59-65

*pues la Plaza se hallan en la actualidad más abastecida que a principios del bloqueo con motivo del gran convoy [de Rodney] que les ha entrado: y así vemos por experiencia que las tres potencias beligerantes que pongan su mira en hacer conquistas en Europa, perderán, su tiempo, caudales y fuerzas sin el menor fruto ni ventaja... es y debe ser en las presentes circunstancias el teatro de la guerra en América... nos podamos lisonear de defender nuestras posesiones, incomodar algo al enemigo, y no hacer tan desagradable la campaña...*²⁹¹

O Rei, o Ministério das Relações Exteriores e os Ministérios da Marinha e Guerra pareciam concordar com a nova estratégia e o envio de mais forças terrestres e navais para as Américas e Caribe, cujo intuito seria controlar a Louisiana e o Golfo do México, avançar sobre Mobile e Pensacola, abrindo caminho para a conquista da Flórida, expulsar os britânicos da América Central, reforçar Cartagena das Índias, Caracas e Porto Belo, tomar as Bahamas e invadir a rica ilha da Jamaica, consolidando, assim, a ambicionada hegemonia naval nas Índias Ocidentais.²⁹²

Antes da chegada da esquadra de Solano a Havana, Gálvez, içando âncora em Nova Orleans, iniciou, em janeiro de 1780, a planejada expedição espanhola contra o Forte Charlotte, em Mobile - local que serviria de base para o ataque principal a Pensacola. Após uma forte tempestade que espalhou e danificou grande parte dos navios, a frota conseguiu reunir-se novamente na baía de Mobile, e, apesar de bastante avariada, iniciar o cerco do Forte Charlotte. Antes que as forças do general John Campbell pudessem chegar de Pensacola para reforçar a defesa de Mobile, o Forte, após a capitulação de um acordo, foi conquistado pelos espanhóis, em meados de março de 1780.²⁹³ Em Paris, Adams escreveu a Vergennes: *“The Advantages which Spain has gained in West Florida, and particularly of late at Mobile, and the probability that they will succeed in acquiring both the Floridas, shews that the English are on the losing hand in that quarter: but it is not the loss of both the Floridas, nor of all their West India Islands, in my Opinion, that will induce them to make Peace, and acknowledge the Independence of America in Alliance with France. They will see every possession they have beyond their Island lopped*

²⁹¹ “Dictamen del Sol. Conde de Ricla para enviar un cuerpo de tropa a América”, El Pardo, 20 feb. 80. AGS, SG, 7303. *apud* BEERMAN, Eric. *España y la independencia de Estados Unidos*. Madrid : Editorial MAPFRE, 1992. p. 68-69.

²⁹² *Floridablanca a Aranda*, El pardo, 18 feb. 80. AGS, E, libro 167; *Castejón a Solano*, El Pardo, 8 abr. 80. AGI, SD, 2086; “Plan de Operaciones en América”. AGI, SD, 2086. *apud* BEERMAN, Eric. *España y la independencia de Estados Unidos*. Madrid : Editorial MAPFRE, 1992. p. 69-72.

²⁹³ GÁLVEZ, Bernardo de. “Diario que yo, d. Bernardo de Gálvez, brigadier de los Reales Ejércitos, gobernador de la provincia de la Luisiana, y encargado por S.M. de la expedición contra Pensacola y Mobila, informó de los acaecimientos que ocurren en ella.” In *Mercurio Histórico y Político*. Madrid: junio 1780. Cf. GÁLVEZ, Bernardo de. *Diario de las operaciones contra la plaza de Pensacola 1781*. ed. José Porrúa Turanzas. Madrid: José Porrúa Turanzas, 1959.

*off, one after another, before they will do this”.*²⁹⁴

A conquista de Pensacola, capital da Flórida ocidental britânica, defendida por um grande contingente militar e naval de cerca de 2.500 soldados e marinheiros - além de vários grupos ameríndios -, foi precedida por duas expedições frustradas das forças espanholas. O primeiro plano de invasão frustrado teve relação com o atraso do reforço oriundo de Havana, sob o comando do almirante Bonet - comandante supremo da armada espanhola no Caribe -, que deveria ter chegado ainda durante o cerco de Mobile, mas que optara por atravessar o Golfo do México, singrando diretamente para a baía de Pensacola, contrariando os planos de Gálvez de uma invasão conjunta ao Forte George, que seria levada a cabo simultaneamente pelas forças de Mobile, Nova Orleans e Havana, e gerando um impasse na operação, que acabou suspensa. O cancelamento temporário da expedição tornou ainda mais tensa a relação entre Gálvez e alguns oficiais de Cuba e da armada real hispânica, principalmente com Navarra, Bonet e Victorio de Navia, levando a Corte espanhola a intervir na situação e apoiar Gálvez, aumentando seu poder sobre as autoridades de Cuba. O segundo plano frustrado ocorreu em outubro de 1780, após a chegada da poderosa esquadra de Solano - que fora nomeado chefe da expedição a Pensacola - e seu grande comboio com soldados a Havana. Após meses de reuniões, planejamento e contratempos em Cuba, a armada finalmente zarpou e um devastador furacão atingiu a esquadra e o comboio espanhóis durante sua travessia pelo Golfo do México rumo a Pensacola, afundando, avariando e dispersando inúmeros navios, empurrados para diversas regiões alhures - Nova Orleans, Mobile, Havana, Belize, Campeche, baía de San Bernardo (*Bahía de Matagorda*), Dry Tortugas (ponta oeste do arquipélago de *Florida Keys*)... -, impondo o retorno da frota remanescente para o porto de Havana. A esquadra britânica de Rodney, por sua vez, foi ainda mais fustigada pelo furacão enquanto navegava nas proximidades de Barbados, nas Pequenas Antilhas.²⁹⁵

Após uma frustrada tentativa britânica - com a ajuda de mercenários alemães, grupos

²⁹⁴ “From John Adams to the Comte de Vergennes, 13 July 1780,” Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Adams/06-09-02-0309-0002>. [Original source: The Adams Papers, Papers of John Adams, vol. 9, March 1780–July 1780, ed. Gregg L. Lint and Richard Alan Ryerson. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1996, pp. 520–529.]

²⁹⁵ GÁLVEZ, Bernardo de. “*Diario que yo, d. Bernardo de Gálvez, brigadier de los Reales Ejércitos, gobernador de la provincia de la Luisiana, y encargado por S.M. de la expedición contra Pensacola y Mobila, informó de los acaecimientos que ocurren en ella.*” In *Mercurio Histórico y Político*. Madrid: junio 1780; BEERMAN, Eric. *España y la independencia de Estados Unidos*. Madrid : Editorial MAPFRE, 1992. p. 97-114.

ameríndios e tropas de colonos lealistas - de retomada de *La Aldea* e do rebatizado Forte Carlota, em Mobile, foi deflagrada a terceira e, finalmente, bem-sucedida expedição espanhola contra Pensacola, confiantemente autorizada pela Corte espanhola, cuidadosamente planejada por Gálvez - nomeado comandante geral do exército de operações na América - e Solano e relutantemente aprovada pela Junta de Generais, em Havana.²⁹⁶ A obstinação - e quase obsessão - de Gálvez em conquistar Pensacola transparece em diversas cartas que este escreveu ao rei Carlos III, a seu tio José - Ministro das Índias - e a diversos oficiais e companheiros de combate nas Índias Ocidentais e Américas; e pode ser ilustrada por seu contundente e inflamado discurso proferido durante uma das infindáveis e tensas reuniões da Junta de Generais, em Havana:

...Es mi voto que la expedición contra Pensacola se rehabilite y emprenda para el tiempo que la misma Junta resuelva... No obstante que en dos cartas del general de Pensacola, Mr. Campbell... la una que tiene puesta aquella plaza en tal estado que puede defenderse de cinco mil españoles... con tres mil hombres que se me den en La Havana, y su tren de batir correspondiente, me hago cargo de atacarla y rendirla... Es cierto que la fortuna se nos ha mostrado últimamente poco propicia, pero vuélvase la cara a nuestros enemigos y véase cuanto más sensibles son los azotes con que el cielo los ha castigado. Han perdido un convoy rico y las tropas que en él tenían; las enfermedades que en sus islas padecen son más, haciendo la muerte mayores estragos; el huracán para ellos ha sido furioso; y su descalabro no se ha limitado sólo a sus escuadras y flotas, sino que una parte de la isla de Jamaica se ve asolada y destruida... Y que no seremos capaces de otro tanto? Habrá desertado de nosotros y pasado a los enemigos aquella virtud militar que fue característica de la Nación?... Tal será la idea que se formará de nosotros, y que un solo golpe nos ha abatido...

Reflexionemos en tiempo todo lo que va a decidirse: el teatro de la guerra dice el Rey que será la América, y quizás en Europa nuestros compatriotas, con menos esperanzas de lograrlo, han conseguido batirse, cuando nosotros gastamos tranquilamente un tiempo precioso, que pudiera emplearse más gloriosamente. Tal vez la paz puede sorprendernos,

²⁹⁶ *Junta de Generales*, La Havana, 2 dic. 80. AGI, SD, 1233; *Acuerdo de la Junta de generales celebrada en La Habana el 22 ene. 1781*. AGI, SD, 1233; *José de Gálvez a Bernardo de Gálvez*, París, 1 mar. 81. AGS, SG, 6913; *Bernardo de Gálvez a los Sres. de la Junta de Generales*, La Habana, 2 feb. 81. AGI, PC, 2; *Real Orden del Pardo*, 12 feb. 81. AGI, SD, 1658. *apud* BEERMAN, Eric. *España y la independencia de Estados Unidos*. Madrid : Editorial MAPFRE, 1992. p. 124-126. Os britânicos acompanhavam as movimentações espanholas em Havana e tinham ciência da terceira expedição que estava sendo organizada contra Pensacola; assim como sabiam dos planos de invasão das Bahamas. Cf. *Governor Patrick Tonyn to Admiral Arbuthnot* (copy). Florida, 29 jan 1781. CO 5/560. Vol. 25 jun 1779 - 27 apr 1785. The National Archives. London, UK. <https://colonialamerica.amdigital.co.uk>. *Governor Patrick Tonyn to Henry Clinton* (copy). Florida, 29 jan 1781. CO 5/560. Vol. 25 jun 1779 - 27 apr 1785. The National Archives. London, UK. <https://colonialamerica.amdigital.co.uk>. Na verdade, a Grã-Bretanha sempre demonstrou preocupação com a defesa da Flórida Ocidental contra um ataque da Espanha, e o Secretário de Estado para as Colônias Britânicas na América do Norte, George Germain, antes mesmo da declaração oficial de guerra da monarquia espanhola, já escrevia ao governador Peter Chester, tratando da relação entre os dois impérios e da defesa da Flórida Ocidental. *George Germain to Peter Chester*. 2 dec. 1778. CO 5/594. Vol. 4 oct 1777 - 2 dec 1778. The National Archives. London, UK. <https://colonialamerica.amdigital.co.uk>; *George Germain to Peter Chester*. 5 aug 1778. CO 5/594. Vol. 4 oct 1777 - 2 dec 1778. The National Archives. London, UK. <https://colonialamerica.amdigital.co.uk>. Sobre alguns pontos da defesa britânica, após a declaração de guerra da Espanha, Cf. *James Campbell to Anthony Forster*. Florida, 9 sep 1779. CO 5/598. 31 may 1779 - 3 nov 1783. The National Archives. London, UK. <https://colonialamerica.amdigital.co.uk>; *James Campbell to Alexander Dickson*. Florida, 9 sep 1779. CO 5/598. 31 may 1779 - 3 nov 1783. The National Archives. London, UK. <https://colonialamerica.amdigital.co.uk>.

*y si esto se verifica, alégrense en horabuena todas las demás clases del estado; pero nosotros, militares a quienes el Rey después de habernos mantenido en la paz, le hemos sido inútiles en la guerra, con qué aire podremos seguir ciñendo una espada llena de moho, que no supo desenvainarse en la ocasión?*²⁹⁷

Em um contexto no qual a República Holandesa recentemente ingressara no conflito, inaugurando a quarta guerra anglo-holandesa (1780-1784) e ampliando o teatro de batalhas, com embates navais e terrestres na Europa (Mar do Norte), Ásia (Índia, Ceilão e Sumatra) e Caribe (Curaçao e Santo Eustáquio), a aguardada expedição espanhola, liderada pelo poderoso navio de linha *San Ramón*, finalmente zarpou do porto de Havana quase nas calendas de março de 1781, vogando pelo Golfo do México em direção à baía de Pensacola, onde encontraria as frotas vindas de Mobile e Nova Orleans, desembarcando na ilha de Santa Rosa, em local próximo a *Siquenza*, no extremo oeste da ilha e entrada da baía, onde havia, na outra margem, o Forte britânico de *Barrancas Coloradas*. Após uma série de desentendimentos entre Gálvez - comandante da expedição - e Calvo de Irazábal e outros oficiais da marinha em torno da logística e estratégia que seriam utilizadas para atravessar o canal de acesso à baía; depois de alguns embates com a guarnição britânica e apesar das dificuldades de manobra naquelas águas rasas que banhavam a estreita entrada da baía, a esquadra espanhola, liderada por Gálvez e seu brigue *Galveztown*, finalmente entrou na baía de Pensacola, em busca de seu objetivo final, conquistar o Forte George, guardião da cidade e baluarte militar britânico na região, solidamente defendido por cerca de 2.000 almas, dentre as quais, soldados, marinheiros, escravos, ameríndios e habitantes armados.²⁹⁸ A determinação e audácia de Gálvez podem ser resumidas nas palavras que este escreveu a Calvo, enfurecendo o capitão do *San Ramón*: “*Una bala de a treinta y dos [libras] recogida en el campamento [Santa Rosa], que conduzco y presento, es de las que reparte el fuerte de la entrada [Barrancas Coloradas]. El que tenga honor y valor que me siga. Y voy por delante con el Galveztown para quitarle el miedo.*”²⁹⁹ O evento acabou romanticamente imortalizado pelo lema “*Yo*

²⁹⁷ *Junta de Generales*, La Habana, 30 nov. 80. AGI, SD, 2083-a. *apud* BEERMAN, Eric. *España y la independencia de Estados Unidos*. Madrid : Editorial MAPFRE, 1992. p. 123-124.

²⁹⁸ GÁLVEZ, Bernardo de. “*Diario que yo, d. Bernardo de Gálvez, brigadier de los Reales Ejércitos, gobernador de la provincia de la Luisiana, y encargado por S.M. de la expedición contra Pensacola y Mobila, informó de los acaecimientos que ocurren en ella.*” In *Mercurio Histórico y Político*. Madrid: junio 1780. GÁLVEZ, Bernardo de. *Diario de las operaciones de la expedición contra la Plaza de Pensacola concluida por las Armas de S.M. Católica, baxo las órdenes del Mariscal de Campo D. Bernardo de Gálvez*. Pensacola, 12 de mayo de 1781.

²⁹⁹ *Bernardo de Gálvez a Calvo*, Santa Rosa, 16 mar. 81 en “*Diario de Pensacola*” *apud* BEERMAN, Eric. *España y la independencia de Estados Unidos*. Madrid : Editorial MAPFRE, 1992. p. 140.

Solo”, enaltecendo a bravura e desassombro do comandante espanhol.

Após a entrada na baía, as tropas foram transferidas da ilha de Santa Rosa para *Punta Aguero (Tartar Point)*, no continente. Liderada por Ezpeleta, a expedição terrestre de Mobile que viera pelo rio Perdido, acabou transportada por embarcações menores na desembocadura do rio e reuniu-se com o exército e a marinha em *Punta Aguero*, aos quais se juntaram as forças navais e terrestres conduzidas pela flotilha e comboio oriundos de Nova Orleans, totalizando cerca de 3.553 soldados na operação - 1.300 de Havana; 905 de Mobile; e 1.348 de Nova Orleans. Com o exército reunido, as tropas marcharam pela densa floresta da região, sofrendo sucessivos ataques de índios, rumo à margem oriental da lagoa *Bayú Chico (Sutton's Lagoon)*, onde seria erguido um novo acampamento e iniciado o longo cerco ao Forte George. Ao passo que as esquadras seguiam singrando pela baía com a missão de oferecer proteção naval em *Bayú Chico* e auxiliar o cerco ao complexo britânico de fortificações.³⁰⁰ Durante o cerco ao Forte, uma grande esquadra franco-espanhola, sob o comando de Solano e organizada por Francisco Saavedra em Havana, chegou à baía de Pensacola, transportando cerca de 1.600 soldados, sob o comando de Cagigal, e 1.500 marinheiros e oficiais espanhóis, acompanhados de 725 soldados franceses desembarcados pela flotilha da marinha real francesa, sob o comando do chefe de esquadra François-Aymar de Monteil.³⁰¹ Neste momento, as forças espanholas na região eram muito superiores ao contingente britânico responsável pela defesa de Pensacola, e o cerco constituiu, até então, a maior operação militar e naval da Espanha na América durante a guerra. Após dias de batalha, com o avanço das forças espanholas, o comandante britânico John Campbell determinou que fosse hasteada a bandeira branca e, em 9 de maio de 1781, capitulou um acordo - firmado por Gálvez, Campbell e o governador da Flórida Ocidental, Peter Chester - por meio do qual não apenas Pensacola, mas toda a Flórida Ocidental britânica foi transferida para os domínios

³⁰⁰ GÁLVEZ, Bernardo de. “*Diario que yo, d. Bernardo de Gálvez, brigadier de los Reales Ejércitos, gobernador de la provincia de la Luisiana, y encargado por S.M. de la expedición contra Penzacola y Mobila, informó de los acaecimientos que ocurren en ella.*” In *Mercurio Histórico y Político*. Madrid: junio 1780. GÁLVEZ, Bernardo de. *Diario de las operaciones de la expedición contra la Plaza de Penzacola concluida por las Armas de S.M. Católica, baxo las órdenes del Mariscal de Campo D. Bernardo de Gálvez*. Penzacola, 12 de mayo de 1781

³⁰¹ GÁLVEZ, Bernardo de. “*Diario que yo, d. Bernardo de Gálvez, brigadier de los Reales Ejércitos, gobernador de la provincia de la Luisiana, y encargado por S.M. de la expedición contra Penzacola y Mobila, informó de los acaecimientos que ocurren en ella.*” In *Mercurio Histórico y Político*. Madrid: junio 1780; GÁLVEZ, Bernardo de. *Diario de las operaciones de la expedición contra la Plaza de Penzacola concluida por las Armas de S.M. Católica, baxo las órdenes del Mariscal de Campo D. Bernardo de Gálvez*. Penzacola, 12 de mayo de 1781. SAAVEDRA, Francisco de. *Diario de don Francisco de Saavedra*. (editor) Francisco Morales Padrón. Sevilla: Universidad de Sevilla - Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2004. p. 172.

do império espanhol.³⁰²

América Central

A Grã-Bretanha sempre possuiu grande interesse na abundante madeira que cobria as densas florestas da América Central, que, desde meados do século XVII, era utilizada em larga escala para a construção naval na Jamaica. Os enclaves ingleses na região foram fundados na Península de Yucatán e na Baía de Campeche - no Golfo do México-, e em Belize e no Golfo de Honduras - no mar das Caraíbas. Os ingleses, mesmo após o fim da guerra dos sete anos, permaneceram explorando a costa hondurenha, que se tornou cenário de disputas entre Espanha e Grã-Bretanha após a eclosão da revolução americana. Nesse contexto, a Grã-Bretanha, que ambicionava controlar a América Central, conquistou o estratégico Forte de *San Fernando de Omoa* e planejava uma expedição militar com o apoio dos ameríndios *Miskitus* na Costa dos Mosquitos (*Mosquitia*), subindo o rio *San Juan*, na fronteira da Nicarágua com a Costa Rica, conquistando o Forte *Inmaculada* (*El Castillo de la Inmaculada Concepción*) até atingir sua nascente, o lago Nicarágua, apropriando-se do lago Manágua, alcançando a costa do Pacífico, e, assim, dividindo os extensos domínios da América hispânica.³⁰³

³⁰² GÁLVEZ, Bernardo de. “*Diario que yo, d. Bernardo de Gálvez, brigadier de los Reales Ejércitos, gobernador de la provincia de la Luisiana, y encargado por S.M. de la expedición contra Pensacola y Mobila, informó de los acaecimientos que ocurren en ella.*” In *Mercurio Histórico y Político*. Madrid: junio 1780; *Artículos de Capitulación convenidos y acordados entre el Señor D. Bernardo de Galvez, Caballero Pensionado de la Real y distinguida Orden de Carlos Tercero, Mariscal de Campo de los Reales Ejércitos de S.M. Católica, Inspector, Superintendente y Gobernador General de la Provincia de la Luisiana, y Comandante General de la Expedición; y los Excelentísimos Señores D. Pedro Chester, Escudero, Capitán General, Gobernador Comandante en Jefe, Cancellor y Vice-Almirante por S.M. Británica de la Provincia de West-Florida, y D. Juan Campbell Mariscal de Campo, y Comandante General de las Tropas de S.M. Británica en dicha Provincia. Fuerte Jorge y Campo de Pensacola, 9 de Mayo de 1781.* in GÁLVEZ, Bernardo de. *Diario de las operaciones de la expedición contra la Plaza de Pensacola concluida por las Armas de S.M. Católica, baxo las órdenes del Mariscal de Campo D. Bernardo de Gálvez.* Pensacola, 12 de mayo de 1781; *Letters from John Campbell regarding Pensacola’s bombardment by both Spain and France and the surrender of Forte George to Spain.* 7-12 may 1781. CO 5/239, vol. 26 Nov 1780 - 27 jan 1782. The National Archives. London, UK. <https://colonialamerica.amdigital.co.uk>; *Letter from John Campbell regarding their bombardment by both Spain and France.* 7 may 1781. CO 5/239, vol. 26 Nov 1780 - 27 jan 1782. The National Archives. London, UK. <https://colonialamerica.amdigital.co.uk>. Em 2 de julho de 1781, Peter Chester enviou uma carta a George Germain, Secretário de Estado para as Colônias Britânicas na América do Norte, informando a cessão da Flórida Ocidental para a Espanha e encaminhando uma cópia dos artigos de capitulação. *Peter Chester to George Germain.* 2 jul 1781. CO 5/596 Part. 1. Vol. 24 jun 1780 - 6 feb 1782. The National Archives. London, UK. <https://colonialamerica.amdigital.co.uk>.

³⁰³ *Gaceta de Madrid*, 5 jul. 82. *apud* BEERMAN, Eric. *España y la independencia de Estados Unidos*. Madrid : Editorial MAPFRE, 1992. p. 237-238; O’SHAUGHNESSY, Andrew Jackson. *An Empire Divided. The American Revolution and the British Caribbean*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2000. p. 189-190; DZIENNIK, Matthew P. “*The Miskitu, Military Labour, and the San Juan Expedition of 1780.*” *The Historical Journal* 61 (2018): 155– 179. p. 171-172. *apud* PAQUETTE, Gabriel; SARAIVA, Gonzalo M. (Orgs.). *Spain and the American Revolution:*

Nos primeiros meses de 1780, a partir da base central de operações na Jamaica, os britânicos deflagraram a operação no rio *San Juan*, mobilizando cerca de 400 soldados e 600 ameríndios *sambo-miskitus* especialistas na navegação pluvial na região, sob a égide da fragata *Hinchinbrook*, comandada por Horacio Nelson, cujo objetivo era a conquista do forte *Inmaculada*, abrindo caminho para que as forças britânicas atingissem a costa do Pacífico e, futuramente, construíssem um “canal” de ligação entre o Caribe e o Pacífico, antigo projeto do império britânico. *Inmaculada*, todavia, foi rapidamente reconquistada pelos espanhóis, que haviam construído o forte de *San Carlos* no lago Nicarágua para a defesa do rio e expulsão dos ingleses.³⁰⁴

Matías de Gálvez, Capitão-Geral da Guatemala e das forças espanholas na América Central, recebera ordens para expulsar os ingleses do Golfo de Honduras, organizar uma expedição militar contra as forças britânicas de Belize e reconquistar Omoa. No início de 1782, após a reconquista de Omoa, Matías de Gálvez iniciou uma série de ataques contra os britânicos e ameríndios na América Central. Saindo da Guatemala, tropas espanholas atingiram a desembocadura do rio Aguán, e, partindo do porto hondurenho de *Limón*, nas proximidades do porto de *Trujillo*, iniciaram incursões militares e navais, conquistando a ilha de *Roatán* e diversas guarnições britânicas em *Siriboya*, *Quepriva* e *Criba* - no rio Tinto -, enquanto atacavam povos ameríndios nas montanhas hondurenhas próximas da Nicarágua. No entanto, com exceção de Omoa, os ingleses, fortalecidos após a vitória da frota de Rodney sobre a esquadra de De Grasse na Batalha de Saintes, nas Antilhas, conseguiram recuperar esses fortes mediante uma operação autorizada pelo governador da Jamaica, o escocês Archibald Campbell.³⁰⁵

Caribe

O Caribe de fins do século XVIII atravessava um período de significativas transformações em razão das mudanças que operavam nas relações interimperiais.

New Approaches and Perspectives. Routledge, 2019. (L. Kindle 939-944).

³⁰⁴ BEERMAN, Eric. *España y la independencia de Estados Unidos*. Madrid : Editorial MAPFRE, 1992. p. 241-243.

³⁰⁵ BEERMAN, Eric. *España y la independencia de Estados Unidos*. Madrid : Editorial MAPFRE, 1992. p. 239-241; 243-246. Cf. “Central America. An integral defense, 1779-1783” in CHÁVEZ, Thomas E. *Spain and the independence of the United States. An intrinsic Gift*. University of New Mexico Press, 2002, p. 150-165.

Segundo Ernesto Bassi, tentando superar a tradição mercantilista, Grã-Bretanha e Espanha parecem ter envidado esforços para legalizar o comércio entre suas respectivas possessões no Caribe em fins do setecentos, em um processo que promovia uma relativa integração entre impérios do Mundo Atlântico e uma maior aproximação entre marinheiros, comerciantes, oficiais, ameríndios e habitantes das ilhas caribenhas e costas continentais da América Central. Na verdade, a sucessão de guerras e alianças entre impérios atlânticos durante o século XVIII teria paulatinamente derrubado as barreiras interimperiais impostas pelo monopólio colonial e amalgamado as relações comerciais no Caribe. No alvorecer do século XVIII, algumas exceções começavam a ser feitas aos monopólios impostos pelas potências europeias, como, à guisa de exemplo, em 1701, a permissão concedida pelos espanhóis aos franceses para o fornecimento de escravos à América hispânica. Autorização revogada ao fim da guerra de sucessão espanhola e, doravante, concedida aos ingleses³⁰⁶, “*which also obtained from Spain an unprecedented “right to send a trading vessel (the ‘Annual Ship’) to the Spanish American trade fairs held at Portobelo and Veracruz”*”. A guerra dos sete anos, por sua vez, teria engendrado uma significativa alteração nas políticas comerciais tradicionalmente adotadas pelos impérios europeus no Caribe, sendo permitida a entrada de embarcações neutras em portos caribenhos e ocorrendo um aumento do fluxo de mercadorias entre comerciantes de diferentes nações. Ademais, a guerra, principalmente após a invasão de Havana pelas forças britânicas, fez emergir perante as demais potências europeias a fragilidade do império espanhol e a falta de controle sobre seus vastos domínios ultramarinos, inclusive, sobre seus portos mais importantes e estratégicos nas Índias Ocidentais.³⁰⁷

As mencionadas reformas imperiais implementadas pela Espanha inserem-se neste contexto e buscavam modernizar seu sistema de defesa e seu comércio transatlântico. Nesse sentido, vieram a lume propostas de abertura de portos na metrópole, substituindo o tradicional sistema de frotas e galeões controlado por Cádiz e permitindo que as possessões ultramarinas da América hispânica comerciassem diretamente com outros portos na Espanha. O *Reglamento del comercio libre a las Islas de Barlovento* abriu os portos hispânicos da Península Ibérica ao comércio transatlântico direto com o Caribe

³⁰⁶ Artigo 42 do Tratado de Utrecht de 1713.

³⁰⁷ BASSI, Ernesto. “*Enabling, Implementing, Experiencing Entanglement. Empires, Sailors, and Coastal Peoples in the British-Spanish Caribbean*” in CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. *Entangled Empires. The Anglo-Iberian Atlantic, 1500-1830*. University of Pennsylvania Press, 2018. p. 217-221.

espanhol, e, posteriormente, “*The geographical scope of this legislation (also known as the First Reglamento) was quickly expanded to Louisiana (in 1768), Yucatán (in 1770), Santa Marta (1776), Riohacha (1777), and, with the passing of the Reglamento y aranceles reales para el comercio libre de España a Indias (the Second Reglamento) in 1778, to all Spanish America with the exception of New Spain*”.³⁰⁸

Como sublinham Stanley e Barbara Stein,

*Madrid turned to Bourbon France because together they might hope to reduce the threat of English expansion in the Caribbean to the traffic and ports of Veracruz, Havana, and Cartagena. Barbados, Antigua, and Jamaica became imperial England's overseas engines of growth, exporting sugar and tobacco, importing merchandise and African slave laborers, and reexporting goods to Spain's possessions in the Caribbean in exchange for silver pesos. Kingston functioned as a Caribbean emporium: handling traffic with Britain, with the British colonies in North America, with Africa, and with Spain's colonies around the Caribbean. London's Freeport Act, a reaction to Madrid's decision in 1765 to permit Havana and other island ports to trade with many peninsular ports other than Cadiz, confirmed the importance of smuggling between Kingston and nearby Spanish colonial ports.*³⁰⁹

Por outro lado, a Grã-Bretanha, como mencionado, saiu da guerra dos sete anos fortalecida pela conquista de possessões ultramarinas até então pertencentes às monarquias bourbônicas hispânica e francesa, bem como usufruindo certa supremacia no mar das Caraíbas. No entanto, o programa de reforma imperial levado adiante pela Coroa britânica em um momento de acentuada crise financeira da Inglaterra, proveniente das despesas com a guerra, implicou em uma série de revoltas nas treze colônias que estremeceu as relações entre Londres e suas possessões costeiras do outro lado do Atlântico. O abalo nas relações com suas colônias setentrionais, as disputas com outras potências do noroeste europeu - França e Holanda - e o contexto geral de reformas em sua política econômica durante a crise imperial do entreguerras (guerra dos sete anos e guerra revolucionária norte-americana) propiciaram um pálido movimento de aproximação entre a Inglaterra e a Espanha nas suas relações comerciais no Caribe, principalmente após a aprovação do primeiro *Free Port Act* (1766) pelo Parlamento Britânico, que, alterando a verve dos *Atos de Navegação* sancionados por Cromwell em meados do século XVII, abriu seis portos britânicos nas Índias Ocidentais - sendo quatro na Jamaica e dois na

³⁰⁸ BASSI, Ernesto. “*Enabling, Implementing, Experiencing Entanglement. Empires, Sailors, and Coastal Peoples in the British-Spanish Caribbean*” in CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. *Entangled Empires. The Anglo-Iberian Atlantic, 1500-1830*. University of Pennsylvania Press, 2018. p. 221.

³⁰⁹ STEIN, Stanley; STEIN, Barbara. *Apogee of Empire: Spain and New Spain in the Age of Charles III, 1750-1789*. Baltimore and London: Johns Hopkins University Press, 2003. p. 352.

Dominica - para comerciantes estrangeiros venderem mercadorias e adquirirem produtos e manufaturas.³¹⁰ Vale lembrar, *en passant*, que alguns especialistas sustentam que o *Free Port Act* teria representado o rompimento com o mercantilismo britânico e um de seus escopos teria sido contemplar os comerciantes coloniais britânicos da América do Norte em um momento de crises e tensões coloniais. Ao passo que outros apontam que o principal objetivo de Londres era a expansão comercial do império e seu fortalecimento perante seus rivais europeus.³¹¹

Como escreveu Saavedra em seu diário, em 1780:

*The monopoly exercised in the Indies by the European nations has assumed various forms at different times and in different colonies at the same time, according to the degree of prosperity or enlightenment of the mother countries. In some places trade has been controlled by exclusive companies, in others, limited to fleets that went out at specific times; in many, all New World trade, both import and export, has been limited to a single European port, and all have prohibited other nations from trading with their respective dominions, conducting it themselves exclusively and not permitting their products to be shipped directly except to the ports of the mother country. In almost all the colonies this exclusion has been unlimited, and in only some has it been limited to a certain class of products.*³¹²

De qualquer sorte, o que queremos consignar aqui é que a entrada oficial da Espanha na guerra de independência norte-americana estremeceu as políticas comerciais que vinham sendo estudadas e progressivamente implantadas tanto pela Espanha quanto pela Inglaterra, prejudicando, momentaneamente, os projetos e as incipientes experiências de flexibilização e abertura das relações comerciais interimperiais no Caribe, em um cenário de recíproca influência entre as políticas comerciais oficiais e as relações comerciais informais mantidas entre colonos de diferentes origens. Não obstante a Inglaterra e a Espanha, durante a revolução americana, continuarem a praticar o comércio no Caribe com outras nações estrangeiras neutras, o florescimento comercial almejado pelo império espanhol com a “liberdade de comércio” e o crescimento comercial ambicionado pela Coroa britânica com sua política econômica dos “portos livres” somente atingiriam uma ampla expansão nas Índias Ocidentais ao fim da guerra de independência dos Estados

³¹⁰ BASSI, Ernesto. “Enabling, Implementing, Experiencing Entanglement. Empires, Sailors, and Coastal Peoples in the British-Spanish Caribbean” in CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. *Entangled Empires. The Anglo-Iberian Atlantic, 1500-1830*. University of Pennsylvania Press, 2018. p. 221-222.

³¹¹ Cf. KLEISER, R. (2021). *An Empire of Free Ports: British Commercial Imperialism in the 1766 Free Port Act*. *Journal of British Studies*, 60(2), 334-361. doi:10.1017/jbr.2020.250

³¹² SAAVEDRA, Francisco de. *Journal of Don Francisco Saavedra De Sangronis During the Commission Which He Had in His Charge from 25 June 1780 Until 20th of the Same Month of 1783*. Florida University Press, 1989. p. 78.

Unidos.³¹³

Ampliando o cenário de análise da revolução americana para o Caribe britânico, Andrew O'Shaughnessy, discordando de grande parte da historiografia que sugere que havia um apoio generalizado das colônias do Caribe britânico à causa revolucionária, defende que as Índias Ocidentais britânicas não apoiaram e nem seguiram o espírito insurgente das treze colônias, inobstante os estreitos laços comerciais e a similaridade de pensamento político e ideológico entre as ilhas antilhanas inglesas e as colônias continentais setentrionais. O'Shaughnessy identifica um processo de divergência política entre os colonos caribenhos e continentais a partir das tensões e revoltas que eclodiram nas colônias setentrionais com a aprovação da Lei do Selo (1765), e sustenta que a revolução americana, ao apartar o Caribe britânico das treze colônias, dividiu a América britânica. Por outro lado, a necessidade de o império britânico fragmentar suas forças para defender suas possessões ultramarinas, reforçando o contingente militar no Caribe, teria contribuído para a perda de suas treze colônias setentrionais.³¹⁴ Assim, a guerra no Caribe teria dividido as forças do império britânico e desempenhado um papel crucial para a vitória dos revolucionários norte-americanos e seus aliados espanhóis e franceses. Como assinalou Piers Mackesy, *"American War had been largely fought and decided in the West Indies"*.³¹⁵

Bahamas

A historiografia estadunidense sobre a revolução americana costuma preterir a guerra travada no Caribe pelos aliados dos revolucionários, enfatizando apenas os conflitos nas treze colônias, de modo que Yorktown costuma ser apontada como a última batalha da guerra de independência, em 1781. O arquipélago das Bahamas não recebera muita atenção dos espanhóis em seu processo de expansão pelas Índias Ocidentais, de sorte que foram os britânicos, a partir do século XVII, que passaram a exercer domínio

³¹³ BASSI, Ernesto. *"Enabling, Implementing, Experiencing Entanglement. Empires, Sailors, and Coastal Peoples in the British-Spanish Caribbean"* in CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. *Entangled Empires. The Anglo-Iberian Atlantic, 1500-1830*. University of Pennsylvania Press, 2018. p. 222 et seq.

³¹⁴ O'SHAUGHNESSY, Andrew Jackson. *An Empire Divided. The American Revolution and the British Caribbean*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2000. (L. Kindle 1%-2%).

³¹⁵ Piers Mackesy, *The War for America* (London, 1964), p. 518 apud O'SHAUGHNESSY, Andrew Jackson. *An Empire Divided. The American Revolution and the British Caribbean*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2000. (L. Kindle 1%-2%).

sobre a região, onde fundaram Nassau, na ilha de New Providence, que passara a ser o centro do domínio britânico no arquipélago. O interesse estrangeiro pelas Bahamas começa a emergir com a eclosão da revolução americana, quando a pequena ilha de New Providence começou a sofrer ataques, primeiro, dos próprios norte-americanos, depois, dos espanhóis. A monarquia hispânica, que até então concentrara suas forças na Europa, após o fracasso do longo cerco de Gibraltar, passara a focar seu esforço de guerra nas Américas e no Caribe, e as Bahamas entraram na lista de objetivos da Coroa. O objetivo da Espanha parecia ser controlar o estreito da Flórida e as águas entre a costa norte de Cuba e a costa sudeste da Flórida. Em 1782, a costa norte do Golfo do México encontrava-se sob o domínio dos espanhóis, que controlavam Nova Orleans, Mobile e Pensacola; na América Central, houve uma série de incursões militares bem-sucedidas; nas Caraíbas, o império manteve seu domínio sobre Porto Rico, Cartagena, Portobelo e Caracas e almejava conquistar a rica Jamaica.³¹⁶

As forças da expedição às Bahamas, lideradas pelo comandante em chefe Cagigal, embarcaram em Havana e singraram até Nassau a bordo da fragata norte-americana *South Carolina*, comandada pelo comodoro Alexander Guillon, e de uma frota composta por oito navios de guerra e cinquenta e sete embarcações de transporte, responsáveis por levar dois mil e quinhentos soldados até o arquipélago. A expedição foi relativamente simples e, após a capitulação dos ingleses, Nassau foi conquistada pelas forças espanholas e norte-americanas que participaram da operação.³¹⁷ Curiosamente, a conquista de Nassau trouxe mais embaraço diplomático e intriga entre Cagigal e a poderosa família Gálvez do que vantagens concretas para a Espanha; além de o episódio estar ligado à famosa história dos dois burros oferecidos pelo rei da Espanha, Carlos III, a George Washington. O incidente diplomático derivou da proibição de operações militares conjuntas entre a Espanha e os revolucionários norte-americanos, prevista nas ordens reais da Coroa hispânica, e repercutiu tanto em Havana quanto em Madrid.³¹⁸ Cagigal acabou preso por

³¹⁶ BEERMAN, Eric. *España y la independencia de Estados Unidos*. Madrid : Editorial MAPFRE, 1992. p. 173-178.

³¹⁷ BEERMAN, Eric. *España y la independencia de Estados Unidos*. Madrid : Editorial MAPFRE, 1992. p. 179-183.

³¹⁸ Juan Dabán, *gobernador en funciones de Cuba, a José de Gálvez*, ofício no. 240, Habana, 27 de mayo de 1782, AGI, Santo Domingo, 2085 B; *Bernardo de Gálvez a José de Gálvez*, ofício no. 133, Guárico, 30 de junio de 1782, in *Juan Ignacio de Urriza a José de Gálvez*, ofício no. 965, Havana, 10 de junio de 1782, AGI, Santo Domingo, 2084. *apud* PAQUETTE, Gabriel; SARAVIA, Gonzalo M. (Orgs.). *Spain and the American Revolution: New Approaches and Perspectives*. Routledge, 2019. (L. Kindle 911-916). *Solano a Castejón*, San Luís, La Habana, 26 jul. 82. AGI, PC, 3-a; *Castejón a J. Gálvez*, Escorial, 15 de oct.. 82. AGI, SD, 2085-b; *Antonio Valdés a J. Gálvez*, San Ildefonso, 20 ago. 83. AGS, E, lib 174. *apud* BEERMAN, Eric. *España y la independencia de Estados Unidos*. Madrid : Editorial MAPFRE,

fazer uma operação conjunta com os norte-americanos, por contrabando com os ingleses e por descumprir ordens de Bernardo de Gálvez - não recebidas a tempo - de abortar a invasão das Bahamas e reforçar as forças navais espanholas em sua expedição à Jamaica. E, em 1784, quando o Congresso norte-americano aprovou uma resolução do Estado da Carolina do Sul que pleiteava uma compensação espanhola pela contribuição da flotilha estadunidense para a operação que levou à tomada de *New Providence*, Carlos III resolveu oferecer um inusitado presente para o futuro primeiro presidente dos Estados Unidos, enviando da Espanha dois burros zamoranos para a residência de George Washington, em *Mount Vernon*, Virgínia.³¹⁹

Jamaica

As tentativas de conquista da Jamaica e de Gibraltar constituíram os dois maiores fracassos militares da Espanha durante a guerra. A bem-sucedida cooperação entre a marinha franco-espanhola, principalmente após a conquista de Pensacola, permitiu que as monarquias borbônicas exercessem um acentuado controle sobre o mar do Caribe e almejassem novos domínios na região. A lauta ilha da Jamaica, sob o domínio da Coroa britânica, constituía uma importante fonte de receita para o império, seu centro de operações e ponto estratégico de contrabando no Caribe, sendo cada vez mais cobiçada por seus rivais europeus e tornando-se uma das prioridades da monarquia hispânica; de modo que a Grã-Bretanha viu-se obrigada a concentrar esforços na defesa da ilha, debilitando ainda mais sua capacidade de coesão ofensiva contra os rebeldes americanos. José Gálvez, em carta ao Rei Carlos III, escreveu: “*La conquista de Jamaica es el objetivo más importante y espléndido que las fuerzas armadas de Vuestra Majestad pueden emprender en esta guerra, pero su ejecución está acompañada de dificultades que sólo pueden ser superadas por un plan de ataque en el que se combinan muchas*

1992. p. 182.

³¹⁹ *Resolución de Carolina del Sur en el congreso de los Estados Unidos*, Filadelfia, 3 may, 84. AHN, E, 3885; *Carmichael a Floridablanca*, Madrid, 12 oct. 84. *ibidem*; *J. Gálvez al conde Gálvez*, El Escorial, 19 oct. 84. *ibidem*; *Conde de Gálvez a Floridablanca*, Cádiz, 26 oct. 84. *ibidem*; *Gardoqui a Floridablanca*, Cádiz, 26 oct. 84. *ibidem*; *Carmichael a Floridablanca*, El Escorial, 12 nov. 84. *ibidem*; *Washington a Floridablanca*, Mount Vernon, 19 dic. 85. *ibidem apud* BEERMAN, Eric. *España y la independencia de Estados Unidos*. Madrid : Editorial MAPFRE, 1992. p. 183-184.

circunstancias con exactitud.”³²⁰

Mais lembrado na Espanha pela estoica liderança que desempenharia na resistência espanhola durante a ocupação francesa em 1808, Francisco Saavedra, então oficial da Secretaria das Índias, foi nomeado, por meio da Ordem Real de 22 de junho de 1780,³²¹ agente real em Cuba com poderes para planejar e coordenar operações conjuntas com os franceses na América e na Jamaica.³²² Relatando em seu diário os objetivos de sua missão, Saavedra escreveu: “*que nuestras fuerzas de mar y tierra unidas a las de los franceses emprendan la conquista de Jamaica, o cualquier otra operación importante que las circunstancias dicten*”.³²³ Como informou José de Gálvez, um dos objetivos das operações espanholas organizadas por Saavedra no Caribe e na América do Norte era desviar a atenção dos britânicos e obrigá-los a fragmentar suas frentes de batalha na guerra contra os revolucionários. No Velho Mundo, a diplomacia espanhola articulava com a França um plano de invasão conjunta da Jamaica.³²⁴ Enquanto, a partir da perspectiva dos revolucionários, o Secretário do Congresso Continental, Charles Thomson, manifestava sua opinião sobre a demora na execução do projeto de invasão da Jamaica:

The fleets in the West indies seem to have spent the summer in maneuvering. Upon the junction of the french and spanish fleets, they directed their course to Jamaica and had they improved the opportunity, it is the general opinion, they would have succeeded and subdued that island without any difficulty as the garrisons were chiefly withdrawn and there was no fleet to defend the harbour. But by some unaccountable delay, they suffered a fleet under Walsingham to get there before them and a reinforcement of troops to be thrown into the island, which as the hurricane season was coming on rendered the attempt imprudent if not impracticable and secured that island at least for the present. Thereupon the combined fleet separated; the Spanish steered for Havannah and the french put into Cape Francois. The Count de Guichen after some stay left the Cape, directed his course

³²⁰ José de Gálvez al rey, sin fecha, AGI: Legajo general indiferente 1578 *apud* SAAVEDRA, Francisco de. *Diario de don Francisco de Saavedra*. (editor) Francisco Morales Padrón. Sevilla: Universidad de Sevilla - Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2004. p. 8-9.

³²¹ A José de Gálvez, 22 de junio de 1780, AGI:Ind. Gen 1578. *apud* SAAVEDRA, Francisco de. *Diario de don Francisco de Saavedra*. (editor) Francisco Morales Padrón. Sevilla: Universidad de Sevilla - Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2004. p. 9-10. Saavedra, após a revolução americana, assumiria o cargo de Intendente Geral de Caracas, e, na virada do século, logo após ser nomeado Ministro das Finanças, ascenderia ao posto de Ministro de Estado.

³²² Al Gobernador de La Habana. José de Gálvez a Navarro, 27 de junio de 1780, AGI:Ind. Gen. 1578). *apud* SAAVEDRA, Francisco de. *Diario de don Francisco de Saavedra*. (editor) Francisco Morales Padrón. Sevilla: Universidad de Sevilla - Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2004. p. 10-11.

³²³ SAAVEDRA, Francisco de. *Diario de don Francisco de Saavedra*. (editor) Francisco Morales Padrón. Sevilla: Universidad de Sevilla - Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2004. p. 10-11.

³²⁴ Real Orden del 14 mar. 80, Aranjuez. AGS, SG, 6913; J. Gálvez al general de Guarico, Aranjuez, 24 jun. 80. AGI, IG, 1578; Aranda a Floridablanca, Paris, 27 nov. 80. AGS, E, libro 168. *apud* BEERMAN, Eric. *España y la independencia de Estados Unidos*. Madrid: Editorial MAPFRE, 1992. p. 187-189. Sobre a importância da Jamaica, Cf. O'SHAUGHNESSY, Andrew Jackson. *An Empire Divided. The American Revolution and the British Caribbean*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2000.

*northerly and coasted along our shores. This it is supposed alarmed Rodney to that degree, that anxious for the safety of fleet and army at New York he immediately left the windward islands and with a fleet of 14 or 15 sail of the line and some frigates steered for that place, where he now is.*³²⁵

Robert Livingston, escrevendo a John Jay, parecia concordar com Thomson: “*The combined fleets in the West Indies have separated and thereby lost a noble opportunity of taking Jamaica which is in a manner defenceless as Govr. Dalling with the greater part of the troops from that Island is said to be upon an expedition to the Spanish settlements in the main*”.³²⁶

A armada espanhola, diante do êxito de suas operações conjuntas com a marinha francesa, passou a exercer a proteção das Índias Ocidentais, até mesmo para os domínios franceses antilhanos. As forças marítimas da França puderam, destarte, lançar-se para outras plagas, enfrentando a marinha real britânica na Batalha de Chesapeake, em setembro de 1781, e impedindo que a esquadra britânica singrasse até a Virgínia e franqueasse o cerco a Yorktown. Com efeito, Saavedra, após participar da batalha de Pensacola, encontrou o almirante francês Conde de Grasse no estratégico porto francês de Guarico (ou cabo francês), em Hispaniola - base das operações franco-espanholas no Caribe e localizado a algumas milhas náuticas da Jamaica - com o intuito de traçar as operações navais e terrestres das forças borbônicas tanto em Yorktown quanto na Jamaica.³²⁷ Vários planos foram discutidos entre os dois. Saavedra propôs invadir e expulsar os britânicos das ilhas de Barlavento, de onde ameaçavam as possessões espanholas e francesas nas Antilhas, e reiterou o projeto de conquista da Jamaica, “*centro da riqueza e do poder da Grã-Bretanha naquela parte do mundo*”; ao passo que De Grasse informou-lhe dos planos franceses de invadir a Baía de Chesapeake, na Carolina do Norte, cortando a linha de conexão das forças britânicas e impedindo o envio de

³²⁵ “*To John Jay from the Secretary of Congress (Charles Thomson), 12 October 1780,*” Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Jay/01-02-02-0119>. [Original source: The Selected Papers of John Jay, vol. 2, 1780–1782, ed. Elizabeth M. Nuxoll. Charlottesville: University of Virginia Press, 2012, pp. 291–299.]

³²⁶ “*To John Jay from Robert R. Livingston, 26 August 1780,*” Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Jay/01-02-02-0094>. [Original source: The Selected Papers of John Jay, vol. 2, 1780–1782, ed. Elizabeth M. Nuxoll. Charlottesville: University of Virginia Press, 2012, pp. 225–229.]; Em carta a Franklin, Samuel Cooper lamentou: “*We have had warm Hopes that the combined Forces in the W. Indies would have carried Jamaica, but our last Accounts from that Quarter have no Expectation of such an Attempt*”. in “*To Benjamin Franklin from Samuel Cooper, 8 September 1780,*” Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Franklin/01-33-02-0217>. [Original source: The Papers of Benjamin Franklin, vol. 33, July 1 through November 15, 1780, ed. Barbara B. Oberg. New Haven and London: Yale University Press, 1997, pp. 262–264.]

³²⁷ SAAVEDRA, Francisco de. *Diario de don Francisco de Saavedra*. (editor) Francisco Morales Padrón. Sevilla: Universidad de Sevilla - Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2004. p. 192.

reforços aos casacas-vermelhas, possibilitando, assim, a vitória das tropas comandadas pelo general George Washington, Conde de Rochambeau e Marquês de Lafayette contra o exército de Lorde Cornwallis. Ademais, De Grasse sugeriu que uma flotilha espanhola fizesse parte da operação na Baía de Chesapeake. Saavedra, contudo, lembrou que a Espanha não havia reconhecido formalmente a independência dos colonos rebeldes e a Coroa havia proibido qualquer operação espanhola nas treze colônias ao lado dos norte-americanos; propondo, como compensação, que o almirante francês utilizasse todos os navios de guerra de sua marinha disponíveis em Guarico, pois uma esquadra espanhola seria designada para proteger a frota mercante e as possessões francesas naqueles páramos.³²⁸ Porém, mesmo diante da proibição das supracitadas operações, a importância da Jamaica transparece no *oficio reservadísimo* que o Ministro da Índias, José de Gálvez, escreveu para seu sobrinho, Bernardo de Gálvez - então comandante geral das operações militares nas Américas -, lembrando a ordem real de 16 de novembro de 1781 e reiterando que as forças espanholas nas Américas e no Caribe não deveriam "*aceptar utilizar el ejército o la marina de Su Majestad para ayudar en la guerra de los colonos estadounidenses contra su patria ...[pero] si en el curso de la operación contra Jamaica esto es exigido por los franceses, tal solicitud no debería impedirles trabajar en estrecha colaboración con los generales franceses.*"³²⁹

O plano de invasão da Jamaica foi redigido nestes termos por Saavedra e devidamente endossado por De Grasse:

(1) the Comte de Grasse would go to North America with thirty ships-of-the-line, and, in addition to the 3,000 men detached from the garrison of the French Cape, he would take two regiments that the French court had placed there to garrison the Spanish part of the island of Santo Domingo; (2) the naval commandant of Havana would send four ships-of-the-line, as soon as he could, to protect the commerce of Guarico; (3) Comte de Grasse would place at the French Cape on the first of March, at the disposition of the Spanish generals who were in charge of the Jamaica expedition, at least 3,000 soldiers and eight 74-gun ships-of-the-line, and he would remain with the rest of his land and sea forces in Martinique, threatening the English so as to keep their attention divided; (4) if

³²⁸ SAAVEDRA, Francisco de. *Diario de don Francisco de Saavedra*. (editor) Francisco Morales Padrón. Sevilla: Universidad de Sevilla - Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2004. p. 200-202.

³²⁹ José de Gálvez a Bernardo de Gálvez, ofício reservadísimo, Aranjuez, 6 de abril de 1782 (Tercero de esta fecha), AGI, Santo Domingo, 2084. *apud* PAQUETTE, Gabriel; SARAVIA, Gonzalo M. (Orgs.). *Spain and the American Revolution: New Approaches and Perspectives*. Routledge, 2019. (L. Kindle 916-922). Bernardo de Gálvez e outros oficiais espanhóis já haviam sido acusados, antes e depois da entrada oficial da Espanha na guerra, de fazer alianças com os rebeldes norte-americanos. Apesar de procedentes as acusações, Gálvez chegou a escrever uma carta ao capitão Ferguson refutando veementemente as acusações de que teria feito alianças com os revolucionários. *Bernardo de Gálvez to Captain Ferguson*, 15 mar 1778. CO 5/129. 14 mar - 29 dec 1778. The National Archives; London, UK. <https://colonialamerica.amdigital.co.uk>; *Bernardo de Gálvez to Captain Ferguson*. Nova Orleans, 6 apr 1778. CO 5/129. 14 mar - 29 dec 1778. The National Archives, London, UK. <https://colonialamerica.amdigital.co.uk>

*the Spaniards wished to join the comte for the operations that he was to execute in November in the Windward Islands, he would gladly relinquish the command to any one of their generals, and he would be delighted by the cooperation of the two nations, especially because in this way they could more quickly be made ready to launch the principal enterprise.*³³⁰

Durante o encontro, De Grasse solicitou a Saavedra um empréstimo do Tesouro Real espanhol para que pudesse levar a cabo as operações francesas em Chesapeake e Yorktown; o qual, após uma série de pormenores e contratempos, foi concedido pela Coroa hispânica, constituindo uma considerável contribuição espanhola para uma das mais importantes vitórias dos franceses e revolucionários na América Setentrional.³³¹ Enquanto as forças espanholas lutavam em Pensacola e Mobile, Bernardo de Gálvez, José Solano - capitão-geral da Armada Real da Espanha - e Saavedra buscavam ajuda financeira, militar e naval em diversas possessões caribenhas e americanas do ultramar hispânico para a invasão da Jamaica, destacando um grande número de navios da armada espanhola e um significativo contingente de soldados e marinheiros para essa missão. Ao mesmo tempo que De Grasse e sua frota deixavam Chesapeake e singravam de volta até o Caribe para juntar-se aos espanhóis e demais franceses na operação que almejava conquistar a Jamaica.³³² E, em Versailles, Aranda firmava com a diplomacia francesa a convenção sobre as operações nas Índias Ocidentais, por meio da qual era estipulado que, durante a invasão da Jamaica, Bernardo de Gálvez comandaria as tropas terrestres franco-espanholas e De Grasse comandaria a frota francesa e a esquadra espanhola de Solano.³³³

O centro de operações e local escolhido para o início da expedição foi Guarico. Em fevereiro de 1782, saindo de Havana, Bernardo de Gálvez e Saavedra partiram em uma flotilha para o cabo francês, e, em março, Solano zarpava com sua poderosa esquadra, enquanto as demais forças navais e terrestres do império espanhol - de Zamora, Soria, Guadalajara, León, Hibernia, Aragão, Catalunha, Flandres, Estremadura, Nova Espanha, Campeche, Havana, Santo Domingo, Castela, Navarra *etc* - começavam a vogar para a costa de Guarico. A diplomacia e o Ministério das Índias da Espanha informaram Gálvez

³³⁰ SAAVEDRA, Francisco de. *Journal of Don Francisco Saavedra De Sangronis During the Commission Which He Had in His Charge from 25 June 1780 Until 20th of the Same Month of 1783*. Florida University Press, 1989. p. 203.

³³¹ SAAVEDRA, Francisco de. *Diario de don Francisco de Saavedra*. (editor) Francisco Morales Padrón. Sevilla: Universidad de Sevilla - Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2004. p. 204 *et seq.*

³³² BEERMAN, Eric. *España y la independencia de Estados Unidos*. Madrid : Editorial MAPFRE, 1992. p. 198-200.

³³³ Aranda a Floridablanca, Paris, 6 nov. 81. AGS, E, lib 171. *apud* BEERMAN, Eric. *España y la independencia de Estados Unidos*. Madrid : Editorial MAPFRE, 1992. p. 203.

sobre a situação política da Jamaica. Os grandes proprietários de terras pareciam estar inclinados a lutar pela secessão da ilha e libertar-se do jugo inglês e havia indícios de que os escravos estariam preparando uma sublevação durante a invasão. Gálvez tomou conhecimento, ainda, da ascensão de um novo governo na Inglaterra, que parecia sinalizar para uma política externa mais disposta a pôr fim ao conflito e instaurar a paz.³³⁴

Antes de chegar a Guarico para encontrar as forças espanholas e iniciar a planejada invasão conjunta, a esquadra francesa, que saíra da baía de Chesapeake e singrara pelo Golfo do México, travou uma série de batalhas contra a Marinha Real Britânica nas Pequenas Antilhas, vencendo a batalha nas águas ao redor de Saint Kitts (São Cristóvão) e Montserrat, conquistando o Forte Brimstone Hill (Saint Kitts) e reconquistando a ilha de Santo Eustáquio. E, após passar por Basse Terre, em Guadalupe, e vencer a batalha de *Fort Royal*, em Martinica, a Armada Francesa finalmente saiu de *Fort Royal* rumo a Guarico. Entrementes, enquanto Gagigal comandava a invasão espanhola de New Providence, nas Bahamas, a esquadra de De Grasse, que navegava de Martinica para Guarico, sofreu uma dura derrota para a marinha britânica, sob o comando de Rodney, na crucial Batalha de Saintes (*Bataille de la Dominique*), em abril de 1782, travada nas *Îles des Saintes*, que formavam um pequeno arquipélago nos arredores de Guadalupe e Dominica. A esquadra francesa sofreu sérios danos e a perda de navios importantes, como o famoso e poderoso navio de linha de De Grasse, o *La Ville de Paris* - que, após capturado, foi levado para *Port Royal*, na Jamaica,³³⁵ e acabou afundando no Atlântico Norte, atingido por um violento furacão que devastou a frota do almirante britânico Thomas Graves durante sua travessia de volta para a Inglaterra, em setembro de 1782. Assim, tendo em vista que De Grasse fora capturado, muitos navios foram perdidos e a esquadra francesa fora dividida - com parte do comboio indo para Curaçao -, a frota que chegou em Guarico, além de insuficiente, estava seriamente danificada para empreender

³³⁴ Bernardo de Gálvez a Floridablanca, Guarico, 28 mar. 82. AHN, E, 4201/1; A. Risco, 'Don Francisco de Saavedra', p. 311; Bernardo de Gálvez a M. Múzquiz, Guarico, 28 mar. 82. AGS, SG, 7303; Urriza a Bernardo de Gálvez, 5 y 8 mar. 82 AGS, Mar. 423; 'Noticia de los Barcos de la Expedición del Sor. Dnon. Josef Solano que han arribado'; Urriza a Bernardo de Gálvez, La Habana, 15 mar. 82. AGI, IG, 1579; Gálvez a Cagigal, Guarico, 11 abr. 82. AHN, Con, 20170; Bernardo de Gálvez a José de Gálvez, La Habana, 20 en. 82. AGS, SG, 7303; RO a Bernardo de Gálvez, El Escorial, 14 dic. 81, AGI, SD, 2549; Rendón a José de Gálvez, Filadelfia, 22 feb. 82. AGI, IG, 1606; José de Gálvez a Bernardo de Gálvez, Paris, 9 ene. 82. AGI, SD, 2084. apud BEERMAN, Eric. *España y la independencia de Estados Unidos*. Madrid : Editorial MAPFRE, 1992. p. 206-209.

³³⁵ Aranda a Floridablanca, Paris, 24 mar. 82. AGS, E, 4626; DULL, Jonathan. *The French Navy and American Independence*. Princeton, 1975, pp. 283-284. apud BEERMAN, Eric. *España y la independencia de Estados Unidos*. Madrid : Editorial MAPFRE, 1992. p. 211.

uma invasão bem-sucedida da Jamaica.

Saavedra fora enviado para a Europa com a missão de informar as Cortes de Paris e Madrid sobre a grave situação que se instaurara nas Índias Ocidentais após as perdas sofridas pelas forças navais francesas, enquanto Bernardo de Gálvez escrevera para seu tio, o Ministro da Índias, alertando-o que o controle naval do Caribe era imprescindível para a invasão da Jamaica e que a perda de supremacia na região poderia ameaçar os domínios franco-espanhóis antilhanos.³³⁶

Em linhas gerais, podem ser sublinhados alguns contratempos que atrapalharam o plano de invasão da Jamaica: a Rebelião de Natchez (em meados de 1781); a cessão de navios e empréstimos às forças francesas para sua operação em Chesapeake e Yorktown; alguns desentendimentos entre as forças terrestres e a Armada Real espanholas; as revoltas na América Meridional - como a revolta dos comuneros no Vice-Reino de Nova Granada - que demandaram o envio de tropas e despertaram receios na Coroa hispânica acerca da possível influência que a invasão da Jamaica podia exercer sobre a América hispânica, já ameaçada pela rebelião de Tupac Amaru no Peru e pelas rebeliões na Venezuela (*Caracas, Maracaibo, San Cristóbal, Mérida, La Grita e Cumaná*); a necessidade de reforçar Santa Fé de Bogotá; as informações colhidas pelo corpo diplomático espanhol sobre um possível ataque britânico às possessões da América Meridional hispânica; a expedição naval para as Bahamas; a expedição para a América Central, principalmente para a costa de Honduras; a derrota da esquadra francesa De Grasse na Batalha de Saintes (abril de 1782), sucedida pelo reforço e concentração da marinha e de tropas britânicas no Caribe e na Jamaica; o cerco britânico nas cercanias de Guarico; o retorno de parte da esquadra de Solano para proteger Havana; a necessidade de apoio naval espanhol em Porto Rico; o atraso no envio de reforços para Guarico; e as enormes dificuldades financeiras enfrentadas com a manutenção de operações caras como a da invasão da Jamaica.³³⁷

A conquista de New Providence e a Batalha de Saintes foram as derradeiras operações militares durante a guerra. A partir daí, as negociações diplomáticas na Europa

³³⁶ Bernardo de Gálvez a José de Gálvez, Guarico, 18 may. 82. AGI, IG, 1578; A. Risco, *Don Francisco de Saavedra*, p. 318; *Saavedra a José de Gálvez*, Paris, 31 may. 82. AHN, E, 4223; *Bernardo de Gálvez a Perralta*, Guarico, 29 abr. 82. AGI, IG, 1578; *José de Gálvez a Bernardo de Gálvez*, San Ildefonso, 7 jul. 82. AGI, SD, 2084. *apud* BEERMAN, Eric. *España y la independencia de Estados Unidos*. Madrid : Editorial MAPFRE, 1992. p. 211-212.

³³⁷ BEERMAN, Eric. *España y la independencia de Estados Unidos*. Madrid : Editorial MAPFRE, 1992. p. 187-235.

foram avançando e a paz tornando-se cada vez mais viável. Gálvez fora informado no começo de março de 1783 sobre os acordos preliminares de paz em Paris que sinalizavam o fim da guerra e iniciou a retirada das forças de Guarico, destinadas à operação na Jamaica, rumando primeiro para Havana e, depois, para a Espanha, onde recebeu condecorações militares e insígnias de nobreza, informou Carlos III e seus ministros sobre as regiões de fronteira com os Estados Unidos no Mississippi e na Flórida, e participou das celebrações na Corte, em decorrência da assinatura do Tratado de Paris, que oficializou a paz, em 3 de setembro de 1783. Gálvez ainda retornaria para a América, ocupando diversos cargos: Capitão-Geral de Cuba, Inspetor-Geral de tropas na América, Capitão-Geral da Luisiana e das Flóridas e, em 1785, Vice-Rei da Nova Espanha, substituindo seu pai, Matías de Gálvez.³³⁸

³³⁸ *Bernardo de Gálvez a Urriza*, Guarico, 20 mar. 83. AGI, E, 4614; *Bernardo de Gálvez a Mayorga*, Guarico, 23 mar. 83. AGI, SD, 2085; *Bernardo de Gálvez a José de Gálvez*, Cádiz, 9 sep. 83. AGI, IG, 1578; *AHN*, Car III, exp. 49; *AHN*, Con, 5085; *Memorial Literaria de Madrid*, sep. 84; *Gaceta de Madrid*, 17 ago. Y 21 nov. 84. *apud* BEERMAN, Eric. *España y la independencia de Estados Unidos*. Madrid : Editorial MAPFRE, 1992. p. 226-227; 234-235; CHÁVEZ, Thomas E. *Spain and the independence of the United States. An intrinsic Gift*. University of New Mexico Press, 2002, p. 217. Sobre a vida de Bernardo de Gálvez e seus feitos militares durante a revolução americana, Cf. SARAVIA, Gonzalo M. Quintero. *Bernardo de Gálvez: Spanish Hero of the American Revolution*. The University of North Carolina Press, 2018.

Capítulo 4

O Império Espanhol e a Paz de Paris - 1783

Enquanto os três impérios europeus - Grã-Bretanha, França e Espanha - e a emergente nação da América Setentrional travavam a guerra em diferentes pontos do Atlântico, as negociações diplomáticas em Paris avançavam. No começo de 1782, a Grã-Bretanha trocava seu Primeiro-Ministro. Em meio a tensões políticas e a uma onda de protestos contra a guerra e que pleiteavam reformas econômicas, mudanças administrativas e alteração na condução da política externa, Lorde North, que tentara implementar reformas econômicas internas durante a década de 1770, foi substituído pelo Marquês de Rockingham, que formou um novo Gabinete.³³⁹ A condução da política externa da Grã-Bretanha estava longe de ser homogênea, sendo permeada por intensas divergências entre o Conde Shelburne - secretário para assuntos internos e coloniais e a favor da manutenção e estreitamento de laços comerciais com os norte-americanos - e Charles James Fox - secretário para assuntos externos e notoriamente pró-secessão e antifrancês -, dificultando um alinhamento diplomático uníssono nas negociações de paz. No entanto, é possível delinear um propósito geral de criar condições, no âmbito interno, de implementar o amplo projeto de reformas, e, no cenário internacional, restabelecer os laços comerciais com outras nações, o que possivelmente seria viabilizado através da celebração de uma consistente paz no campo das relações diplomáticas internacionais.³⁴⁰

Interessante notar, contudo, que havia uma grande contradição entre as lideranças políticas britânicas. O Parlamento e o Gabinete propugnavam o fim da guerra e a redução de impostos na Inglaterra, porém, concomitantemente, relutavam em reconhecer a independência de suas ex-colônias e pareciam motivados por um certo revanchismo contra seus adversários europeus, de modo que muitos defendiam retaliações e almejavam recompensas. Nesse contexto, tanto Shelburne quanto Fox enviaram diplomatas - Richard Oswald e Thomas Grenville, respectivamente - para negociar com

³³⁹ Cf. REITAN, Earl A. *Politics, Finance, and the People. Economical Reform in England in the Age of the American Revolution, 1770–92*. Palgrave Macmillan, 2007.

³⁴⁰ DULL, Jonathan. *A diplomatic history of the American Revolution*. Yale University Press, 1987. p. 137-138.

Benjamin Franklin e Vergennes em Paris. Após reuniões preliminares, Franklin já havia deixado claro que o reconhecimento da independência dos Estados Unidos era inegociável e *conditio sine qua non* para a paz, o que renovou as divergências e gerou impasses no corpo diplomático britânico. Entre os partidários de Shelburne, a orientação consistia no reconhecimento da independência desde que uma série de condições fosse aceita pelos norte-americanos; enquanto a ala de Fox estava disposta a aceitar a proposta, esperando a saída dos Estados Unidos da guerra para que a Grã-Bretanha pudesse concentrar seus esforços militares e navais contra a aliança borbônica da França e Espanha. O impasse terminou com a vitória de Shelburne, que, após a morte de Rockingham alguns meses depois de sua investidura no cargo, foi nomeado Primeiro-Ministro³⁴¹, tomando as rédeas da negociação de paz e dando início a um ambicioso, longo e profundo projeto de reformas econômicas e estruturais na Inglaterra, que impactariam a organização do Estado e as diretrizes das políticas públicas por todo o século seguinte.³⁴²

Enquanto a esquadra francesa de De Grasse sofria uma dura derrota na Batalha de Saintes para Rodney, ameaçando os planos de invasão franco-espanhola da Jamaica e a hegemonia da armada hispânica no Caribe, Espanha e Holanda, em meados de 1782, também iniciaram as negociações diplomáticas com a Grã-Bretanha. Os comissários norte-americanos abriram um canal de negociação separado e independente com os representantes diplomáticos britânicos. A República Holandesa, que almejava ingressar na Liga de Neutralidade Armada proposta pela Rússia, bastante enfraquecida econômica e geopoliticamente em decorrência da quarta guerra anglo-holandesa, estava totalmente inerte na mesa de negociações, apenas aguardando o *coup de grâce* e dependendo sobretudo das articulações da França. A Espanha, por sua vez, era a grande aliada da França e vinha desempenhando um papel crucial na guerra, de modo que a diplomacia espanhola estava intimamente alinhada com a Corte francesa. Após conquistar a Flórida Ocidental, dominar o Golfo do México, expulsar os britânicos da América Central, controlar o Caribe e tomar Menorca, seu maior desafio ainda era a conquista de Gibraltar,

³⁴¹ DULL, Jonathan. *A diplomatic history of the American Revolution*. Yale University Press, 1987. p. 139-141. Para uma visão mais detalhada da postura diplomática de Shelburne, Cf. "Milord Shelburne plays the host" in MORRIS, Richard B. *The Peacemakers: The Great Powers and American Independence*. New York: Harper and Row, Publishers, 1965; Reprint, New York: Harper Torchbooks, 1970. p. 311-340.

³⁴² Cf. REITAN, Earl A. *Politics, Finance, and the People. Economical Reform in England in the Age of the American Revolution, 1770-92*. Palgrave Macmillan, 2007.

que, após o longo e caro cerco, ainda repousava sob o domínio dos britânicos. Sob as ordens de Floridablanca e conduzida por Aranda em Paris, a diplomacia espanhola estrategicamente atrasava as negociações em Versailles, aguardando a execução de um planejado ataque final contra o promontório de Gibraltar.³⁴³

Com a ascensão de Shelburne e a formação de um novo Gabinete, a política externa britânica deu uma drástica guinada e a paz com os revolucionários foi ficando cada vez mais próxima. Franklin apresentou uma proposta preliminar na qual um artigo que previa o reconhecimento da independência dos Estados Unidos era imprescindível para a paz. A legação diplomática britânica foi orientada a aceitar boa parte dos artigos considerados irredutíveis pelos revolucionários, inclusive, o reconhecimento formal da independência. As discussões, principalmente após a entrada de Jay nas negociações, passaram a concentrar-se em disputas territoriais no oeste e noroeste do continente, principalmente em relação às fronteiras com os domínios da América hispânica e ao direito de navegação no Mississippi, questões veementemente reivindicadas pelos norte-americanos. Em outubro de 1782, com a legação dos comissários norte-americanos completa - Franklin, Jay, Adams e Laurens -, as negociações avançaram para sua última etapa e, finalmente, chegou-se a um consenso no fim de novembro.³⁴⁴

Em 30 de novembro de 1782, em Paris, um acordo preliminar de paz foi assinado entre Grã-Bretanha e Estados Unidos, por meio do qual foram reconhecidas a liberdade, soberania e independência norte-americanas, e estipulados: limites territoriais, compreendidos, grosso modo, entre os Grandes Lagos, os Montes Apalaches e os rios Ohio e Mississippi; direitos de pesca em Newfoundland, no Golfo de São Lourenço e em algumas outras regiões costeiras; liberdade de acesso e navegação no rio Mississippi; retirada de tropas britânicas do território norte-americano; e quitação de dívidas contraídas antes e durante a guerra. Ademais, o Congresso Continental assegurou que orientaria os Estados a restituir os direitos e propriedades confiscados durante a guerra e a adotar políticas justas perante os lealistas.³⁴⁵

³⁴³ DULL, Jonathan. *A diplomatic history of the American Revolution*. Yale University Press, 1987. p. 142-143.

³⁴⁴ DULL, Jonathan. *A diplomatic history of the American Revolution*. Yale University Press, 1987. p. 143-150.

³⁴⁵ *Preliminary Articles of Peace between Britain and The United States*, November 30, 1782. Treaties and Other International Acts of the United States of America. Edited by Hunter Miller Volume 2. Documents 1-40 : 1776-1818. Washington : Government Printing Office, 1931. Avalon Project - British-American Diplomacy : Preliminary Articles of Peace; November 30, 1782 (yale.edu) https://avalon.law.yale.edu/18th_century/pre1782.asp; *John Adams' Journal of Peace Negotiations*, November 30, 1782. The Revolutionary Correspondence of the United States Edited under the

A historiografia costuma destacar a genialidade da diplomacia norte-americana, que conseguiu impor praticamente todas as suas condições na mesa de negociações. De fato, a habilidade, perspicácia e boas relações dos comissários americanos - principalmente de Franklin - costumavam ser sublinhadas por seus contemporâneos no seio político e diplomático. Como sublinhou Gordon Wood, “*No tratado final, assinado em 3 de setembro de 1783, os Estados Unidos, depois de manipular com sagacidade os temores mútuos entre as potências europeias, conquistaram não só a independência, mas também obtiveram concessões que impressionaram não apenas os franceses, como toda a Europa. Foi o maior feito da diplomacia americana.*”.³⁴⁶ No entanto, importante consignar que a Inglaterra passava por uma grave crise interna suscitada pelo enorme custo da guerra, que lançara o império em uma acentuada crise financeira; além de sofrer com as derrotas e o enfraquecimento militar e naval em razão das amplas e dispersas operações e frentes de batalha em inúmeros pontos do globo. Assim, Shelburne sofria grandes pressões políticas e da opinião pública inglesa, o que influenciou sobremaneira a condução de sua política externa, que foi obrigada a fazer múltiplas concessões aos comissários norte-americanos, com o intuito de rapidamente alcançar a paz e pressionar a França e a Espanha a encerrarem a guerra e celebrarem um acordo de paz. A França, por sua vez, enfrentando as conturbações políticas e socioeconômicas internas intrínsecas ao prelúdio da revolução francesa, constatava um enfraquecimento de suas forças bélicas no teatro de guerra, uma recuperação de poder da Grã-Bretanha no Caribe, em decorrência dos últimos eventos nas Antilhas, e também enfrentava enormes dificuldades financeiras em razão da guerra; enquanto seu Ministério das Relações Exteriores parecia cada vez mais preocupado com a geopolítica no leste europeu, principalmente com o movimento de expansão do império russo, que, com o enfraquecimento do império otomano, tentava anexar a Crimeia para garantir influência no mar negro, e avançava sobre a península dos Balcãs. Nessa toada, a Corte francesa pretendia encerrar a guerra rapidamente. A Espanha, apesar de ainda manter vastos domínios nas Américas e deter certas vantagens na mesa de negociações,

Direction of Congress by Francis Wharton, Volume VI, Washington: Government Printing Office, 1889. Avalon Project - John Adams' Journal of Peace Negotiations - November 30, 1782 (yale.edu) https://avalon.law.yale.edu/18th_century/6wh90-3.asp; *Proclamation Declaring the Cessation of Arms*, April 11, 1783, By the United States of America In Congress Assembled. Treaties and Other International Acts of the United States of America. Edited by Hunter Miller. Volume 2. Documents 1-40: 1776-1818. Washington: Government Printing Office, 1931. Avalon Project - British-American Diplomacy : Proclamation Declaring the Cessation of Arms; April 11, 1783 (yale.edu). https://avalon.law.yale.edu/18th_century/procl1783.asp

³⁴⁶ WOOD, Gordon S. *A revolução americana*. Rio de Janeiro: editora objetiva, 2002. p. 118.

também arcava com um enorme custo de guerra e enfrentava graves problemas financeiros.³⁴⁷

Diante das intenções transmitidas pela embaixada britânica de encerrar a guerra, Vergennes, consultando a Corte espanhola e recebendo sua aprovação, enviou o representante diplomático Gérard de Rayneval à Inglaterra para encetar tratativas preliminares com Shelburne sobre o fim da guerra. Na mesma época, a Espanha levava a cabo sua frustrada e derradeira tentativa de invadir e conquistar o aparentemente inexpugnável Forte de Gibraltar. Em Bowood, na propriedade rural do Primeiro-Ministro, Shelburne e seu secretário de assuntos exteriores, Grantham, atraíram a atenção do diplomata francês, sugerindo que um tratado entre os dois impérios poderia facilitar as pretensões francesas de contenção da Rússia e amparo aos otomanos no leste europeu e contribuir para o equacionamento das tensões na Europa. Diante das informações de seu encarregado diplomático, Vergennes, bastante inclinado ao estabelecimento da Paz, buscou mediar os interesses espanhóis e britânicos, promovendo uma aproximação entre ambos, ao mesmo tempo que pressionava a Corte hispânica para que firmasse um tratado.³⁴⁸

A Espanha, diante do fracasso do ataque final planejado contra Gibraltar e do avanço das negociações entre os revolucionários e a Grã-Bretanha, parecia alterar sua estratégia diplomática no tabuleiro de negociações e demonstrava um crescente anseio por encerrar o conflito. Desta feita, Vergennes recebeu um esboço de proposta do embaixador espanhol na Corte de Versailles, Aranda, que consistia basicamente na cessão de Santo Domingo à França, que, por seu turno, ofereceria a Córsega - ou outra possessão - à Inglaterra, em troca da Fortaleza de Gibraltar, que seria imediatamente cedida aos espanhóis. Após novas reuniões na Inglaterra, Rayneval retornou a Versailles com a contraproposta de Shelburne: em troca de Gibraltar, a Espanha deveria devolver Menorca e a Flórida Ocidental, bem como ceder Porto Rico. A cessão de Porto Rico, no entanto, poderia ser substituída pela transferência das possessões antilhanas francesas de Guadalupe/Dominica ou Martinica/Santa Lúcia. O embaixador espanhol concordou com a devolução de Menorca e conseguiu o consenso de Vergennes na entrega de Guadalupe e Dominica, porém, não concordou com a devolução da Flórida Ocidental. No mesmo

³⁴⁷ DULL, Jonathan. *A diplomatic history of the American Revolution*. Yale University Press, 1987. p. 151-153

³⁴⁸ DULL, Jonathan. *A diplomatic history of the American Revolution*. Yale University Press, 1987. p. 153-155.

período em que Grã-Bretanha e Estados Unidos firmavam um acordo preliminar de paz em Paris, Rayneval retornava à Inglaterra e recebia a resposta de Shelburne sobre a posição da Espanha. Bastante pressionado pela opinião pública e pelo Parlamento, o Primeiro-Ministro britânico afirmou que, caso a Espanha desistisse de Gibraltar, a Grã-Bretanha abriria mão da Flórida Ocidental; outrossim, também cederia a Flórida Oriental aos espanhóis, em troca das Bahamas. Por fim, após Aranda exigir que a Grã-Bretanha também abrisse mão de Menorca e a reconhecesse como um domínio espanhol, um consenso preliminar foi sedimentado entre Espanha e Grã-Bretanha. A França conseguiu garantir, na América do Norte, áreas pesqueiras em Newfoundland e, no Caribe, Tobago, Santa Lúcia e outras pequenas ilhas; na África, apoderar-se-ia de feitorias no Senegal; e, no Canal da Mancha, finalmente conquistaria o direito de fortificar Dunkirk. Nestes termos, Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Espanha e Holanda firmaram um armistício, em 20 de janeiro de 1783, por meio do qual foi estipulado um acordo preliminar de paz.³⁴⁹

Após as reuniões e negociações que sucederam o armistício, os termos previamente acordados entre as partes envolvidas permaneceram basicamente os mesmos. Assim, em 3 de setembro de 1783, foram firmados três tratados de paz diferentes e separados. Os Estados Unidos da América e a Grã-Bretanha foram signatários do Tratado de Paris³⁵⁰; e a Grã-Bretanha assinou um tratado com a Espanha e um tratado com a França, ambos firmados em Versailles. E, por fim, encerrando a quarta guerra anglo-holandesa - considerada parte do conflito de independência dos EUA -, a República Holandesa e Grã-Bretanha assinaram, em maio de 1784, um tratado de paz em Paris.

³⁴⁹ DULL, Jonathan. *A diplomatic history of the American Revolution*. Yale University Press, 1987. p. 155-158; BEERMAN, Eric. *España y la independencia de Estados Unidos*. Madrid : Editorial MAPFRE, 1992. p. 275-277; *Declarations for Suspension of Arms and Cessation of Hostilities*, Versailles, January 20, 1783. Treaties and Other International Acts of the United States of America. Edited by Hunter Miller Volume 2. Documents 1-40: 1776-1818. Washington: Government Printing Office, 1931. Avalon Project - British-American Diplomacy: *Declarations for Suspension of Arms and Cessation of Hostilities 1783* (yale.edu)https://avalon.law.yale.edu/18th_century/arms1783.asp “*Proclamation of the Cessation of Hostilities by the American Peace Commissioners*, 20 February 1783,” Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Adams/06-14-02-0183>. [Original source: The Adams Papers, Papers of John Adams, vol. 14, October 1782–May 1783, ed. Gregg L. Lint, C. James Taylor, Hobson Woodward, Margaret A. Hogan, Mary T. Claffey, Sara B. Sikes, and Judith S. Graham. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2008, pp. 281–285.]; “*Declaration of Cessation of Arms*, 20 February 1783,” Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Jay/01-03-02-0112>. [Original source: The Selected Papers of John Jay, vol. 3, 1782–1784, ed. Elizabeth M. Nuxoll. Charlottesville: University of Virginia Press, 2013, pp. 326–327.]

³⁵⁰ *The Definitive Treaty of Peace*, Paris, Paris, September 3, 1783. Treaties and Other International Acts of the United States of America. Edited by Hunter Miller Volume 2. Documents 1-40 : 1776-1818. Washington : Government Printing Office, 1931. Avalon Project - British-American Diplomacy : The Paris Peace Treaty of September 30, 1783 (yale.edu) https://avalon.law.yale.edu/18th_century/paris.asp

Os acordos preliminares haviam custado caro a Shelburne, que, sob forte pressão da opinião pública e do Parlamento, em razão das benévolas concessões que deferira aos norte-americanos e às demais potências europeias, fora obrigado a renunciar. Com a instauração de um novo e efêmero governo de coalizão formado por Lorde North e Charles James Fox, a Grã-Bretanha temporariamente isolou-se e afastou-se da França, inviabilizando um rearranjo diplomático na Europa continental que elidisse a expansão territorial, militar e comercial do império russo - que acabara de anexar a Crimeia - e reforçasse a frágil posição defensiva do império otomano no leste europeu. Entrementes, estimulada pelo prelúdio da revolução industrial, a recuperação econômica da Grã-Bretanha foi rápida no pós-guerra. O novo governo de William Pitt, *the Younger*, fomentou uma série de reformas econômicas e burocráticas e empreendeu uma expansão do poderio naval do império. Nada obstante a perda de suas colônias na América Setentrional, o império britânico ainda cultivaria boas relações comerciais com a emergente nação e experimentaria um crescimento vertiginoso no século seguinte, estendendo seus ávidos tentáculos para o vasto oriente.³⁵¹

Na segunda metade da década de 1780, enquanto a situação política no leste europeu agravava-se com a eclosão da guerra da Áustria e Rússia contra os otomanos, a França, assaz debilitada economicamente pela guerra de independência americana, isolava-se diplomaticamente e perdia cada vez mais influência no continente europeu; entrementes, ensimesmada, empenhava-se angustiadamente em apagar o rastilho de pólvora que inflamara o vitral de contrastes entre os três estados, ameaçando a estabilidade e os privilégios sedimentados pelos evos dos séculos na sociedade francesa, que seriam, como sabemos, fortemente abalados pela iminente e simbólica revolução francesa. A República Holandesa, por sua vez, após o início da quarta guerra anglo-holandesa, amargou um enorme declínio econômico e perdeu quase todo o prestígio nas relações internacionais, envidando uma série de reformas político-administrativas em suas províncias unidas que assolaram as instituições e o frágil equilíbrio de poder entre o Estatuder (*Stadhouder*) e os Estados Gerais bosquejados na União de Utrecht, incitando conflitos e turbulências internas que, após a revolução batava, encorajariam amplas mudanças de cunho legal, institucional e político nas esferas públicas, e decretariam o fim da República das

³⁵¹ DULL, Jonathan. *A diplomatic history of the American Revolution*. Yale University Press, 1987. p. 159-160.

Províncias Unidas dos Países Baixos, redundando na proclamação da efêmera República Batava.³⁵²

Os Estados Unidos, apesar de sua recém-conquistada independência e em meio à desconfiança internacional sobre a solidez de sua união, enfrentavam árduas discussões acerca de preceitos constitucionais e princípios federalistas, buscando equacionar as divergências entre o poder central emanado pelo Congresso e os anseios de poder historicamente postulados pelos Estados. Nesse cenário de incertezas no processo de formação da nação, a política externa permanecia instável e sem uma linha norteadora bem definida, o que seria superado com a promulgação da Constituição, em 1787, substituindo os Artigos da Confederação, de 1777. No entanto, desde o início, a política externa norte-americana sempre pautou-se pelo pragmatismo. E, após a conquista da independência, assentou-se em pilares que priorizavam as relações comerciais e a neutralidade nas relações internacionais, procurando apartar-se de disputas beligerantes entre as potências europeias.³⁵³ Como enfatizou Pompeian,

From birth, the United States pursued a foreign policy defined by four broad objectives. The primary aim was the preservation of the Union from foreign and domestic threats by avoiding entanglements in European alliances and wars. Another was westward expansion, using purchase or treaty to obtain control over disputed territory. A third was commercial growth by accessing foreign markets where free trade was prohibited or restricted by European commercial regulations. Finally, the country's leaders elaborated an audacious but impotent principle of anti-colonialism and European non-intervention in the western hemisphere. From the American Revolution onward, the foreign policy of the United States with the Iberian Empires was always an extension of diplomacy with Britain and France.³⁵⁴

Em uma de suas cartas autobiográficas publicadas no *Boston Patriot*, John Adams escreveu: “*For my own part, I thought America had been long enough involved in the wars of Europe. She had been a foot-ball between contending nations from the beginning, and it was easy to foresee that France and England both would endeavor to involve us in their future wars. I thought it our interest and duty to avoid it as much as possible, and to be completely independent, and to have nothing to do, but in commerce, with either of them. That my thoughts had been from the beginning, constantly employed to arrange all our European connections to this end...*”; e arrematou: “*My opinion was that our true*

³⁵² DULL, Jonathan. *A diplomatic history of the American Revolution*. Yale University Press, 1987. p. 160-162.

³⁵³ Sobre o assunto, Cf. “*We see with other eyes: The new nation looks at Latin American, 1776-1808*” in LISS, Peggy K. *Atlantic Empires: The Network of Trade and Revolution*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1983. p. 105-126.

³⁵⁴ POMPEIAN, Edward P. “*The colossus of the north. The Iberian empires and the United States, 1776-1783*” in REEDER, Tyson (ed.). *The Routledge History of U.S. Foreign Relations*. Routledge, 2021. p. 150.

policy would always be to maintain an impartial neutrality in all future European wars, as long as possible".³⁵⁵

Na seara econômica, a nação ainda lutava contra as dificuldades financeiras provenientes da guerra e inerentes ao momento de construção do Estado e formação da ordem institucional, permanecendo, sobretudo, dependente do comércio e das manufaturas britânicos,³⁵⁶ principalmente em decorrência das restrições impostas por sua antiga metrópole ao mercado das Índias Ocidentais Britânicas. Durante as negociações preliminares de paz, o Secretário de Relações Exteriores dos Estados Unidos, Robert Livingston, chegou a rogar a John Jay, sediado em Paris: *"If the negotiations go on, let me beg you to use every means for procuring a direct trade with the West Indies"*.³⁵⁷ Em outra carta a Jay, lamentou: *"we continue to be as much distressed for money as ever"*.³⁵⁸ Desde a deflagração da revolução, a política externa norte-americana pugnava pela superação das amarras do mercantilismo. No primeiro rascunho apresentado durante as negociações do tratado preliminar de paz, chegou a ser esboçado um artigo - posteriormente suprimido pela diplomacia britânica com fulcro nos Atos de Navegação - que previa a restauração do comércio anglo-americano, nos mesmos moldes que vigorara antes da revolução.³⁵⁹ As negociações sobre um tratado definitivo de comércio entre as

³⁵⁵ "From John Adams to Boston Patriot, 27 June 1811," Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Adams/99-02-02-5651>. Benjamin Franklin, notoriamente uma francófono, teria expressado uma opinião diferente acerca da neutralidade da política externa norte-americana. Segundo Adams, Franklin teria dito: *"that America owed so great obligations to France that she ought to join her in two future wars at least, against Great Britain; one to pay her debt of gratitude to France for her assistance in this war, and a second to shew herself as generous as France had been"*. in *ibidem*.

³⁵⁶ É possível perceber pela correspondência entre os comissários norte-americanos e os diplomatas britânicos, que, durante as negociações e logo após o tratado preliminar de paz, ambas as nações buscavam restabelecer relações comerciais, enquanto um tratado de comércio definitivo não fosse celebrado. Cf. *"Proposed Articles for an Anglo-American Commercial Treaty"*, [ca. 27 April 1783], Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Adams/06-14-02-0282>. [Original source: The Adams Papers, Papers of John Adams, vol. 14, October 1782–May 1783, ed. Gregg L. Lint, C. James Taylor, Hobson Woodward, Margaret A. Hogan, Mary T. Claffey, Sara B. Sikes, and Judith S. Graham. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2008, pp. 453–454.].

³⁵⁷ *"To John Jay from the Secretary for Foreign Affairs (Robert R. Livingston), 12 September 1782"*, Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Jay/01-03-02-0045>. [Original source: The Selected Papers of John Jay, vol. 3, 1782–1784, ed. Elizabeth M. Nuxoll. Charlottesville: University of Virginia Press, 2013, pp. 146–151.].

³⁵⁸ *"To John Jay from the Secretary for Foreign Affairs (Robert R. Livingston), 23 November 1782"*, Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Jay/01-03-02-0079>. [Original source: The Selected Papers of John Jay, vol. 3, 1782–1784, ed. Elizabeth M. Nuxoll. Charlottesville: University of Virginia Press, 2013, pp. 258–261.].

³⁵⁹ Cf. Artigo 4º dos artigos preliminares - posteriormente retirado pelos diplomatas britânicos. in *"Preliminary Articles: First Draft"*, [5–8] October 1782, Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Jay/01-03-02-0059>. [Original source: The Selected Papers of John Jay, vol. 3, 1782–1784, ed. Elizabeth M. Nuxoll. Charlottesville: University of Virginia Press, 2013, pp. 178–182.]; *"Richard Oswald to Thomas Townshend, 8 October 1782"*, Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Jay/01-03-02-0061>. [Original source: The Selected Papers of John Jay, vol.

duas nações foram complexas e infundáveis, partindo desde discussões acerca das tradições comerciais históricas do império britânico em contraposição ao novo sistema comercial de matiz liberal defendido pela república norte-americana, até debates envolvendo a exegese de minúcias e detalhes de cláusulas contratuais; o que acabou inviabilizando a realização de um tratado.³⁶⁰ O impasse fez com que os comissários norte-americanos em Paris sugerissem ao Secretário de Assuntos Exteriores dos Estados Unidos que as negociações sobre um tratado de comércio fossem levadas adiante separadamente e reiniciadas posteriormente, após a assinatura do tratado definitivo de paz.³⁶¹ A questão só foi resolvida uma década depois, quando John Jay celebrou com os britânicos o tratado de 1794, regulamentando a matéria.

Ademais, questões que não haviam sido bem delineadas durante o acordo de paz permaneciam criando embaraços diplomáticos e conflitos entre as duas partes, como, v. g., os direitos que seriam concedidos aos lealistas; a insegurança quanto ao pagamento de dívidas contraídas com mercadores britânicos e oriundas da guerra; e a permanência de tropas britânicas em alguns enclaves do território estadunidense. O governo reconhecia, outrossim, sua incapacidade de promover a ocupação efetiva de vastas regiões de fronteira, dificultando seu controle sobre povos ameríndios, limitando sua faculdade de expansão e favorecendo a influência do império espanhol nesses territórios. De qualquer forma, a riqueza e posição geográfica estratégica de seu território, próximo às Índias Ocidentais, favoreciam alianças e tornavam seu mercado promissor nas relações internacionais.³⁶² Como escreveu Livingston:

3, 1782–1784, ed. Elizabeth M. Nuxoll. Charlottesville: University of Virginia Press, 2013, pp. 185–188.].

³⁶⁰ “Negotiating a Trade Agreement Editorial Note,” Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Jay/01-03-02-0140>. [Original source: The Selected Papers of John Jay, vol. 3, 1782–1784, ed. Elizabeth M. Nuxoll. Charlottesville: University of Virginia Press, 2013, pp. 373–386.]

³⁶¹ “American Peace Commissioners to the Secretary for Foreign Affairs (Robert R. Livingston), 27 July 1783,” Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Jay/01-03-02-0172>. [Original source: The Selected Papers of John Jay, vol. 3, 1782–1784, ed. Elizabeth M. Nuxoll. Charlottesville: University of Virginia Press, 2013, pp. 451–452.]

³⁶² DULL, Jonathan. *A diplomatic history of the American Revolution*. Yale University Press, 1987. p. 162-163. A questão da política que seria deferida aos lealistas ficou prevista de forma bastante genérica e ambígua no tratado de paz. Os revolucionários não pareciam dispostos a contemplar aqueles que consideravam traidores da causa revolucionária, além do que, guardavam verdadeira mágoa desses indivíduos, como é possível observar pela correspondência do período mantida entre políticos e diplomatas norte-americanos. É o que se depreende, por exemplo, por meio da leitura da carta de Franklin a Laurens, na qual aquele, além de reclamar da demora da evacuação britânica de Nova York, é claro e direto sobre sua visão em relação ao lealistas: “*I am glad you (Laurens) happen to be on the Spot to say what ought to be said respecting the pretended Loyalists. Setting them in their true Light must be of great Service. The World had never seen a more universally Loyal People than the Americans who were forc’d by the mad Measures of the Ministry to take up Arms in Defence of their Rights. They did it with Reluctance. They were truly Loyalists. Very few if any of these Pretenders had any such Principle, or any Principle but that of taking care of*

The commercial Nations of Europe begin already to see that the attention which is almost universally afforded to the improvement of manufactures must set bounds to their commerce, unless they can open new markets - Where are these new markets to be found but in America— Here the wishes & habits of the people will concur with the policy of the government in encouraging the cultivation of their Lands at the expense of manufactures— Both will continue to operate while we have a great wilderness to settle, & while a market shall be afforded for our produce. - But if that market is shut against us, if we can not vend what we raise, we shall want the means of purchasing foreign manufactures & of course must from necessity manufacture for ourselves— The progress of manufactures is always rapid when once introduced in a Country where provision is cheap & the means of transportation so extremely easy as it is in America— I am fully persuaded therefore that it is the interest of a nation with whom present appearances promise us such extensive Commerce as France, to give every encouragement to our Agriculture as the only means of keeping open this market for the consumption of their manufactures.³⁶³

Vale lembrar que Estados Unidos e Grã-Bretanha entrariam novamente em guerra em 1812. Em um complexo cenário que envolvia o aumento de tensões entre federalistas (pró-ingleses) e republicanos (pró-franceses) norte-americanos influenciados pela revolução francesa; o acirramento das disputas entre o império britânico e o primeiro império francês para o estabelecimento de relações comerciais com os Estados do norte e do sul dos Estados Unidos; os reiterados ataques da marinha britânica contra navios mercantes estadunidenses; e os conflitos entre norte-americanos e ameríndios - apoiados por ingleses - no oeste, eclodiu a guerra anglo-americana de 1812, opondo os Estados Unidos e seu aliados ameríndios, de um lado, à Grã-Bretanha, suas colônias - Quebec, Ontário, Nova Escócia, Terra Nova e Bermudas - e seus aliados indígenas, de outro.

No campo diplomático, Espanha e Estados Unidos ainda atravessariam alguns imbróglios, derivados, em grande parte, de questões que não haviam sido bem definidas durante as negociações de paz e relacionadas a alguns artigos do tratado de paz celebrado entre Estados Unidos e Grã-Bretanha, que haviam sido pactuados sem uma consulta prévia aos espanhóis. A primeira divergência relacionava-se a uma antiga e recorrente

themselves by securing Safety with a Chance of Emolument & Plunder. They fancied the King's Side would prove the strongest. Could they have foreseen our Success, they would never have oppos'd us, nor would England have been dunn'd with their Claims of Recompense for their Loyalty! In "From Benjamin Franklin to Henry Laurens, 20 March 1783," Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Franklin/01-39-02-0209>. [Original source: The Papers of Benjamin Franklin, vol. 39, January 21 through May 15, 1783, ed. Ellen R. Cohn. New Haven and London: Yale University Press, 2008, pp. 358–359.]. Através da correspondência do período entre Franklin e Vergennes, por sua vez, é possível perceber as tentativas de estreitamento de laços comerciais entre Estados Unidos e França. Cf. *"The Papers of Benjamin Franklin, vol. 39, January 21 through May 15, 1783"* Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Franklin/01-39-02-0198>. [Original source: The Papers of Benjamin Franklin, vol. 39, January 21 through May 15, 1783, ed. Ellen R. Cohn. New Haven and London: Yale University Press, 2008, pp. 343–344.]

³⁶³ *"To John Jay from the Secretary for Foreign Affairs (Robert R. Livingston), 12 September 1782," Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Jay/01-03-02-0045>. [Original source: The Selected Papers of John Jay, vol. 3, 1782–1784, ed. Elizabeth M. Nuxoll. Charlottesville: University of Virginia Press, 2013, pp. 146–151.]*

contenda - e quase insuperável ponto de discórdia -, qual seja, a navegação do rio Mississippi,³⁶⁴ que havia sido reciprocamente permitida pelos estadunidenses e britânicos em seu respectivo tratado: “*The navigation of the river Mississippi, from its source to the ocean, shall forever remain free and open to the subjects of Great Britain and the citizens of the United States*”.³⁶⁵ No entanto, o estuário do rio Mississippi estava localizado dentro dos domínios imperiais hispânicos. E, como o tratado firmado entre Espanha e Grã-Bretanha não mencionava essa deliberação, a monarquia ibérica não endossou esse direito de navegação das duas outras nações, gerando uma série de impasses e desentendimentos comerciais entre autoridades da Louisiana e navios mercantis norte-americanos.³⁶⁶ O rio Mississippi constituía uma importante e estratégica rota de escoamento de mercadorias e acesso ao Golfo do México, e a livre navegação por suas águas somente seria formalmente reconhecida em 1795, quando Espanha e Estados Unidos foram signatários do Tratado de Pinckney - ou Tratado de San Lorenzo -, que, em seu artigo 4º, dispõe: “[...] *his Catholic Majesty has likewise agreed that the navigation of the said River in its whole breadth from its source to the Ocean shall be free only to his Subjects, and the Citizens of the United States, unless he should extend this privilege to the Subjects of other Powers by special convention*”.³⁶⁷ Enquanto a segunda divergência diplomática entre Espanha e Estados Unidos, também solucionada pelo tratado supracitado, envolvia as regiões de fronteira nas Flóridas e na Louisiana. Robert Livingston chegou a declarar que a Espanha possuía “*wild pretentions to boundless*

³⁶⁴ As divergências em torno do acesso e direito à navegação no Mississippi, bem como as discussões sobre a questão de demarcação de fronteiras entre Espanha e Estados Unidos, sempre permearam os debates diplomáticos entre os representantes das duas nações durante a revolução; assim como costumavam ser objeto de discussões e resoluções do Congresso Continental. Há uma miríade de cartas e relatórios diplomáticos tratando do assunto, no entanto, as Memórias que Rayneval escreveu sobre as fronteiras entre Espanha e Estados Unidos talvez constituam o melhor resumo da celeuma. Cf. “*Rayneval’s Memoir on the Boundaries between Spain and the United States*, 6 September 1782,” Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Jay/01-03-02-0037>. [Original source: The Selected Papers of John Jay, vol. 3, 1782–1784, ed. Elizabeth M. Nuxoll. Charlottesville: University of Virginia Press, 2013, pp. 102–108.]; Ver também: “*From John Jay to the Secretary for Foreign Affairs (Robert R. Livingston)*, 17 November 1782,” Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Jay/01-03-02-0076>. [Original source: The Selected Papers of John Jay, vol. 3, 1782–1784, ed. Elizabeth M. Nuxoll. Charlottesville: University of Virginia Press, 2013, pp. 225–255.].

³⁶⁵ Artigo 8 do Tratado de Paris. in *The Definitive Treaty of Peace*, Paris, Paris, September 3, 1783. Treaties and Other International Acts of the United States of America. Edited by Hunter Miller Volume 2. Documents 1-40 : 1776-1818. Washington : Government Printing Office, 1931. Avalon Project - British-American Diplomacy : The Paris Peace Treaty of September 30, 1783 ([yale.edu https://avalon.law.yale.edu/18th_century/paris.asp](https://avalon.law.yale.edu/18th_century/paris.asp))

³⁶⁶ Cf. DULL, Jonathan. *A diplomatic history of the American Revolution*. Yale University Press, 1987. p. 150-160; PAQUETTE, Gabriel; SARAVIA, Gonzalo M. (Orgs.). *Spain and the American Revolution: New Approaches and Perspectives*. Routledge, 2019. (L. Kindle 972-984).

³⁶⁷ *Treaty of Friendship, Limits, and Navigation Between Spain and The United States*. October 27, 1795. Treaties and Other International Acts of the United States of America. Edited by Hunter Miller. Volume 2. Documents 1-40: 1776-1818. Washington : Government Printing Office, 1931.

territory in this country (Estados Unidos)”.³⁶⁸ Na fronteira que dividia o sul dos Estados Unidos com as Flóridas, ficou assentado que: “shall be designated by a line beginning on the River Mississippi at the Northermost part of the thirty first degree of latitude North of the Equator; which from thence shall be drawn due East to the middle of the River Apalachicola or Catahouche, thence along the middle thereof to its junction with the Flint, thence straight to the head of St Mary's River; and thence down the middle there of to the Atlantic Ocean”; ao passo que a fronteira entre a Lousiana e o oeste americano foi estabelecida: “in the middle of the channel or bed of the River Mississippi from the Northern boundary of the said States to the completion of the thirty first degree of latitude North of the Equator”.³⁶⁹

Em razão da vasta extensão territorial, as duas nações ainda se defrontavam com muitas dificuldades para controlar essas regiões de fronteira ainda escassamente habitadas, inóspitas e hostis, e largamente dominadas por povos autóctones, razão pela qual, apesar dos intensos conflitos, foram compelidas a concertar uma política de alianças com esses grupos ameríndios. Segundo o artigo 5º do Tratado de Pinckney,

The two High contracting Parties shall by all the means in their power maintain peace and harmony among the several Indian Nations who inhabit the country adjacent to the lines and Rivers which by the proceeding Articles form the boundaries of the two Floridas; and the teeter to obtain this effect both Parties oblige themselves expressly to restrain by force all hostilities on the part of the Indian Nations living within their boundaries: so that Spain will notsuder her Indians to attack the Citizens of the United States, nor the Indians inhabiting their territory; nor will the United States permit these last mentioned Indians to commence hostilities against the Subjects of his Catholic Majesty, or his Indians in any manner whatever.

And whereas several treaties of Friendship exist between the two contracting Parties and the said Nations of Indians, it is hereby agreed that in future no treaty of alliance or other whatever (except treaties of Peace) shall be made by either Party with the Indians living within the boundary of the other; but both Parties will endeavour to make the advantages of the Indian trade common and mutually beneficial to their respective Subjects and Citizens observing in all things the most complete reciprocity: so that both Parties may obtain the advantages arising from a good understanding with the said Nations, without being subject to the expence which they have hitherto occasioned.³⁷⁰

³⁶⁸ “To John Jay from the Secretary for Foreign Affairs (Robert R. Livingston), 23 November 1782,” Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Jay/01-03-02-0079>. [Original source: The Selected Papers of John Jay, vol. 3, 1782–1784, ed. Elizabeth M. Nuxoll. Charlottesville: University of Virginia Press, 2013, pp. 258–261.].

³⁶⁹ Artigos 2º e 4º do Tratado. *Treaty of Friendship, Limits, and Navigation Between Spain and The United States*. October 27, 1795. Treaties and Other International Acts of the United States of America. Edited by Hunter Miller. Volume 2. Documents 1-40: 1776-1818. Washington : Government Printing Office, 1931.

³⁷⁰ Artigo 5º do Tratado. *Treaty of Friendship, Limits, and Navigation Between Spain and The United States*. October 27, 1795. Treaties and Other International Acts of the United States of America. Edited by Hunter Miller. Volume 2. Documents 1-40: 1776-1818. Washington : Government Printing Office, 1931. John Adams, fazendo alusão a uma conversa com Rayneval, escreveu ao secretário de assuntos exteriores, Robert Livingston, sobre sua posição em relação à situação dos ameríndios que habitavam as regiões de fronteira entre Espanha e Estados Unidos: “He [Rayneval] said much in favor of the conciliatory Line he had proposed, and of the advantages of placing the Indian nations on

A capacidade de resistência dos nativos, demonstrada desde as alianças e conflitos durante a guerra revolucionária, manteve-se em face da reivindicação do território do noroeste pelos norte-americanos após o Tratado de Paris, dificultando e atrasando o processo de expansão para a região dos trans-Appalaches, e implicando em uma estratégia de concessões até, pelo menos, meados de 1790, quando, em virtude da derrota da grande confederação de povos nativos na Batalha de Fallen Timbers, encerrando a Guerra Indígena do Noroeste, foi assinado o Tratado de Greenville, que impôs a supremacia definitiva do governo dos Estados Unidos e garantiu a anexação do “Território do Noroeste”, que compreendia boa parte do Ohio.³⁷¹ Interessante notar que, durante a revolução, os espanhóis lutaram ao lado dos franceses e apoiaram muitos povos ameríndios em favor da causa dos norte-americanos contra os britânicos. Contudo, após a conquista da independência dos Estados Unidos, o ambíguo tabuleiro de alianças novamente mudou, e espanhóis e ingleses apoiaram, no sul e no noroeste, respectivamente, os nativos em sua resistência contra a expansão norte-americana; e ambos, vale dizer, tanto espanhóis quanto ingleses, em razão do avanço imperial francês comandado por Napoleão na Europa, terminaram por deixar esses povos indígenas inermes contra o projeto expansionista estadunidense, que culminará, como sabemos, com o avassalador extermínio desses grupos autóctones durante o século XIX.

Como bem resumiu Gwenda Morgan:

The Peace of Paris not only ignored the indigenous population but deprived it of potential allies and diplomatic weight. The news that they had been abandoned by their erstwhile allies and their lands ceded to the Euro-Americans and the Spanish was met with anger and disbelief. 'The end of the Revolution produced a new phase of conflict between Indians and Americans in the Ohio country.' The final defeat of the Indians came at the

the West side of it under the Protection of Spain, and those on the East, under that of the United States. That the Rights of those nations would be thereby secured, and future Disputes between us and Spain avoided. I replied that so far as our Claims might affect those Indian nations, it was a matter solely between us and them; and that admitting them to be independent, they certainly had a right to choose their own Protectors” in “From John Jay to the Secretary for Foreign Affairs (Robert R. Livingston), 17 November 1782,” Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Jay/01-03-02-0076>. [Original source: The Selected Papers of John Jay, vol. 3, 1782–1784, ed. Elizabeth M. Nuxoll. Charlottesville: University of Virginia Press, 2013, pp. 225–255.]

³⁷¹ TIRO, Karim M.. “*Ambivalent Allies. Strategy and the Native Americans*” in STOKER, Donald; HAGAN, Kenneth J.; MCMASTER, Michael T. (Ed.). *Strategy in the American War of Independence. A Global Approach*. Routledge. Cass Military Studies. London and New York. 2010. p. 121-123. “Great Britain had received valuable military assistance from Indians during the war, but once again demonstrated its fundamental disregard for them by ignoring their interests at the treaty table in Paris. British negotiators ceded to the Americans the Crown’s sovereign claims south of Canada and east of the Mississippi without condition. There was no acknowledgment that Indians retained aboriginal title to territories they never ceded to Britain, or any stipulation that colonial treaties would be honored. This contrasted with the French surrender in 1760, which shielded Native American allies from dispossession and retribution.” in *ibidem* p. 133. Cf. “The Indians, the west and the Revolution” in MORGAN, Gwenda. *The debate on the american revolution*. Manchester University Press, 2007. p. 254-289.

*Battle of Fallen Timbers in 1794: 'Defeated in battle and abandoned by the British, the Indians could only watch as Wayne's troops put the area to the torch. A dozen years after the end of the Revolution, the American strategy of burning Indian food supplies finally ended the Indians' war for independence.'*³⁷²

Além das tensões e do forte sincretismo cultural nessas regiões, à mingua de tratados no pós-guerra que regulamentassem formalmente as relações comerciais, emergiu um incipiente mercado informal entre mercadores norte-americanos, espanhóis e ameríndios, propiciando o desenvolvimento de uma restrita rede comercial nessas zonas. Para Pompeian, “*The American Revolution had the salutary effect of bringing renewed prosperity to Spanish America, especially the peripheral colonies. Spanish commercial policy was relaxed during the war, which expanded trade with foreign merchants in the Antilles and brought Anglo-American ships with cheap flour, meat, fish, and grain and agricultural implements and naval stores to Havana and other colonial ports in the Caribbean and Gulf of Mexico*”.³⁷³

A questão da escravidão também permeou alguns conflitos envolvendo a fronteira entre Espanha e Estados. Oriundo de práticas instituídas por autoridades hispano-americanas durante o setecentos, o costume de recepção de escravos fugidos das grandes propriedades escravagistas das colônias sulistas britânicas, como meio - ainda que precário - de povoar e defender as fronteiras longínquas e despovoadas, perpetuou-se, após a independência norte-americana, renovando os conflitos políticos nas fronteiras durante a virada do século XVIII para o XIX, principalmente em razão do recrudescimento da fuga de escravos do território norte-americano, que atravessavam a fronteira com a Flórida e a Louisiana e buscavam refúgio e uma vida mais próspera sob a égide do império espanhol.³⁷⁴

A diplomacia norte americana, contudo, sempre foi regida pelo pragmatismo, e as relações entre Estados Unidos e Espanha, apesar de algumas divergências e conflitos, seguiram um padrão de normalidade no decorrer da primeira metade do oitocentos. Segundo Pompeian, “*The challenges of war, commerce, and sovereignty dictated the*

³⁷² CALLOWAY, *American Revolution*. apud “*The Indians, the west and the Revolution*” in MORGAN, Gwenda. *The debate on the american revolution*. Manchester University Press, 2007. p. 289. Cf. MERRELL, James H. “*Amerindians and the new republic*” in GREENE, Jack P; POLE, J. R. *A companion to the american revolution*. Blackwell publishers, 2000. p. 413-418.

³⁷³ POMPEIAN, Edward P. “*The colossus of the north. The inberian empires and the United States, 1776-1783*” in REEDER, Tyson (ed.). *The Routledge History of U.S. Foreign Relations*. Routledge, 2021. p. 151.

³⁷⁴ PAQUETTE, Gabriel; SARAVIA, Gonzalo M. (Orgs.). *Spain and the American Revolution: New Approaches and Perspectives*. Routledge, 2019. (L. Kindle 987-1024).

*terms of the Iberian Empire's relations with the United States before the Monroe Doctrine and the era of Manifest Destiny. Historians now appreciate how trade had entangled the destinies of the United States and the Iberian World together during the Age of Revolutions in ways that were previously unrecognized. Colossus or not, the early United States enjoyed extensive relations with the Spanish and Portuguese Empires that went beyond just diplomacy or borderlines and borderlands".*³⁷⁵

Durante a onda de emancipação política que varreu a América hispânica no século XIX, apesar do contrabando levado a cabo por alguns norte-americanos e de uma certa simpatia da sociedade com a causa dos insurgentes espanhóis,³⁷⁶ o governo estadunidense, seguindo orientação do Congresso, adotou, a partir de 1817, uma política externa oficial de neutralidade perante as conturbações independentistas da América hispânica, dando prioridade ao atrativo comércio caribenho - principalmente o cubano - e às tratativas diplomáticas para a aquisição da Flórida,³⁷⁷ que seria formalmente concretizada pelo Tratado de Adams-Onís (Tratado de Transcontinentalidade), assinado em 1819 e ratificado em 1821 - ainda que a Monarquia espanhola tenha perdido sua soberania sobre a Flórida *avant la lettre*. Os Estados Unidos haviam comprado a Louisiana dos franceses em 1803, porém, as disputas envolvendo as regiões de fronteira continuavam no centro das preocupações e discussões diplomáticas entre o governo norte-americano e o império espanhol. Assim, o Tratado de Adams-Onís teria encerrado o período alcunhado por James E. Lewis como "*Problem of Neighborhood*" - compreendido entre o fim da guerra de independência dos Estados Unidos (1783) e a ratificação do Tratado (1821) -, que teria sido marcado por intensas e conflituosas disputas territoriais e infundáveis tentativas de demarcação definitiva de fronteiras.³⁷⁸

Na verdade, para Pompeian, o comércio sempre foi a engrenagem que moveu as

³⁷⁵ POMPEIAN, Edward P. "*The colossus of the north. The Iberian empires and the United States, 1776-1783*" in REEDER, Tyson (ed.). *The Routledge History of U.S. Foreign Relations*. Routledge, 2021. p. 149.

³⁷⁶ Sobre o assunto, Cf. POMPEIAN, Edward P. "*The colossus of the north. The Iberian empires and the United States, 1776-1783*" in REEDER, Tyson (ed.). *The Routledge History of U.S. Foreign Relations*. Routledge, 2021. p. 154-155.

³⁷⁷ PAQUETTE, Gabriel; SARAVIA, Gonzalo M. (Orgs.). *Spain and the American Revolution: New Approaches and Perspectives*. Routledge, 2019. (L. Kindle 1024-1040).

³⁷⁸ POMPEIAN, Edward P. "*The colossus of the north. The Iberian empires and the United States, 1776-1783*" in REEDER, Tyson (ed.). *The Routledge History of U.S. Foreign Relations*. Routledge, 2021. p. 151-152. Como sabemos, em um período de pouco mais de um século, a expansão territorial dos Estados Unidos foi extraordinária: Treze Colônias (1776); Tratado de Paris (1783); Compra da Louisiana (1803); Cessão de Red River (1818) - Convenção Anglo-Americana de 1818; Tratado de Adams-Onís (1819) - Compra da Flórida; Anexação do Texas (1845); Cessão do Oregon (1846); Cessão Mexicana (1848); Compra de Gadsden (1853); Compra do Alasca (1867); Anexação do Havai (1898).

negociações diplomáticas entre Estados Unidos e Espanha. Além de aproximar a emergente república e o império ibérico, as relações e os interesses comerciais moldavam e pautavam as tratativas diplomáticas, mesmo quando a retórica dos agentes diplomáticos norte-americanos circunscrevia-se a uma simples reivindicação territorial. Assim como, matizadas por uma política econômica liberal, as reformas ilustradas bourbônicas levadas a cabo por Carlos III e Carlos IV almejavam recuperar os altos custos financeiros suportados pela Espanha em razão de seu envolvimento na guerra revolucionária e reequilibrar as finanças do Tesouro Real espanhol, incentivando o estabelecimento de relações comerciais com nações estrangeiras, principalmente com os Estados Unidos. A importância do comércio - e, portanto, a manutenção de antigos laços e a composição de novos vínculos comerciais - teria aumentado exponencialmente no âmbito das relações diplomáticas entre Espanha e Estados Unidos após prorromper a revolução francesa e eclodirem as sucessivas guerras que abalaram a Europa.³⁷⁹

Segundo Stanley e Barbara Stein, o império espanhol estava em declínio desde a revolta das Províncias Unidas dos Países Baixos. A manutenção de privilégios de grupos socioeconômicos e as concessões feitas à nobreza pelos Habsburgos como forma de sustentar o poder da Casa austríaca na Espanha, teriam conferido um poder excessivo a determinados segmentos sociais e classes políticas, dificultando a implementação de um programa ambicioso de reformas pela dinastia bourbônica no setecentos. De acordo com os dois autores, as reformas teriam sido tímidas e insuficientes para conter o avanço de outras potências europeias - como Grã-Bretanha e França - e, ao mesmo tempo, recuperar a prosperidade imperial hispânica. Na verdade, *"Spain's policy-makers were not 'reformers' but merely anxious to preserve the colonies in America from direct exploitation by English and French merchants. Their project may best be described as a form of 'defensive modernization'".*³⁸⁰

A Espanha, de acordo com Kuethe e Andrie, apesar das graves dificuldades financeiras em decorrência da guerra de independência dos Estados Unidos, teria saído do conflito vitoriosa e experimentando o ápice de seu programa de reformas. O Ministério das Relações Exteriores e o governo sediado em Madrid, mesmo enfrentando pressões e

³⁷⁹ POMPEIAN, Edward P. *"The colossus of the north. The Iberian empires and the United States, 1776-1783"* in REEDER, Tyson (ed.). *The Routledge History of U.S. Foreign Relations*. Routledge, 2021. p. 151-152.

³⁸⁰ STEIN, Stanley; STEIN, Barbara. *Apogee of Empire: Spain and New Spain in the Age of Charles III, 1750-1789*. Baltimore and London: Johns Hopkins University Press, 2003. p. 351-355.

oposições internas, conturbações políticas e sociais nas possessões ultramarinas, tensões internacionais e a superioridade naval britânica no Atlântico, teriam sido capazes de dar continuidade, de forma bem-sucedida, ao projeto reformista e promover uma nova ascensão do império espanhol no Mundo Atlântico. Em que pese o investimento em seu poderio militar e naval, a recorrente falta de investimento na indústria peninsular e no sistema comercial ultramarino que dinamizava a economia caribenha e interligava a rede comercial Atlântica, começou a enfraquecer a estrutura imperial. A revolução francesa, inflamando a Europa e espargindo a guerra pelo continente, acabou lançando o império espanhol no vórtice do conflito que estremeceu a sociedade e a geopolítica europeias, e a guerra anglo-espanhola que irrompeu em 1796 arruinou definitivamente o longo e escalonado programa reformista borbônico, acelerando o declínio do poderoso império.³⁸¹ As guerras anglo-espanholas, enquanto atribulavam o comércio atlântico espanhol, teriam beneficiado os comerciantes estadunidenses, que, diante do enfraquecimento da Espanha e resguardados por uma política oficial de neutralidade de seu governo, conquistaram uma inserção sem precedentes no comércio do atlântico e das Índias Ocidentais espanholas.³⁸²

O império espanhol atravessou o longo século XVIII promovendo uma série de reformas e envolvido em sucessivas guerras com outros impérios europeus em busca de hegemonia no Mundo Atlântico. Na verdade, as reformas e as guerras imperiais sempre influenciaram-se reciprocamente. Regidas por um ideal iluminista europeu, as reformas da segunda metade do setecentos foram paulatinamente implementadas de acordo com as pressões e os interesses políticos que afluíam dos dois lados do oceano, e eram constantemente adaptadas aos conflitos interimperiais que eclodiam no Mundo Atlântico, de modo que seus impactos foram sentidos de diferentes maneiras pelas extensas e heterogêneas regiões que cobriam os Vice-Reinos e Províncias da América Hispânica. Assim, no crepúsculo do setecentos, no contexto das guerras de coalizão contra a França revolucionária, as guerras anglo-espanholas (1796-1802; 1804-1808) criaram graves embaraços para o comércio atlântico espanhol e prejudicaram as reformas conduzidas por Carlos IV em seus domínios ultramarinos. Os embates navais anglo-espanhóis

³⁸¹ KUETHE, Allan J.; ANDRIEN, Kenneth J. *The Spanish Atlantic World in the Eighteenth Century War and the Bourbon Reforms, 1713–1796*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. p. 305-306.

³⁸² POMPEIAN, Edward P. “The colossus of the north. The inberian empires and the United States, 1776-1783” in REEDER, Tyson (ed.). *The Routledge History of U.S. Foreign Relations*. Routledge, 2021. p. 152.

encapelaram as águas do Atlântico, porém, a marinha real britânica, consolidando sua supremacia naval que vigoraria por todo o século XIX, impôs duras derrotas às forças marítimas espanholas, primeiro, na batalha do Cabo de São Vicente (1797), depois, na decisiva batalha de Trafalgar (1805), prejudicando não só o programa de reformas de Carlos IV, mas todo o esforço reformista de seu antecessor, Carlos III; acentuando o vertiginoso declínio que levaria ao colapso do império.³⁸³

A Espanha, embora enfraquecida economicamente, conseguiu manter seus vastos domínios nas Américas e uma certa supremacia no Caribe. A participação da Espanha na revolução americana exerceu grande influência sobre a vitória dos revolucionários e a conquista de sua independência. Apesar de a historiografia norte-americana não ter outorgado o devido reconhecimento a essa contribuição, a importância do império espanhol na guerra revolucionária foi reconhecida em inúmeras oportunidades pelo Congresso Continental, líderes políticos e diplomatas norte-americanos e franceses da época. A Espanha sempre temeu que suas possessões ultramarinas nas Américas fossem contaminadas pelo espírito de independência da guerra revolucionária, e é interessante notar que sua maior aliada, a França, exerceu um enorme impacto no processo de emancipação da América hispânica, pois, com a eclosão da revolução francesa e a expansão de seu primeiro império, comandado por Napoleão, a França invadiu e ocupou a Península Ibérica, provocando conturbações políticas na sociedade espanhola, que suscitariam a reunião das Cortes de Cádiz e agravariam o processo de fragmentação do império espanhol, influenciando o movimento de independência que devastou seus vastos domínios nas Américas. Por outro lado - e por ironia do destino -, as guerras napoleônicas provocaram uma aproximação entre Grã-Bretanha e Espanha, em razão das operações navais da marinha real britânica nas costas da Península Ibérica e, principalmente, da marcha de seu exército naqueles páramos, favorecendo a resistência espanhola contra a ocupação francesa e, concomitantemente, propiciando um momentâneo processo de convergência entre espanhóis e britânicos.

³⁸³ KUETHE, Allan J.; ANDRIEN, Kenneth J. *The Spanish Atlantic World in the Eighteenth Century War and the Bourbon Reforms, 1713–1796*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. p. 344-345.

Considerações finais

Estamos caminhando para as considerações finais deste trabalho. No entanto, antes, gostaríamos de abordar em linhas gerais o debate sobre os eventuais impactos da revolução americana - principalmente dos ideais republicanos, preceitos constitucionais, ideias democráticas e princípios federalistas - sobre a América hispânica. Sabemos que se trata de um vastíssimo e complexo debate historiográfico; por isso, à guisa de conclusão, identificaremos as principais correntes interpretativas sobre o assunto e faremos apenas alguns brevíssimos e gerais apontamentos sobre essas vertentes, valendo-nos de algumas obras importantes que contribuíram para essa evolução historiográfica, uma vez que apresentam eruditos e vigorosos argumentos que sustentam seus respectivos pontos de vista. Assim, sem qualquer pretensão de esgotar o tema, faremos uma breve síntese do debate, evidenciando a perspectiva de uma era de revoluções atlânticas, que enxerga a influência das ideias da revolução americana e da revolução francesa sobre o processo de emancipação política da América hispânica, em contraposição à interpretação que enfatiza o desenvolvimento do pensamento intelectual e político espanhol durante os debates das Cortes de Cádiz, após a ocupação francesa da Península Ibérica, manejando, mormente, as ideias de autores como Manuel Chust Calero, José Antonio Serrano, Robert Palmer, Jonathan Israel, Wim Klooster, Merle Simmons, François-Xavier Guerra, Jaime Rodríguez e Kenneth Maxwell.

Como bem resumiu Anthony McFarlane em sua análise sobre os impactos da revolução americana sobre a América hispânica,

Around the time of the American Revolution, some contemporaries – notably Raynal and his fellow philosophes – saw it as an historical watershed, a political transformation that foreshadowed an unfolding challenge to European monarchies and their overseas empires. Modern historians have taken similar positions, particularly those who have identified an age of ‘Atlantic Revolutions’ which, pivoted on the European Enlightenment and the American and French Revolutions, brought ideological and political change across Europe and its colonies, and by the mid-1820s collapsed the French, Portuguese and Spanish empires in the Western Hemisphere. This interpretation has been challenged, however, by historians who have focused on political dynamics and political thinking within the Hispanic world itself. Rather than seeing the Spanish American revolutions as expressions of revolutionary ideas emanating from the American and French Revolutions, the advocates of this position stress their origins in an Hispanic political crisis that was triggered by exogenous forces (Napoleon’s invasion of Spain in 1808), and developed along ideological and institutional lines that owed more to Hispanic institutions and traditions of political thinking than to the Atlantic revolutions.³⁸⁴

³⁸⁴ “The American Revolution and Spanish America, 1776-1814” in PAQUETTE, Gabriel; SARAIVA, Gonzalo M.

Ao mapear o debate historiográfico sobre o processo de emancipação política na América hispânica, Manuel Chust Calero e José Antonio Serrano, preterindo as correntes que defendem a influência de ideais iluministas da revolução francesa e de ideias da revolução americana, tratam da inflexão intelectual que rompeu com o consenso historiográfico hispano-americano que vigorou até meados do século XX, assentado em torno de concepções de nação, pátria, povo e heróis para explicar o processo de independência da América hispânica. A partir da década de 1960, surgiu uma historiografia revisionista no bojo de uma nova geração de historiadores preocupados em elaborar pesquisas acadêmicas embasadas em uma investigação crítica de fontes históricas; assim como aumentou exponencialmente o número de pesquisadores nas ciências sociais como um todo (história, antropologia, ciência política e sociologia), e de historiadores que não pertenciam ao eixo acadêmico hispano-americano. Essa nova onda historiográfica seria matizada por diferentes vertentes: aquela que enfatizava as histórias regionais e, portanto, as especificidades políticas, econômicas, sociais e étnicas do vasto e heterogêneo território da América hispânica; aquela que, intimamente ligada às histórias regionais, desvelava a complexidade e diversidade de projetos políticos dimanados no seio das diferentes camadas sociais, raciais e étnicas, superando a percepção unívoca de que havia um movimento coeso cujo objetivo primordial era a independência e a formação de uma nação unificadora; aquela que, também relacionada às histórias regionais, envolvia interpretações e análises sobre o desenvolvimento econômico desigual nas possessões ultramarinas do império espanhol no setecentos e no oitocentos; aquela diretamente derivada da ascensão da história social como mecanismo de apreensão do mundo hispano-americano, que relativizaria e criticaria a ideia de povo tradicionalmente emanada pelo consenso historiográfico supramencionado. Esta última vertente, ao investigar os interesses econômicos e procurar elucidar as contradições sociais que permeavam os movimentos de sublevação, acabou por influenciar e reforçar a vertente cujo escopo era desconstruir a narrativa que enaltecia em demasia a figura do líder político, herói e libertador, que invariavelmente destacava seu protagonismo e excepcionalismo, em detrimento de todo um corpo social econômica e politicamente

(Orgs.). *Spain and the American Revolution: New Approaches and Perspectives*. Routledge, 2019. (L. Kindle 1329-1340).

dinâmico.³⁸⁵

Portanto, no âmago desse abrangente movimento de inflexão historiográfica presenciado nas décadas de 1960-1970, é possível observar, em linhas gerais, a diluição de premissas até então consideradas absolutas como a categoria “nação” como eixo explicativo dos fenômenos de independências na América hispânica; o afastamento de exegeses que enfatizavam a “liberação nacional” como o fim último dos movimentos de insurreição; e o aumento de críticas engendradas a partir de um arcabouço de pesquisas empíricas e endereçadas às teorias que advogavam que um sistema “neoimperialista”, reconfigurando antigas formas de dominação, teria regido o processo de construção de novas repúblicas independentes na América Latina, como é o caso da tese do historiador britânico John Lynch. Nessa esteira de inovações historiográficas, as décadas de 1980-1990 teriam testemunhado interpretações que abraçavam a “onda democrática” que difundia-se em um contexto geral de transição democrática na América Latina, caminhando, *pari passu*, com reformulações teóricas e metodológicas que desaguiariam em críticas aos marxismos heterodoxos, à teoria da dependência e aos *Annales*, acusados, *grosso modo*, de endossarem teorias estruturalistas, à medida que conferiam primazia a interpretações econômicas ou às forças do mercado mundial, responsáveis por imprimir suas diretrizes sobre as superestruturas, transmutando as relações políticas e sociais que abalaram o mundo hispânico do século XIX. Mais recentemente, as influências do pensamento intelectual e político oriundo dos debates liberais das Cortes de Cádiz e as discussões em torno de conceitos de cidadania e representação política ganharam relevância na historiografia, sendo cada vez mais objeto de investigação e fator explicativo para a eclosão e o desenvolvimento dos movimentos de independência, bem como para o processo de construção dos Estados Nacionais na América hispânica, sobressaindo-se, nesta vertente, as obras de François-Xavier Guerra, Jaime Rodríguez, Hilda Sabato, José Carlos Chiaramonte etc.³⁸⁶

O Mundo Atlântico, como sublinhou Maxwell, assistiu algumas mudanças significativas no império espanhol e, especialmente, na América hispânica durante o setecentos. Ancorado no sistema de frotas e galeões, o século XVIII foi inaugurado

³⁸⁵ CHUST, Manuel; SERRANO, José Antonio (ed.). *Debates sobre las independencias iberoamericanas*. Estudios de Historia Latinoamericana. Madrid, 2007. p. 1-25.

³⁸⁶ CHUST, Manuel; SERRANO, José Antonio (ed.). *Debates sobre las independencias iberoamericanas*. Estudios de Historia Latinoamericana. Madrid, 2007. p. 1-25.

testemunhando uma lenta e paulatina superação das amarras do mercantilismo e de seu exclusivo metropolitano, em virtude da expansão do comércio, viabilizada, em alguma medida, pelo recrudescimento de práticas comerciais informais e diversificadas que grassaram em um cenário geral de crescimento econômico e demográfico. Esse fenômeno de progressiva libertação das amarras do antigo sistema mercantil foi acelerado por medidas administrativas do império, como a supressão do monopólio de Cádiz e a abertura de outros portos metropolitanos à rede comercial ultramarina, e por fatores econômicos, como o gradual aumento da importância econômica de regiões periféricas das possessões ultramarinas hispano-americanas. Esse longo processo de mudanças foi bastante balizado pelas reformas imperiais (administrativas, mercantis e fiscais) da segunda metade do século em epígrafe, cujo intuito era a modernização do império e centralização, fortalecimento e aumento de receitas da metrópole. Alicerçado em princípios neomercantilistas, o projeto reformista borbônico tentava fomentar a indústria nacional e garantir o desenvolvimento de um mercado na América hispânica para suas manufaturas, enquanto procurava criar mecanismos de contenção do comércio ilegal no Atlântico e recuperação e fortalecimento do império perante as demais potências europeias. Como corolário do vasto e heterogêneo território da América hispânica, os impactos das reformas de Carlos III foram bem diversificados. Na seara política, as reformas administrativas desencadearam o aumento de tensões entre Madrid e as elites *criollas* na América hispânica. No âmbito econômico, as políticas orientadas pelo neomercantilismo, em razão da persistente dependência da prata americana, enfrentaram dificuldades para superar o tradicional metalismo espanhol, e acabaram não surtindo efeitos práticos, não propiciando o desenvolvimento de uma sólida indústria metropolitana, e nem impedindo o contrabando estrangeiro pelas furtivas águas do Caribe. Assim, no último quartel do século XVIII, a rápida expansão da economia internacional e as constantes transformações nas relações comerciais desvelavam as falhas e a ineficiência do modelo neomercantil e das reformas levadas a cabo sob o estro do absolutismo esclarecido, impondo um premente reequacionamento das políticas econômicas da Espanha, enquanto nitidamente demarcavam o fim da era do mercantilismo.³⁸⁷

³⁸⁷ MAXWELL, Kenneth. *“Hegemonias antigas e novas: o Atlântico ibérico ao longo do século XVIII”*. Chocolate,

No bojo de tal conjuntura de acentuadas e profundas mudanças, ascendem debates sobre a relevância e os impactos da onda de revoluções inaugurada em fins do século XVIII e que atravessou o mundo atlântico. No seio do mundo hispânico, ao contrário da premissa de uma revolução democrática, nos moldes propugnados por Palmer, ou de uma era de revoluções atlânticas, conforme a concepção de Godechot, Maxwell elabora uma interpretação econômica como meio de elucidar as mudanças presenciadas nesse período, que, de acordo com sua leitura, eram assentadas em fundações econômicas e moldadas por uma nova concepção de império informal, composto por relações indiretas de poder e domínio. A complexidade da sociedade colonial - historicamente apartada por muitas tensões e divisões internas - e a heterogeneidade da América hispânica - permeada por desenvolvimentos regionais desiguais -, que haviam dificultado as reformas e o controle metropolitano, frustrariam o surgimento de movimentos de independência - ou protonacionais - coesos e homogêneos. Ademais, as rebeliões que eclodiram na América hispânica em fins do século XVIII - revolta dos comuneros (1781), em Nova Granada; rebelião de Tupac Amaru (1780), no Peru - não eram anticolonialistas, assim como não acalentavam confrontar o poder imperial ou buscavam a secessão, constituindo apenas um libelo contra as desigualdades sociais, a exploração, a opressão e os privilégios da oligarquia e autoridades locais. No mundo hispano-americano, apenas uma reduzida parte da elite colonial *criolla* parecia nutrir um autêntico sentimento de secessão, emancipação e independência; de sorte que o estro reformista sobrepujava o ideal revolucionário, e, neste diapasão, posto que alguns ideais norte-americanos iluminassem algumas almas mais esclarecidas no seio das elites, almejava-se, de um modo geral, um alinhamento estratégico com o império britânico.³⁸⁸

Assim, segundo Maxwell, ideologicamente, a revolução americana teria exercido um reduzido impacto em regiões centrais da América hispânica - como Peru e México - e aportado de modo superficial em regiões periféricas. Nesse sentido, a aproximação entre Estados Unidos e América hispânica refletia mais o estreitamento de laços comerciais do que propriamente possíveis inspirações ou ideais republicanos emanados da emergente nação. Ademais, fatores externos teriam sido mais importantes do que questões

piratas e outros malandros : ensaios tropicais. São Paulo: Paz e terra, 1999. p. 229-238.

³⁸⁸ MAXWELL, Kenneth. "*Hegemonias antigas e novas: o Atlântico ibérico ao longo do século XVIII*". Chocolate, piratas e outros malandros : ensaios tropicais. São Paulo: Paz e terra, 1999. p. 238-241.

endógenas para a deflagração do processo de ruptura no mundo hispânico, sobretudo, a invasão napoleônica da Península Ibérica, responsável por romper os liames entre a metrópole e suas possessões ultramarinas, fragmentando irreparavelmente o império espanhol. Destarte, os mesmos elementos que dificultaram um sentimento anticolonial coeso - valer dizer, assimetrias econômicas regionais e tensões sociais, raciais e étnicas - também dificultariam a conformação de um movimento homogêneo de cunho nacionalista, regido pelo exemplo norte-americano, durante a formação dessas novas repúblicas que pululavam na América hispânica, em inícios do século XIX. Na verdade, principalmente depois do exemplo da revolução haitiana, o aspecto conservador do modelo norte-americano parecia reverberar em alguns espíritos na América hispânica, na medida em que respaldava a emancipação política, ao mesmo tempo que corroborava a manutenção de privilégios e perpetuava as hierarquias e desigualdades sociais. Os preceitos e ideais liberais, portanto, estariam mais afinados com a tessitura do liberalismo econômico e comercial do que com as aspirações do liberalismo político e democrático. O que parece parcialmente justificar a aproximação hispano-americana com a Grã-Bretanha e suas ambições de inserção no comércio internacional. Em síntese, Maxwell parece sugerir que as dificuldades e problemas oriundos das reformas e rebeliões no mundo hispânico, durante o “longo século XVIII”, exerceram um impacto mais significativo sobre o processo de independência da América espanhola do que a revolução americana em si.³⁸⁹

Como assinalou Wim Klooster,

The Bourbon reforms have often been presented as the root cause of the independence movements in Spanish America. The reforms, seen as arbitrary innovations at the cost of creole officeholders and taxpayers, are supposed to have made rebels of the creole elites. That position is untenable. The colonies hardest hit by the reforms, at least financially, were Mexico and Peru, which remained largely faithful to the Spanish Crown throughout the revolutionary period. By contrast, areas that had benefited from the Bourbon reforms, in particular Venezuela and Buenos Aires, led the movement for independence. By stimulating the production of cash crops rather than precious metals, Bourbon policymakers unwittingly encouraged the emergence of new creole elites, which were as impatient as their crops were perishable. The vulnerability of Spain during the Napoleonic Wars and under French occupation made them question the wisdom of remaining within the empire. At the same time, the disappearance of the monarch—who had traditionally provided the glue in an empire made up of numerous heterogeneous zones—set in motion

³⁸⁹ MAXWELL, Kenneth. “Hegemonias antigas e novas: o Atlântico ibérico ao longo do século XVIII”. Chocolate, piratas e outros malandros : ensaios tropicais. São Paulo: Paz e terra, 1999. p. 241-246. Cf. MAXWELL, Kenneth. “The impact of the American Revolution on Spain and Portugal and their empires” in GREENE, Jack P; POLE, J. R. *A companion to the american revolution*. Blackwell publishers, 2000.

*unanticipated chains of events that often ended in independence.*³⁹⁰

Nas décadas de 1950-1960, Palmer e Godechot, trazendo à baila ideias de uma grande revolução democrática e concebendo uma era de revoluções atlânticas, anunciam a ascensão de um espírito revolucionário rebentando e vibrando uníssono no Mundo Atlântico durante a segunda metade do setecentos, sob a verve de ideias iluministas, liberais e democráticas, que floresceram a partir das experiências revolucionárias nos Estados Unidos e na França, reverberando amplamente tanto na Europa quanto na América.³⁹¹ Partindo dessa concepção magistral, surgiu uma nova corrente historiográfica que buscou demonstrar os impactos dos princípios e ideias iluministas da revolução francesa, bem como dos ideais republicanos, federalistas e constitucionais disseminados pela revolução americana, sobre as possessões ultramarinas do império espanhol, explicitando sua influência no tocante ao processo emancipador que emergiu no alvorecer do século XIX na América hispânica.

É o caso de Jonathan Israel, que, apesar de sugerir que as ideias iluministas, enunciadas, sobretudo, em obras sobre republicanismo e em escritos filosóficos como *Histoire philosophique*, impactaram mais as mentes *criollas* da elite hispano-americana do que o pensamento revolucionário emanado da América do Norte, reconhece que os ideais disseminados pela revolução americana também influenciaram os meios intelectuais e políticos da América hispânica.

*While the intellectual impact of North American revolutionary thought and writings on Spanish America was less important as a spur to Creole intellectual revolt than the Histoire philosophique and other French subversive and republican texts, it was nevertheless a stirring example and model of revolution for Ibero-America as well as in Europe and powerful stimulant to European philosophical debate about the Spanish New World's future. Like Europe's radical enlighteners, prominent Creoles took an eager interest in the revolt against British imperial sway in North America, while the dramatic spectacle of revolution in the New World was anything but reassuring for the royal courts at Madrid and Lisbon.*³⁹²

Apesar de não elaborar um estudo comparativo entre a influência das experiências norte-americana, francesa e britânica sobre a América espanhola, nem das origens europeias - tanto anglófonas quanto francófonas - de ideias e conceitos propalados por

³⁹⁰ KLOOSTER, Wim. *Revolutions in the Atlantic World*. New York: New York University Press, 2009. p. 167-168.

³⁹¹ Cf. PALMER, R. R.; ARMITAGE, David. *The age of the democratic revolution. A political history of Europe and America, 1760-1800*. Princeton: Princeton University Press, 2014. Cf. POLASKY, Janet. *Revolutions without Borders. The call to liberty in the atlantic world*. Yale University Press, 2015.

³⁹² ISRAEL, Jonathan I. *Democratic Enlightenment: Philosophy, Revolution, and Human Rights, 1750-1790*. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 522.

líderes políticos e intelectuais norte-americanos, muito menos do sincretismo e dos amálgamas filosóficos forjados no rescaldo intelectual herdado de pensadores neoescolásticos do mundo hispânico, como Francisco de Vitoria e Francisco Suárez, Merle Simmons, investiga as influências de ideias revolucionárias oriundas da revolução americana sobre o processo de independência da América hispânica, sobretudo, a influência ideológica e cultural materializada em livros e demais textos políticos e literários acerca da república norte-americana, sem preterir as influências e trocas de experiências que naturalmente permeavam as relações pessoais entre indivíduos de ambos os lados. Seu estudo sugere que muitas obras literárias e políticas sobre a revolução americana e o pensamento republicano já circulavam pelo mundo intelectual hispano-americano em fins do século XVIII, e haviam sido inseridas na América espanhola por meio de mercadores, marinheiros e contrabandistas estadunidenses que aportavam em seus principais portos; bem como seria possível constatar o impacto quase imediato da revolução americana sobre as autoridades espanholas que viviam no Velho e no Novo Mundo, gerando um receio generalizado entre o alto escalão político, militar e diplomático da influência da revolução e da ameaça que esta poderia representar para a estabilidade da América hispânica.³⁹³

Na última década do setecentos, apesar de não encontrarem ampla difusão, vieram a lume obras que encerravam um expressivo valor simbólico, como *Desengaño del hombre*, de Santiago Puglia, e a célebre *Lettre aux espagnols américains*, de Viscardo y Guzmán. Outrossim, embora a América hispânica não tenha sido incendiada pela verve revolucionária nos últimos lustros do setecentos, alguns espíritos mais esclarecidos que transitavam pelos meios políticos e intelectuais mais privilegiados, como Antonio Nariño, foram acusados de difundir propaganda revolucionária e julgados por subversão e traição em Nova Granada, onde foram acusados de tentar instaurar um governo nos moldes do organizado na Filadélfia. A partir da eclosão dos movimentos de independência hispano-americanos, os princípios do republicanismo, bem como líderes políticos importantes, como George Washington e Benjamin Franklin, também foram ganhando

³⁹³ SIMMONS, Merle E. *La revolución norteamericana en la independencia de Hispanoamérica*. Madrid: Mapfre, 1992. p. 11-21; 349-354. Sobre o receio da influência da revolução americana entre autoridades do mundo hispânico, Cf. ISRAEL, Jonathan I. *Democratic Enlightenment: Philosophy, Revolution, and Human Rights, 1750-1790*. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 523-525; “‘A species of revolution’ within empire: Latin America, 1776-1788.” in LISS, Peggy K. *Atlantic Empires: The Network of Trade and Revolution*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1983. p. 127-146.

cada vez mais destaque no cenário de insurgência, de sorte que a influência do exemplo republicano e dos ideais revolucionários norte-americanos recrudescceu após a deflagração dos movimentos independentistas da década de 1810 - na Venezuela, Rio da Prata, Chile e México - e a propagação de inúmeros documentos e escritos de matiz revolucionário - como traduções da Constituição dos Estados Unidos e do *Common Sense*, de Thomas Paine, e obras de autores hispano-americanos, como *La independencia y la historia concisa*, do venezuelano Manuel García de Sena, e *Discurso preliminar*, do neogranadino Miguel de Pombo -. Ademais, diversos líderes políticos e militares dos movimentos de emancipação da América hispânica - como Mariano Moreno e Manuel Belgrano, na Argentina, e Bernardo O'Higgins e Antonio José de Irisarri, no Chile - lutaram sob a influência do pensamento republicano e constitucional norte-americano. Assim, de acordo com Simmons, a difusão de uma literatura política - livros, traduções, panfletos, periódicos, folhetins, documentos etc -, durante as primeiras décadas do século XIX, fortemente arraigada em princípios revolucionários, preceitos constitucionais, ideais republicanos e no modelo federalista norte-americanos, teria inflamado o espírito revolucionário, animado a luta por independência e guiado a organização de novos governos nas ex-possessões ultramarinas do império espanhol; ainda que não demorassem a emergir as dissonâncias entre as teorias políticas e forma de governo dos Estados Unidos e a tradição política e institucional das sociedades hispano-americanas.³⁹⁴

A apuração das influências do pensamento filosófico, econômico e cultural forjado no Velho Mundo, como o iluminismo, o liberalismo e a escolástica medieval, sobre o mundo hispano-americano, ensejou a produção de pesquisas sofisticadas a respeito das causas da emancipação da América hispânica.³⁹⁵ François-Xavier Guerra, por exemplo, empreende uma profunda investigação sobre as afinidades e incompatibilidades entre as revoluções hispânicas e francesa, aquilatando a influência do pensamento liberal propalado da Península Ibérica durante as reuniões das Cortes de Cádiz sobre os movimentos independentistas hispano-americanos que despontaram nos primeiros lustros do século XIX.³⁹⁶

³⁹⁴ SIMMONS, Merle E. *La revolución norteamericana en la independencia de Hispanoamérica*. Madrid: Mapfre, 1992. p. 11-21; 349-354.

³⁹⁵ BAILYN, Bernard. *Atlantic History. Concept and Contours*. Harvard University Press, 2005, p. 52-54.

³⁹⁶ GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias: Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. Ediciones Encuentro, 2011. Cf. Também: GUERRA, François-Xavier. *Las revoluciones hispanicas: Independencias Americanas y*

Jaime Rodríguez, seguindo a mesma linha interpretativa de François-Xavier Guerra, sugere que, apesar de os hispanos-americanos estarem informados sobre os eventos que eclodiram no bojo da revolução americana, as ideias provenientes da América Setentrional não animaram um espírito de secessão na América hispânica. Na verdade, a invasão francesa da Península Ibérica teria sido o motor para a ruptura do outro lado do Atlântico. Os debates nas Cortes de Cádiz e a Constituição de Cádiz (1812), sob forte orientação liberal, redundaram em uma ruptura institucional e suscitaram o rompimento com as tradições políticas e culturais sedimentadas no seio do mundo hispânico.³⁹⁷

A tradição do pensamento político do mundo hispânico, assentada nos fundamentos do pensamento clássico e da escolástica medieval, fora lapidada por eventos importantes do seiscentos, nomeadamente, a rebelião de Castela (1518-1521), a reforma protestante e o movimento de independência das Províncias Unidas dos Países Baixos. A rebelião de Castela, insurgindo contra o poder real e almejando soerguer uma nova ordem constitucional, proclamou o direito de eleição de Cortes, erguendo uma Junta Geral das Comunidades de Castela, disseminando ideias acerca de “vontade do povo” e “consentimento dos governados”, e bosquejando algumas pálidas linhas sobre liberdade e democracia. A reforma protestante, ao instigar uma dialética entre as concepções teóricas formuladas por Lutero - especialmente, em torno do direito divino dos príncipes - e a neoescolástica hispânica, contribuiu para que pensadores da Escola de Salamanca - Francisco de Vitoria, Francisco de Suárez, Domingo de Soto, Diego de Covarrubias, Luis de Molina etc - aprimorassem a premissa de soberania do povo (*potestas populi*) e esboçassem ideias preambulares acerca de um contrato social. E as Províncias dos Países Baixos, após revoltarem-se contra a poderosa monarquia hispânica, uniram-se, por meio do Tratado de Utrecht (1579), e, invocando o direito à liberdade religiosa, ao governo representativo e à autodeterminação, declararam sua independência em 1581, instaurando uma República.³⁹⁸

Segundo Rodríguez, o pensamento político moderno idealizado no mundo hispânico

Liberalismo Español. Complutense S A Editorial, 1995. Na mesma linha, Cf. BREÑA, Roberto. *El primer liberalismo español y los procesos de emancipación de América, 1808-1824: una revisión historiográfica del liberalismo hispánico*. El Colegio de México, 2006.

³⁹⁷ RODRÍGUEZ, Jaime E. “Sobre la supuesta influencia de la independencia de los Estados Unidos en las independencias hispanoamericanas”. *Revista de Indias*, LXX:250 (2010), pp. 691–714; RODRÍGUEZ, Jaime E. *The Independence of Spanish America*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

³⁹⁸ RODRÍGUEZ, Jaime E. “Sobre la supuesta influencia de la independencia de los Estados Unidos en las independencias hispanoamericanas”. *Revista de Indias*, LXX:250 (2010), pp. 691–714. p. 692-694.

é fruto de uma sobreposição de ideias provenientes desses eventos transcorridos no seiscentos e de teorias políticas, filosóficas e religiosas aperfeiçoadas ulteriormente na Europa Ocidental - nos reinos da França e Itália, e em regiões que compartilhavam uma herança teológica e cultural protestante. Os pilares do pensamento político moderno hispânico, erguidos a partir de cânones do direito natural e de pressupostos do contrato social, lançariam luzes matizadas por concepções de soberania popular e de um pacto povo/rei, que inflamariam as mentes mais esclarecidas que transitavam nos meios acadêmicos, intelectuais e políticos da sociedade espanhola na virada do século XVIII para o XIX, nos dois lados do Atlântico. No entanto, importante notar que tais teorias políticas, filosóficas e do direito teriam sido espreiadas no seio da sociedade espanhola por pensadores e filósofos hispânicos, antecipando, inclusive, os grandes *philosophes*, como o genebrino Rousseau. Seria o caso de Joaquín Marín y Mendoza e sua *Historia del derecho natural y de gentes*, publicada em 1776. Na mesma toada, na seara econômica, os idealizadores do programa de reformas de Carlos III, advogando a superação do mercantilismo, teriam sorvido os princípios do liberalismo através da pluma de pensadores do mundo hispânico, como o economista Gaspar Melchor de Jovellanos, antes mesmo que viessem a lume os postulados liberais de Adam Smith.³⁹⁹

A América hispânica parecia estar ciente dos eventos que ocorriam nas treze colônias britânicas durante a segunda metade do século XVIII. O mundo hispânico fora informado, por meio de textos políticos e periódicos - como a *Gaceta de Madrid* e o *Mercurio Histórico y Político* -, sobre a guerra dos sete anos, a insatisfação dos colonos com as reformas imperiais britânicas, as revoltas e, principalmente, a luta por independência travada nas treze colônias e a instauração de um novo governo representativo e de uma nova ordem constitucional nos Estados Unidos. Contudo, a revolução americana - assim como a revolução francesa - não teria exercido influência sobre o processo de secessão da América hispânica. A invasão francesa da península ibérica teria constituído a engrenagem fundamental que desencadearia o processo de independência dos hispano-americanos. A ascensão de José Bonaparte, irmão de Napoleão, após a destituição do monarca espanhol, representou uma grande ameaça externa, gerando uma crise que parece ter fortalecido as bases da sociedade espanhola,

³⁹⁹ RODRÍGUEZ, Jaime E. “Sobre la supuesta influencia de la independencia de los Estados Unidos en las independencias hispanoamericanas”. *Revista de Indias*, LXX:250 (2010), pp. 691–714. p. 694-695.

emergindo uma nova ideia de nação, amalgamada pelo sentimento de uma cultura hispânica, pelo compartilhamento de uma inabalável fé católica e por uma concepção de monarquia legítima, sedimentando o princípio de soberania do povo, legitimamente invocado diante da ausência do rei. Em um contexto de formação de Juntas na Península Ibérica e de organização de uma Junta Central que outorgou o direito à eleição de representantes dos Vice-Reinos e Capitanias Gerais da América espanhola para ocuparem cadeiras na Junta Central, começaram a eclodir movimentos hispano-americanos que postulavam a autonomia das possessões ultramarinas da América, mediante a criação de governos provisórios, aumentando os debates públicos, as tensões sociais e as conturbações políticas que levaram a um cenário de guerra civil em muitas regiões da América hispânica. Enquanto vigoraram os governos autônomos, cresceu a importância da imprensa e aumentou a circulação de notícias, obras e textos políticos e econômicos. As elites políticas e intelectuais debatiam os ideais da República Holandesa e do republicanismo, federalismo e constitucionalismo norte-americanos, a filosofia do iluminismo e os princípios da revolução francesa, o modelo político inglês e o pensamento greco-romano; porém, como ressaltou Rodríguez, *“la abrumadora mayoría prefería las tradiciones y prácticas hispánicas. El proceso de independencia de la América española no constituyó un movimiento anticolonial, como muchos afirman, sino que formó parte tanto de una revolución dentro del mundo hispánico como de la disolución de la Monarquía española”*.⁴⁰⁰

Portanto, de acordo com Rodríguez, não houve uma significativa influência de textos revolucionários da América do Norte na América hispânica em princípios do século XIX, e nem um impacto das ideias norte-americanas sobre os debates e as deliberações das Cortes de Cádiz. Ademais, as constituições promulgadas nas primeiras décadas do oitocentos na América hispânica, como a da Venezuelana (1811) e a do México (1824), apesar de algumas semelhanças com o modelo constitucional estadunidense, teriam sido balizadas por uma tradição institucional, cultural, política e jurídica proveniente do mundo hispânico.⁴⁰¹ Como assinalou Pompeian, *“The United States is no longer seen as the ideological model for Spanish American independence.*

⁴⁰⁰ RODRÍGUEZ, Jaime E. “Sobre la supuesta influencia de la independencia de los Estados Unidos en las independencias hispanoamericanas”. *Revista de Indias*, LXX:250 (2010), pp. 691–714. p. 695-702.

⁴⁰¹ RODRÍGUEZ, Jaime E. “Sobre la supuesta influencia de la independencia de los Estados Unidos en las independencias hispanoamericanas”. *Revista de Indias*, LXX:250 (2010), pp. 691–714. p. 702-705

*The diplomatic recognition of the new South American countries by the United States is not depicted as an extraordinary achievement that helped secure the hemisphere's freedom".*⁴⁰²

Enfim, o último quartel do século XVIII costuma ser identificado pela historiografia como um período de grandes mudanças no Mundo Atlântico. Para muitos, a revolução americana inaugurou uma era de revoluções liberais e democráticas, abalando o colonialismo moderno e influenciando a crise do mundo hispânico em inícios do século XIX.⁴⁰³ A revolução americana ganhou proporções globais, envolveu disputas imperiais históricas e estremeceu grandes potências do Atlântico. A Grã-Bretanha testemunhou o colapso do seu primeiro império e, em um contexto de vigoroso desenvolvimento do capitalismo no oitocentos, erigiu uma supremacia econômica nas malhas do comércio internacional; a França saiu da guerra falida e teve que enfrentar sérias conturbações sociais e políticas durante a revolução francesa; a República Holandesa vivenciou um período de forte turbulência interna e atravessou uma grave crise econômica; a Espanha presenciou o colapso de seus vastos domínios imperiais no Mundo Atlântico que culminou nos processos de independência da América hispânica e na formação de Estados Nacionais moldados por uma tradição liberal, balizados por uma ordem constitucional e assentados em um sistema político representativo; e os Estados Unidos, alicerçados em um sistema político estável, perpetuando práticas coloniais contra os ameríndios herdadas de uma tradição imperial europeia do setecentos e inspirados pelo “destino manifesto”, ampliaram exponencialmente seu território e experimentaram uma rápida expansão de seu mercado interno, atravessando o século XIX movidos por seu vigoroso processo de industrialização. Na virada do século, conquistaram um extraordinário desenvolvimento econômico, militar e cultural, expandindo-se globalmente, controlando diretamente diversos territórios, formando poderosas zonas de influência e coerção, e tornando-se a maior potência mundial do século XX.

⁴⁰² POMPEIAN, Edward P. “The colossus of the north. The inberian empires and the United States, 1776-1783” in REEDER, Tyson (ed.). *The Routledge History of U.S. Foreign Relations*. Routledge, 2021. p. 159.

⁴⁰³ NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). Editora 34, 2019. p. 17-18; ARMITAGE, David. *La primera Crisis Atlántica: la Revolución Americana*. 20/10: El Mundo Atlántico y la Modernidad Iberoamericana, 1750-1850, (2012) 1:9-33. p. 1-3; BAYLY, C. A. *The Birth of the Modern World, 1780–1914: Global Connections and Comparisons*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2004; PALMER, R. R; ARMITAGE, David. *The age of the democratic revolution. A political history of Europe and America, 1760-1800*. Princeton: Princeton University Press, 2014; ARMITAGE, David; SUBRAHMANYAM, Sanjay (eds.). *The Age of Revolutions in Global Context c. 1760-1840*. London: Palgrave, 2010.

Apêndice

The Definitive Treaty of Peace⁴⁰⁴

Paris, September 3, 1783

In the name of the most holy and undivided Trinity.

It having pleased the Divine Providence to dispose the hearts of the most serene and most potent Prince George the Third, by the grace of God, king of Great Britain, France, and Ireland, defender of the faith, duke of Brunswick and Lunebourg, arch-treasurer and prince elector of the Holy Roman Empire etc., and of the United States of America, to forget all past misunderstandings and differences that have unhappily interrupted the good correspondence and friendship which they mutually wish to restore, and to establish such a beneficial and satisfactory intercourse, between the two countries upon the ground of reciprocal advantages and mutual convenience as may promote and secure to both perpetual peace and harmony; and having for this desirable end already laid the foundation of peace and reconciliation by the Provisional Articles signed at Paris on the 30th of November 1782, by the commissioners empowered on each part, which articles were agreed to be inserted in and constitute the Treaty of Peace proposed to be concluded between the Crown of Great Britain and the said United States, but which treaty was not to be concluded until terms of peace should be agreed upon between Great Britain and France and his Britannic Majesty should be ready to conclude such treaty accordingly; and the treaty between Great Britain and France having since been concluded, his Britannic Majesty and the United States of America, in order to carry into full effect the Provisional Articles above mentioned, according to the tenor thereof, have constituted and appointed, that is to say his Britannic Majesty on his part, David Hartley, Esqr., member of the Parliament of Great Britain, and the said United States on their part, John Adams, Esqr., late a commissioner of the United States of America at the court of Versailles, late delegate in Congress from the state of Massachusetts, and chief justice of the said state, and minister plenipotentiary of the said United States to their high mightinesses the States General of the United Netherlands; Benjamin Franklin, Esqr., late delegate in Congress from the state of Pennsylvania, president of the convention of the said state, and minister plenipotentiary from the United States of America at the court of Versailles; John Jay, Esqr., late president of Congress and chief justice of the state of New York, and minister plenipotentiary from the said United States at the court of Madrid; to be plenipotentiaries for the concluding and signing the present definitive treaty; who after having reciprocally communicated their respective full powers have agreed upon and confirmed the following articles.

Article 1

His Britannic Majesty acknowledges the said United States, viz., New Hampshire, Massachusetts Bay, Rhode Island and Providence Plantations, Connecticut, New York, New Jersey, Pennsylvania, Maryland, Virginia, North Carolina, South Carolina and Georgia, to be free sovereign and independent states, that he treats with them as such, and for himself, his heirs, and successors, relinquishes all claims to the government, propriety, and territorial rights of the same and every part thereof.

Article 2

And that all disputes which might arise in future on the subject of the boundaries of the said United States may be prevented, it is hereby agreed and declared, that the following are and shall be their boundaries, viz.; from the northwest

⁴⁰⁴ *The Definitive Treaty of Peace*, Paris, Paris, September 3, 1783. Treaties and Other International Acts of the United States of America. Edited by Hunter Miller Volume 2. Documents 1-40 : 1776-1818. Washington : Government Printing Office, 1931. Avalon Project - British-American Diplomacy : The Paris Peace Treaty of September 30, 1783 (yale.edu) https://avalon.law.yale.edu/18th_century/paris.asp

angle of Nova Scotia, viz., that angle which is formed by a line drawn due north from the source of St. Croix River to the highlands; along the said highlands which divide those rivers that empty themselves into the river St. Lawrence, from those which fall into the Atlantic Ocean, to the northwestern most head of Connecticut River; thence down along the middle of that river to the forty-fifth degree of north latitude; from thence by a line due west on said latitude until it strikes the river Iroquois or Cataraquy; thence along the middle of said river into Lake Ontario; through the middle of said lake until it strikes the communication by water between that lake and Lake Erie; thence along the middle of said communication into Lake Erie, through the middle of said lake until it arrives at the water communication between that lake and Lake Huron; thence along the middle of said water communication into Lake Huron, thence through the middle of said lake to the water communication between that lake and Lake Superior; thence through Lake Superior northward of the Isles Royal and Phelipeaux to the Long Lake; thence through the middle of said Long Lake and the water communication between it and the Lake of the Woods, to the said Lake of the Woods; thence through the said lake to the most northwestern most point thereof, and from thence on a due west course to the river Mississippi; thence by a line to be drawn along the middle of the said river Mississippi until it shall intersect the northernmost part of the thirty-first degree of north latitude, South, by a line to be drawn due east from the determination of the line last mentioned in the latitude of thirty-one degrees of the equator, to the middle of the river Apalachicola or Catahouche; thence along the middle thereof to its junction with the Flint River, thence straight to the head of Saint Mary's River; and thence down along the middle of Saint Mary's River to the Atlantic Ocean; east, by a line to be drawn along the middle of the river Saint Croix, from its mouth in the Bay of Fundy to its source, and from its source directly north to the aforesaid highlands which divide the rivers that fall into the Atlantic Ocean from those which fall into the river Saint Lawrence; comprehending all islands within twenty leagues of any part of the shores of the United States, and lying between lines to be drawn due east from the points where the aforesaid boundaries between Nova Scotia on the one part and East Florida on the other shall, respectively, touch the Bay of Fundy and the Atlantic Ocean, excepting such islands as now are or heretofore have been within the limits of the said province of Nova Scotia.

Article 3:

It is agreed that the people of the United States shall continue to enjoy unmolested the right to take fish of every kind on the Grand Bank and on all the other banks of Newfoundland, also in the Gulf of Saint Lawrence and at all other places in the sea, where the inhabitants of both countries used at any time heretofore to fish. And also that the inhabitants of the United States shall have liberty to take fish of every kind on such part of the coast of Newfoundland as British fishermen shall use, (but not to dry or cure the same on that island) and also on the coasts, bays and creeks of all other of his Britannic Majesty's dominions in America; and that the American fishermen shall have liberty to dry and cure fish in any of the unsettled bays, harbors, and creeks of Nova Scotia, Magdalen Islands, and Labrador, so long as the same shall remain unsettled, but so soon as the same or either of them shall be settled, it shall not be lawful for the said fishermen to dry or cure fish at such settlement without a previous agreement for that purpose with the inhabitants, proprietors, or possessors of the ground.

Article 4:

It is agreed that creditors on either side shall meet with no lawful impediment to the recovery of the full value in sterling money of all bona fide debts heretofore contracted.

Article 5:

It is agreed that Congress shall earnestly recommend it to the legislatures of the respective states to provide for the restitution of all estates, rights, and properties, which have been confiscated belonging to real British subjects; and also of the estates, rights, and properties of persons resident in districts in the possession on his Majesty's arms and who have not borne arms against the said United States. And that persons of any other description shall have free liberty to

go to any part or parts of any of the thirteen United States and therein to remain twelve months unmolested in their endeavors to obtain the restitution of such of their estates, rights, and properties as may have been confiscated; and that Congress shall also earnestly recommend to the several states a reconsideration and revision of all acts or laws regarding the premises, so as to render the said laws or acts perfectly consistent not only with justice and equity but with that spirit of conciliation which on the return of the blessings of peace should universally prevail. And that Congress shall also earnestly recommend to the several states that the estates, rights, and properties, of such last mentioned persons shall be restored to them, they refunding to any persons who may be now in possession the bona fide price (where any has been given) which such persons may have paid on purchasing any of the said lands, rights, or properties since the confiscation.

And it is agreed that all persons who have any interest in confiscated lands, either by debts, marriage settlements, or otherwise, shall meet with no lawful impediment in the prosecution of their just rights.

Article 6:

That there shall be no future confiscations made nor any prosecutions commenced against any person or persons for, or by reason of, the part which he or they may have taken in the present war, and that no person shall on that account suffer any future loss or damage, either in his person, liberty, or property; and that those who may be in confinement on such charges at the time of the ratification of the treaty in America shall be immediately set at liberty, and the prosecutions so commenced be discontinued.

Article 7:

There shall be a firm and perpetual peace between his Britannic Majesty and the said states, and between the subjects of the one and the citizens of the other, wherefore all hostilities both by sea and land shall from henceforth cease. All prisoners on both sides shall be set at liberty, and his Britannic Majesty shall with all convenient speed, and without causing any destruction, or carrying away any Negroes or other property of the American inhabitants, withdraw all his armies, garrisons, and fleets from the said United States, and from every post, place, and harbor within the same; leaving in all fortifications, the American artillery that may be therein; and shall also order and cause all archives, records, deeds, and papers belonging to any of the said states, or their citizens, which in the course of the war may have fallen into the hands of his officers, to be forthwith restored and delivered to the proper states and persons to whom they belong.

Article 8:

The navigation of the river Mississippi, from its source to the ocean, shall forever remain free and open to the subjects of Great Britain and the citizens of the United States.

Article 9:

In case it should so happen that any place or territory belonging to Great Britain or to the United States should have been conquered by the arms of either from the other before the arrival of the said Provisional Articles in America, it is agreed that the same shall be restored without difficulty and without requiring any compensation.

Article 10:

The solemn ratifications of the present treaty expedited in good and due form shall be exchanged between the contracting parties in the space of six months or sooner, if possible, to be computed from the day of the signatures of the present treaty. In witness whereof we the undersigned, their ministers plenipotentiary, have in their name and in virtue of our full powers, signed with our hands the present definitive treaty and caused the seals of our arms to be affixed thereto.

Done at Paris, this third day of September in the year of our Lord, one thousand seven hundred and eighty-three.

D. Hartley (seal) John Adams (seal) B. Franklin (seal) John Jay (seal)

Tratado Definitivo de Paz⁴⁰⁵

Paris, 3 de setembro de 1783

Em nome da trindade mais sagrada e indivisa.

Tendo agradado à Divina Providência persuadir os corações do mais sereno e potente Príncipe George III, pela graça de Deus, rei da Grã-Bretanha, França e Irlanda, defensor da fé, duque de Brunswick e Lunebourg, arqui-tesoureiro e príncipe eleitor do Sacro Império Romano-Germânico etc., e dos Estados Unidos da América, a esquecer todos os mal-entendidos e diferenças passadas que infelizmente interromperam a boa correspondência e amizade que desejam restaurar mutuamente, e estabelecer uma relação tão benéfica e satisfatória entre os dois países, com base em vantagens recíprocas e conveniência mútua que possam promover e garantir a ambos a paz e harmonia perpétuas; e tendo para este fim desejável já estabelecido a base da paz e reconciliação pelos Artigos Provisórios assinados em Paris em 30 de novembro de 1782, pelos comissários habilitados em cada parte, cujos artigos foram acordados para serem inseridos e constituírem o Tratado de Paz proposto a ser concluído entre a Coroa da Grã-Bretanha e os referidos Estados Unidos, mas cujo tratado não deveria ser concluído até que os termos de paz fossem acordados entre a Grã-Bretanha e a França e sua Majestade Britânica estivesse pronta para concluir tal tratado adequadamente; e tendo sido concluído o tratado entre a Grã-Bretanha e a França, sua Majestade Britânica e os Estados Unidos da América, a fim de dar pleno vigor aos Artigos Provisórios acima mencionados, de acordo com o seu teor, constituíram e nomearam, isto é, sua Majestade Britânica de sua parte, David Hartley, Esq., membro do Parlamento da Grã-Bretanha, e os referidos Estados Unidos de sua parte, John Adams, Esq., antigo comissário dos Estados Unidos da América na corte de Versalhes, antigo delegado no Congresso do Estado de Massachusetts, e chefe de justiça do referido Estado, e ministro plenipotenciário dos Estados Unidos para suas altas potências os Estados Gerais dos Países Baixos Unidos; Benjamin Franklin, Esq., antigo delegado no Congresso do Estado da Pensilvânia, presidente da convenção do referido Estado, e ministro plenipotenciário dos Estados Unidos da América na corte de Versalhes; John Jay, Esq., antigo presidente do Congresso e chefe de justiça do Estado de Nova York, e ministro plenipotenciário dos referidos Estados Unidos na corte de Madri; para serem plenipotenciários para a conclusão e assinatura do presente tratado definitivo; que, após terem comunicado reciprocamente seus respectivos poderes plenos, concordaram e confirmaram os seguintes artigos.

Artigo 1

Sua Majestade Britânica reconhece os referidos Estados Unidos, a saber, New Hampshire, Massachusetts Bay, Rhode Island e Providence Plantations, Connecticut, Nova York, Nova Jersey, Pensilvânia, Maryland, Virgínia, Carolina do Norte, Carolina do Sul e Geórgia, para serem estados livres, soberanos e independentes, que ela trata com eles como tal, e para si mesma, seus herdeiros e sucessores, renuncia a todas as reivindicações ao governo, propriedade e direitos territoriais dos mesmos e de todas as suas partes.

Artigo 2

E para que todas as disputas que possam surgir no futuro sobre as fronteiras dos referidos Estados Unidos possam ser evitadas, fica acordado e declarado que as seguintes são e serão suas fronteiras, a saber; do ângulo noroeste da Nova Escócia, a saber, aquele ângulo que é formado por uma linha desenhada ao norte desde a nascente do rio St. Croix até as terras altas; ao longo das referidas terras altas que dividem os rios que desembocam no rio São Lourenço, desde

⁴⁰⁵ *The Definitive Treaty of Peace*, Paris, Paris, September 3, 1783. (Tradução nossa) in *Treaties and Other International Acts of the United States of America*. Edited by Hunter Miller Volume 2. Documents 1-40 : 1776-1818. Washington : Government Printing Office, 1931. Avalon Project - British-American Diplomacy : The Paris Peace Treaty of September 30, 1783 (yale.edu) https://avalon.law.yale.edu/18th_century/paris.asp

aqueles que caem no Oceano Atlântico, até a nascente mais a noroeste do rio Connecticut; daí para baixo ao longo do meio desse rio para o 45º grau de latitude norte; daí por uma linha para oeste nessa latitude até atingir o rio Iroquois ou Cataraguy; daí ao longo do meio do referido rio para o Lago Ontário; pelo meio do referido lago até atingir a comunicação por água entre esse lago e o Lago Erie; daí ao longo do meio da referida comunicação para o Lago Erie, através do meio do referido lago até chegar à comunicação de água entre esse lago e o Lago Huron; daí ao longo do meio da referida comunicação de água para o Lago Huron, daí através do meio do referido lago para a comunicação de água entre esse lago e o Lago Superior; daí através do Lago Superior ao norte das Ilhas Royal e Phelipeaux para o Lago Longo; daí pelo meio do dito Lago Longo e a comunicação de água entre ele e o Lago da Floresta, até o dito Lago da Floresta; daí através do referido lago até o ponto mais a noroeste do mesmo, e dali em um curso para oeste até o rio Mississippi; daí por uma linha a ser traçada ao longo do meio do referido rio Mississippi até cruzar a parte mais setentrional do trigésimo primeiro grau de latitude norte, Sul, por uma linha a ser traçada a leste a partir da determinação da última linha mencionada na latitude de trinta e um graus do equador, daí ao longo do meio até sua junção com o rio Flint, daí direto para a nascente do rio de Santa Maria; e daí para baixo ao longo do meio do rio Santa Maria para o Oceano Atlântico; leste, por uma linha a ser traçada ao longo do meio do rio Saint Croix, desde a sua foz na baía de Fundy até a sua nascente, e desde a sua nascente diretamente a norte até as referidas terras altas que dividem os rios que desaguam no Oceano Atlântico daqueles que desaguam no rio São Lourenço; compreendendo todas as ilhas dentro de vinte léguas de qualquer parte das costas dos Estados Unidos, e situadas entre as linhas a serem traçadas para leste a partir dos pontos onde os limites acima mencionados entre a Nova Escócia, por um lado, e a Flórida Oriental, por outro, devem, respectivamente, tocar a Baía de Fundy e o Oceano Atlântico, exceto as ilhas como agora estão ou estiveram dentro dos limites da referida província da Nova Escócia.

Artigo 3

Fica acordado que o povo dos Estados Unidos continuará a gozar, sem ser molestado, do direito de pescar todo tipo de peixe no Grand Bank e em todas as outras margens da Terra Nova, também no Golfo de São Lourenço e em todos os outros lugares do mar, onde os habitantes de ambos os países costumavam pescar em qualquer época. E também que os habitantes dos Estados Unidos terão a liberdade de pescar todo tipo de peixe em tal parte da costa da Terra Nova que os pescadores britânicos usarem, (mas não para secar ou curar o mesmo naquela ilha) e também nas costas, baías e riachos de todos os outros domínios de sua majestade britânica na América; e que os pescadores americanos terão liberdade para secar e curar peixes em qualquer uma das baías, portos e riachos não povoados da Nova Escócia, Ilhas Magdalen e Labrador, desde que os mesmos permaneçam não povoados, mas logo que os mesmos ou qualquer um deles sejam povoados, não será lícito aos ditos pescadores secar ou curar peixes em tal povoado sem prévio consentimento dessa proposta pelos habitantes, proprietários ou possuidores do terreno.

Artigo 4

Fica acordado que os credores de ambos os lados não encontrarão nenhum impedimento legal para a recuperação do valor total em moeda esterlina de todas as dívidas de boa-fé contraídas até então.

Artigo 5

Fica acordado que o Congresso recomendará seriamente às legislaturas dos respectivos estados que providenciem a restituição de todas as terras, direitos e propriedades que foram confiscados pertencentes a súditos britânicos; e também das terras, direitos e propriedades de pessoas residentes em distritos em posse do exército de Sua Majestade e que não portaram armas contra os referidos Estados Unidos. E que as pessoas de qualquer outra descrição terão a liberdade de ir a qualquer parte ou partes de qualquer um dos treze Estados Unidos e aí permanecerem doze meses sem serem molestadas em seus esforços para obter a restituição de suas terras, direitos e propriedades que podem ter sido confiscados; e que o Congresso também recomendará seriamente aos vários Estados a reconsideração e revisão de

todos os atos ou leis relativos às instalações, de modo a tornar as referidas leis ou atos perfeitamente compatíveis não apenas com a justiça e a equidade, mas com o espírito de conciliação que, com o retorno das bênçãos da paz, deve prevalecer universalmente. E que o Congresso também recomendará seriamente aos vários estados que as terras, direitos e propriedades dessas pessoas mencionadas por último, sejam restituídos a elas, reembolsando a quaisquer pessoas que estejam agora na posse, o preço de boa-fé (onde algum tiver sido dado) que essas pessoas tenham pago na compra de qualquer uma das referidas terras, direitos ou propriedades desde o confisco.

E fica acordado que todas as pessoas que tenham algum interesse nas terras confiscadas, seja por dívidas, acordos matrimoniais ou outros, não encontrarão nenhum impedimento legal no exercício de seus justos direitos.

Artigo 6

Que não haverá confiscos futuros nem quaisquer processos instaurados contra qualquer pessoa ou pessoas por, ou em razão da parte que ela ou elas possam ter tomado na presente guerra, e que nenhuma pessoa sofrerá por causa disso qualquer perda ou dano futuro, seja em sua pessoa, liberdade ou propriedade; e que aqueles que estiverem presos por tais acusações no momento da ratificação do tratado na América serão imediatamente postos em liberdade, e os processos assim iniciados serão interrompidos.

Artigo 7

Haverá uma paz firme e perpétua entre sua Majestade Britânica e os referidos Estados, e entre os súditos de um e os cidadãos do outro, portanto, todas as hostilidades, tanto por mar como por terra, de agora em diante cessarão. Todos os prisioneiros de ambos os lados serão postos em liberdade, e Sua Majestade Britânica deverá, com toda a rapidez conveniente, e sem causar qualquer destruição, ou levar quaisquer negros ou outros bens dos habitantes americanos, retirar todos os seus exércitos, guarnições e frotas dos referidos Estados Unidos e de todos os postos, lugares e portos dentro dos mesmos; deixando em todas as fortificações, a artilharia americana que nelas se encontre; e também ordenará e fará com que todos os arquivos, registros, escrituras e papéis pertencentes a qualquer um dos referidos Estados, ou seus cidadãos, que no curso da guerra tenham caído nas mãos de seus oficiais, sejam imediatamente restaurados e entregues aos próprios estados e pessoas a quem pertencem.

Artigo 8

A navegação do rio Mississippi, de sua nascente ao oceano, permanecerá para sempre livre e aberta aos súditos da Grã-Bretanha e aos cidadãos dos Estados Unidos.

Artigo 9

Caso aconteça que qualquer lugar ou território pertencente à Grã-Bretanha ou aos Estados Unidos tenha sido conquistado pelas armas de um ou outro antes da chegada dos referidos Artigos Provisórios na América, fica acordado que o mesmo será restabelecido sem dificuldade e sem a exigência de qualquer compensação.

Artigo 10

As ratificações solenes do presente tratado expedidas em boa e devida forma serão trocadas entre as partes contratantes no espaço de seis meses ou antes, se possível, a ser computado a partir do dia das assinaturas do presente tratado. Em testemunho do que nós, abaixo assinados, seus ministros plenipotenciários, temos em seu nome e em virtude de nossos plenos poderes, assinamos com nossas mãos o presente tratado definitivo e fizemos nele afixar os selos de nossas armas.

Feito em Paris, neste terceiro dia de setembro no ano de nosso Senhor, mil setecentos e oitenta e três.

D. Hartley (selo) John Adams (selo) B. Franklin (selo) John Jay (selo)

Fontes Primárias

American Archives: Documents of the American Revolutionary Period, 1774–1776. 9 vols. Compiled by Peter Force. Northern Illinois University Libraries, <http://amarch.lib.niu.edu>

Autobiography, by Thomas Jefferson, 1743-1790. Avalon Project - Jefferson's Autobiography (yale.edu). https://avalon.law.yale.edu/19th_century/jeffauto.asp

Compilação de Documentos Oficiais. Portugal vols. 81 a 88 (1776-1783); Espanha vols. 200 a 209 (1776-1783). Emory University.

Documentos relativos a la independencia de Norteamérica existentes en archivos españoles, 14 vols.. Madrid, Mnisterio de Asuntos Exteriores, 1977–1986.

Founders Online, National Archives (The U.S. National Archives and Records Administration). <https://founders.archives.gov>

GÁLVEZ, Bernardo de. “*Diario que yo, d. Bernardo de Gálvez, brigadier de los Reales Ejércitos, gobernador de la provincia de la Luisiana, y encargado por S.M. de la expedición contra Panzacola y Mobila, informó de los acaecimientos que ocurren en ella.*” In *Mercurio Histórico y Político*, Madrid: junio 1780.

GÁLVEZ, Bernardo de. *Diario de las operaciones contra la plaza de Panzacola 1781*, ed. José Porrúa Turanzas. Madrid: José Porrúa Turanzas, 1959.

GÁLVEZ, José de. “*Discurso y reflexiones de un vasallo sobre la decadencia de nuestras Indias españolas.*” In *La política americana de José de Gálvez: según su “Discurso y Reflexiones de un Vasallo”*, edited by Luis Navarro García, 123– 163. Málaga: Algazara, 1998.

GIUNTA, Mary A., ed. *Documents of the Emerging Nation: U.S. Foreign Relations, 1775–1789*. Wilmington, DE: Scholarly Resources, 1998.

MEDINA ENCINA, Purificación (ed.) *Documentos relativos a la independencia de Norteamérica existentes en archivos españoles*, vol. 1, Archivo General de Indias Sección de Gobierno (años 1752– 1822). Madrid: Ministerio de Asuntos Exteriores, 1977.

Preliminary Articles of Peace between Britain and The United States, November 30, 1782. Treaties and Other International Acts of the United States of America. Edited by Hunter Miller Volume 2. Documents 1-40: 1776-1818. Washington: Government Printing Office, 1931. Avalon Project - British-American Diplomacy: Preliminary Articles of Peace; November 30, 1782 (yale.edu) https://avalon.law.yale.edu/18th_century/prel1782.asp

SAAVEDRA, Francisco de. *Diario de don Francisco de Saavedra*. (editor) Francisco Morales Padrón. Sevilla: Universidad de Sevilla - Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2004.

SAAVEDRA, Francisco de. *Journal of Don Francisco Saavedra De Sangronis During the Commission Which He Had in His Charge from 25 June 1780 Until 20th of the Same Month of 1783*. Florida University Press, 1989.

SMITH, Paul H., ed. *Letters of Delegates to Congress, 1774– 1789*. Washington, D.C.: Library of Congress, 1976– 2000.

SYRETT, Harold C. *Documentos históricos dos Estados Unidos*. Cultrix, 1960.

The correspondence of King George the Third with Lord North from 1768 to 1783. Volume 1 of 2. Gale, Sabin Americana, 2012.

The Declaration of Independence and United States Constitution with Bill of Rights and all Amendments (Annotated).

The Definitive Treaty of Peace, Paris, Paris, September 3, 1783. Treaties and Other International Acts of the United States of America. Edited by Hunter Miller Volume 2. Documents 1-40 : 1776-1818. Washington : Government Printing Office, 1931. Avalon Project - British-American Diplomacy : The Paris Peace Treaty of September 30, 1783 (yale.edu) https://avalon.law.yale.edu/18th_century/paris.asp

The Diaries of George Washington. 6 vols. Compiled by Donald Jackson and Dorothy Twohig. Charlottesville: University of Virginia Press, 1978.

The Diplomatic Correspondence of the American Revolution. 12 vols. Compiled by Jared Sparks. Boston: N. Hale and Gray and Bowen, 1829–30.

The Journals of the Continental Congress. Ed. William Chauncy Ford. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 1904.

The National Archives. London, UK. <https://colonialamerica.amdigital.co.uk>

The Papers of Benjamin Franklin. 40+ vols. Compiled by Yale University. <http://franklinpapers.org/>.

The Papers of George Washington. Colonial Series. 10 vols. Edited by William Wright Abbot and Dorothy Twohig. Charlottesville: University of Virginia Press, 1983–95.

The Papers of George Washington. Digital Edition, Revolutionary War Series. 22+ vols. Compiled by Theodore J. Crackel et al. Charlottesville: University of Virginia Press, Rotunda, 2007. Founders Online, National Archives, <http://founders.archives.gov>

The Papers of John Adams. 17+ volumes. Ed. Robert Taylor. Cambridge, MA: Belknap Press of Harvard University Press, 1977 –. *Adams Papers Digital Editions*, <http://www.masshist.org/publications/apde2/>

The Revolutionary Diplomatic Correspondence of the United States. Vols. 1– 6. Ed. Francis Wharton. Washington, D.C.: United States Government Printing Office, 1889. Library of Congress, <https://memory.loc.gov/ammem/amlaw/lwdc.html>

The Writings of George Washington From the Original Manuscript Sources, 1745– 1799. Vols. 9 - 22. Ed. John C. Fitzpatrick. Washington, D.C.: United States Government Printing Office, 1931– 44.

Tratado de alianza defensiva y ofensiva celebrado entre las coronas de España y Francia contra la de Inglaterra, Aranjuez, April 12, 1779.

Tratados, Convenios e Declaraciones de Paz y de Comercio que han hecho con las potencias extranjeras los monarcas españoles de la Casa de Borbon. Desde el año de 1700 hasta el dia. Madrid: Imprenta de Alegria y Charlain, Cuesta de Santo Domingo, num. 8. 1843.

Treaties and Other International Acts of the United States of America, Vol. 2: Documents 1– 40: 1776– 1818, edited by Hunter Miller, 318– 346. Washington, D.C.: Government Printing Office, 1931. Avalon Project - 18th Century Documents : 1700 - 1799 (yale.edu). <https://avalon.law.yale.edu>

Treaty of Friendship, Limits, and Navigation Between Spain and The United States; October 27, 1795. *Treaties and Other International Acts of the United States of America*. Edited by Hunter Miller. Volume 2. Documents 1-40: 1776-1818. Washington : Government Printing Office, 1931.

Treaty of Paris 1763. The definitive Treaty of Peace and Friendship between his Britannick Majesty, the Most Christian King, and the King of Spain. Concluded at Paris the 10th day of February, 1763. Avalon Project - Treaty of Paris, 1763; https://avalon.law.yale.edu/18th_century/paris763.asp

Bibliografia

ABARCA, Ramon E. “*Bourbon ‘Revanche’ against England: The Balance of Power, 1763–1770.*” PhD dissertation, University of Notre Dame, 1965.

ADELMAN, Jeremy; ARON, Stephen. “*From Borderlands to Borders: Empires, Nation-States, and the Peoples in between in North American History.*” *The American Historical Review* 104, no. 3 (1999): 814– 841.

ADKINS, Lesley, ADKINS, Roy. *Gibraltar: The Greatest Siege in British History.* London: Little, Brown, 2017

AGUILAR, José Antonio; ROJAS, Rafael (eds.). *El republicanismo en Hispanoamérica: Ensayos de historia intelectual y política.* Mexico City: Fondo de Cultura Económica, 2002.

ALCAIDE YEBRA, José Antonio. *La toma de Menorca (1782).* Pozuelo de Alarcón: La Espada y la Pluma, 2004.

ALBERTONE, Manuela; FRANCESCO, Antonino de. *Rethinking the Atlantic World. Europe and America in the age of democratic revolutions.* Palgrave Macmillan, 2009.

ALDEN, Dauril. “*The Marquis of Pombal and the American Revolution.*” *The Americas* 17, no. 4 (April 1961): 369–76.

ALDEN, John Richard. *The South in the Revolution, 1763–1789.* Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1957.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul.* Companhia das Letras, 2000.

ANDERSON, Fred. *Crucible of War. The Seven Years's War and the fate of Empire in the British North America, 1754-1766*. Vintage Books, New York, 2001.

ANDERSON, Fred. *The war that made America. A short history of the French and Indian war*. Penguin Books, New York, 2005.

APTHEKER, Herbert. *Uma nova história dos Estados Unidos: a revolução americana*. Civilização Brasileira, 1967.

ARDASH BONIALIAN, Mariano. *El Pacífico Hispanoamericano: Política y Comercio Asiático en el Imperio Español (1680– 1784): La Centralidad de lo Marginal*. Mexico DF: El Colegio de México, 2012.

ARENDT, Hannah. *Sobre a Revolução*. Companhia das Letras, 2016.

ARMILLAS VICENTE, José A. “*Ayuda secreta y deuda oculta, España y la independencia de los Estados Unidos*”. In *Norteamérica a finales del siglo XVIII: España y los Estados Unidos*, ed. Eduardo Garrigues López-Chicheri, 171–96. Madrid: Marcial Pons, 2008.

ARMILLAS VICENTE, José A. “*El nacimiento de una gran nación. Contribución española a la independencia de los Estados Unidos de América del Norte.*” in *Cuadernos de investigación: Geografía e Historia* 3, nº 1 e 2, p.p. 91-98, 1977.

ARMILLAS VICENTE, José A. “*Nuevas consideraciones sobre la deuda de guerra de los Estados Unidos con España*” in *Actas del Congreso de Historia de los Estados Unidos*, La Rápida, 5 a 9 de julio de 1976, 51-63. Madrid: Ministerio de Educación y Ciencia, 1978.

ARMITAGE, David. *British Political Thought in History, Literature and Theory. 1500-1800*. Cambridge University Press, 2006.

ARMITAGE, David. *Declaração de Independência. Uma história Global*. Companhia das Letras, 2007.

ARMITAGE, David. *Foundations of Modern International Thought*. 215 – 232. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

ARMITAGE, David; SUBRAHMANYAM, Sanjay (eds.). *The Age of Revolutions in Global Context c. 1760-1840*. London: Palgrave, 2010.

ARMITAGE, David; BRADDICK, Michael (ed.). *The British Atlantic World, 1500 – 1800*. New York: Palgrave Macmillan, 2009.

ARMITAGE, David. *The Ideological Origins of the British Empire*. Cambridge University Press, 2004.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *A Grande Revolução Inglesa. 1640-1780*. Hucitec, 1996.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *A Revolução Inglesa*. Editora Brasiliense, 1990.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Perspectivas da Revolução Inglesa*. In *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 7, 1984, pp. 121-131.

ASTIGARRAGA, (ed.). *The Spanish Enlightenment Revisited*. Oxford: Voltaire Foundation, 2015.

ATKINSON, Rick. *The British Are Coming: The War for America, Lexington to Princeton, 1775-1777* (The Revolution Trilogy Book 1). Henry Holt and Co. (May 14, 2019).

AUGUR, Helen. *The Secret War of Independence*. New York: Duell, Sloan & Pearce, 1955.

AULARD, Alphonse. *Histoire politique de la Révolution française: Origines et développement de la démocratie et de la République (1789-1804)*. Ligarán, 2014.

BABCOCK, Matthew. *Apache Adaptation to Hispanic Rule*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

BAILEY, Thomas A. *A Diplomatic History of the American People*. 1940. Reprint, Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, Inc., 1974.

BAILYN, Bernard. *As origens ideológicas da Revolução Americana*. Bauru: Edusc, 2003

BAILYN, Bernard. *Atlantic History. Concept and Contours*. Harvard University Press, 2005.

BAILYN, Bernard; DENAULT, Patricia. *Soundings in Atlantic History: Latent Structures and Intellectual Currents, 1500-1830*. Harvard University Press, 2009.

BANCROFT, George. *History of the United States from the Discovery of the Continent*. 10 vols. Boston: Little, Brown, 1834–74.

BAUGH, Daniel A. *The Global Seven Years War, 1754–1763: Britain and France in a Great Power Contest*. New York: Longman, 2011.

BAYLY, C. A. *The Birth of the Modern World, 1780–1914: Global Connections and Comparisons*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2004.

BEERMAN, Eric. *España y la independencia de Estados Unidos*. Madrid: Editorial MAPFRE, 1992.

BEERMAN, Eric. "Introduction." In *Yo Solo: The Battle Journal of Bernardo de Gálvez During the American Revolution*. Translated by E. A. Montemayor, x– xvii. New Orleans: Polyanthos, 1978.

BEERMAN, Eric. "José Solano and the Spanish Navy at the Siege of Pensacola." In *Anglo-Spanish Confrontation on the Gulf Coast during the American Revolution*, edited by William S. Coker and Robert E. Rea, 125–44. Pensacola, FL: Gulf Coast History and Humanities Conference, 1982.

BEERMAN, Eric. "The 1782 American-Spanish Expedition." *Proceedings: United States Naval Institute* 104 (December 1978): 86– 87.

BEERMAN, Eric. "The Last Battle of the American Revolution: Yorktown. No, the Bahamas!: The Spanish-American Expedition to Nassau in 1782." *The Americas* 45, no. 1 (July 1988): 79–95.

BEERMAN, Eric; DIN, Gilbert C. "Victory on the Mississippi, 1779." In *The Louisiana Purchase Bicentennial Series in Louisiana History, Vol. 2: The Spanish Presence in Louisiana, 1763– 1803*, edited by Gilbert C. Din, 192– 202. Lafayette: Center for Louisiana Studies, University of Southwestern Louisiana, 1996

BEMIS, Samuel Flagg. *Pinckneys Treaty. Americans Advantage From Europes Distress 1783–1800*. Yale University Press, 1960.

BEMIS, Samuel F. *The American Secretaries of State and their Diplomacy*, vol. 1. New York: Alfred A. Knopf, 1927.

BEMIS, Samuel Flagg. *The Diplomacy of the American Revolution*. Hesperides Press, 2012.

BEMIS, Samuel Flagg. *The Hussey-Cumberland Mission and American Independence: An Essay in the Diplomacy of the American Revolution*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1931.

BENTHAM, Jeremy. “*Letter to the Spanish Nation on a Proposed House of Lords.*” In *Three Tracts Relative to Spanish and Portuguese Affairs with a Continual Eye on English Ones*. London, 1821.

BERBEL, M.; MARQUESE, R. DE B.; PARRON, T. “*Brasil, Cuba e os dois primeiros sistemas atlânticos*”. In: *Escravidão e política: Brasil e Cuba, c. 1790 – 1850*. São Paulo: Editora Hucitec: FAPESP, 2010.

BERLIN, Ira. *Gerações de Cativo*. Rio de Janeiro: Record, 2006

BIRMINGHAM, David. *Trade and Empire in the Atlantic, 1400-1600* (Introductions to History). Routledge, 2000.

BLANCO NÚÑEZ, José María. *La Armada española en la primera mitad del siglo XVIII*. Madrid: IZAR Construcciones Navales, 2001.

BLANCO NÚÑEZ, José María. *La Armada española en la segunda mitad del siglo XVIII*. Madrid: IZAR Construcciones Navales, 2004.

BLACK, Jeremy. “*The Theory of the Balance of Power in the First Half of the Eighteenth Century: A Note on Sources.*” *Review of International Studies* 9, no. 1 (January 1983): 55–61.

BLACK, Jeremy. “*Essay and Reflection: On the ‘Old System’ and the ‘Diplomatic Revolution’ of the Eighteenth Century.*” *International History Review* 12, no. 2 (May 1990): 301–23.

BLACK, Jeremy. *War for America: The Fight for Independence, 1775–1783*. Stroud, UK: Sutton, 1991.

BOATNER III, Mark M. *Encyclopedia of the American Revolution*. Mechanicsburg, PA: Stackpole, 1994.

BOETA, José Rodulfo. Bernardo de Gálvez. Madrid: Publicaciones Españoles, 1977.

BOLTON, Herbert Eugene. *The Colonization of North America 1492-1783*. HardPress, 2016.

BOLTON, Herbert Eugene. *The Spanish borderlands: a chronicle of old Florida and the Southwest*. University of New Mexico Press, Year: 1996.

BORNEMAN, Walter R. *The French and Indian War: Deciding the fate of North America*. HarperCollins e-books, 2009.

BRADING, David. *The First America: The Spanish Monarchy, Creole Patriots, and the Liberal State*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

BRAUDEL, Fernand. *História e ciências sociais: a longa duração*. Revista de História, São Paulo, v. 30, nº 62, p. 261-294, abr./jun. 1965.

BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II*. Edusp, 2016.

BRAUN, Harald E; VOLLENDORF, Lisa. *Theorising the Ibero-American Atlantic*. Leiden, Boston, 2013.

BREEN, T. H. *Interpretando o Nacionalismo no novo Mundo*. In: PAMPLONA, M; DOYLE, D. Nacionalismo no Novo Mundo. Rio de Janeiro: Record, 2008. p.71-97.

BREWER, John. *The Sinews of Power. War, Money and the English State. 1688-1783*. Routledge, 1989.

BRINTON, Crane. *The Anatomy of Revolution*. New York, Vintage Books, 1965.

BUEL, Richard Jr. *In Irons: Britain's Naval Supremacy and the American Revolutionary Economy*. New Haven, CT: Yale University Press, 1998.

BUKOVANSKY, Mlada. *Legitimacy and Power Politics: The American and French Revolutions in International Political Culture*. Princeton University Press, 2002.

BURG, David F. *The American Revolution. Facts on File*, 2007.

CALDERÓN CUADRADO, Reyes. *Empresarios españoles en el proceso de independencia norteamericana: La Casa Gardoqui e hijos de Bilbao*. Madrid: Unión Editorial, 2004.

CALDERÓN QUIJANO, José Antonio. "El banco de San Carlos y las comunidades de indios de Nueva España." *Anuario de Estudios Americanos* 19 (1962): 1–144.

CALDERÓN QUIJANO, José Antonio, ed. *Los virreyes de Nueva España en el reinado de Carlos III*. Vol. 2: Seville: Escuela de Estudios Hispanoamericanos, 1968.

CANGA ARGÜELLES, José. *Diccionario de Hacienda para el uso de los encargados de la suprema dirección [sic] de ella*. Londres: Imprenta Española de M. Calero, 1827.

CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. *Entangled Empires. The Anglo-Iberian Atlantic, 1500-1830*. University of Pennsylvania Press, 2018.

CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. *How to Write a History of the New World*. Stanford:

Stanford University Press, 2001.

CANIZARES-ESGUERRA, Jorge. *The Atlantic in Global History, 1500-2000*. Routledge, 2017.

CANNY, Nicholas. *The Origins of Empire: British Overseas Enterprise to the Close of the Seventeenth Century*. The Oxford History of the British Empire: Volume I. Oxford University Press, Year: 2001

CARDIM, Pedro; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *La Diplomacia Portuguesa durante el Antiguo Régimen. Perfil sociológico y trayectorias*. Cuadernos de Historia Moderna. 2005, 30, p. 7-40.

CAUGHEY, John Walton. *Bernardo de Gálvez in Louisiana, 1776–1783*. Berkeley: University of California Press, 1934; reprint, Los Angeles: Pelican, Gretna, 1998.

CAUGHEY, John Walton. “*The Panis Mission to Pensacola, 1778*.” *Hispanic American Historical Review* 10, no. 4 (1930): 480– 89.

CHATTERJEE, Partha. *Nationalist thought and the colonial world: a derivative discourse?*. Londres: ZED, 1986.

CHÁVEZ, Thomas E. *Spain and the independence of the United States. An intrinsic Gift*. University of New Mexico Press, 2002.

CHIARAMONTE, José Carlos. *La Ilustración en el Río de la Plata: Cultura eclesiástica y cultura laica durante el Virreinato*. Buenos Aires: Punto Sur, 1989.

CHIARAMONTE, José Carlos. *Nation and State in Latin America*. New Brunswick and London: Transaction Publishers, 2012.

COFFIN, Charles Carleton. *Sweet Land of Liberty: Old Times in the Colonies*. Johnsonian Publications (September 9, 2018).

COKER, William S.; ROBERT, E. Rea, eds. *Anglo-Spanish Confrontation on the Gulf Coast during the American Revolution*. Pensacola, FL: Gulf Coast History and Humanities Conference, 1982.

COKER, William S.; HAZEL P. *The Siege of Mobile, 1780 in Maps: With Data on Troop Strength, Military Units, Ships, Casualties, and Prisoners of War, including a brief history of fort Charlotte (Condé)*. Pensacola: Perdido Bay Press, 1982.

COKER, William S; HAZEL, P. *The Siege of Pensacola, 1781 in Maps with Data on Troop Strength, Military Units, Ships, Casualties, and Related Statistics*. Pensacola: Perdido Bay Press, 1981.

COLBOURN, Trevor. *The Lamp of Experience. Whig History and the Intellectual Origins of the American Revolution*. Liberty Fund Inc., 1998.

COLLEY, Linda. *Captives: Britain, Empire, and the World, 1600– 1850*. New York: Anchor Books, 2002.

COLLEY, Linda. “*Empires of Writing: Britain, America and Constitutions, 1776– 1848.*” *Law and History Review* 32, no. 2 (2014): 237– 266.

COLLIER, Simon. *Ideas and Politics of Chilean Independence, 1808– 1833*. Cambridge: Cambridge University Press, 1967.

COMMAGER, Henry Steele; CANTOR, Milton. *Documents of American History. Vol I, to 1898*. Prentice-Hall, New Jersey, 1988.

CONN, Stetson. *Gibraltar in British Diplomacy in the Eighteenth Century*. New Haven:

Yale University Press, 1942.

CONRAD, Sebastian. *What is global history?* Princeton University Press, 2016.

CONSTANT, Benjamin. *Da Liberdade dos Antigos comparada à dos Modernos*. Revista de Filosofia Política, nº 2, 1985.

COUNTRYMAN, Edward. *The American Revolution*. Hill & Wang, 1985.

CUMMINS, Light Townsend. "Oliver Pollock's Plantations: An Early Anglo Landowner on the Lower Mississippi, 1769– 1824." *Louisiana History* 29, no. 1 (1988): 35– 48.

CUMMINS, Light Townsend. *Spanish Observers and the American Revolution, 1775– 1783*. Baton Rouge and London: Louisiana State University Press, 1991.

DALY, Gavin. *The British Soldier in the Peninsular War: Encounters with Spain and Portugal 1808– 1814*. London: Palgrave Macmillan, 2013.

DEFRONZO, James. *Revolutions and Revolutionary Movements*. Westview Press, 2015.

Diccionario Enciclopédico Hispano-Americano de Literatura, Ciencias, Artes, etc. Barcelona: Montaner y Simón, n.d.

DIN, Gilbert C. Francisco Boulogny: *A Bourbon Soldier in Spanish Louisiana*. Baton Rouge and London: Louisiana State University Press, 1993.

DULL, Jonathan. *A diplomatic history of the American Revolution*. Yale University Press, 1987.

DULL, Jonathan. *The French Navy and American Independence: A Study of Arms and Diplomacy, 1774– 1787*. Princeton: Princeton University Press, 1975.

DULL, Jonathan R. *The French Navy and the Seven Years' War*. Lincoln, NE: University of Lincoln Press, 2005.

DUVAL, Kathleen. *Independence Lost: Lives on the Edge of the American Revolution*. New York: Random House. 2015.

DUVAL, Kathleen. *The Native Ground: Indians and Colonists in the Heart of the Continent*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2006.

DZIENNIK, Matthew P. "The Miskitu, Military Labour, and the San Juan Expedition of 1780." *The Historical Journal* 61 (2018): 155– 179.

EASTMAN, Scott; PEREA, Natalia Sobrevilla (eds). *The Rise of Constitutional Government in the Iberian Atlantic World: The Impact of the Constitution of 1812*. Tuscaloosa: University of Alabama Press, 2015.

EHRMANN, John. *The British Government and Commercial Negotiations with Europe 1783– 1793*. Cambridge: Cambridge University Press, 1962.

ELLIOTT, John H. *Empires of the atlantic world. Britain and Spain in America, 1492 - 1830*. London: Yale University Press, 2006.

ELLIOTT, John H. *Imperial Spain - 1469-1716*. Penguin Books, 2002.

ELLIOTT, John H. *Imperios del Mundo Atlántico. España y Gran Bretaña en América (1492-1830)*. Taurus, 2006.

ELLIOTT, John H. *The Count-Duke of Olivares. The statesman in an age of decline*. Yale University Press, 1989.

ELLIOTT, John H. *Una Europa de monarquías compuesta in. ELLIOTT, John H. España, Europa y el mundo de ultramar (1500-1800)*. Madrid: Taurus, 2009.

ESCUDERO, José Antonio. *El supuesto memorial del Conde de Aranda sobre la independencia de América*. Instituto de Investigaciones Jurídicas. Universidad Nacional Autónoma de México, noviembre de 2014.

FABEL, Rabin F. A. “West Florida and British Strategy in the American Revolution.” *In Eighteenth Century Florida and the Revolutionary South*. Edited by Samuel Proctor. Gainesville: University Press of Florida, 1976.

FANON, Frantz. *Peau noire, masques blancs*. Paris, Éditions du Seuil, 1965.

FERNÁNDEZ Y FERNÁNDEZ, Enrique. *Spain's Contribution to the Independence of the United States*. Washington, D.C.: Embassy of Spain, 1985. First published in *Revista/ Review Interamericana* 10, no. 3 (1980).

FERREIRO, Larrie D. *Brothers at Arms: American Independence and the Men of France and Spain Who Saved It*. Vintage, 2016.

FICKER, Sandra Kuntz. *Mundial, transnacional, global: un ejercicio de clarificación conceptual de los estudios globales*. Nuevo mundo, mundos nuevos. 2014.

FIREMAN, Janet R. *The Spanish Royal Corps of Engineers in the Western Borderlands: Instrument of Bourbon Reform, 1764– 1815*. Glendale, Calif.: The Arthur H. Clark Company, 1977.

FITZ, Caitlin. *Our Sister Republics: The United States in an Age of American Revolutions*. New York: W.W. Norton, 2016.

FLOYD, Troy S. “*Bourbon Palliatives and the Central American Mining Industry, 1765–*

1800.” *The Americas* 18, no. 2 (October 1961): 103– 25.

FLOYD, Troy S. *The Anglo-Spanish Struggle for Mosquitía*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1967.

FORAN, John. *Theorizing Revolutions*. Routledge, 2005.

FOWLER, Willian M. *Empires at War: The French and Indian War and the Struggle for North America, 1754-1763*. Walker & Company, 2005.

FOWLER, Willian M.; SHEPPARD, Ruth. *Empires Collide: The French and Indian War 1754-63*. Editor Ruth Shepard.

FRANCO, José Luciano. “Diego de Gardoqui y las negociaciones entre España y Norteamérica, 1777– 1790.” *In Libro jubilar de Emeterio S. Santovenia en su cincuentenario de escritor*, 138– 75. Havana: Garcia Vear, 1957.

FRENCH, David. *The British Way in Warfare, 1688–2000*. London and Boston: Unwin Hyman, 1990.

GALLARDO FERNÁNDEZ, Francisco. *Origen, progresos y estado de las rentas de la corona de España: su gobierno y administracion*. Madrid: Imprenta Real, 1808.

GÁLVEZ, Bernardo de. *Diario de las operaciones contra la plaza de Panzacola 1781*, edited by José Porrúa Turanzas. Madrid: José Porrúa Turanzas, 1959.

GÁLVEZ, Bernardo de. “*Diario que yo, d. Bernardo de Gálvez, brigadier de los Reales Ejércitos, gobernador de la provincia de la Luisiana, y encargado por S.M. de la expedición contra Panzacola y Mobila, formé de los acontecimientos que ocurren en ella.*” *In Mercurio Histórico Político*, que contiene el estado presente de la Europa, lo sucedido en todas las Cortes, los intereses de los Príncipes, y generalmente todo lo mas

curioso, 198– 226. Madrid: June, 1780.

GÁLVEZ, José de. “*Discurso y reflexiones de un vasallo sobre la decadencia de nuestras Indias españolas.*” In *La política americana de José de Gálvez: según su “Discurso y Reflexiones de un Vasallo”*, edited by Luis Navarro García, 123– 163. Málaga: Algazara, 1998.

GARCÍA MELERO, Luis Angel. *La Independencia de los Estados Unidos de Norteamérica a través de la prensa española: los precedentes (1763– 1776)*. Madrid: Ministerio de Asuntos Exteriores, Dirección General de Relaciones Culturales, 1977.

GARDINER, C. Harvey. “The Mexican Archives and the Historiography of the Mississippi Valley in the Spanish Period.” *The Spanish in the Mississippi Valley, 1762– 1804*. Edited by John F. McDermott, 38– 50. Chicago: University of Illinois Press, 1974.

GIRALDO, Manuel Lucena (ed.). *Premoniciones de la independencia. Las reflexiones de José de Ábalos y el Conde de Aranda sobre la situación de la América española a finales del siglo XVIII*. Madrid: Mapfre, 2003.

GLEIJESES, Piero. “*The Limits of Sympathy: The United States and the Independence of Spanish America*”. *Journal of Latin American Studies*, 24:3 (1992), pp. 481–505.

GOLD, Robert L. “*Governor Bernardo de Gálvez and Spanish Espionage in Pensacola, 1777.*” *The Spanish in the Mississippi Valley, 1762– 1804*. Edited by John F. McDermott. Chicago: University of Illinois Press, 1974.

GOLDSTONE, Jack A. *Revolutions. A very short introduction*. Oxford University Press, 2014.

GOLDSTONE, Jack A. *Revolution and Rebellion in the Early Modern World*. University of California Press, 1991.

GOLDSTONE, Jack A. *The Encyclopedia of Political Revolutions*. Routledge, 1998.

GONZÁLES, Juan Batista. *España estratégica: Guerra y diplomacia en la historia de España*. Madrid: Sílex, 2007.

GOODWIN, Elliot H. *The American and French Revolutions, 1763-93*. in *The New Cambridge Modern History*, Vol. 8. Cambridge University Press, 1965.

GOULD, Eliga H. *Among the Powers of the Earth: The American Revolution and the Making of a New World Empire*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2012.

GOULD, Eliga H. *Atlantic World: 1688-1776*. Blackwell Publishers, 2005.

GOULD, Eliga H; ONUF, Peter S. *Empire and Nation. The American Revolution in the Atlantic World*. Johns Hopkins University Press, 2005.

GOULD, Eliga H. "Entangled Histories, Entangled Worlds: The English-Speaking Atlantic as a Spanish Periphery." *American Historical Review* 112, no. 3 (2007): 764–786.

GOULD, Eliga H. *The Persistence of Empire: British Political Culture in the Age of the American Revolution*. University of North Carolina Press, 2011.

GREENE, Jack P; POLE, J. R. *A companion to the american revolution*. Blackwell publishers, 2000.

GREENE, Jack P; MORGAN, Philip D. *Atlantic History. A critical appraisal*. Oxford University Press, 2009.

GREENE, Jack P. *Exclusionary Empire: English Liberty Overseas, 1600-1900*.

Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

GREENE, Jack P. *Peripheries and Center. Constitutional development in the Extended Politics of the British Empire and the United States, 1607-1788*. University of Georgia Press, 2009.

GREENE, Jack P. *Reformulando a identidade inglesa na América britânica colonial. adaptação cultural e experiência provincial na construção de identidades corporativas*. Almanack Braziliense n° 04, novembro 2006.

GUERRA, François-Xavier. *Las revoluciones hispánicas: Independencias americanas y el liberalismo español*. Madrid: Editorial Complutense, 1995.

GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. Madrid and México D.F.: MAPFRE - Fondo de Cultura Económica, 1992.

GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias*. Madrid: MAPFRE, 1992.

GUILLÉN VILLAFUERTE, José Javier. “Guerras imperiales, donativos patrióticos y pueblos de indios en Chiapas, 1780– 1814.” *Fronteras de la Historia* 23, no. 128/ 1 (2018): 128– 161

GUZMÁN, Juan Pablo Viscardo y. *Obra Completa*, 2 vols, Lima: Congreso de la República del Perú, 1998.

HAARMANN, Albert W. “The Spanish Conquest of West Florida, 1779– 1781.” *Florida Historical Quarterly* 39 (1960): 107– 34.

HALE, J. R. *Evolution of British Historiography. From Bacon to Namier*. Medidian, 1964.

HAMNETT, Brian. *The Enlightenment in Iberia and Ibero-America*. Cardiff: University of Wales Press, 2017.

HARDING, Richard; GUIMERÁ, Agustín. *Naval Leadership in the Atlantic World: The Age of Revolution and Reform, 1700-1850* - Richard Harding, Agustín Guimerá. University of Westminster Press, 2017.

HARMON, M. Judd; ABRAHAM, Henry Julian. *Ensaio sobre a Constituição dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

HARRIS, Bob. *Politics and the Nation Britain in the Mid-Eighteenth Century*. Oxford University Press, 2002.

HAY, Daisy. "Liberals, Liberales and The Liberal: A Reassessment." *European Romantic Review* 19, no. 4 (2008): 307– 320.

HAY, Douglas; CRAVEN, Paul. *Masters, Servants, and Magistrates in Britain and the Empire, 1562-1955*. University of North Carolina Press, 2004.

HEALE, M. J. *A Revolução Norte-Americana*. Ática, 1991.

HERR, Richard. *The Eighteenth Century Revolution in Spain*. Princeton: Princeton University Press, 1958.

HERNÁNDEZ FRANCO, Juan. *La gestión política y el pensamiento reformista del Conde de Floridablanca*. Murcia: Universidad de Murcia, 1984.

HERRING, George. *From Colony to Superpower: U.S. Foreign Relations Since 1776*. Oxford University Press, USA, 2008.

HIGMAN, B. W.. *A Concise History of the Caribbean*. Cambridge University Press. 2011.

HILLSTROM, Laurie Collier; HILLSTROM, Kevin; BAKER, Lawrence W.; CARNAGIE, Julie. *French and Indian War*. UXL, 2003.

HILL, Christopher. *A Bíblia inglesa e as revoluções do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

HILL, Christopher. *A Revolução Inglesa de 1640*. Martin Fontes editora, 2010.

HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HILL, Christopher. *Origens Intelectuais da Revolução Inglesa*. Martins Fontes editora, 1992.

HILL, Christopher. *O século das Revoluções. 1603-1714*. Editora Unesp, 2011.

HILL, Christopher. *Puritanism and Revolution*. Viking Press, 1986.

HILL, Christopher. “Uma revolução burguesa?” In *Revista Brasileira de História*. São Paulo, nº 7, março de 1984, pp. 7-32.

HILTON, Rodney *et al.* *A Transição do Feudalismo para o Capitalismo: um debate*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOBSBAWM, Eric. *A era das revoluções: 1789-1848*. Paz & Terra, 2012.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Companhia das Letras, 2017.

HOLMES, Jack D. L. "Alabama's Bloodiest Day of the American Revolution: Counterattack at the Village, January 7, 1781." *Alabama Review* 29, no. 3 (July 1976): 208–19.

HOLMES, Jack D. L. "Bernardo de Gálvez, 'Man of the Hour' During the American Revolution." In *Cardenales de dos Independencias*. Edited by Francisco de Solano. Mexico: Fomento Cultural Banamex, A. C., 1978.

HOLMES, Jack D. L. "The Historiography of the American Revolution in Louisiana." *Louisiana History* 19, no. 3 (1978): 309–26.

HOLMES, Jack D. L. "Juan de la Villebeuvre, Spain's Commandant of Natchez During the American Revolution." *Journal of Mississippi History* 37 (1975): 97–130.

HORNE, Gerald. *The Counter-Revolution of 1776: Slave Resistance and the Origins of the United States of America*. NYU Press, 2014.

HOTZ, Gottfried. *Indian Skin Paintings from the American Southwest: Two Representations of Border Conflicts Between Mexico and the Missouri in the Early Eighteenth Century*. Norman: University of Oklahoma Press, 1970.

HOWARTH, David. *The Invention of Spain: Cultural Relations between Britain and Spain, 1770–1870*. Manchester: Manchester University Press, 2007.

HUNT, Lynn, et al. "Robert Roswell Palmer: *A Transatlantic Journey of American Liberalism*." *Historical Reflections/Réflexions Historiques* 37, 3 (2011): v–122.

IBORRA, Vicente Ribes. "La era Miralles. El momento de los agentes secretos." In *Norteamérica a finales del siglo XVIII: España y los Estados Unidos* / coord. por Eduardo Garrigues López-Chicheri, 2008, págs. 143-169

INNES, Joanna, PHILP, Mark, eds. *Re-imagining Democracy in the Age of Revolutions: America, France, Britain, Ireland, 1750–1850*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

ISRAEL, Jonathan I. *Democratic Enlightenment: Philosophy, Revolution, and Human Rights, 1750–1790*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

ISRAEL, Jonathan I. *The Expanding Blaze: How the American Revolution ignited the World, 1775–1848*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2017.

JAKSIC, Iván. *The Hispanic World and American Intellectual Life 1820– 1880*. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

JAMES, James Alton. *Oliver Pollock: The Life and Times of an Unknown Patriot*. New York: Appleton-Century, 1937.

JAMES, James Alton. “Oliver Pollock: Financer of the Revolution in the West,” *Mississippi Valley Historical Review* (June 1929): 67– 80.

JAMES, James Alton. “Spanish Influence in the West During the American Revolution,” *Mississippi Valley Historical Review* 4 (1917): 193– 208.

JAY, John. *The Making of a Revolutionary: Unpublished Papers, 1745– 1780*, vol. 1, edited by Richard B. Morris. New York: Harper & Row, 1975.

JAY, John. *The Winning of the Peace: Unpublished Papers, 1780– 1784*, vol. 2, edited by Richard B. Morris. New York: Harper & Row, 1980.

JEFFERSON, Thomas. *Escritos Políticos*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

JOHNSON, Chalmers. *Revolutionary Change*. Little, Brown and Company, 1966.

JOHNSON, Sherry. *Climate and catastrophe in Cuba and the atlantic world in the age of revolution*. The university of North Carolina Press, 2011.

JONES, Colin, WAHRMAN, Dror, eds. *The Age of Cultural Revolutions: Britain and France, 1750–1820*. Berkeley: University of California Press, 2002.

JONES, Maldwyn Allen. *The limits of liberty. American history (1607-1992)*. Oxford University Press, USA, 1995.

JONES, Oakah L. *Guatemala in the Spanish Colonial Period*. Norman: University of Oklahoma Press, 1994.

JONES, Oakah L. “*Matías de Gálvez: Spanish Ally of the American Revolution*.” Paper presented at the Phi Alpha Theta convention in St. Louis, Missouri, 30 December 1989.

KINNAIRD, Lawrence. “The Spanish Expedition Against Fort St. Joseph in 1781: A New Interpretation.” *The Mississippi Valley Historical Review* 19, no. 2 (1932): 173– 91.

KINSBRUNER, Jay. *The Spanish-American Independence Movement*. Huntington, N.Y.: Robert E. Krieger Publishing Company, 1976.

KLEIN, Herbert S. *A population history of the United States*. Cambridge University Press, 2004.

KLEIN, Herbert S. *The atlantic slave trade*. Cambridge University Press, 2010.

KLOOSTER, Wim. *Revolutions in the Atlantic World*. New York: New York University Press, 2009.

KRASELSKY, Javier. “*Las Juntas de comercio y el Consulado de Buenos Aires y sus relaciones con la Corona: Los préstamos y donativos a fines del siglo XVIII y principios*

del XIX.” In *Cambio institucional y fiscalidad: Mundo hispánico, 1760– 1850*, edited by Michel Bertrand and Zakarías Moutoukías, 329– 345. Madrid: Casa de Velázquez, 2018.

KUETHE, Allan J.; ANDRIE, Kenneth J. *The Spanish Atlantic World in the Eighteenth Century: War and the Bourbon Reforms, 1713–1796*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

LANCASTER, Bruce. *The American Revolution*. New York: Houghton Mifflin Company, 1985.

LANDERS, Jane. *Atlantic Creoles in the Age of Revolutions*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2010.

LANDERS, Jane. *Black Society in Spanish Florida*. Urbana: University of Illinois Press, 1999.

LANDERS, Jane. “*Gracia Real de Santa Teresa de Mose: A Free Black Town in Spanish Colonial Florida.*” *American Historical Review* 95 (1990): 9– 30.

LANDERS, Jane. “*Spanish Sanctuary: Fugitives in Florida, 1687– 1790.*” *The Florida Historical Quarterly* 62, no. 3 (1984): 296– 313.

LANG, James. *Conquest and Commerce: Spain and England in the Americas*. Academic Press, 1975.

LANGLEY, Lester D. *The Americas in the Age of Revolution, 1750–1850*. New Haven, CT: Yale University Press, 1996.

LANGUM, David J. “The Caring Colony: Alta California’s Participation in Spain’s Foreign Affairs.” *Southern California Quarterly* 22 (fall 1980): 218– 19.

LEWIS, James A. “Las Damas de la Havana, El Precursor, and Francisco de Saavedra: A Note on Spanish Participation in the Battle of Yorktown.” *The Americas* 37 (July 1980): 83– 99.

LEWIS, James A. *The Final Campaign of the American Revolution: Rise and Fall of the Spanish Bahamas*. Columbia, S.C.: University of South Carolina Press, 1991.

LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. *A hidra de muitas cabeças. Marinheiros, escravos, plebeus e a história ocultado do Atlântico revolucionário*. Companhia das Letras, 2008.

LISS, Peggy K. *Atlantic Empires: The Network of Trade and Revolution*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1983.

LUTZ, Donald S. *The Origins of American Constitutionalism*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1988.

LYNCH, John. *Bourbon Spain: 1700– 1808*. Oxford: Basil Blackwell, 1989.

LYNCH, John, “British Policy and Spanish America, 1783– 1808.” *Journal of Latin American Studies* 1, no. 1 (1969): 1– 30.

LYNCH, John. *La España del siglo XVIII*. 4th ed. Barcelona: Crítica, 2009.

LÓPEZ CHÁVEZ, Celia. “Benjamin Franklin, España y la diplomacia de una armónica.” *Espacio, Tiempo y Forma: Revista de la Facultad de Geografía y Historia*, serie iv, 13 (2000): 319– 37.

MAGALHÃES, José calvet de. *História das relações diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos da América (1776-1911)*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1991.

MAGRA, Christopher P. *The fisherman's cause. Atlantic Commerce and Maritime Dimensions of the American Revolution*. Cambridge University Press, 2009.

MANNING, Susan; FRANCE, Peter (eds). *Enlightenment and Emancipation*. Lewisburg: Bucknell University Press, 2006.

MARFIL GARCÍA, Mariano. *Relaciones entre España y la Gran Bretaña desde las paces de Utrecht hasta nuestros días*. Madrid: Est. tipográfico de los hijos de R. Álvarez, 1907.

MARICHAL, Carlos. "Las guerras imperiales y los préstamos novohispanos, 1781–1804." *Historia Mexicana* 39, no. 4 (1990): 881–907.

MARICHAL, Carlos. *Bankruptcy of Empire: Mexican Silver and the Wars between Spain, Britain, and France*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

MARIENSTRAS, Elise. *La Resistance Indienne Aux Etats-unis*. Gallimard, 2014.

MARLEY, David, ed. *Documentos novohispanos relativos a la guerra entre España e Inglaterra, 1779–1784*. Mexico City: Windsor/ Mexico, 1985.

MARQUES, Leonardo. *The United States and the Transatlantic Slave Trade to the Americas, 1776–1867*. New Haven: Yale University Press, 2016.

MARSTON, Daniel. *American Revolution 1774 - 1783*. Osprey Publishing, 2002.

MARSTON, Daniel. *The French-Indian War 1754-1760*. Routledge, New York and London, 2005.

MAXWELL, Kenneth. "Hegemonias antigas e novas: o Atlântico ibérico ao longo do

século XVIII”. Chocolate, piratas e outros malandros : ensaios tropicais. São Paulo: Paz e terra, 1999.

MCCULLOUGH, David. 1776. Simon & Schuster; 1st edition (May 24, 2005).

MCDERMOTT, John F. *The Spanish in the Mississippi Valley, 1762– 1804*. Chicago: University of Illinois Press, 1974.

MCFARLANE, Anthony. “*Building Political Order: The First Republic in New Granada, 1810– 1815.*” In *In Search of a New Order: Essays on the Politics and Society of Nineteenth-Century Latin America*, edited by Eduardo Posada-Carbó, 8– 33. London: Institute of Latin American Studies, 1998.

MCFARLANE, Anthony. *Colombia before Independence: Economy, Society and Politics under Bourbon Rule*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

MCFARLANE, Anthony. “*Rebellions in Late Colonial Spanish America: A Comparative Perspective.*” *Bulletin of Latin American Research* 14, no. 3 (1995): 313– 339.

MCFARLANE, Anthony. “*Science and Sedition in Spanish America: New Granada in the Age of Revolution, 1776– 1810.*” In *Enlightenment and Emancipation*, edited by Susan Manning and Peter France, 97–117. Lewisburg: Bucknell University Press, 2006.

MCFARLANE, Anthony. “*The American Revolution and the Spanish Monarchy.*” In *Europe’s American Revolution*, edited by Simon P. Newman, 26– 50. London: Palgrave Macmillan, 2006.

MCFARLANE, Anthony. “*‘The Rebellion of the Barrios’: Urban Insurrection in Bourbon Quito.*” *Hispanic American Historical Review* 69, no. 2 (1989): 283– 330.

MCFARLANE, Anthony. *War and Independence in Spanish America*. New York:

Routledge, 2014.

MCUSKER, John J.; *Essays in Economic History of the Atlantic World*. Routledge Studies in International Economic and Social History, 1. Routledge, 1997.

MCUSKER, John J.; MORGAN, Kenneth. *The Early Modern Atlantic Economy*. Cambridge University Press, 2000.

MERINO, José Patricio. *Las cuentas de la Administración central española, 1750– 1820*. Madrid: Instituto de Estudios Fiscales 1987.

MERQUIOR, José Guilherme. *O Liberalismo antigo e moderno*. Editora Nova Fronteira, 1991.

MIDDLEKAUFF, Robert. *The Glorious Cause: The American Revolution, 1763-1789* (Oxford History of the United States Book 3). Oxford University Press; Revised edition (March 9, 2007)

MONTERO DE PEDRO, José. *Españoles en Nueva Orleans y Luisiana*. Madrid: Ediciones Cultura Hispánica del Centro Iberoamericano de Cooperación, 1979.

MOORE, Barrington. *Social Origins of Dictatorship and Democracy: Lord and Peasant in the Making of the Modern World*. Penguin University Books, 1974.

MORALES PADRÓN, Francisco. *Participación de España en la independencia política de los Estados Unidos*. Madrid: Publicaciones Españolas, 1952.

MORENO ALONSO, Manuel. *La Forja del Liberalismo en España: Los Amigos Españoles de Lord Holland, 1793– 1840*. Madrid: Congreso de los Diputados, 1997.

MORGADO, Martin. *Junípero Serra's Legacy*. Pacific Grove, Calif.: Mount Carmel,

1987.

MORGAN, Edmund. *Escravidão e liberdade: o paradoxo americano*. Estudos Avançados. 14 (38), 2000.

MORGAN, Edmund. *La invención del pueblo. El surgimiento de la soberanía popular en Inglaterra y Estados Unidos*. Siglo veintiuno editores.

MORGAN, Edmund. *The Birth of the Republic - 1763-1789*. University of Chicago, 2012.

MORGAN, Gwenda. *The debate on the american revolution*. Manchester University Press, 2007.

MORGAN, Kenneth. *Slavery, Atlantic Trade and the British Economy, 1660-1800* (New Studies in Economic and Social History). Cambridge University Press, 2001.

MORRIS, Richard B. *The Peacemakers: The Great Powers and American Independence*. New York: Harper and Row, Publishers, 1965; Reprint, New York: Harper Torchbooks, 1970.

MORRIS, Richard B., *et al.*, eds. *John Jay: Unpublished Papers*. New York: Harper & Row, 1975 and 1980.

NASATIR, Abraham P. *Borderland in Retreat: From Spanish Louisiana to the Far Southwest*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1976.

NASATIR, Abraham P. "The Anglo-Spanish Frontier in the Illinois Country During the American Revolution, 1779– 1783." *Journal of Illinois State Historical Society* 21 (1928): 291– 358.

NASATIR, Abraham P. "St. Louis During the British Attack of 1780," *New Spain and the Anglo American West*. Vol. I. Edited by George P. Hammond. Los Angeles, Calif. and Lancaster, Pa.: Private Printing, 1932.

NARRETT, David. *Adventurism and Empire: The Struggle for Mastery in the Louisiana-Florida Borderlands, 1762– 1803*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2015.

NESBITT, Robert A. "Historian Unfolds History of Bernardo de Gálvez in Recent Lecture." *The Saccarappa* 14, no. 4 (May 1981).

NEWMAN, Simon P. (ed.). *Europe's American Revolution*. London: Palgrave Macmillan, 2006.

NIHART, Brooke. "Spanish Support of the American War of Independence, 1775– 83." *Militaria: Revista de Cultura Militar* 7 (1995): 313– 44.

NOIZET DE SAINT-PAUL, Gaspard. *Traité complet de fortification*. Paris: Barrois l'aîné, 1792. [tradução espanhola: *Elementos de fortificación escritos en francés por Noizet Saint-Paul, coronel de ingenieros y traducidos al castellano para el uso de los caballeros cadetes del regimiento real de zapadores-minadores-pontoneros*. Madrid: Imprenta Real, 1818]

NORTON, Mary Beth. *1774: The Long Year of Revolution*. Knopf, 2020.

NOVAES, Marcel. *O grande experimento. A desconhecida história da revolução americana e do nascimento da democracia moderna*. Rio de Janeiro: editora record, 2016.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. Editora 34, 2019.

OLTRA, Joaquín, and María Angeles Pérez Samper. *El Conde de Aranda y los Estados Unidos*. Barcelona: Promociones y Publicaciones Universitarias, S.A., 1987.

ORTIZ, Sergio Elías (ed.). *Escritos de dos economistas coloniales*. Bogotá: Banco de la República, 1965.

O'SHAUGHNESSY, Andrew Jackson. *An Empire Divided. The American Revolution and the British Caribbean*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2000.

PAGDEN, Anthony. *Lords of All the World: Ideologies of Empire in Spain, Britain and France, c. 1500-c. 1800*. New Haven and London: Yale University Press, 1995.

PAGDEN, Anthony. *Spanish Imperialism and the Political Imagination*. New Haven and London: Yale University Press, 1990.

PAINE, Thomas. *Common Sense*. 1776. Reprint, New York: Penguin Books, 1986.

PAIXÃO, Cristiano; BIGLIAZZI, Renato. *História Constitucional Inglesa e Norte-Americana: do Surgimento à Estabilização da Forma Constitucional*. Editora UNB, 2008.

PALMER, R. R; ARMITAGE, David. *The age of the democratic revolution. A political history of Europe and America, 1760-1800*. Princeton: Princeton University Press, 2014.

PALTI, Elías. *La nación como problema. Los historiadores y la "cuestión nacional"*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2002.

PALTI, Elías José. "Koselleck Y La Idea De Sattelzeit. Un Debate Sobre Modernidad Y Temporalidad." *Ayer*, no. 53, 2004: 63-74.

PANERO, Daniel. *La campaña de Gibraltar 1779– 1783*. Madrid: Almena, 2008

PAQUETTE, Gabriel. *Imperial Portugal in the Age of Atlantic Revolutions: The Luso-Brazilian World, 1770-1850*. Cambridge University Press, 2013.

PAQUETTE, Gabriel. *Enlightenment, Governance and Reform in Spain and its Empire, 1759– 1808*. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

PAQUETTE, Gabriel. “Enlightened Narratives and Imperial Rivalry in Bourbon Spain: The Case of Almodóvar’s *Historia Política de los Establecimientos Ultramarinos de las Naciones Europeas (1784– 1790)*.” *The Eighteenth Century* 48, nº 1, 2007, 61– 80.

PAQUETTE, Gabriel; SARAIVA, Gonzalo M. (Orgs.). *Spain and the American Revolution: New Approaches and Perspectives*. Routledge, 2019.

PAQUETTE, Gabriel. “*The Dissolution of the Spanish Atlantic Monarchy*.” *Historical Journal* 52, nº 1, 2009, p. 175– 212.

PAYNE, Stanley G. *A History of Spain and Portugal*. Vols. I and II. Madison: University of Wisconsin Press, 1973.

PEARCE, Adrian J. *British Trade with Spanish America, 1763– 1808*. Liverpool: Liverpool University Press, 2007.

PECKHAM, Howard H. *The War for Independence*. Chicago: University of Chicago Press, 1967.

PÉREZ, José Manuel Santos. *Histórias conectadas. Ensaio sobre história global, comparada e colonial na idade moderna (Brasil, Ásia e América Hispânica)*. Editora autografia, 2016.

PESTANA, Carla Gardina. *The English Atlantic in an Age of Revolution, 1640-1661*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2007.

PHELAN, John L. *The People and the King: The Comunero Revolution in Colombia, 1781*. Madison: University of Wisconsin Press, 1978.

POLASKY, Janet. *Revolutions without Borders. The call to liberty in the atlantic world*. Yale University Press, 2015.

POLE, Jack R. *Political Representation in England and the Origins of the American Republic*. Univ of California, 1666.

POMBO, José Ignacio de. *Comercio y contrabando en Cartagena*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 1986.

PRESTAGE, Edgar. *The Anglo-Portuguese Alliance*. Transactions of the Royal Historical Society, Fourth Series, Vol. 17 (1934), pp. 69-100. Published by: Royal Historical Society .

PRIESTLEY, Herbert Ingram. *José de Gálvez: Visitor-General of New Spain (1765–1771)*. Berkeley: University of California Press, 1916.

PROCTOR, Samuel, ed. *Eighteenth Century Florida: The Impact of the American Revolution in British West Florida*. Gainesville: University Press of Florida, 1978.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad y Modernidad/Racionalidad*. Perú Indígena, 29, 1991, 11-21;

QUIJANO, Aníbal. *La colonialidad del poder y la experiencia cultural latinoamericana* in Roberto Briceño-León; Heinz R. Sonntag (orgs.), *Pueblo, época y desarrollo: la sociología de América Latina*. Caracas: Nueva Sociedad, 1998, 139-155.

RAMINELLI, Ronald. *Nobrezas do Novo Mundo*. Rio de Janeiro. FGV, 2015.

REEDER, Tyson (ed.). *The Routledge History of U.S. Foreign Relations*. Routledge, 2021.

REEVE, John. “*British Naval Strategy: War on a Global Scale.*” In *Strategy in the American War of Independence: A Global Approach*, edited by Donald Stoker, Kenneth J. Hagan, and Michael T. McMaster, 73– 99. New York: Routledge, 2010.

REITAN, Earl A. *Politics, Finance, and the People. Economical Reform in England in the Age of the American Revolution, 1770–1792*. Palgrave Macmillian, 2007.

RÉMOND, René. *História dos Estados Unidos*. Martins Fontes, 1989.

RENAUT, Francis P. *Le Pacte de Famille et l'Amérique: La politique coloniale franco-espagnole de 1760 à 1792*. Paris: Leroux, 1922.

REPARAZ, Carmen de. *Yo Solo: Bernardo de Gálvez y la toma de Panzacola en 1781*. Barcelona, Spain: Ediciones del Serbal, S.A., 1986.

RIBEIRO, Jorge Manuel Martins. *Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*. Volumes I e II. Porto: 1997.

RICHARDSON, R. C. *The Debate on the English Revolution*. Manchester University Press, 1998.

RICHCER, Daniel K. *Facing East from Indian Country. A Native History of Early*

America. Harvard University Press, 2001.

ROBERTS, Stephen G.H.; SHARMAN, Adam (eds). *1812 Echoes: The Cádiz Constitution in Hispanic History, Culture and Politics*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2013.

ROBERTSON, E. Arnot. *The Spanish Town Papers: Some Sidelights on the American War of Independence*. New York: The Macmillan Co., 1959.

RODRÍGUEZ, Jaime E. “Sobre la supuesta influencia de la independencia de los Estados Unidos en las independencias hispanoamericanas”. *Revista de Indias*, LXX:250 (2010), pp. 691–714.

RODRÍGUEZ, Jaime E. *The Independence of Spanish America*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

RODRÍGUEZ, Mario. *La revolución americana de 1776 y el mundo hispánico: Ensayos y documentos*. Madrid: Technos 1976.

RUIGÓMEZ DE HERNÁNDEZ, María Pilar. *El gobierno español del despotismo ilustrado ante la independencia de los Estados Unidos de América: una nueva estructura de la política internacional (1773– 1783)*. Madrid: Ministerio de Asuntos Exteriores, 1978.

SAAVEDRA, Francisco de. *Diario de don Francisco de Saavedra*, (editor) Francisco Morales Padrón. Sevilla: Universidad de Sevilla - Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2004.

SÁNCHEZ MANTERO, Rafael. “La misión de John Jay en España (1779– 1782).” *Anuario de Estudios Americanos* 23 (1966): 1389– 1431.

SARAVIA, Gonzalo M. Quintero. *Bernardo de Gálvez: Spanish Hero of the American Revolution*. The University of North Carolina Press, 2018.

SARRAILH, Jean. *La España ilustrada en la segunda mitad del siglo XVIII*. trans. Antonio Alatorre, Mexico City: Fondo de Cultura Económica, 1957

SCHMITTROTH, Linda; BAKER, Lawrence W; MCCONELL, Stacy A. *American Revolution: primary sources*. UXL, 2000.

SCHNEIDER, Elena. "African Slavery and Spanish Empire: Imperial Imaginings and Bourbon Reform in Eighteenth-century Cuba and Beyond." *Journal of Early American History* 5, no. 1 (2015): 3– 29.

SCOTT, H.M. *British Foreign Policy in the Age of the American Revolution*. Oxford: Oxford University Press, 1990.

SCOTT, H.M. "The Importance of Bourbon Naval Reconstruction to the Strategy of Choiseul after the Seven Years' War." *The International History Review* 1, no. 1 (1979): 17– 35.

SEBASTIÁN, Javier Fernández (ed.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano*. Madrid: Universidad del País Vasco, 2014.

SEBASTIÁN, Javier Fernández. "Tolerance and Freedom of Expression in the Hispanic World between Enlightenment and Liberalism". *Past and Present*, 211 (May, 2011), pp. 159–166.

SELESKY, Harold E.; SKAGGS, David Curtis; WARD, Harry M. *Encyclopedia of American Revolution - Vol. I (A-L)*. Charles Scribner's Sons, 2006.

SELESKY, Harold E.; SKAGGS, David Curtis; WARD, Harry M. *Encyclopedia of*

American Revolution - Vol. II (A-Z). Charles Scribner's Sons, 2006.

SERNA, Pierre; FRANCESCO, Antonino de; MILLER, Judith A. *Republics at War; 1776–1840: Revolutions, Conflicts, and Geopolitics in Europe and the Atlantic World*. Palgrave Macmillan UK, 2013.

SERULNIKOV, Sergio. *Revolution in the Andes in the Age of Tupac Amaru*. Durham, NC: Duke University Press, 2013.

SERVIES, James A. *The Siege of Pensacola, 1781: A Bibliography*. Pensacola: The John C. Pace Library, 1981.

SHAFFER, R. J. *The Economic Societies in the Spanish World (1763–1821)*. Syracuse: Syracuse University Press, 1958.

SHAIN, Barry Alan, ed. *The Declaration of Independence in Historical Context: American State Papers, Petitions, Proclamations, and Letters of the Delegates to the First National Congresses*. New Haven, CT: Yale University Press, 2014.

SHAW, L. M. E. *The Anglo-Portuguese Alliance and the English Merchants in Portugal 1654–1810*. Routledge, 2017.

SIDBURY, James; CANIZARES-ESGUERRA, Jorge. *Mapeando a etnogênese no mundo atlântico*.

SILVA, Júlio Joaquim da Costa Rodrigues. *A guerra de independência dos Estados Unidos e os diplomatas portugueses. Luís Pinto de Souza Coutinho e os primórdios do conflito (1774-1776)*.

SILVA, Renán. *Los ilustrados de Nueva Granada, 1760–1808: Genealogía de una comunidad de interpretación*. Medellín: Banco de la República, Eafit, 2002.

SIMMONS, Merle E. *La revolución norteamericana en la independencia de Hispanoamérica*. Madrid: Mapfre, 1992.

SIMON, Joshua. *The Ideology of Creole Revolution: Imperialism and Independence in American and Latin American Political Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

SKOCPOL, Theda. *Social Revolutions in the Modern World*. Cambridge University Press, 1994.

SOLANO, Francisco de, ed. *Cardenales de dos Independencias*. México: Fomento Cultural Banamex, A. C., 1978.

SOSIN, Jack M. *The Revolutionary Frontier, 1763– 1783*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1967.

STARR, J. Barton. “‘Left as a Gewgaw:’ The Impact of the American Revolution on British West Florida.” *Eighteenth Century Florida: The Impact of the American Revolution in British West Florida*. Edited by Samuel Proctor. Gainesville: University Press of Florida, 1976.

STARR, J. Barton. *Tories, Dons and Rebels: The American Revolution in British West Florida*. Gainesville: University Press of Florida, 1976.

STEIN, Stanley; STEIN, Barbara. *Apogee of Empire: Spain and New Spain in the Age of Charles III, 1750–1789*. Baltimore and London: Johns Hopkins University Press, 2003.

STEINKAMP, Martha. *Spain: The forgotten alliance. Independence of the United States*. Editora Martha Gutiérrez-Steinkamp, 2013.

STOKER, Donald; HAGAN, Kenneth J.; MCMASTER, Michael T. (Ed.). *Strategy in the American War of Independence. A Global Approach*. Routledge. Cass Military Studies. London and New York. 2010.

STONE, Lawrence. *Causas da Revolução Inglesa*. Edusc, 2000.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Em busca das origens da história global: aula inaugural proferida no Collège de France em 28 de Novembro de 2013*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 30, nº 60, p. 219-240, janeiro-abril, 2017.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Holding the World in Balance: The Connected Histories of the Iberian Overseas Empire, 1500-1640*. American Historical Review, 112:5 (2007), pp. 1359-1385.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. *The Portuguese Empire in Asia, 1500-1700: A Political and Economic History*. Wiley-Blackwell, 2012.

SYRETT, Harold C. *Documentos históricos dos Estados Unidos*. Cultrix, 1960.

TAVAREZ, Fidel J. “Viscardo’s Global Political Economy and the First Cry for Spanish American Independence, 1767–1798”. Journal of Latin American Studies, 48, 2015.

TAYLOR, Alan. *American Colonies: The Settling of North America* (The Penguin History of the United States, Volume 1). Penguin Books; Revised ed. edition (July 30, 2002)

TAYLOR, Alan. *American Revolutions: A Continental History, 1750-1804*. W. W. Norton & Company; 1 edition (September 6, 2016).

TEDDE DE LORCA, Pedro. *La Real Hacienda de Carlos III y la Guerra de la Independencia de los Estados Unidos*. in *Norteamérica a finales del siglo XVIII*. España

y los Estados Unidos. LÓPEZ-CHICHERI, Eduardo Garrigues (coord.). Editores: Marcial Pons, 2008. pp. 219-234.

TEIJEIRO DE LA ROSA, Juan Miguel. “*La financiación de la guerra en el siglo XVIII.*” *Revista de Historia Militar* 51 (2007): 97– 118.

TEPASKE, John J. “*The Fugitive Slave: Intercolonial Rivalry and Spanish Slave Policy, 1687– 1764.*” In *Eighteenth-Century Florida and Its Borderlands*, edited by Samuel Proctor, 2– 12. Gainesville, FL: University Presses of Florida, 1975.

TERRÓN PONCE, José Luis. *El gran ataque a Gibraltar de 1782*. Madrid: Ministerio de Defensa, 2000.

TERRÓN PONCE, José Luis. *La reconquista de Menorca por el duque de Crillon (1781– 1782): aspectos militares y políticos*. Mahón: Museo Militar San Felipe, 1981.

The New Cambridge Modern History. vol. XIV. Alias, 1970.

THACHER, James. *A Military Journal during the American Revolutionary War, from 1775 to 1783*. Boston: Richardson & Lord, 1823.

THIBAUD, Clément. *Libérer le Nouveau Monde: La fondation des premières républiques hispaniques (Colombia y Venezuela 1780–1820)*. Bécherel: Les Perséides, 2017.

THOMAS, Alfred B., ed. and trans. *After Coronado: Spanish Exploration Northeast of New Mexico, 1696– 1727*. Norman: University of Oklahoma Press, 1935.

THOMAS, Alfred B. “*The Gálvez Campaigns, 1779– 1780.*” In *Siege! Spain and Britain: Battle of Pensacola, March 9– May 8, 1781*, edited by Virginia Parks, 39– 44. Pensacola: Pensacola Historical Society, 1981.

THONHOFF, Robert H. *The Texas Connection With the American Revolution*. Burnett, Tex.: Eakin Press, 1981.

TILLY, Charles. *From Mobilization to Revolution*. New York, Random House, 1978.

TOCQUEVILLE, Alexis. *A democracia na América*. São Paulo. Abril cultural, 1973.

TOMICH, Dale. “O Atlântico como espaço histórico.” *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 26, n. 2, p. 221-40, 2004.

TOMICH, Dale. “Pequenas ilhas e grandes comparações.” in *Pelo prisma da escravidão: Trabalho, capital e economia mundial*. São Paulo. Editora EDUSP, 2012.

TORRENTE, Juan Alsina. *Una guerra romántica 1778–1783. España, Francia e Inglaterra en la mar: Tránsito naval de la independencia de Estados Unidos*. Madrid: Ministerio de Defensa, Instituto de Historia y Cultura Naval, 2006.

TORRES SÁNCHEZ, Rafael. “Crecimiento y expansión económica en el siglo XVIII.” In *Historia económica de España*, edited by Agustín González Enciso and Juan Manuel Matés Blanco, 135– 158. Barcelona: Ariel, 2006.

TORRES SÁNCHEZ, Rafael. *El precio de la guerra: El estado fiscal-militar de Carlos III (1779– 1783)*. Madrid: Marcial Pons, 2013.

TUCHMAN, Barbara. *The First Salute: A View of the American Revolution*. New York: Ballantine Books, 1988.

TWITCHELL, Ralph E. *Spanish Archives of New Mexico*, Vol. 2. Cedar Rapids, Iowa: Torch Press, 1914.

URIBE-URAN, Victor. “*The Birth of a Public Sphere in Latin American during the Age of Revolution*”. *Comparative Studies in History and Society*, 42:2 (2000), pp. 437–448.

UTRILLA, Juan Francisco Yela. *España ante la independencia de los Estados Unidos*. 1925. Reprint, Madrid: Colegio Universitario de Ediciones Istmo, 1988.

VALDÉS, José M. Portillo. *Crisis Atlántica: Autonomía e independencia en la crisis de la monarquía española*. Madrid: Marcial Pons, 2006.

VALLE PAVÓN, Guillermina del. “*Respaldo financiero de Nueva España para la guerra contra Gran Bretaña 1779– 1783. La intermediación financiera del Consulado de México.*” In *Guerra y fiscalidad en la Iberoamérica colonial (Siglos XVII– XIX)*, edited by Ernest Sánchez Santiró and Ángel Alves Carrara, 143– 166. México D.F.: Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora, 2012

WALKER, Charles. *The Tupac Amaru Rebellion*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2014.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2001.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Historical capitalism*. London: Verso editions, 1983.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Impensar las Ciencias Sociales*. Tradução de Susana Guardado. Barcelona: Siglo Veintiuno Editores, 1998.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System II: Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750*. New York: Academic Press, 1980.

WARD, Christopher. *The War of the Revolution*. New York: Skyhorse, 2011.

WEBER, David J. *The Spanish Frontier in North America*. New Haven: Yale University Press, 1992.

WEDDLE, Robert S. *Changing Tides: Twilight and Dawn in the Spanish Sea, 1763–1803*. College Station: Texas A & M University Press, 1995.

WEDDLE, Robert S. *Spanish Sea: The Gulf of Mexico in North American Discovery, 1500–1685*. College Station: Texas A & M University Press, 1985.

WEDDLE, Robert S. *The French Thorn: Rival Explorers in the Spanish Sea, 1682–1762*. College Station: Texas A & M University Press, 1991.

WEEKS, William. *The New Cambridge History of American Foreign Relations: Volume 1*. Cambridge University Press, 2015.

WEIDENSAUL, Scott. *The First Frontier: The Forgotten History of Struggle, Savagery, and Endurance in Early America*. Houghton Mifflin Harcourt, 2012.

WHARTON, Francis, ed. *Revolutionary Diplomatic Correspondence of the United States*. Washington D.C.: Government Printing Office, 1889.

WICKHAM, Legg, Leopold George. *British Diplomatic Instructions, 1689–1789*. London: Royal Historical Society, 1934.

WILLIAMS, Eric. *From Columbus to Castro: The History of the Caribbean, 1492–1969*. New York: Vintage Books, 1984.

WOOD, Ellen Meiksins. *A origem do capitalismo*. Jorge Zahar Editor, 2001.

WOOD, Gordon S. *A revolução americana*. Rio de Janeiro: editora objetiva, 2002.

WOOD, Gordon S. *Empire of liberty. A history of early republic, 1789 - 1815*. Oxford University Press, 2009.

WOOD, Gordon S. *The Creation of the American Republic 1776-1787*. Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 1969.

WOOD, Gordon S. *The radicalism of the american revolution*. New York, first vintage books edition, 1993.

WOODWARD JR., Ralph Lee, ed. *Tribute to Don Bernardo de Gálvez: Royal Patents and an Epic Ballad Honoring the Spanish Governor of Louisiana*. Baton Rouge and New Orleans: The Historic New Orleans Collection, 1979.

WRIGHT JR., J. Leitch. “*British East Florida: Loyalist Bastion.*” *Eighteenth Century Florida: The Impact of the American Revolution in British West Florida*. Ed Samuel Proctor. Gainesville: University Press of Florida, 1976.

WRIGHT JR., J. Leitch. *Florida in the American Revolution*. Gainesville: University Press of Florida, 1975.

XAVIER, Ângela Barreto. *Monarquias Ibéricas em Perspectiva Comparada (Séculos XVI-XVIII). Dinâmicas Imperiais e Circulação de Modelos Político-Administrativos*. Imprensa de Ciências Sociais. Universidade de Lisboa, 2018.

ZABALA URIATE, Aingeru. “Bilbao y el comercio con el norte de América en el siglo XVIII.” *Los vascos y América*. Ed. Ronald Escobedo Mansilla and others, 171– 202. Bilbao: Fundación Banco de Vizcaya, 1989.